

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA

**Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito
Federal: retrospectiva e análise dos problemas
políticos e sociais na era da privatização**

Autor: Josias Manoel Alves

Orientador: Prof. Dr. Arsênio Oswaldo Sevá Filho

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA

Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização

Autor: Josias Manoel Alves

Orientador: Prof. Dr. Arsênio Oswaldo Sevá Filho

Curso: Planejamento de Sistemas Energéticos.

Área de Concentração: Planejamento de Sistemas Energéticos

Tese de doutorado apresentada à comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Mecânica, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos.

Campinas, 2005
SP – Brasil

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP**

AL87p Alves, Josias Manoel
 Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e
 análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização / Josias
 Manoel Alves.--Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador: Arsênio Oswaldo Seva Filho
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Engenharia Mecânica.

1. Eletrificação. 2. Intervenção estatal. 3. Empresas multinacionais. 4.
Conflito de interesses (Serviço público). 5. Capitalistas e financistas. 6.
Desenvolvimento regional. 7. Privatização. 8. Energia elétrica –
Concessões. I. Seva Filho, Arsênio Oswaldo. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Engenharia Mecânica. III. Título.

Titulo em Inglês: Eletrification process in Goiás and Federal District: retrospect and analysis
of the social and political problems in the age of privatization

Palavras-chave em Inglês: Electrification, State intervention, Multinational companies,
Conflict of interests (Public services), Brokers and
Capitalists, Regional Development, Privatization, Electric
energy – concessions

Área de concentração: Planejamento de Sistemas Energéticos

Titulação: Doutor em Engenharia Mecânica

Banca examinadora: Sinclair Mallet Guy-Guerra, André Tosi Furtado, Sérgio Roberto
Rios do Prado e Jadir de Moraes Pessoa.

Data da defesa: 13/10/2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA

Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização

Autor: Josias Manoel Alves

Orientador: Prof. Dr. Arsênio Oswaldo Sevá Filho

Banca examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta Tese:

Prof. Dr. Arsênio Oswaldo Sevá Filho – orientador – DE/FEM/UNICAMP

Prof. Dr. Sinclair Mallet Guy-Guerra – DE/FEM/UNICAMP

Prof. Dr. André Tosi Furtado - IG/UNICAMP

Prof. Dr. Sérgio Roberto Rios do Prado – IE/UNICAMP

Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa – FE/UFG

Campinas, 13 de outubro de 2005.

Agradecimentos

Este trabalho não teria se concretizado sem a ajuda de diversas pessoas e instituições às quais presto minha homenagem:

Aos meus pais, Joaquim Manoel Alves e Severina Porcina Alves, pelo incentivo em todos os momentos da minha vida;

À esposa Marina Tuyako Mizukoshi e filha Jordanny Alves Mizukoshi, que tiveram de abdicar da minha presença ao longo dos últimos 48 meses;

Ao meu orientador Arsênio Oswaldo Sevá Filho, que me mostrou sensata e honestamente o caminho da atividade intelectual e acadêmica a ser seguido;

Às pessoas que durante os trabalhos de pesquisa de campo permitiram que fossem entrevistadas, fotografadas e ao mesmo tempo ajudaram na composição das informações obtidas. Em particular aos engenheiros de FURNAS, Olavo Cabral Ramos Filho e Antônio Carlos Pantoja;

Ao Centro Sócio-cultural Eng^o Oton Nascimento – CELG, por ter colaborado com as pesquisas. Em especial à Coordenadora Neuza de Alvarenga Araújo;

Ao Ministério Público Federal e Estadual, por ter colaborado com as pesquisas. Em particular ao Promotor Ricardo Rangel e o Procurador Paulo José Rocha Júnior;

Às instituições de ensino e pesquisa Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET/GO, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Fundação Educacional de Jataí – FEJ que financiaram o meu período de doutorado;

A todos os professores, técnicos-administrativos, serviços gerais e colegas estudantes da área de Pós-Graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos, que ajudaram na realização deste trabalho.

Resumo

Alves, Josias Manoel. **Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização** / Josias Manoel Alves. – Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Este trabalho de tese introduz, no estudo do processo de eletrificação, o conceito de politização dos serviços de energia elétrica. O texto inicialmente discute a noção de indústria de energia elétrica e ao mesmo tempo coloca em relevância alguns temas centrais do recente processo de privatização e desregulamentação dessa indústria no Brasil. Além do mais, informa os métodos que são utilizados para pesquisar os problemas políticos e sociais na era da reestruturação da indústria de eletricidade.

Em seguida, são feitas duas retrospectivas: a primeira recai sobre a singular história de Goiás, ressaltando a construção das modernas cidades, Goiânia, a nova capital do Estado (nos anos 1930), e Brasília, a da República (nos anos 1950). Cabe também destaque à criação do Estado do Tocantins em 1988 e a recomposição do quadro político regional pós-regime militar até os dias atuais. A segunda reconstitui o processo de implantação de usinas, das linhas de transmissão e de distribuição de eletricidade em Goiás e no Distrito Federal ao longo do século XX. Neste processo, destaca-se a criação das empresas pioneiras de eletricidade, a ação dos grupos estrangeiros LIGHT e AMFORP, a intervenção dos governos estadual e federal através da criação da CELG e da CEB, além de FURNAS, da CEMIG, da ELETROBRÁS e da ELETRONORTE. Esta retrospectiva alcança o recente processo de desregulamentação dos

negócios da indústria de energia, procurando introduzir a discussão sobre as licitações do patrimônio elétrico e dos novos projetos hidrelétricos a serem instalados.

Os resultados das pesquisas de campo, das consultas realizadas no Ministério Público Estadual e Federal, das visitas periódicas às bibliotecas e das participações em congressos e seminários são apresentados nos três últimos capítulos. No conjunto, esta investigação enfoca a composição e o conflito de interesses capitalistas pelos novos projetos hidrelétricos recentemente licitados pela ANEEL. São analisados os projetos hidrelétricos localizados nos rios Araguaia, Claro, Verde, São Marcos e o processo de instalação do empreendimento de Corumbá IV. Por último, o foco analítico recai sobre poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros que disputam atualmente o mercado e o patrimônio de energia elétrica em Goiás. Nesta análise, relevam-se os problemas do passivo social e ambiental das obras já instaladas das usinas de Cachoeira Dourada, de Serra da Mesa e de Cana Brava.

Conclui-se este trabalho afirmando-se que o processo de mercantilização dos serviços públicos de eletricidade fez da vasta maioria da população a sua vítima e não a sua beneficiária. A continuidade desta lógica provoca rapidamente o esgotamento dos recursos naturais, além da expropriação das terras dos pequenos proprietários ribeirinhos.

Abstract

ALVES, Josias Manoel. **Eletrification process in Goiás and Federal District: retrospect and analysis of the social and political problems in the age of privatization.** / Josias Manoel Alves. – Campinas, SP: [s.n.], 2005.

The present thesis incorporates the concept that the electrification process, while a technical and economic process, has also an important social and politic aspect. The text begins with an overview of the electric power industry and with the mechanisms of its recent transformation in the Brazil through the privatization period, and informs the methods adopted in the research on the political and social problems associated with this process.

Subsequently, two retrospectives are made: the first one relapses on the State of Goiás singular history, jutting out the construction of the modern cities of Goiânia, the new capital of the state (in the 1930's), and Brasília, the capital of the Republic (in the 1950's). In detach, also the creation of the new state of Tocantins in 1988 and the recomposing of the regional politic scene after military regime until the present days. The second retrospect reconstitutes the process of implantation of the power plants, the transmission lines and the electricity distribution in Goiás and in the Federal District throughout the 20th century. In this process, detaches the pioneer electricity enterprises creation, the action of the foreign groups LIGHT and AMFORP and the intervention of state and federal governs through CELG an CEB creation, as well as FURNAS, CEMIG, ELETROBRÁS and ELETRONORTE. The retrospect attains the recent deregulation process of the energy industry business, looking over to introduce the discussions about the outbidding of the settled electric patrimony and the new hydroelectric projects to be settled.

The results from the field research, the consultation realized in the State and Federal Public Ministry, the periodic visits to libraries and the participation in congresses and seminars are presented in three chapters. In conjoint, the investigation focuses the composition and the capitalist's interests' conflicts for the new hydroelectric projects recently outbid by ANEEL. In a first moment, hydroelectric projects in the Araguaia, Claro, Verde and São Marcos rivers are analysed. Subsequently, it's studied the installation process of the Corumbá IV hydroelectric project in the Corumbá River. At last, an analytical focus relapses over national and international powerful economic groups, which presently dispute the energy market and patrimony in Goiás. In this analysis, it's revealed problems in the ambient and social passives in the settled works of Cachoeira Dourada, Serra da Mesa and Cana Brava works.

This work is concluded affirming that the mercantilization process of the electric public services didn't benefit most of the population, but made them a victim. The continuity of this logic rapidly provokes the nature resources exhaustion and the exploitation of the work power, as well as the land expropriation of the rural small owners.

Índice

Lista de Tabelas.....	xiv
Lista de Quadros.....	xv
Lista de Figuras.....	xvi
Lista de Fotografias.....	xvii
Apresentação do escopo da pesquisa.....	21

Capítulo 1 – Referências e conceitos sobre a indústria de energia elétrica, a era da privatização e os métodos adotados para a pesquisa de problemas políticos e sociais

Introdução.....	30
1.1 Organização da indústria de eletricidade antes da privatização.....	34
1.2 Contexto da reforma institucional da indústria de energia elétrica.....	39
1.3 Problemas pós-privatização e a reforma proposta no governo Lula.....	45
1.4 Consumidores eletrointensivos em busca de projetos hidrelétricos.....	48
1.5 Goiás como um território estadual peculiar e que abriga muitos projetos hidrelétricos, e alguns consumidores eletrointensivos.....	54
1.6 Abordagens adotadas para a pesquisa dos problemas políticos e sociais.....	63

Capítulo 2 – Retrospectiva de uma região singular: posição central, novas capitais do país e de um Estado recortado duas vezes; a recomposição da política regional goiana pós-ditadura militar

Introdução.....	69
2.1 Século XX: <i>Marcha para Oeste</i> passa por Goiás.....	70
2.2 Goiânia: <i>símbolo de desenvolvimento</i>	75
2.3 Brasília: construção da <i>integração nacional</i>	79
2.4 Separação da parte norte de Goiás: o Estado de Tocantins.....	84
2.5 Recomposição da política regional goiana pós-ditadura militar (até 1994).....	90
2.6 Goiás e o Brasil na era FHC (1995-2002).....	96

Capítulo 3 – Processos de implantação de usinas e redes de transmissão e distribuição: uma retrospectiva conjunta no Brasil, em Goiás e no Distrito Federal

Introdução.....	99
3.1 Monopólio e conflitos de interesses no mercado de eletricidade no Brasil.....	100
3.2 Processo de eletrificação das novas áreas urbanas de Goiás.....	108
3.3 Disputa pelo mercado de eletricidade na nova capital da República.....	118
3.4 Reconstituição dos conflitos de interesses na instalação de projetos hidrelétricos em Goiás.....	122
3.5 Composição do mercado de transmissão e distribuição de eletricidade em GO/DF.....	133
3.5.1 Sistema de transmissão de eletricidade de FURNAS no Centro-Oeste.....	134
3.5.2 Sistema de transmissão e distribuição de eletricidade da CELG em Goiás.....	141
3.5.3 Sistema de distribuição de eletricidade da CHESP – São Patrício e região.....	143
3.6 Sistema de distribuição de eletricidade da CEB no Distrito Federal.....	144
3.7 Disputa entre capitais pelos novos aproveitamentos hidrelétricos.....	146
3.8 Posição do Governo Lula diante dos leilões dos rios e sítios hidrográficos goianos.....	150

Capítulo 4 – Composição e conflito de interesses nos projetos hidrelétricos pós-privatização: resultados de pesquisa de campo sobre os casos nos rios São Marcos, Araguaia e nos rios do Sudoeste (Claro, Verde e Corrente)

Introdução.....	154
4.1 Rio Araguaia, a ameaça do primeiro grande projeto hidrelétrico.....	157
4.1.1 Araguaia da pesca, das praias, do turismo.....	158
4.1.2 Formação do conflito.....	166
4.2 Especulação hidrelétrica chega aos rios do Sudoeste Goiano.....	173
4.2.1 Região Sudoeste de Goiás e suas atividades.....	174
4.2.2 Espora, a primeira hidrelétrica nos rios do Sudoeste Goiano.....	178
4.2.3 ANEEL sob a mira do Ministério Público.....	180
4.3 Resistência regional aos grandes grupos econômicos, no projeto Serra do Facão.....	185

Capítulo 5 – Composição e conflito de interesses no pós-privatização: resultados de pesquisa de campo da usina Corumbá IV

Introdução.....	194
5.1 Empresas estatais de GO e do DF iniciam construção da usina hidrelétrica Corumbá IV, apesar das contestações na Justiça.....	195
5.2 Suprimento de água para o DF justifica a instalação da usina Corumbá IV.....	202
5.3 Reuniões de entidades, audiências públicas.....	205
5.4 MPF contrariado, a Justiça favorece empreendedor e o mercado fica satisfeito.....	208
5.5 Formação da represa às pressas, em marcha forçada.....	215
5.6 Prejuízos sociais e especulação na área da represa.....	220

Capítulo 6 – Capitais nacionais e estrangeiros na disputa do patrimônio elétrico e diante do passivo social das usinas. Uma análise crítica das usinas Cachoeira Dourada, Serra da Mesa e Cana Brava

Introdução.....	227
6.1 Privatização do maior patrimônio da CELG: usina de Cachoeira Dourada adquirida pelo grupo europeu ENDESA.....	228
6.2 Privatização frustrada da CELG – Distribuição.....	235
6.3 Origem do projeto Serra da Mesa, a paralisação do canteiro de obras e a entrada forçada de um grande sócio privado.....	242
6.4 Usina de Serra da Mesa e a situação regional preocupante.....	246
6.5 Projeto Cana Brava, a licitação e a entrada do grupo TRACTEBEL.....	253
6.6 TRACTEBEL e o capital transnacional diante dos atingidos.....	257

Análise dos resultados de pesquisa de campo: as incongruências das obras, as relações de poder e a condição humana

1. Sobre as incongruências das obras.....	264
2. Sobre as alterações nas relações de poder local e regional.....	272
3. Sobre o descaso para com a condição humana.....	275

Referências Bibliográficas

I – Publicações de livro ou capítulo.....	278
II – Trabalhos acadêmicos (dissertação, tese, artigos e periódicos).....	282
III – Fontes primárias de informação.....	286
IV – Sítios eletrônicos visitados.....	288

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Evolução da produção brasileira de setores industriais eletrointensivos selecionados no período 1986 e 2000.....	50
Tabela 02 – Previsão de consumo de energia elétrica (MW/h) dos setores industriais eletrointensivos.....	51
Tabela 03 – Situação geral da potência elétrica instalada em KW por região em Goiás entre 1920/55.....	111
Tabela 04 – Usinas hidrelétricas de grande e médio porte em operação entre GO/MG – 2005..	131
Tabela 05 – Usinas hidrelétricas de pequeno porte em operação em Goiás e Distrito Federal – 2005.....	132
Tabela 06 – Usinas termoelétricas de médio e pequeno porte em operação no Estado de Goiás e no Distrito Federal – 2005.....	133
Tabela 07 – Consumo de Energia no DF por Classe (GW.h).....	146
Tabela 08 – Projetos hidrelétricos em fase de construção até março de 2005.....	147
Tabela 09 – Projetos hidrelétricos outorgados até março de 2005.....	147
Tabela 10 – Projetos hidrelétricos inventariados até março de 2005.....	149

Lista de Quadros

Quadro 01 – Companhias de energia elétrica privatizadas no Brasil – entre 1995 e 2000.....	41
Quadro 02 – Lista preliminar de 15 hidrelétricas existentes (E) e 94 projetadas (I) nas três principais bacias fluviais de Goiás e do Distrito Federal (Paranaíba, Tocantins e Araguaia).....	59
Quadro 03 – Linhas de Transmissão do sistema FURNAS MG/GO e DF – 2005.....	136
Quadro 04 – Subestações do sistema interligado em operação entre os Estados de GO, MG, TO e DF – 2005.....	140
Quadro 05 – Projetos hidrelétricos licitados e contratados pela ANEEL em Goiás, entre junho de 2000 e novembro de 2002.....	155
Quadro 06 – Projetos hidrelétricos licitados e contratados pela ANEEL nos rios do Sudoeste de Goiás, entre junho de 2000 e novembro de 2002.....	181
Quadro 07 – Ficha-resumo do aproveitamento hidrelétrico Corumbá IV.....	198
Quadro 08 – Organização empresarial do projeto hidrelétrico Cana Brava.....	255

Lista de Figuras

Figura 01 – Estrutura anterior ao processo de privatização da indústria de eletricidade brasileira	38
Figura 02 – Novo modelo comercial da indústria de eletricidade brasileira depois do processo de privatização, entre 1996/2000.....	44
Figura 03 – Cartografia da localização preliminar das 15 hidrelétricas existentes (E) e 94 projetadas (I) nas três principais bacias fluviais de Goiás e do Distrito Federal (Paranaíba, Tocantins e Araguaia)	58
Figura 04 Mapa – Integração da parte norte de Goiás à Amazônia Legal.....	88
Figura 05 – Interligação do sistema elétrico do Triângulo Mineiro ao nacional – Mapa da ELETROBRÁS de 2000.....	136
Figura 06 – Rede elétrica nacional de FURNAS – 2002.....	137
Figura 07 – Integração do sistema Centro-Oeste e Norte do Brasil – 2004.....	139
Figura 08 – Sistema de distribuição da CEB – 2002.....	145
Figura 09 – Mapas de localização da represa Corumbá IV (folder do empreendimento e croquis temático regional).....	198

Lista de Fotografias

(01) Foto da cidade de <i>Goyaz</i> , em 1935.....	70
(02) Foto dos pioneiros da <i>Marcha para o Oeste</i> , em 1939.....	72
(03) Foto do Ministro do Governo Getúlio Vargas, João Alberto, em 1946, depois do sobrevôo na calha do rio Araguaia.....	74
(04) Foto dos primeiros acampamentos nas terras desmatadas para a construção da cidade de Goiânia, em 1936.....	75
(05) Foto de carro de bois trazendo o desenvolvimento e o progresso para Goiás, em 1936.....	77
(06) Foto da cidade de Goiânia, no dia do seu batismo, em 24 de outubro de 1942.....	79
(07) Foto do marco inicial da construção da nova capital da República, em 1957.....	81
(08) Foto aérea da nova capital da República, meses antes da inauguração em 21 de abril de 1960.....	83
(09a) Foto de Joaquim Guedes de Amorim e funcionários, em 19/04/1920, no dia da inauguração da usina termelétrica.....	109
(09b) Fotos da usina hidrelétrica instalada no rio Claro em Jataí/GO, em 1939.....	111
(10) Foto da usina hidrelétrica Cachoeira Dourada em setembro de 1958.....	116
(11) Foto dos primeiros postes de luz - Luminárias Econolite Cidade Livre - Núcleo Bandeirante – DF, em 1957.....	118
(12) Foto da usina hidrelétrica do Paranoá inaugurada em 1962.....	120
(13) Foto de Luminária Power Groove eixo Rodoviário Sul de Brasília, em 1974.....	122
(14) Foto da usina hidrelétrica de Itumbiara inaugurada em 1982.....	124
(15) Foto da usina hidrelétrica de Corumbá I inaugurada em 1996.....	125
(16) Foto da usina hidrelétrica de Serra da Mesa inaugurada em 1998.....	126
(17) Foto da usina hidrelétrica de São Simão inaugurada em 1978.....	127

(18) Foto da usina hidrelétrica de Emborcação inaugurada em 1982.....	128
(19) Foto da usina hidrelétrica de Cana Brava inaugurada em maio de 2002.....	130
(20) Foto das nascentes do rio Araguaia entre os municípios de Santa Rita do Araguaia/GO e Alta Araguaia/MT, 2005.....	157
(21) Foto da queda d'água da Cachoeira Couto Magalhães, em 2005.....	157
(23) Foto da Cachoeira de Couto Magalhães GO/MT, em 2005.....	157
(24) Foto da Cachoeira de Couto Magalhães GO/MT, em 2005.....	157
(25) Foto da Cachoeira de Couto Magalhães GO/MT, em 2005.....	157
(26) Foto da família do Antonio dos Santos da Silva que vive às margens da Cachoeira de Couto Magalhães GO/MT, em 2005.....	157
(27) Foto do rio Araguaia, na cidade de Aruanã/GO, onde se localiza um dos importantes pontos turísticos, em 2005.....	162
(28) Foto do cerrado do Sudoeste goiano no Município de Jataí/GO, em 2005.....	173
(29) Foto de um veado campeiro que foi localizado no Município de Serranópolis/GO, em 2005.....	173
(30) Foto de uma ema que foi localizada no município de Chapadão do Céu, em Goiás, em 2005.....	173
(31) Foto da Cachoeira do rio Sucuri localizada no Parque das Emas no município de Chapadão do Céu/GO, em 2005.....	173
(32) Foto do rio Itumiri, no Parque das Emas, localizado entre os Municípios de Chapadão do Céu e Serranópolis, em Goiás, em 2003.....	173
(33) Foto da Cachoeira do Parque das Ararás no Município de Serranópolis/GO, em 2005.....	173
(34) Foto da construção da barragem da usina Espora no rio Corrente entre os Municípios de Aporé e Serranópolis/GO, em 2005.....	178
(34) Foto da construção da barragem da usina Espora no rio Corrente entre os Municípios de Aporé e Serranópolis/GO, em 2005.....	178
(35) Foto do Parque Nacional das Emas, local onde se pretende instalar o aproveitamento hidrelétrico de Itumiri no rio Itumiri entre os Municípios de Serranópolis/Aporé, em /Goiás, em 2005.....	181
(36) Foto do local onde está sendo instalado o aproveitamento hidrelétrico Espora no rio Corrente entre os Municípios de Aporé/Serranópolis, em Goiás, em 2005.....	181

(37) Foto do local onde se pretende instalar o aproveitamento hidrelétrico Caçú no rio Claro no Município de Caçú, em Goiás, em 2005.....	182
(38) Foto do local onde se pretende instalar o aproveitamento hidrelétrico Barra dos Coqueiros no rio Claro entre os Municípios de Caçú e Cachoeira Alta, em Goiás, em 2005.....	182
(39) Foto do local onde se pretende instalar o aproveitamento hidrelétrico Salto do Verdinho no Verde entre os Municípios de Itarumã e Caçú, em Goiás, em 2005.....	182
(40) Foto do local onde se pretende instalar o aproveitamento hidrelétrico Olho d'água no rio Corrente, entre os Municípios de Itajá e Itarumã e em Goiás, em 2005.....	182
(41) Foto do local onde está sendo instalado o aproveitamento hidrelétrico Serra do Facão no rio São Marcos entre os Municípios de Catalão/GO e Davinópolis/MG, em 2003.....	185
(42) Foto da manifestação popular em Catalão, comemorando o dia internacional de ação contra construção de Barragens, 14 de março de 2003.....	185
(43) Foto da entrada do canteiro de obra da usina hidrelétrica de Corumbá IV, em 2005.....	195
(44) Foto das proximidades do canteiro de obra da usina hidrelétrica de Corumbá IV, em 2005.....	195
(45) Foto de Ricardo de Andrade Rangel, Promotor Público, em Goiás, em 2002.....	202
(46) Foto do canteiro de obra, construção das comportas de cheia da barragem de Corumbá IV, março de 2003.....	208
(47) Foto do canteiro de obra, construção do paredão da barragem de Corumbá IV, em março de 2003.....	208
(48) Foto do canteiro de obra da usina hidrelétrica Corumbá IV, em 2005.....	215
(49a) Foto do canteiro de obra da usina hidrelétrica de Corumbá IV, em 2005.....	215
(49b) Foto aérea do lago e da barragem da usina Corumbá IV em formação, em 2005.....	217
(50) Foto do cerrado às margens do rio Corumbá no Município de Luziânia/GO, antes da formação da barragem da usina Corumbá IV, em setembro de 2004.....	221
(51) Foto do cerrado as margens do rio Corumbá no Município de Luziânia/GO, depois do início da formação da barragem da usina Corumbá IV, em abril de 2005.....	221
(52) Foto da CEB promovendo a especulação imobiliária às margens da barragem de Corumbá IV, em 2005.....	223
(53) Foto de homens trabalhando na construção da barragem de Corumbá IV, em 2005.....	223
(54) Foto da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, em 1994.....	228

(54) Foto do lago e da barragem da usina hidrelétrica de Serra da Mesa, em 2002.....	242
(55) Foto da fachada do prédio de controle e operação da usina de Serra da Mesa, em 2005.....	246
(56) Foto da residência da família de Antônio Alves da Silva, em 2005.....	247
(57) Foto de Maria Conceição da Silva em 2005.....	252
(58) Foto do Bairro Santa Terezinha localizado às margens do reservatório da usina Cana Brava em Minaçu/GO, em 2002.....	258
(59) Foto do bairro Santa Terezinha alagado em função do enchimento do reservatório da usina Cana Brava, em novembro de 2001.....	258
(60) Foto de moradores ilhados em razão do enchimento do reservatório da usina Cana Brava em novembro de 2001.....	258
(61) Foto das famílias protestando em frente ao portão principal de acesso à usina Cana Brava, em 2001.....	258
(62) Foto do modelo de um dos conjuntos habitacionais construídos pelos grupos VBC e TRACTEBEL, em 2005.....	261
(63) Foto das famílias atingidas pela barragem de Cana Brava ocupando a sede do BID em Brasília, em maio 2005.....	262
(64) Foto do protesto promovido pelo MAB em frente à sede do BID em Brasília, em maio de 2005.....	262

Apresentação do escopo da pesquisa

Neste trabalho objetiva-se contribuir para a construção do conceito de eletrificação, entendido enquanto processo social. Dessa forma, introduzir-se no estudo do processo de eletrificação, o conceito de politização dos serviços de energia elétrica através de uma retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização. Nesta direção, busca-se identificar os conflitos sociais e políticos em razão da disputa entre capitais privado e estatal pela eletricidade em Goiás e no Distrito Federal, partindo-se dos referenciais bibliográficos selecionados e dos trabalhos de pesquisa de campo realizados.

A construção deste trabalho procura ajudar no desvendamento do jogo do poder inerente ao processo de eletrificação nestes territórios, admitindo a princípio que não é uma tarefa fácil. Para tal, parte-se do rearranjo institucional em 1995:

- a Lei 8.987/95 (regime de concessões);
- a Lei 9.074/95 (autoprodutor e produtor independente);
- a Lei 9.427/96 (ANEEL em substituição ao DNAEE).

Para estruturar e orientar melhor as diretrizes metodológicas deste trabalho, parte-se das seguintes hipóteses de trabalho:

- os eletrointensivos são importantes vetores para se explicar o recente avanço no processo de eletrificação em GO e no DF;
- os interesses pelos projetos hidrelétricos ultrapassam as reais necessidades de se gerar, transmitir, distribuir e comercializar eletricidade;
- o processo de mercantilização dos serviços de energia elétrica não resultou em melhores condições de vida humana em GO e no DF.

Este trabalho parte da constatação de que ainda está fortemente presente na literatura da área de Planejamento de Sistemas Energéticos, a idéia de eletrificação enquanto conceito estritamente técnico e/ou econômico. Normalmente, boa parte da literatura dessa área descreve a eletrificação através da multiplicidade de equipamentos tecnológicos utilizados no processo, dos serviços de mão-de-obra empregados e da quantidade de recursos financeiros disponíveis para se construir uma unidade hidrelétrica ou termelétrica, ou para as redes de transmissão e distribuição de eletricidade.

As descrições abrangem a quantidade de turbinas elétricas, a potência instalada, em MW, a energia obtida em MWh/ano. Ao analisar a operação nacional do sistema elétrico, contabilizam-se os quilômetros de linhas de transmissão em alta e baixa voltagem, o número imenso de subestações, as redes dos vários sistemas de distribuição de eletricidade e os contratos atacadistas de energia elétrica. No conjunto, estes elementos ajudam a caracterizar o processo de eletrificação. No entanto, é necessário avançar, valendo-se de análises sócio-históricas e institucionais dessa indústria, no sentido de explicá-la enquanto processo social, ou seja, resultado do permanente esforço coletivo da sociedade.

Esta pesquisa introduz a idéia de conflitos de territorialidade, como metodologia, procurando verificar no desenvolvimento sócio-histórico e institucional deste processo os conflitos que lhe são inerentes, utilizando-se da própria historiografia como produto social.

Partindo deste conceito, admite-se, aqui, que a eletrificação é, antes de tudo, um processo estruturante da sociedade industrial, algo onipresente em todos os aspectos da vida social da sociedade contemporânea, sobretudo, a partir do século XX, tornando-se desta forma, uma expressão da produção e do consumo coletivo de bens e serviços. Delimita-se o processo de desenvolvimento agroindustrial e mineral nos territórios de Goiás e do Distrito Federal mostrando a evolução social, no universo urbano-rural, como elementos estruturados a partir do referido processo de eletrificação.

Admite-se que o processo de eletrificação, além de social, é um campo de ação política: a idéia de que este serviço é um bem público, o seu planejamento precisa ter o caráter de política pública, mantendo a participação efetiva da população regional, sobretudo os atingidos pelas obras de instalação do sistema elétrico.

São feitas as seguintes indagações: A quem compete decidir instalar as usinas hidrelétricas, as termelétricas, as placas fotovoltaicas, as turbinas eólicas ou outros tipos de

geradores para a obtenção de energia elétrica? Em quem deve recair a decisão de estruturar e, ao mesmo tempo, desestruturar a vida de milhares de pessoas atingidas direta ou indiretamente pelo processo de eletrificação?

Os problemas advindos dessa decisão só poderão ser minimizados em alguns casos, retardados em outros ou, até mesmo, superados adequadamente na proporção em que se desenvolva um conhecimento científico e tecnológico comprometido com esses interesses amplos da comunidade.

Não há intenção aqui de chamar a atenção para o sonho do alcance de melhores indicadores de qualidade de vida humana prometidos pelo processo de eletrificação, mas sim para a dívida social e ambiental que este mesmo processo deixa para trás nos territórios de Goiás e do Distrito Federal. Nesta direção, a pesquisa de campo demonstra que estes problemas transformaram-se em traumas que atingiram não só os locais onde foi instalado um determinado empreendimento hidrelétrico ou termelétrico. Também se disseminaram problemas típicos da eletrificação por estes territórios, na proporção em que a indústria de energia elétrica avançou sobre toda extensão territorial, alterando a vida de populações urbanas e rurais, e dos ecossistemas do cerrado brasileiro e das calhas dos maiores rios das bacias do Paranaíba, Araguaia e Tocantins.

O processo de eletrificação nos territórios de Goiás e do Distrito Federal foi trabalhado sob diferentes aspectos durante os últimos 4 anos. Inicialmente, efetivaram-se as disciplinas na área de Planejamento de Sistemas Energéticos da Faculdade de Engenharia Mecânica, no Instituto de Economia, no Instituto de Geociências, todos na UNICAMP, e no Instituto de Eletrotécnica e Energia, da USP: além de pesquisas bibliográficas, de campo, participações em seminários, congressos e eventos em diversos centros de pesquisa do país.

Cabe registrar que o tema foi escolhido desde o início desta trajetória e, em seguida, trabalhou-se arduamente no afunilamento do objeto de investigação. O objeto de pesquisa, ora em análise, permitiu e, ao mesmo tempo, facilitou constantemente interconexões com diversas áreas do conhecimento científico e tecnológico, ajudando na condução do respectivo estudo de forma a compreender a temática geral deste trabalho.

Desta forma, tratou-se de reconstruir o cotidiano do processo de eletrificação, tendo como foco principal as recentes disputas entre capitalistas e o Estado no processo de eletrificação nos

territórios de Goiás e Distrito Federal. A criação de uma situação-problema contribuiu para dar as coordenadas delimitadoras de abrangência, tempo e propósitos.

Em meados de 2003, iniciou-se um período de estudos dirigidos acompanhados de intensas pesquisas de campo junto às empresas CELG, FURNAS, CEMIG, CEB, VBC, TRACTEBEL, CHESF. Vale ressaltar que esta pesquisa aconteceu em três grandes momentos:

- na etapa inicial da etapa de pesquisa buscou-se tomar conhecimento dos fatos sócio-históricos institucionais das empresas citadas acima através de sucessivas visitas às bibliotecas e departamentos operacionais das mesmas;

- em seguida, fez-se uma seleção bibliográfica nas bibliotecas da UFG, da UNICAMP, da USP, da UFRJ, do Centro de Memória da Eletricidade, da ELETROBRÁS, de FURNAS e da CELG, a fim de compilar fontes históricas e discursos oficiais com a finalidade de estruturar um campo teórico para este trabalho de pesquisa;

- na etapa final, foi realizada uma investigação de campo, visitando os seguintes locais: instalações hidrelétricas em operação, nos casos de Serra da Mesa e Cana Brava, ambas no rio Tocantins; instalações hidrelétricas em construção, nos casos de Corumbá IV, no rio Corumbá e de Espora, no rio Corrente; e finalmente, projetos hidrelétricos no estágio de licenciamento ambiental, nos casos de Serra do Facão, no rio São Marcos, Couto Magalhães, no rio Araguaia e também projetos hidrelétricos inventariados nos rios Corrente, Verde e Claro, afluentes do rio Paranaíba, e anunciados recentemente na região.

Procurou-se dar a devida atenção aos depoimentos colhidos de pessoas direta ou indiretamente ligadas à indústria de energia elétrica, cabendo destaque para aquelas famílias ameaçadas de serem atingidas por empreendimentos hidrelétricos.

Os referenciais bibliográficos, os trabalhos acadêmicos, os documentos oficiais de empresas, as fotografias, os depoimentos de técnicos, os depoimentos de atingidos por barragens, os recorte de jornais e revistas, além de visitas a sítios eletrônicos serviram como importantes instrumentos de investigação. Procurou-se também participar de congressos promovidos pelo Congresso Brasileiro de Energia – CBE, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, I Encontro de Ciências Sociais e Barragens – ECSB, dos seminários, das palestras, das orientações, das entrevistas com técnicos e pesquisadores, a fim de contribuir para a construção do conceito de eletrificação enquanto processo social. A partir deste instante, o trabalho foi subdividido em três grandes etapas, assim discriminadas:

- a primeira fase da pesquisa concentrou-se na confecção dos relatórios parciais de estudos dirigidos, enquanto processo que admitiu a abertura de especulações investigativas;
- a segunda fase da pesquisa concentrou-se na elaboração da temática de pesquisa e subsequente aprofundamento do respectivo objeto de investigação;
- a terceira e última fase da pesquisa concentrou-se precisamente no processo de depuração da temática e de seu objeto de estudo, podendo demonstrar a idéia de que a eletrificação é um processo social e que isso pode ser comprovado em Goiás e no Distrito Federal, conforme apresentação da redação final desse trabalho.

Ademais, o processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal pode ser tratado ao mesmo tempo de forma geral e particular. Este processo foi entendido levando em consideração os limites e possibilidades da sua efetivação no Brasil, sem perder de vista as peculiaridades deste mesmo processo nos referidos territórios locais e regionais.

É importante frisar, porém, que esse diálogo entre disciplinas não se restringe às chamadas ciências humanas. A visão multidisciplinar é deliberadamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências biológicas e das exatas pelo seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência interior de cada pesquisador. É em razão desta opção política que o conceito de eletrificação, enquanto um processo social, ultrapassa os limites técnicos e/ou econômicos e passa a alcançar uma dimensão cultural-ideológica.

Em linha geral, este trabalho procura compreender os problemas políticos e sociais inerentes à disputa entre capitalistas e o Estado no processo de eletrificação dos territórios de Goiás e do Distrito Federal. O resultado dessa *guerra* pode ser avaliado pelos indicadores de concentração de poder econômico, observando-se a atuação dominante de oligopólios e de monopólios, a exemplos de casos aqui analisados. O capital dessa forma acumulado pode ou não ser posteriormente aplicado nessas mesmas atividades; são marcas próprias desse sistema a diversificação das aplicações de cada grupo capitalista (carteiras, *portfolios*) e a livre circulação dos capitais entre setores e locais.

No caso de Goiás, o campo econômico dos negócios elétricos, desde a fase pioneira das primeiras décadas do século XX até os anos de 1955, com a criação da CELG, estava sob o controle do capital privado (na prática, os mercados estavam sob o domínio da AMFORP). No decorrer da segunda metade do século XX, até a década de 1980, passou a ser dominado, e

disputado, quase que exclusivamente por Companhias estaduais e federais (CELG, CEMIG, FURNAS, CEB e ELETRONORTE) que passaram a operar o sistema elétrico nos respectivos territórios.

O que se passa hoje é bem distinto, resulta da investida neoliberal transnacional, iniciada no final dos anos de 1980 e que ainda hoje prossegue: houve uma retração sensível das Companhias estaduais e federais face à expansão do sistema elétrico privado, junto com o *esquartejamento* sistemático das respectivas Companhias estatais, incluindo a maior delas (FURNAS) e a perda de controle estatal da CELG. Foram privatizados importantes trechos de rios e sítios hidrográficos, a exemplo dos grupos VBC e TRACTEBEL que se associaram a FURNAS para dominar e controlar o rio Tocantins na sua parte alta.

O capital estrangeiro teve uma presença crescente até dominar um bom pedaço da indústria de energia elétrica em Goiás e no Distrito Federal, especialmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando se contratou o escritório inglês de consultoria COOPERS & LYBRAND, em 1996. O delineamento da desestatização das Companhias de energia elétrica no país, feito por este escritório, começou de modo avassalador, durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, o qual teve de fazer algumas adaptações e foi deixando vários problemas pendentes pelo caminho como, por exemplo, o caso do sistema de transmissão de eletricidade, que contribuiu dentro de outros fatores para eclosão da crise de oferta de eletricidade entre 2000/01.

Por esta via, a usina de Cachoeira Dourada de propriedade da CELG até então, passou para o controle da ENDESA, de capital europeu, que já vinha adquirindo companhias estatais de eletricidade e telefonia na Argentina e no Chile, na mesma época em que comprou da CELG a respectiva usina hidrelétrica, em 1997, por R\$ 726 mil.

Ao mesmo tempo, os grupos VBC e TRACTEBEL também se constituíram em consórcio para disputar os projetos hidrelétricos de Serra da Mesa e Cana Brava com a estatal FURNAS, em 1996. Cabe registrar, a partir de então, a presença crescente de outros grupos transnacionais e de intermediários brasileiros disputando o mercado de eletricidade nos territórios de Goiás e do Distrito Federal, por exemplo, os grupos privados Corumbá Concessões, ALCOA, ALCAN, REDE, Níquel Tocantins, SAMA, COIMBRA, BRASFERTL, VOTORANTIM e até mesmo as tradicionais famílias como as Caiado, Siqueira, Valadão e Machado.

É verdade que o capital nacional não foi completamente anulado, pois algumas companhias privadas e importantes grupos que ainda insistiam em permanecer operando na indústria de eletricidade, mesmo durante a fase estatal, se transformaram em sujeitos econômicos de primeira grandeza, atuando em geral como sócios das estrangeiras, a exemplo do grupo VBC e por meio de grande alavancagem do financiamento público, a exemplo da Companhia Cataguases-Leopoldina, que detém boa parte do capital da distribuidora de eletricidade de Brasília – CEB; e o grupo industrial Votorantim, que já operava suas próprias usinas no vale do Juquiá, em São Paulo, e detinha o controle da Cherp, em Santa Cruz do Rio Pardo (no meio oeste paulista) se juntou aos grupos Bradesco e Camargo Correa (que construiu muitas usinas e mantinha sociedade com Companhias eletrointensivas no Pará e no Maranhão) formando o grupo VBC. Esse grupo durante o processo de privatização associou-se a FURNAS e tornou-se sócio majoritário na operação da usina hidrelétrica de Serra da Mesa.

Alguns grupos empresariais se destacaram por se tornarem donos de usinas hidrelétricas ou termelétricas, na condição de autoprodutores de eletricidade, a exemplo das metalúrgicas ALCAN, EBESA, CBA, do grupo Votorantim, várias fundições de ferro-liga e em alguns casos, até mesmo os produtores independentes, em forma de consórcio. Menos conhecidas, mas merecem registro, são as empresas novas ou subsidiárias (autoprodutor e produtor independente) especificamente criadas para disputar as licitações de usinas feitas pela agência reguladora, a ANEEL, como a Corumbá Concessões, controlada pelo grupo de Joaquim Roriz e Marconi Perillo, a Santa Edwiges da família Caiado, a Caiapó da família Valadão, e tantas outras que têm se apresentado como candidatas a construir em Goiás as dezenas de possíveis hidrelétricas, licitadas pela ANEEL. Na maioria das vezes, trata-se de projetos classificados como de pequena potência elétrica (PCHs, abaixo de 30 MW), mas que vêm disseminando numerosos problemas fundiários, sociais e ambientais nestes respectivos territórios.

Dessa forma, este trabalho investigativo é um esforço sistematizado para conhecer o processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal, a sua relação com a sociedade e sua economia. O estágio atual do desenvolvimento da indústria de energia elétrica nos referidos territórios já o exigia. Não apenas para atender a demanda de autoconhecimento gerado por essa indústria, em face da preocupação contemporânea com a preservação da memória do processo de eletrificação, mas também para responder à indagação científica ou acadêmica sobre o percurso desenvolvido pela produção e utilização da eletricidade na respectiva região.

Sobretudo, nas últimas três décadas do século XX, a história da eletricidade em Goiás e no Distrito Federal registrou alterações quantitativas e qualitativas que podem ser relevantes para a área de Planejamento de Sistemas Energéticos, justificando um levantamento das suas motivações políticas, sociais, econômicas e técnicas. Este trabalho deve aspirar a suscitar outras pesquisas e novos esforços de síntese, com vistas ao aprofundamento dos temas e assuntos nele levantados e estudados.

A sociedade goiana, desde a primeira metade do século XX, tem acolhido e acompanhado o impacto da presença multiforme da eletricidade. Desde o surgimento da iluminação elétrica pública e doméstica em *Goyaz*, o goiano tem mudado a sua forma de morar, transportar-se, trabalhar, curar-se, divertir-se e estudar, segundo o acesso aos bens e serviços postos à disposição pela aplicação da eletricidade.

O crescimento econômico induzido pela oferta de eletricidade seguiu paralelamente ao desenvolvimento social que pode ser analisado por indicadores das condições de vida da população: as unidades de cirurgia e radioterapias hospitalares, os eletrodomésticos, os aparelhos de climatização, os computadores, o cinema, o rádio, a televisão, a iluminação artificial e a iluminação noturna dependem de eletricidade tanto quanto as agroindústrias, as mineradoras e os centros comerciais, que asseguram dezenas de milhares de empregos à força de trabalho nos territórios de Goiás e do Distrito Federal.

A mudança de mentalidade da população regional, a partir da oferta crescente de eletricidade, juntou-se à evolução dos conceitos relativos à propriedade e à gestão das empresas que geram, transmitem e distribuem a energia elétrica.

A população local ainda se ressentia pela falta de uma análise que suscitasse a reflexão sobre os significados que possam ser atribuídas à expansão agroindustrial e mineral, a criação das capitais de Goiânia e Brasília, e a separação da parte Norte de Goiás (Estado do Tocantins) no processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal, e a disputa de capitalistas e do Estado pela energia elétrica regional. Essa constatação em parte explica-se pelo jogo de interesses envolvidos na geração, transmissão e distribuição de eletricidade e do comando da acumulação de capital em seu sentido mais amplo.

Demanda-se eletricidade para mover os motores elétricos que o *sistema* pressiona para vender, tanto quanto se demanda energia elétrica para usar os chuveiros elétricos, as geladeiras e os equipamentos de irrigação que as indústrias vendem. Dessa forma, gerar eletricidade é um

bom negócio do capitalismo moderno. Nessa região, os maiores capitais acumulam-se mediante a instalação de projetos hidrelétricos que representam controle de eletricidade e que influem no controle do lucro de outras atividades produtivas, tais como na mineração e na agroindústria.

A relevância deste trabalho para a respectiva região localiza-se no seguinte problema: a quem interessa o processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal? A análise econômica neoclássica da energia tem sido operacional. Raramente questiona-se o sentido de finalidade da indústria de energia elétrica. Há uma diferença entre o processo de eletrificação sócio-histórico e o da aplicação de capitais na exploração de projetos hidrelétricos e redes de transmissão e distribuição de eletricidade. Por isso mesmo, o interesse pelos significados que podem ser atribuídos ao processo de eletrificação nos territórios de Goiás e do Distrito Federal.

Enfim, a relevância deste trabalho para a área de Planejamento de Sistemas Energéticos centra-se em pensar a eletrificação, enquanto um processo político e social. Além do mais, revelar as populações locais e regionais os atores que comandam as decisões do processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal, conforme segue as análises dos Capítulos.

CAPÍTULO 1

Referências e conceitos sobre a indústria de energia elétrica, a era da privatização e os métodos adotados para a pesquisa de problemas políticos e sociais

Introdução

A indústria de energia elétrica, no sentido aqui adotado, é compreendida por meio do conceito de eletrificação como um processo social. O que quer dizer isto? É, acima de tudo, uma proposta metodológica e política para se pensar o processo de eletrificação. Ao longo da trajetória histórica e institucional dessa indústria conservou-se a idéia de eletrificação como um processo reduzido apenas aos problemas técnicos e econômicos. É comum presenciar, na literatura da área de energia, uma consciência tipo tecnocrática, reducionista, que, por vezes, chega, até mesmo, a negar as determinações sociais e políticas que levam à eletrificação de um determinado território. A propósito, MARANHÃO faz a seguinte afirmação:

A eletrificação é um processo social extremamente importante, extremamente decisivo, e que, para sua percepção, não basta apontarmos as conseqüências sociais da eletrificação
(1).

¹ MARANHÃO, Ricardo. **Para um Conceito de Eletrificação no Brasil como Processo Social**. Anais do Primeiro Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: 1986. p. 117.

Segundo esse autor, é necessário pensar a eletrificação enquanto processo sócio-histórico e institucional. Ela é um processo importante, uma vez que também contribui para estruturar e desestruturar parte da mesma sociedade. Desse modo, não é suficiente apenas admitir as conseqüências sociais desse processo. É necessário pensar, de forma mais ampla possível, o caráter sócio-histórico desse referido processo. Além do mais, é impossível pensar em um conceito de eletrificação sem levar em consideração o de industrialização.

O conceito de industrialização, no sentido aqui adotado, não se reduz às noções estritas de *progresso técnico*, *modernidade* e nem mesmo à afluência de fábricas, máquinas, chaminés e operários. Por industrialização, compreende-se aqui, algo que faz parte da estruturação de toda a sociedade. A industrialização também é um processo social, portanto, opção política.

Neste trabalho, admite-se que a eletrificação não é apenas um processo auxiliar da industrialização, mas também fator estruturante. Pode-se dizer que uma das características fundamentais da indústria de energia elétrica no Brasil é ser monopolista e dependente do capital estrangeiro. Essa indústria está presente no cotidiano da vida social contemporânea, particularmente, nos casos de Goiás e do Distrito Federal, a partir da segunda metade do século XX. A eletricidade pode ser vista como um meio de consumo coletivo. Nesse aspecto, levanta-se a hipótese de que a evolução da estruturação social destes territórios, no universo urbano-industrial, estruturou-se, em parte, a partir de interesses *externos*.

Ao afirmar que a eletrificação é um processo social, automaticamente admite-se que ela é um serviço público, isto é, aceita-se a prerrogativa política da energia elétrica. No Brasil, a indústria de eletricidade surge como um bem público, portanto, objeto de um poder concedente, ou seja, decisão de Estado em concedê-la. É certo que a presença do Estado só se tornou visível na outorga desse serviço depois da promulgação do Código de Águas em 1934. A partir de então, segundo MARANHÃO, deflagrou-se a imediata *politização* das ações das empresas geradoras de eletricidade ⁽²⁾.

MIELNIK admite que a indústria de energia elétrica não é neutra ⁽³⁾. Ela é condicionada pela estratégia das empresas de bens e serviços que atuam nesses mercados; ou pelo menos têm alguma determinação dada por tal estratégia. Tal fato pode ser

² MARANHÃO, 1986.

³ MIELNIK, Otávio. **Influência das Estruturas Empresariais no Desenvolvimento Energético**. Anais do Primeiro Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: 1986. p. 80.

constatado através dos vários estudos empreendidos, relativos à situação da geração e do consumo de eletricidade no Brasil ao longo do século XX até os dias atuais. A indústria de eletricidade sempre foi cobiçada pelos grandes grupos industriais, sobretudo, os financeiros.

Existe historicamente um estrito vínculo entre o sistema financeiro e a indústria de energia elétrica que, nos casos de Goiás e do Distrito Federal, tornou-se evidente a partir da segunda metade do século XX. O avanço tecnológico, o poderio industrial e a capacidade comercial explicam, em parte, esta situação. BRODER confirma que, sem os bancos, quase nada poderia ter sido realizado nesta escala ⁽⁴⁾.

Em termos gerais, os casos estudados aqui indicam que o processo de eletrificação nos territórios de Goiás e do Distrito Federal pode ser avaliado pelos indicadores de concentração de poder político e controle social, observando-se a atuação dominante de oligopólios e de monopólios das empresas de energia elétrica. De todo modo, são indicadores daquilo que realmente interessa aos capitalistas: o ritmo e o montante de acumulação de capital oriundo dos lucros e das rendas desta atividade, ou seja, gerar, transmitir, comprar e vender eletricidade, conforme lembra SEVÁ ⁽⁵⁾. Em Goiás, por exemplo, o faturamento dessa indústria na área de geração de eletricidade, em 2004, foi em torno de R\$ 1,2 bilhão. Já na área de distribuição alcançou a cifra de R\$ 4,7 bilhões ⁽⁶⁾.

As conseqüências do processo de eletrificação progressiva, na era da privatização em Goiás e no Distrito Federal – para a sua população e para o seu território –, são amplas, duradouras e diversificadas. A pesquisa de problemas sociais e políticos – em decorrência das 15 usinas e represas instaladas e algumas em fase final de construção, além de 94 projetos hidrelétricos inventariados – levou a enumerar as principais conseqüências desses eventos, conforme classifica SEVÁ ⁽⁷⁾.

1) sociais: a maior delas é a própria aceleração do uso da eletricidade com repercussões em todos os setores da vida e da atividade econômica. A síntese pode ser vista pela amplitude das jornadas (iluminação) e pelo avanço da mecanização nas indústrias e na

⁴ BRODER, Albert. **Os Bancos e o Desenvolvimento da Indústria de Energia Elétrica Européia**. Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia. Vol. 2. São Paulo: 1986. p. 86.

⁵ SEVÁ, A. Oswaldo Filho. **Processo de eletrificação: a guerra econômica e os interesses sociais**. Minuta para Projeto FASE-Amazônia. Campinas – SP: Agosto de 2004.

⁶ Nota: dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.eletrobras.gov.br, em janeiro de 2005. Balancete das Companhias de Energia Elétrica.

⁷ SEVÁ, A. Oswaldo Filho. **Conhecimento Crítico das megahidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais**. Comunicação apresentada ao GT Energia e Meio Ambiente, do 2º Encontro Nacional da ANPPAS. Indaiatuba. São Paulo: maio de 2004.

esfera ou ambiente doméstico e coletivo. Outro fato marcante, e que surge juntamente com a eletrificação, é o assalariamento de grandes contingentes humanos nos canteiros de obras;

2) fundiárias: propriedades são esburacadas em busca de pedras e terra; glebas agrícolas e matas se tornam canteiros e são atravessadas, enquanto algumas poucas glebas de terra se valorizam; de todo modo, quando há atingidos reconhecidos como tal, novas glebas rurais e urbanas devem ser destinadas às populações deslocadas;

3) ambientais: aumenta o desmatamento das barrancas e das terras ribeirinhas com a disseminação dos represamentos dos rios e do desvio de suas vazões; formam-se novos sistemas naturais que, em parte, passam a ser gerenciados pelas empresas. Estes sistemas ficam também sujeitos às degradações de outras origens ocorridas nas suas respectivas bacias de captação, à montante de cada barragem.

Deve-se estar muito atento a tais conseqüências, mesmo que tudo isso possa ser aceito em função do *progresso e da modernidade*. De fato, usar eletricidade parece algo adquirido pela sociedade em quase todo o mundo, e no horizonte atual, o suprimento de eletricidade terá que ser providenciado e administrado por muitas gerações a longo prazo. Desse modo, faz-se aqui uma síntese das principais constatações dos estudos de casos, realizados entre os anos de 2003 a 2005, uma seleção de tópicos considerados relevantes no contexto de uma abordagem cronológica dos acontecimentos que marcaram o recente processo de eletrificação nos territórios de Goiás e do Distrito Federal.

Neste trabalho, buscou-se traçar um quadro atual dos problemas políticos e sociais inerentes à indústria de energia elétrica, mantendo, na medida do possível, os mesmos elementos norteadores da sistematização dos resultados obtidos durante a pesquisa de campo. Com base em visitas realizadas nos locais de barragens, onde encontra-se o maior contingente de famílias desalojadas pela construção de projetos hidrelétricos, foram enfocadas questões julgadas importantes para uma adequada apreensão dos estágios de desenvolvimento das ações voltadas para o atendimento das populações atingidas pela indústria de energia elétrica nos referidos territórios.

Na realidade, este trabalho de pesquisa tem como uma de suas metas que as conclusões arroladas possam ser úteis na tomada de decisões relativas à indústria de eletricidade. Aqui interessa, não apenas conhecimento do cotidiano presentemente vivido, mas, também, acompanhamento da evolução do conjunto de ações, comportamentos,

expectativas e aspirações manifestas pelos atingidos por estes empreendimentos hidrelétricos e igualmente pelos empreendedores dessas obras.

A seguir, apresenta-se detalhadamente a estruturação deste Capítulo.

Sumário do Capítulo

- 1.1 Organização da indústria de eletricidade antes da privatização
- 1.2 Contexto da reforma institucional da indústria de energia elétrica
- 1.3 Problemas pós-privatização e a reforma proposta no governo Lula
- 1.4 Consumidores eletrointensivos em busca de projetos hidrelétricos
- 1.5 Goiás como um território estadual peculiar e que abriga muitos projetos hidrelétricos, e alguns consumidores eletrointensivos
- 1.6 Abordagens adotadas para a pesquisa dos problemas políticos e sociais

1.1 Organização da indústria de eletricidade antes da privatização

Quase toda capacidade de geração elétrica, instalada no Brasil, algo próximo dos 90% da potência total, usa a fonte hidráulica e se baseia em duas coisas aparentemente *gratuitas*: a água das chuvas e a força da gravidade ⁽⁸⁾. Devido à extensão privilegiada do território brasileiro, muitos rios são caudalosos e suas bacias hidrográficas estão localizadas em todas as regiões geográficas apresentando diferenças importantes entre elas no que se refere aos regimes de chuvas e às capacidades de absorção e de evaporação de água. Nos trechos de planalto sua declividade é suave e, quando barrados, formam grandes *lagos*.

Esta energia potencial é própria da natureza, ou seja, nos rios que possuem quedas, saltos são recriados pela engenharia para fazer o fluxo d'água cair e passar por meio das turbinas, que fazem mover geradores elétricos. Se as barragens forem construídas em sequência, ao longo do curso de um determinado rio, a mesma vazão d'água pode ser turbinada por várias vezes antes de alcançar o oceano.

Os místicos diriam que tudo isso é uma bênção; os técnicos que é uma enorme vantagem comparativa com outros sistemas. Ambos têm razão. A vida útil de uma usina hidrelétrica pode alcançar algo próximo a 100 anos, dependendo dos devidos cuidados

⁸ Nota: informação extraída do seguinte sítio eletrônico: www.eletrobras.gov.br, em 20 de agosto de 2005.

técnicos e operacionais tidos no momento da construção da obra e da manutenção periódica que forem feitas ao longo da sua vida útil. Mas pode também durar poucos anos se sobrevierem os desgastes dos tremores de terra ou das rachaduras dos prédios de concreto provocado pelo assoreamento das represas ⁽⁹⁾.

A obra de construção civil, em princípio, é uma técnica já dominada por engenheiros e peões brasileiros. A operação das usinas e represas, complexa e sujeita a fatores cumulativos e cíclicos, é considerada tecnologia conhecida e em constante aperfeiçoamento. Mas os equipamentos se desgastam, necessitam ser verificados e desmontados periodicamente ou eventualmente substituídos, havendo partes e peças com duração estimada entre trinta a quarenta anos de uso.

No investimento inicial de construção gasta-se bastante. Há um investimento também no transporte da energia elétrica até o local onde interessa vendê-la e utilizá-la, o que exige construir Linhas de Transmissão – LTs que atravessam terras por centenas de km, às vezes alguns milhares. É necessário ainda construir as Subestações Elétricas – SEs, cuja função é rebaixar ou elevar tensões, juntar ou seccionar fluxos de energia, vindo ou indo para distintas direções e modular a qualidade da energia fornecida ⁽¹⁰⁾.

O *combustível*, como se pode observar, é *gratuito* e o custo operacional, em geral, é baixo. Como a quantidade de chuvas varia a cada ano e, a curto prazo, o regime de chuvas está sujeito a oscilações imprevistas, daí a necessidade de se construir grandes reservatórios. Atualmente, muitas das barragens em operação no Brasil, nas regiões mais pluviosas, bacia e sub-bacias do rio Paraná, têm capacidade de acumular água suficiente para até cinco anos de operação, chova muito ou pouco. Quando o sistema elétrico nacional era quase todo estatal, começava-se a buscar o acréscimo de oferta, construindo novas usinas quando a margem de risco de desabastecimento atingia 5% no quinto ano ⁽¹¹⁾.

As chuvas também variam de região para região no Brasil. Para aproveitar essa variedade, o sistema foi interligado por mais de 4 mil quilômetros de linhas de transmissão, do Rio Grande do Sul ao Maranhão. Este sistema começou a sofrer uma rápida expansão no

⁹ Nota: boa parte da construção deste Capítulo só foi possível graças a colaboração direta dos engenheiros aposentados de FURNAS, Antônio Carlos Pantoja e Olavo Cabral Ramos Filho, através de entrevista concedida, em 6 de junho de 2005, na sede do Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor de Energia), na cidade do Rio de Janeiro. Cabe registrar também que, na proporção em que os entrevistados iam expondo as suas versões sobre o processo de desregulamentação e privatização da indústria de energia elétrica no Brasil, anotações foram feitas com a finalidade de serem usadas como referências para a elaboração deste trabalho.

¹⁰ Nota: anotações extraídas da entrevista que foi concedida pelos engenheiros aposentados de FURNAS.

¹¹ Nota: anotações extraídas da entrevista que foi concedida pelos engenheiros aposentados de FURNAS.

seu processo de construção a partir do governo militar e só foi considerado concluído quando se fez a interligação norte/sul em 24 de maio de 2002, inaugurada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, ligando simbolicamente uma chave na subestação da usina de Serra da Mesa em Minaçu, no Norte de Goiás.

Em função do peculiar regime hídrico nas regiões brasileiras, a indústria de energia elétrica, a partir dos anos 1960, passou a planejar a expansão do sistema elétrico dentro de uma perspectiva de longo prazo; primeiro com planos decenais e depois com horizontes de vinte e cinco anos (os mais conhecidos são os Planos 2000, 2005, 2010, 2015) ⁽¹²⁾. Um *operador* centralizado, na realidade um *board*, uma mesa de operações, o antigo G.C.O.I (Grupo Coordenador da Operação do Sistema Interligado), hoje ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), tornou-se capaz de racionalizar o uso da água e regularizar fluxos de vários rios em vastas regiões do país. Os reservatórios situados em diferentes bacias hidrográficas, que não têm nenhuma ligação física entre si, passaram a funcionar como vasos comunicantes, que na realidade não são, em termos de água, mas são em termos de energia elétrica, através das LTs ⁽¹³⁾.

Caso ocorra pouca chuva na bacia do São Francisco e muita nas bacias do Paranaíba do Tocantins, por exemplo, as usinas de Sobradinho até Xingó, passando por Paulo Afonso, são prescritas para colocar pouca energia na rede. Desse modo, economizam sua água que se tornou preciosa, e as usinas de Serra da Mesa e de Tucuruí podem fazer a compensação. Ao colocar mais potência na rede, a usina de Serra da Mesa ou mesmo qualquer outra usina hidrelétrica, desde que esteja interligada ao sistema elétrico nacional, *cede água* de sua represa, ou de seu rio para aliviar a situação do rio São Francisco.

Nos lares, escritórios e fábricas não é possível perceber o rearranjo que permite otimizar o fornecimento de energia e a distribuição da água no território nacional em cada momento. No Brasil, como se vê, as linhas de transmissão integram o sistema de produção de energia elétrica e não são feitas simplesmente para fazer a eletricidade escoar de um determinado ponto (centro de geração) até outro (um consumidor ou um centro de carga). Ligando hoje cerca de dois terços do território nacional, essas linhas ajudam a fazer com que a capacidade de geração hidrelétrica brasileira, vista na sua totalidade, possa ser

¹² Nota: dados extraídos da página do seguinte sítio eletrônico: www.eletrobras.gov.br, em 20 de julho de 2005.

¹³ SEVÁ, Arsênio Oswaldo Filho. **Aguanistão: as caixas d'água da chuva brasileira**. Campinas. 2003. Texto mimeografado, edição do próprio autor.

considerada equivalente até 25% a um acréscimo da soma da capacidade das usinas instaladas ⁽¹⁴⁾.

Para produzir tamanha sinergia necessita-se, é claro, de uma operação coordenada do sistema. Coordenada primeiro em cada bacia, pois a decisão de produzir ou economizar energia (ou seja, verter ou represar água) tomada por uma usina situada a montante, define as condições de operação das usinas situadas a jusante. Tal necessidade de coordenação envolve também bacias diferentes como, por exemplo, no caso da calha dos rios no Centro-Oeste que se alimenta de eletricidade gerada nas usinas localizadas nos rios Paranaíba e Tocantins ⁽¹⁵⁾.

Mais ainda: a coordenação é necessária não apenas à operação do sistema que já existe, mas também às decisões de investimento para sua expansão, pois a viabilidade e a rentabilidade de uma usina nova dependem de suas possibilidades de integração ao conjunto da rede. Toma-se como exemplo o caso de Serra da Mesa e Cana Brava, ambas no rio Tocantins. Na estação chuvosa essas usinas podem produzir, juntas, algo equivalente a uma potência de 1.700 MW. Para avaliar se elas são econômicas é necessário conhecer suas possibilidades de interação com outras usinas localizadas no mesmo rio ou em outras bacias e afluentes que têm outro regime de chuvas.

A correta operação do sistema exige, pois, uma visão de conjunto no espaço e um largo horizonte de tempo (uma hidrelétrica leva, em geral, de cinco a sete anos para ser construída). A idéia de operar cada usina isoladamente ou de decidir isoladamente pela realização de um investimento novo não tem sentido no sistema elétrico interligado. Esta é uma especificidade do modelo brasileiro ⁽¹⁶⁾.

Desde sua implantação pioneira nas primeiras décadas do século XX, o sistema elétrico brasileiro se concentrou nas principais cidades e regiões industriais. Em seguida, na metade daquele século, começou a se expandir significativamente sobre o território de alguns Estados e atingiu, no final do século, quase todos eles (exceto os chamados sistemas isolados em RO, AC, AM, RR, AP e partes do PA e MT). A oferta de energia elétrica

¹⁴ Nota: anotações extraídas da entrevista que foi concedida pelos engenheiros aposentados de FURNAS.

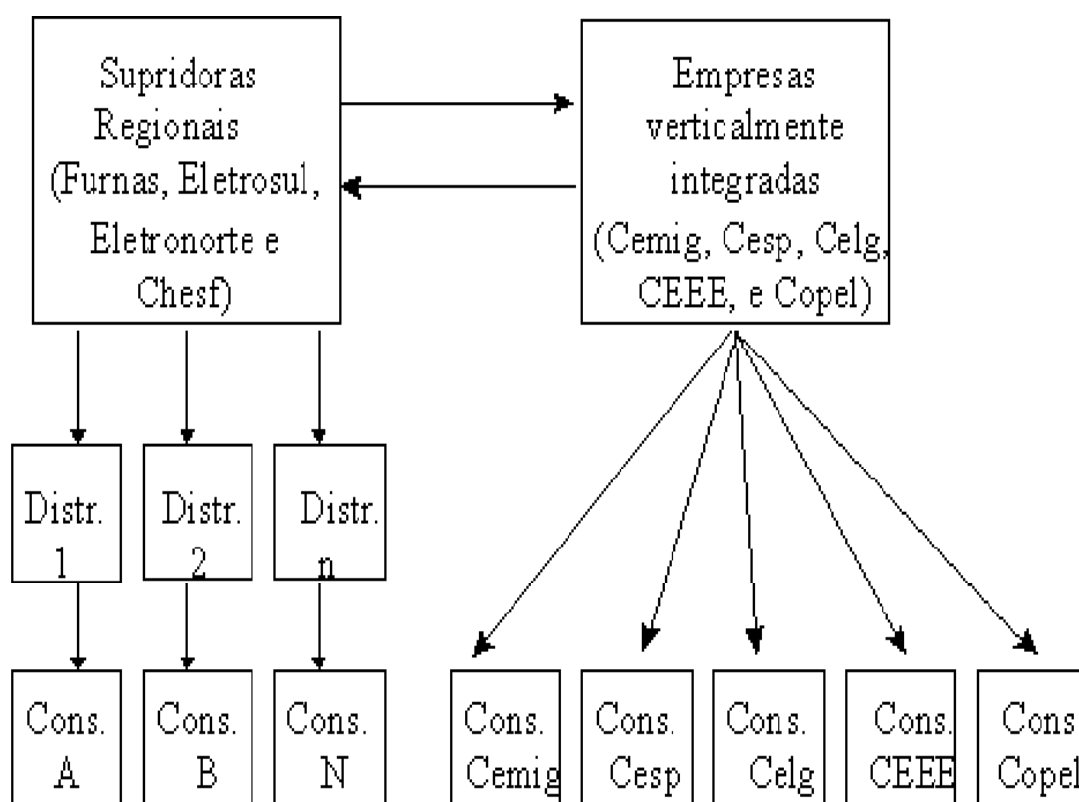
¹⁵ Nota: anotações extraídas da entrevista que foi concedida pelos engenheiros aposentados de FURNAS.

¹⁶ Nota: em boa parte dos países europeus, por exemplo, a produção de eletricidade baseia-se principalmente em usinas térmicas que usam carvão, gás, petróleo ou mesmo as term nucleares que usam urânio enriquecido. Elas, sim, funcionam isoladamente, sem sinergia. E são muito mais caras. Este sistema elétrico não acumula *combustível gratuito*, pois tem de comprá-lo todos os dias no mercado; gastam muito em manutenção; precisam ser completamente reconstruídas a cada período de 25 anos, ou às vezes menos.

segura, barata e em abundância tornou-se a principal característica da indústria de energia elétrica no Brasil ⁽¹⁷⁾.

A estrutura da indústria de energia elétrica brasileira antes da privatização era mista. Ela era formada por diversas empresas que atuavam em segmentos específicos e por outras, verticalmente integradas. Era constituída, basicamente, por empresas estatais federais e estaduais, cuja operação e expansão ocorria sob a égide de um planejamento centralizado por parte do governo federal através da ELETROBRÁS, conforme demonstra a figura 01 a seguir:

Figura 01 – Estrutura anterior ao processo de privatização da indústria de eletricidade brasileira ⁽¹⁸⁾



¹⁷ Nota: anotações extraídas da entrevista que foi concedida pelos engenheiros aposentados de FURNAS.

¹⁸ Nota: figura extraída da COOPERS & LYBRAND. **Projeto de reestruturação do setor elétrico brasileiro.** Jun./1997.

1.2 Contexto da reforma institucional da indústria de energia elétrica

Até 1995, quando a reestruturação do setor elétrico brasileiro foi iniciada, o papel desempenhado pelo Estado era significativo para garantir os investimentos necessários para expansão da geração de eletricidade. Hoje, o processo de reestruturação da indústria de energia elétrica determinado pela privatização das empresas de eletricidade (geração, transmissão e distribuição) impõe novos contornos, exigindo uma reformulação das estratégias que vinham sendo até então utilizadas. Sob o ponto de vista dos novos instrumentos legais criados no processo de rearranjo institucional da indústria de energia elétrica, cabe assinalar a promulgação da Lei das Concessões 8.987/95 e do Decreto 9.074/95 que regulamentaram o artigo 175 da Constituição, estabelecendo normas para outorga e prorrogação de concessões.

A Lei 8.987/95 dispõe sobre o regime concorrencial na licitação de concessões para projetos de geração e transmissão de energia elétrica. Os prazos para as concessões de geração foram fixados para um horizonte de 35 anos. Por sua vez, a Lei 9.074/95 criou a figura jurídica do Produtor Independente de energia elétrica, posteriormente regulamentada pelo Decreto 2.003/96. Ela foi modificada por outras duas novas leis: Lei 9.427/96 e Lei 9.648/98 que estabeleceram as condições para a outorga de concessão ou autorização para o produtor independente.

Os Contratos de Concessão estabelecidos pela ANEEL, a partir de 1997, com as empresas de geração, poderiam representar um poderoso instrumento para garantir a expansão do sistema elétrico ⁽¹⁹⁾. Alguns problemas podem ser identificados, o que aponta a

¹⁹ Nota: a legislação básica do setor elétrico se formou ao longo de quase 70 anos de história. É uma soma de artigos da Constituição, leis complementares e ordinárias, decretos, portarias interministeriais, portarias do Ministério de Minas e Energia e do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), resoluções da ANEEL, conjuntas e CONAMA. Os marcos da modernização deste segmento, quando esgota o papel do Estado investidor, são a Lei de Concessões de Serviços Públicos, de fevereiro de 1995 e a Lei 9.427/1996, que trata da criação da ANEEL. Além das atribuições previstas e de outras incumbências expressamente previstas em lei, compete à ANEEL: promover, mediante delegação, com base no plano de outorgas e diretrizes aprovadas pelo Poder Concedente, os procedimentos licitatórios para a contratação de concessionárias e permissionárias de serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão para aproveitamento de potenciais hidráulicos; gerir os contratos de concessão ou de permissão de serviços públicos de energia elétrica, de concessão de uso de bem público, bem como fiscalizar, diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e a prestação dos serviços de energia elétrica; estabelecer tarifas para o suprimento de energia elétrica realizado às concessionárias e permissionárias de distribuição, inclusive às Cooperativas de Eletrificação Rural enquadradas como permissionárias, cujos mercados próprios sejam inferiores a 500 (quinhentos) GW/h/ano, e tarifas de fornecimento às Cooperativas autorizadas, considerando parâmetros técnicos, econômicos, operacionais e a estrutura dos mercados atendidos; aprovar as regras e os procedimentos de comercialização de energia elétrica contratada de formas regulada e livre; promover processos licitatórios para atendimento às necessidades do mercado; homologar as receitas dos agentes de geração na contratação regulada e tarifas a serem pagas pelas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição de energia elétrica, observados os resultados dos processos licitatórios referidos no inciso XV do caput deste artigo; estabelecer mecanismos de regulação e fiscalização para garantir o atendimento à totalidade do mercado de cada agente de distribuição e de comercialização de energia elétrica, bem como à carga dos consumidores que tenham exercido a opção prevista nos artigos. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de

necessidade de uma avaliação em torno da questão das condições de suprimento de forma, por exemplo, a assegurar o ritmo de produção dos setores industriais eletrointensivos.

A autoprodução, concebida para assegurar uma disponibilidade energética que é apropriada única e exclusivamente por uma empresa ou consórcio de empresas, é feita, muitas vezes, em detrimento do interesse público ⁽²⁰⁾. O *status* de autoprodutor é antigo, inerente quase ao sistema, na medida em que qualquer fazendeiro pode colocar um turbo-gerador ou uma roda d'água na saída de seu açude. Mas o *status* de produtor independente de eletricidade é inteiramente novo. Ele foi introduzido na estrutura da indústria de eletricidade durante o processo de privatização das companhias estatais de energia elétrica.

Uma hipótese básica que orienta esta pesquisa encontra-se na necessidade de identificar, nos interesses articulados nas empresas do tipo eletrointensivas no Brasil, um importante vetor de explicação do recente avanço no processo de eletrificação no território goiano. São mencionadas a seguir, neste Capítulo introdutório, algumas questões políticas, sociais e ambientais contraditórias e até mesmo típicas dos empreendimentos elétricos conduzidos pelas empresas eletrointensivas. Isso se dá pela sua busca em assegurar as condições de suprimento exigidas por seus processos produtivos e convenientes dentro de uma estratégia internacional de redução de custos de produção.

Entrevistando Olavo e Pantoja, engenheiros aposentados de FURNAS, eles afirmaram que a existência de uma indústria de energia elétrica nacional, estatal, planejada, eficiente, barata e de grande porte, em um país de capital periférico como o Brasil, tornou-se uma afronta à modernidade neoliberal. A energia elétrica deveria ser tratada como uma mercadoria qualquer e colocada sob controle do capital privado, de preferência estrangeiro ⁽²¹⁾.

Se, no ato da venda desse patrimônio, o país recebesse um punhado de dólares, permitindo a sua troca pelos títulos vencidos da dívida externa brasileira, a privatização estaria assim justificada como saneamento das finanças públicas. Apresenta-se no quadro

julho de 1995; definir as tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição; regular o serviço concedido, permitido e autorizado e fiscalizar permanentemente sua prestação. Além das competências previstas, aplicáveis aos serviços de energia elétrica, compete ao Poder Concedente: elaborar o plano de outorgas, definir as diretrizes para os procedimentos licitatórios e promover as licitações destinadas à contratação de concessionários de serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão para aproveitamento de potenciais hidráulicos; celebrar os contratos de concessão ou de permissão de serviços públicos de energia elétrica, de concessão de uso de bem público e expedir atos autorizativos.

²⁰ BERMANN, 2004.

²¹ Nota: anotações extraídas da entrevista que foi concedida pelos engenheiros aposentados de FURNAS.

01, que segue, uma seqüência cronológica do processo de privatização das companhias de eletricidade no Brasil entre 1995 e 2000.

Quadro 01 – Companhias de energia elétrica privatizadas no Brasil – entre 1997 e 2000

Empresas Privatizadas	Data da Privatização	Área de Atuação	Grupos Compradores
CONCESSIONÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA			
ESCELSA	12/07/95	ES	IVEN S. A, GTD Participações
LIGHT RIO	21/05/96	RJ	AES, Houston, EDF, CSN
CERJ	20/11/96	RJ	Endesa e Enersis EDP
COELBA	31/07/97	BA	Iberdrola, Brasilcap, Previ, BBDTVM
CEEE (C0) Aes-Sul	21/10/97	RS	AES Corporation
CEEE (NNE) RGE	21/10/97	RS	CEA, VBC e Previ
CPFL	05/11/97	SP	VBC, Previ e Fundação CESP
ENERSUL	19/11/97	MS	Escelsa
CEMAT	27/11/97	MT	Grupo Rede e Inepar
ENERGIPE	03/12/97	SE	Gataguazes e Uptick
COSERN	11/12/97	RN	Consórcio Distriluz (Enersis Chilectra, Endesa e Cerj)
COELCE	02/04/98	CE	Coelba, Guaraniana e Uptick
ELETROPAULO	15/04/98	SP	LIGHT
CELPA	09/07/98	PA	QMRA Participações (Grupo Rede e Inepar)
ELEKTRO	16/07/98	SP/MS	Grupo Enron Internacional
GERASUL	15/09/98	RS	Tractebel
BANDEIRANTE	17/09/98	SP	EDP (Pt); CPFL
CTPEE	17/09/99	SP	CMS Energy
CELB	30/11/99	DF	CFL Cataguazes - Leopoldina
CELTINS	27/12/99	TO	Iberdrola, Brasilcap, Previ, BBDTVM
CELPE	17/02/00	PE	Iberdrola, Previ e Banco do Brasil
CEMAR	15/06/00	MA	Pensylvania Power & Light
SAELPA	30/11/00	PB	CFL Cataguazes – Leopoldina
CONCESSIONÁRIAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA			
CACHOEIRA DOURADA	05/09/97	GO	Endesa, Edegel, Fundo de Investimentos
GERASUL	15/09/99	RS	Tractebel
TIETÊ	27/10/99	SP	AES Corporation
PARANAPANEMA	28/07/99	SP	Duke Energy Brasil

Fonte: tabela elaborada pelo autor, a partir de dados coletados no sítio eletrônico da ELETROBRÁS (outubro de 2004).

Afinal, segundo afirmavam os próprios técnicos de equipe econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro encontrava-se profundamente endividado. Feitas as privatizações da siderurgia, da petroquímica, da Vale do Rio Doce, da Embraer, dos sistemas de telecomunicações e de transportes, entre outras, restavam os ativos do sistema elétrico para abater mais uma fração dessa dívida.

Segundo a doutrina então dominante, conforme explicam os engenheiros aposentados de FURNAS, o sistema elétrico nacional deveria, pois, dar lugar a um sistema concorrencial e mercantil. Tomada esta decisão, todos os benefícios e vantagens do sistema elétrico brasileiro – o funcionamento em rede, a base hídrica, o horizonte de longo prazo, o

papel ativo das linhas de transmissão, o fornecimento de energia barata – tornaram-se dificuldades a serem superadas, pois não se ajustavam bem à lógica de operação do capital privado. Sendo impossível vender o sistema elétrico em bloco, ele precisava ser *esquartejado*, dilacerado, separado em pedaços, a exemplo da CELG – Cachoeira Dourada (22).

Segundo o posicionamento desse grupo, o processo de privatização da indústria de energia elétrica no Brasil pode ser visto também como a história da luta dos governos brasileiros *contra as vantagens comparativas* do país e contra o conhecimento técnico que se acumulou nos últimos anos, uma história de destruição (23). No caso do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi uma luta em campo aberto, que será lembrada por muito tempo como um ato de traição nacional e que só arrefeceu um pouco por ocasião da crise de oferta, ou *do apagão*, no 1º. Semestre de 2001. Como era de se esperar, o capital privado interessou-se muito mais por novas usinas térmicas do que por novas hidrelétricas, pois o investimento e o prazo de conclusão das obras são em geral menores, e a amortização pode ser mais rápida. Além do mais, o processo de licenciamento da termelétrica é menos problemático do que o da hidrelétrica. É verdade que a energia gerada nas térmicas é muito mais cara, mas isso seria um *problema do consumidor final*.

Depois de idas e vindas, a operação física do sistema continuou centralizada, uma herança do modelo anterior. Atualmente, essa operação é feita pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) que determina quanta energia cada usina colocará na rede em cada momento e a que preço (24). Conforme está explicado em seu sítio eletrônico (25), pode-se deduzir que o ONS de certa forma não segue os contratos feitos entre distribuidoras e geradoras (26). Ele toma decisões levando em conta a configuração física do sistema em

²² Nota: anotações extraídas da entrevista que foi concedida pelos engenheiros aposentados de FURNAS.

²³ Nota: este sentimento está muito presente na consciência dos tecnoburocráticos que ajudaram na construção do sistema elétrico nacional. Conclusão obtida depois de uma longa conversa tida com os engenheiros aposentados de FURNAS.

²⁴ Nota: principais alterações da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. As atividades de coordenação e controle da operação da geração e da transmissão de energia elétrica, integrantes do Sistema Interligado Nacional - SIN, serão executadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mediante autorização do Poder Concedente, fiscalizado e regulado pela ANEEL, a ser integrado por titulares de concessão, permissão ou autorização e consumidores que tenham exercido a opção prevista nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e que sejam conectados à rede básica; Sem prejuízo de outras funções que lhe forem atribuídas pelo Poder Concedente, constituirão atribuições do ONS: propor ao Poder Concedente as ampliações das instalações da rede básica, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; propor regras para a operação das instalações de transmissão da rede básica do SIN, a serem aprovadas pela ANEEL.

²⁵ Nota: ao longo deste trabalho, opta-se por usar o termo *sítio eletrônico*.

²⁶ Nota: informação extraída da página do seguinte sítio eletrônico: www.ons.gov.br, em 20 de agosto de 2005.

cada momento e, naturalmente, a composição de interesses representados em um *board* de representantes das principais empresas privadas geradoras de eletricidade.

Uma empresa privada que compra ou constrói uma geradora controla sua própria operação, mas não define completamente quando e quanto vai produzir, nem mesmo se vai produzir. Ela é uma investidora em energia, e não uma operadora de usina. A usina serve apenas para que ela faça contratos, mas os contratos não a obrigam a gerar a energia contratada. Por isso a CELG ou a CEB podem contratar a Cachoeira Dourada ou qualquer outra geradora que permanece desligada, enquanto FURNAS, CHESF ou a ELETRONORTE, mesmo sem terem sido contratadas, podem ser obrigadas pelo ONS a gerar eletricidade e colocá-la na rede para ser utilizada, por qualquer consumidor que esteja na ponta consumindo energia elétrica ⁽²⁷⁾.

A reforma da indústria de eletricidade feita durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso pouco resultou no aumento de oferta de eletricidade no mercado que pudesse proporcionar preços melhores para os consumidores finais. Ao contrário, em parte provocou o reajuste da tarifa da eletricidade, sobretudo a residencial, que ficou bem acima da inflação medida no mesmo período.

Um dos argumentos usados no bojo da privatização foi realismo tarifário para o consumidor, sobretudo o residencial. Entre 1995 e 2002 as tarifas subiram 182,6% para a energia residencial, 130,3% para a industrial, 130,1% para a comercial e 110,2% para a rural, enquanto a inflação acumulada no período foi de 58,68% ⁽²⁸⁾. O Presidente prometia dinheiro estrangeiro para promover a expansão do respectivo sistema elétrico: (foi o BNDES que financiou a maior parte dos investimentos privados) ⁽²⁹⁾ e ainda *dólares para o Brasil*, quando se sabe que a geração e a distribuição de energia elétrica são pagas em reais, enquanto a remessa de lucros das empresas estrangeiras passou a sangrar permanentemente as reservas brasileiras.

A nova modelagem proposta para a indústria de energia elétrica contempla um rearranjo da estrutura comercial da indústria de energia elétrica ⁽³⁰⁾, a saber: a) mudanças no

²⁷ Nota: informações obtidas através de conversa informal que se teve no Departamento de Compra de Energia da CELG, em 14 de novembro de 2004.

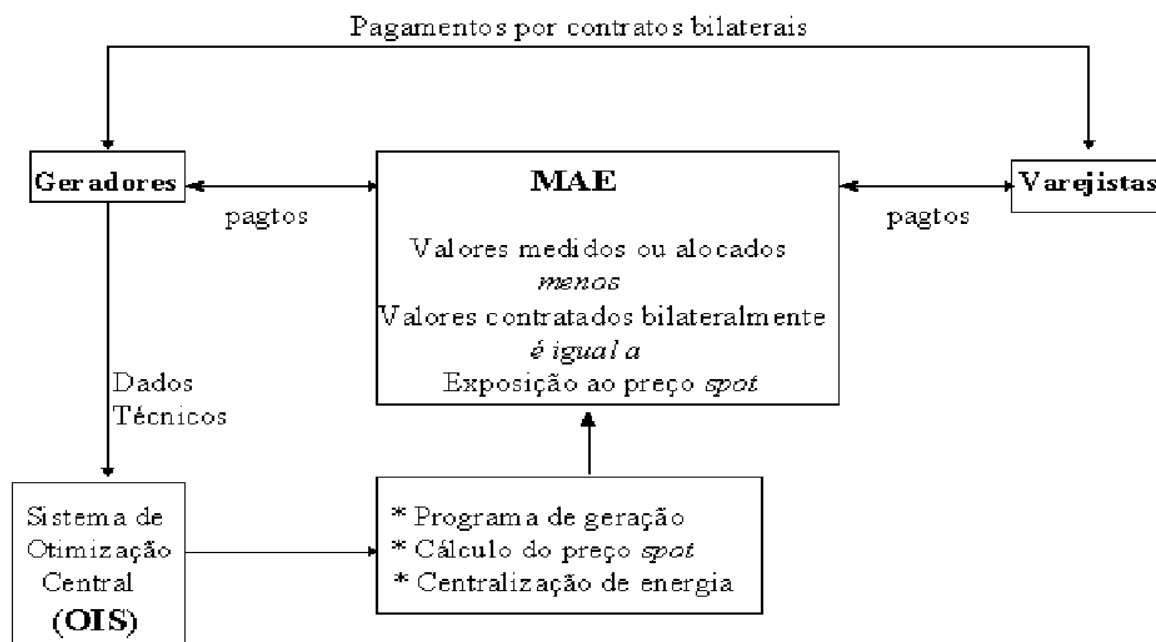
²⁸ Nota: dados extraídos do seguinte sítio eletrônico: www.aneel.gov.br, em 12 de agosto de 2005.

²⁹ Nota: ver, sobre isso, nos casos verificados da ENDESA, da VBC, da TRACTEBEL, da Corumbá Concessões e da Espora Energia.

³⁰ Nota: foi instituído o Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, ambiente virtual (sem personalidade jurídica), auto-regulado – instituído através da assinatura de um contrato de adesão multilateral, o Acordo de Mercado, para ser o ambiente onde se processam a

aparato legal (contratos, entidades legais envolvidas, documentação etc.); b) alterações na regulamentação econômica, técnica e qualidade da prestação do serviço; c) mudanças institucionais; d) reorganização das atribuições e funções da ELETROBRÁS e órgão regulador; e) redefinição do agente financeiro, levantamento e alocação dos riscos dos negócios envolvidos na indústria e definição das taxas de retorno apropriadas para os investimentos de acordo com os riscos envolvidos nos negócios. Porém, de acordo com o escopo deste trabalho, serão abordados somente os aspectos que influenciaram na estrutura da indústria, quanto à regulamentação econômica e ao órgão regulador, conforme indicado na figura 02 ⁽³¹⁾.

Figura 02 – Novo modelo comercial da indústria de eletricidade brasileira depois do processo de privatização, entre 1996/2000 ⁽³²⁾



contabilização e a liquidação centralizada no mercado de curto prazo. A ASMAE era administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica, uma sociedade civil de direito privado, braço operacional do MAE, empresa autorizada da ANEEL. O MAE da forma como estava constituído, apresentava conflitos de interesses, resultando em paralisia do Mercado e falta de credibilidade. Além disso, não estava desempenhando as atribuições esperadas, comprometendo, assim a expansão da oferta de energia elétrica. Desta forma, o Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico Brasileiro, dentre as 18 medidas elaboradas, propôs a reestruturação do MAE através do seu Relatório de Progresso Nº 1. Assim, com a publicação da Lei nº 10.433, de 24 de abril de 2002, foi autorizada a criação do MAE como pessoa jurídica de direito privado, submetido à regulamentação por parte da ANEEL. A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, determina outras atribuições para o MAE. A citada Lei estabelece as regras para a comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados de serviços e instalações de energia elétrica, bem como destes com seus consumidores e altera Leis anteriores pertinentes à área.

³¹ TAVARES, 2003. Em sua dissertação de mestrado apresenta-se um importante estudo sobre o ato de criação e os objetivos da ANEEL mediante a nova reorganização do sistema elétrico brasileiro.

³² Nota: figura extraída da COOPERS & LYBRAND. **Projeto de reestruturação do setor elétrico brasileiro**. Jun./1997.

1.3 Problemas pós-privatização e a reforma proposta no governo Lula

Durante o segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) os problemas no sistema elétrico se prolongaram após a emergência da crise de suprimento de 2001. Passada a emergência, continuaria o mercado brasileiro a ser atendido pelo sistema hidrelétrico? Como abrir espaços para os projetos de novas usinas térmicas e o uso do gás natural, tão desejados pelo capital privado?

Uma das saídas encontradas foi a decisão de que as geradoras estatais fossem obrigadas a não contratar anualmente 25% de sua energia, que passaria a ser oferecida no mercado livre. Essa regra entrou em vigor já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que a respeitou. Ficou claro que, quando os governos brasileiros dizem que respeitarão contratos, referem-se apenas aos contratos de grande interesse para o capital privado, pois as estatais de energia elétrica foram obrigadas a abrir mão de contratos que lhes garantiriam faturamento futuro.

Os técnicos de FURNAS, durante entrevista, informaram que a empresa, quando tinha capacidade instalada da ordem de 7.700 MW, podendo produzir energia barata, chegou a ter, em 2003, cerca de 3.700 MW não contratados por imposição do governo federal ⁽³³⁾. Neste caso, quem sai perdendo é o consumidor, sobretudo, o residencial, pois essa energia acabará sendo *suplantada*, nos contratos de compra e venda de eletricidade pelas mais caras, a térmica e a hídrica das usinas novas, não amortizadas.

Quando o governo Lula assumiu, em janeiro de 2003, encontrou a conjuntura de 2001 quase *invertida*, ou seja, excesso de energia elétrica ofertada, pois com a vinda de chuvas normais e até acima da média, as represas recuperaram seus níveis, possibilitando regularizar a oferta. Ao mesmo tempo, algumas usinas térmicas começaram a operar. Além disso, nos primeiros anos após a crise de oferta de 2001, a parte residencial da demanda diminuiu bastante, algo da ordem de 25% e este tipo de consumo até o momento, 2005, não retornou aos níveis anteriores ⁽³⁴⁾.

Com energia elétrica sobrando no mercado, as usinas térmicas que despacham no sistema interligado, tendem a permanecer desligadas, mas algumas continuam muito lucrativas, pois uma parte dos consumidores continua a financiar esta conta, seja através do

³³ Nota: anotações extraídas da entrevista que foi concedida pelos engenheiros aposentados de FURNAS.

³⁴ Nota: dados extraídos da página do seguinte sítio eletrônico: www.aneel.gov.br, em 12 de junho de 2005.

mix de tarifas, seja através da Conta de Consumo de Combustíveis, que equivale a algo da ordem de 4% do faturamento do conjunto das empresas distribuidoras.

Antes das eleições de 2002, ainda trabalhando no âmbito do Instituto da Cidadania, o grupo que cuidava do programa de energia do PT (Partido dos Trabalhadores) reafirmou antigos compromissos: recuperar a visão de conjunto da indústria de energia elétrica, típica de um sistema como o brasileiro, tratar a energia elétrica como serviço público, valorizar a dimensão do planejamento, priorizar a menor tarifa, sobretudo, a residencial, fortalecer a ELETROBRÁS, e assim por diante ⁽³⁵⁾.

A decisão de interromper o processo de privatização das estatais de energia elétrica havia sido implicitamente tomada sem nunca ter sido reconhecida nem alardeada, no final do governo FHC. A exceção foi feita, e não por acaso, às licitações de novos eixos e projetos hidrelétricos por parte da ANEEL que, ao contrário, parecem ter se acelerado entre 2001 e 2002.

O governo atual resolveu também não questionar as privatizações já realizadas e respeitar escrupulosamente os contratos feitos por estatais, sobretudo as do sistema ELETROBRÁS ⁽³⁶⁾. A expectativa era de que o novo aporte de capital privado cobrisse entre 50% e 60% dos investimentos previstos para os anos do mandato (2003 – 2006). Nessa direção, o novo governo tratou de reconstruir uma arquitetura legal e institucional para a indústria de energia elétrica, no contexto de um modelo misto, que começou a ganhar forma com a Medida Provisória n.º 144 em 2003 e que foi transformada em Lei em 2004 ⁽³⁷⁾.

A posição cautelosa da equipe de transição justificou-se pelos seguintes argumentos: a) a capacidade de financiamento, por parte do Estado, estava debilitada, não sendo, pois, inadequado que se contasse com um aporte de recursos do capital privado; b) seria uma temeridade questionar os contratos assinados durante a gestão de Fernando

³⁵ Nota: maiores detalhes a respeito desse programa podem ser obtidos através da seguinte referência: SAUER, Ildo Luis. **Novo modelo para o Setor Elétrico Brasileiro**. São Paulo: USP/IEE, 12/2002.

³⁶ Nota: leia mais sobre o assunto: Reportagem. PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Em busca dos contratos imorais**. N.º 59 agosto de 2004, p. 19 a 28.

³⁷ Nota: **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 144, DE 10 DE DEZEMBRO 2003** - Convertida em Lei 010.848-2004 – Comercialização de Energia Elétrica. Nota: a Lei regulamenta as regras de comercialização e trouxe algumas pequenas mudanças nos cálculos das revisões tarifárias, criando um mecanismo de repasse às tarifas dos custos de compra de energia, o Valor Anual de Referência (VR). Esse valor de referência é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia e servirá como teto de repasse para a tarifa. O mecanismo será aplicado nos três primeiros anos de vigência dos contratos. A partir do quarto ano, os custos serão repassados integralmente. O decreto determina ainda que a ANEEL refaça a metodologia de cálculo do reajuste tarifário, passando a levar em consideração o preço médio verificado nos leilões. O decreto determina ainda que os custos não considerados na correção tarifária anterior sejam contemplados na conta de compensação dos chamados custos não-gerenciáveis, a CVA.

Henrique Cardoso que envolviam muitos bilhões de dólares, pois isso daria lugar a contenciosos jurídicos que se estenderiam por muito tempo, paralisando os investimentos nessa indústria; c) o modelo estatal anterior também padecia de falhas, concentrando poder excessivo em mãos da burocracia estatal e das grandes empreiteiras.

Tendo como ponto de partida o modelo formulado pelo Instituto da Cidadania, o Ministério de Minas e Energia, na gestão Dilma Rousseff, passou quase todo o seu primeiro ano negociando com representantes de empresas privadas e fez muitas concessões. A proposta que consta da (Medida Provisória) – MP 144/2003, transformada em Lei em dezembro de 2004, estabelece as bases de uma legislação de caráter híbrido e ainda dependente de muita regulamentação posterior (quanto mais híbrido o modelo, mais complexo ele tende a ser).

Os técnicos de empresas elétricas estatais (aposentados e na ativa) que foram entrevistados, com larga experiência no assunto, estão confusos sobre a lógica que prevalecerá no serviço público de eletricidade. O setor privado também reclama, dizendo que o *risco regulatório* continua a ser muito grande. Desde 1997, o planejamento da expansão da indústria de energia elétrica no Brasil ficou sob a responsabilidade da ANEEL e da Secretaria de Planejamento Energético do MME. Novos empreendimentos relevantes, de grande porte, definidos por este órgão, passaram a ser oferecidos, em princípio ao setor privado, em licitações nas quais prevaleceu o critério das menores tarifas.

Além da tentativa de criar um mercado atacadista de contratos de eletricidade – MAE, viu-se a ELETROBRÁS sendo levada à condição de uma empresa a mais dentro da indústria de energia elétrica, podendo até assumir a condição de ser uma alavanca da rentabilidade das empresas privadas. Por exemplo, a chamada *energia velha* – produzida por hidrelétricas já amortizadas, quase todas estatais – passou a ser usada para rebaixar as tarifas médias do sistema elétrico que fatalmente seria sobre-elevada em função dos novos projetos, sobretudo, de termelétricas, de custo mais alto. A ELETROBRÁS investiu R\$ 3,0 bilhões em 2003, quantia considerada insuficiente, e (contando com Itaipu) recolheu cerca de R\$ 4,5 bilhões ao Tesouro para engordar o superávit primário das contas federais.⁽³⁸⁾

Conforme a visão original do grupo de energia que assessorava o candidato Lula, a ELETROBRÁS deveria ser uma empresa forte, nacional e estatal, comprometida com o

³⁸ Nota: dados extraídos do seguinte sítio eletrônico: www.eletrobras.gov.br, em 12 de agosto de 2005.

futuro do país, não monopolista, capaz de liderar a indústria de energia elétrica a partir da atuação de FURNAS, CHESF e ELETRONORTE, estabelecendo parcerias nas situações adequadas com a iniciativa privada ⁽³⁹⁾. Elas poderiam tornar-se a base de sustentação do sistema elétrico nacional. Mas, segundo afirmam os engenheiros aposentados de FURNAS, entrevistados em junho de 2005, a ELETROBRÁS está enfraquecida, tolhida, sangrada, tratada como um caso problemático *por ser estatal*, tendo que lidar com contratos lesivos feitos em gestões passadas, e com empresas subsidiárias em situação de falência, proibida de liderar parcerias.

Faz parte da mesma lógica de *mercantilização* e de privatização, o direcionamento dos recursos naturais do país para uma melhor inserção na divisão internacional do trabalho que, em sua forma mais atual, é também uma (re)divisão internacional dos prejuízos ambientais e dos riscos de acidentes na produção industrial ⁽⁴⁰⁾. Se para as poderosas corporações internacionais nossos recursos podem servir para baratear seus custos na escala global, pouco importa se o mercado interno está ou não atendido, se o serviço público é ou não oferecido. Prevalecerá, em vários casos, a destinação da eletricidade como insumo industrial, o que se detalhará a seguir.

1.4 Consumidores eletrointensivos em busca de projetos hidrelétricos

Ao analisar o consumo de energia elétrica pelos vários processos produtivos industriais são considerados como eletrointensivos aqueles que têm os maiores índices específicos de consumo de kWh por tonelada de produto produzido, a saber: a mineração, a metalurgia, os produtos minerais não metálicos e os materiais especiais. O suprimento de eletricidade para tais indústrias se confunde muitas vezes com a história da energia elétrica. No entanto, o tema é ainda pouco explorado pelos pesquisadores da área de energia ⁽⁴¹⁾.

Os produtos eletrointensivos mais conhecidos são as fabricações que usam a corrente elétrica como modo de fundir materiais metálicos (eletrólise, forno a arco voltaico) e de separar sais (eletrólise da salmoura para obter cloro e soda). Os processos se referem a

³⁹ Nota: maiores detalhes a respeito desse programa podem ser obtidos através da seguinte referência: SAUER, 2002.

⁴⁰ Nota: a propósito do tema leia: BERMANN, Célio. **Exportando a nossa natureza. Produtos intensivos em energia: implicações sócias e ambientais**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2004.

⁴¹ BERMANN, C. “Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil”. Tese de Doutorado. FEM/UNICAMP, 1991.

uma logística industrial que expressa em altos índices de vazão em massa ou volume x distância de movimentação e transporte, por meio de pontes, esteiras, compressores e outros equipamentos movidos por grandes motores elétricos. É o caso das fábricas de celulose, de cimento, cerâmicas, de todas as mineradoras e metalúrgicas. Reproduzindo os seguintes dados, tem-se ⁽⁴²⁾:

Produtos	Consumo específico de eletricidade na etapa de fabricação	
- Alumínio primário:	15.000 – 6.000	kW.h / t
- Aço bruto:	550 – 840	kW.h / t
- Ferroligas:	3.300 – 13.500	kW.h / t
- Celulose:	410 – 580	kW.h / t
- Papel:	620 – 870	kW.h / t

Fonte: BERMANN, Célio. 1991.

BERMANN informa que para se produzir uma tonelada de alumínio é preciso uma quantidade entre 15.000 e 18.000 kW.h. Isso equivale a cerca de dez anos de consumo de energia elétrica em uma residência familiar média, que consome 150 kW.h por mês. Enquanto uma indústria da área de alimentação ou bebidas produz mais de 70 empregos por GWh (1 GWh equivale a 1000 MWh) consumidos, a indústria de alumínio quase não produz emprego, alcançando uma relação de apenas 0,8 a 2,7 empregos/GWh consumido ⁽⁴³⁾.

A Tabela 01, a seguir, reúne dados da produção brasileira de setores industriais selecionados ao longo dos últimos 15 anos. Considerando o consumo específico de cada setor produtivo, dado pelo montante de kW.h consumidos por tonelada produzida, os dados indicam a importância destes setores em termos de participação na estrutura de consumo de energia elétrica do país ⁽⁴⁴⁾. Segundo BERMANN, os setores industriais eletrointensivos, voltados à exportação de matéria-prima eletrointensivas, podem ser avaliados da seguinte forma:

⁴² BERMANN, Célio. **Exportando a Nossa Natureza. Produtos Intensivos em energia: Implicações sociais e ambientais**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2004.

⁴³ BERMANN, Célio. 2004.

⁴⁴ BERMANN, Célio. 1991.

A importância destes setores pode ser avaliada em termos da sua significativa participação na estrutura de consumo de energia elétrica no país. Segundo os dados consolidados mais recentes (BEN, ano-base 2000), o setor produtivo eletrointensivo é responsável por 27% do consumo final de energia elétrica no Brasil, algo em torno de 85 mil MWh. Essa significativa participação dos setores produtivos eletrointensivos no consumo de eletricidade pode ser verificada ao longo dos últimos trinta anos⁽⁴⁵⁾.

Tabela 01 – Evolução da produção brasileira de setores industriais eletrointensivos selecionados no período 1986-2000

(em mil toneladas)				
SETORES SELECIONADOS	1986	1989	1995	2000
Alumínio primário	757,6	887,4	1.188,1	1.277,4
Aço bruto	21.239,8	25.055,0	25.076,0	30.013,0
Ferroligas à base de:	-	-	-	-
Manganes	341,7	330,5	297,4	233,6
Silício	217,7	287,0	271,0	200,8
Cromo	118,9	122,2	101,0	90,8
Níquel	34,3	35,0	30,6	19,8
Nióbio	17,4	16,4	23,2	18,6
Outros	18,1	36,8	33,5	52,2
Celulose	3.555,4	3.922,4	5.935,9	7.447,4
Papel	4.525,6	4.867,0	5.798,2	7.115,5

Obs: tabela extraída integralmente do seguinte livro: BERMANN, Célio. **Exportando a Nossa Natureza. Produtos Intensivos em energia: Implicações sociais e ambientais**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2004. Fonte: BRACELPA-Anuários Estatísticos: 1997-2000, 2001; ABAL-Anuário Estatístico: 2000, 2001; MME/SSM-Secretaria de Minas e Metalurgia-Anuário Estatístico: 1995-99, 2000; ABRAFE-Anuários Estatísticos: 1995-2000, 2001; IBS-Anuários Estatísticos 1997-2000, 2001. Nota: Dados para 1986 e 1989 extraídos de BERMANN, C. - “Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil”. Tese de Doutorado. FEM/UNICAMP, 1991.

Observa-se que, ao longo dos últimos 15 anos, a produção nacional dos setores industriais eletrointensivos cresceu significativamente. Isso expressa uma política industrial de apoio e incentivo a esta forma de inserção no mercado internacional, baseada na produção para exportação de bens primários, de baixo e médio valor agregado.

Ainda, considerando as previsões de consumo de energia elétrica dos setores industriais eletrointensivos indicadas no Relatório Analítico de Mercado-Ciclo 2000

⁴⁵ BERMANN, Célio. 2004. p. 11.

elaborado pelo CCPE/CTEM (maio/2001), citado por BERMANN e que foi reproduzido na Tabela 02, observa-se que, no seu conjunto, os setores eletrointensivos estão empenhados num expressivo processo de aumento da escala de produção, o que torna crucial a questão do suprimento de energia elétrica necessário para atender esta crescente demanda.

Tabela 02 – Previsão de consumo de energia elétrica (MWh) dos setores industriais eletrointensivos

Setores	2001	2005	2010
Alumínio	21.301	24.970	27.000
Siderurgia	16.259	19.090	21.800
Ferroligas	6.801	8.180	9.160
Papel	7.457	8.830	11.000
Celulose	7.812	9.640	15.000
Petroquímica	4.201	5.160	6.850

Obs: tabela extraída integralmente do seguinte livro: BERMANN, Célio. **Exportando a Nossa Natureza. Produtos Intensivos em energia: Implicações sociais e ambientais**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2004. Fonte: CCPE/CTEM – Relatório Analítico de Mercado, maio/2001. E ainda teria que analisar o Níquel, Cobre e Estanho.

A partir do Relatório citado por BERMANN, o cenário para autoprodução, elaborado pelo CCPE/CTEM (maio/2001), considera as parcelas de autoprodução dos empreendimentos de geração hidráulica e térmica (inclusive cogeração), incluindo as parcelas de autoprodução das usinas com potência instalada até 50 MW, não despachadas pela operação. A previsão é de um incremento da geração em regime de autoprodução da ordem de 13.000 MWh para 2005, e de mais 12.000 MWh até 2010.

Um exemplo colhido durante as pesquisas de campo no território goiano pode ser apresentado. No Plano de Eletrificação do Estado de Goiás elaborado pelo engenheiro Oton Nascimento em 1955, a pedido do então governador José Ludovico de Almeida, justificava-se a construção de uma hidrelétrica no rio Tocantins chamada São Félix que seria instalada, rio acima da atual usina Serra da Mesa, para abastecer com eletricidade a mineradora de níquel localizada no município de Niquelândia. Em 1987, depois da CELG ter negociado este projeto com FURNAS, iniciou-se as obras de construção civil da usina Serra da Mesa e em pouco tempo transformou-se em um importante empreendimento hidrelétrico na era das privatizações dos rios e sítios hidrográficos goianos. Em 1995, esta obra estava paralisada em razão de problemas financeiros, quando esta estatal foi autorizada pelo Governo Federal a negociar com o grupo VBC o controle acionário dessa usina com o objetivo de obter junto

aos credores internacionais recursos para conclusão dessa usina. Sob a mesma lógica, FURNAS também foi autorizada a negociar com o grupo TRACTEBEL o projeto hidrelétrico de Cana Brava. A instalação desses projetos também se associou aos interesses dos industriais eletrointensivos, tais como CNT, SEMA e CODIMIM.

Pode-se perguntar se atualmente o Brasil ainda está diante da velha trajetória de fornecedores de produtos primários a baixo preço, com baixo valor agregado, para países industrializados, arcando com os custos ambientais e sociais. Parece que sim, pois ainda se subsidia energia elétrica para tais grandes consumidores. O conjunto de usuários no país é que paga a diferença. É o que acontece com uma parte da produção da usina de Tucuruí:

Em 20 anos desfrutando de tarifa favorecida, a Albrás recebeu um subsídio do tamanho do próprio investimento da fábrica, que custou 1,6 bilhão de dólares. Esse valor é consequência do custo de geração (mais as amortizações de investimento) da usina de Tucuruí. Não saindo dos cofres da indústria de alumínio, foi bancado pelo erário, à base de dinheiro do contribuinte, através de vários mecanismos de compensação e transferência que impediram a Eletronorte de quebrar e atrapalharam as constas do setor elétrico público, comandado pela Eletrobrás ⁽⁴⁶⁾.

Para ilustrar como isso prossegue, mesmo diante de novas conjunturas, o Congresso aprovou, em 12/07/2005, um projeto de decreto legislativo que autoriza o governo federal a iniciar os procedimentos para implantação da hidrelétrica de Belo Monte. A primeira, de uma série de mega-projetos no rio Xingu, se destinaria com exclusividade ou com prioridade para a ampliação de processos eletrointensivos, que produzem metais para exportação ⁽⁴⁷⁾.

Neste trabalho de pesquisa verificou-se em que medida e com que intensidade existe uma correlação entre os projetos de usinas elétricas em Goiás e a instalação ou a ampliação de atividades eletrointensivas. Essa correlação se tornou mais provável com o novo rearranjo institucional iniciado em 1995, quando se introduziu os estatutos de autoprodutor e produtor independente na estruturação da indústria de eletricidade brasileira.

⁴⁶ PINTO, Lúcio Flávio. *Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará*. In: SEVÁ, A. O. Filho (Org). TANOTÂ-MÔ. *Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. I.R.N. São Paulo: 2005. p. 112. Nota: este tema também é tratado por: ARAÚJO, Rubens Milagre. *Uma Retrospectiva da Expansão do Sistema Elétrico na Bacia do rio Tocantins, com Estudo de Caso na Região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional, (TO), 1996/2003*. Campinas (SP): Unicamp, 2003. Dissertação de Mestrado.

⁴⁷ SEVÁ, 2005.

Além do mais, registrou-se que, em maio de 2002, foi concluída a interligação do sistema elétrico nacional, após o término da construção do Linhão Norte-Sul. Isso possibilita aos autoprodutores de eletricidade instalarem seus projetos hidrelétricos ainda mais longe da sua planta industrial consumidora de eletricidade.

A partir de então, parece que a única dificuldade para os autoprodutores conseguirem construir um aproveitamento hidrelétrico, reduz-se ao processo de concorrência, se é que existe de fato concorrência nessas licitações, ou leilões promovidos pela ANEEL. A *prenda em disputa* é a concessão de um determinado eixo de um rio ou sítio hidrográfico. A propósito do tema em discussão deve-se prestar a atenção naquilo que PINTO verifica ao analisar o caso de disputa pela eletricidade no Pará:

Na verdade, esta era uma disputa de cartas marcadas. Apesar do mercado livre de energia, só havia um fornecedor seguro, a curto e médio prazo, para a Albrás: a Eletronorte. Para a estatal, por outro lado, a fábrica de alumínio de Barnarena representa o consumo constante de um terço da energia firme da hidrelétrica de Tucuruí, que responde por 80% de tudo o que a Eletronorte gera em toda a Amazônia. É por isso que enquanto era anunciado o leilão e medidas mais duras ecoavam do lado do governo, as partes mantinham intensa negociação de bastidores. Acabarão tendo que encontrar um denominador comum para o impasse em que foram colocadas ⁽⁴⁸⁾.

O fato é que usinas e linhas de transmissão são instalações construídas em determinadas regiões e para aproveitar o potencial de determinados rios e sítios hidrográficos. Os processos de investimento se decidem num determinado contexto econômico e político e se concretizam em uma determinada época histórica, em um determinado local, num dado espaço geográfico. É o que se detalhará a seguir.

⁴⁸ PINTO. In: SEVÁ, 2005. p. 112.

1.5 Goiás como um território estadual peculiar que abriga muitos projetos hidrelétricos e alguns consumidores eletrointensivos

Esta pesquisa foi feita no Estado de Goiás nos primeiros anos do século XXI, mas Goiás é um Estado que herda o nome de uma antiga província imperial bem maior do que o atual território. Esta configuração atual do território goiano é muito peculiar e exige um esforço adicional de enquadramento para fins de estudo. Se, na história imperial, a província já havia *perdido* o trecho hoje chamado de Triângulo Mineiro e partes do Vale do Araguaia, no século XX, ocorrem três fatos ainda mais marcantes e com peso definitivo na história ⁽⁴⁹⁾:

1º. a *retirada* de um quadrilátero de alguns milhares de km² para hospedar o Distrito Federal (Missão Cruls, final do século XIX, e marco de Planaltina, em 1922) e construir a **nova capital federal, Brasília**, iniciada nos anos 1950 e ainda em curso, por meio da metropolização, ultrapassando geograficamente a divisa GO-DF ⁽⁵⁰⁾;

2º. a mudança da própria capital goiana, de Goyaz – do *lado de lá* em relação às Serras e Espigões, do Oeste, do caminho para o Mato Grosso e a Amazônia, no vale do rio Vermelho, bacia do Araguaia – para a planejada e moderna **nova capital estadual, Goiânia** (anos 1930), no vale do rio Meia Ponte, bacia do Paranaíba, do *lado de cá*, na passagem de quem vem de SP e de MG ⁽⁵¹⁾.

3º. Em 1988, coincidindo com a nova Constituição Federal, a separação cirúrgica da metade norte do Estado, para formar o **novo Estado do Tocantins**, o que pode ser entendido como coroamento de um antigo movimento da Comarca do Norte, com sede na importante cidade de Porto Nacional. Mas, significa também uma linha de divisão econômico-financeira, entre o Centro-Oeste e a Amazônia Legal, entre as antigas jurisdições de atendimento das empresas elétricas FURNAS (pelo lado Sul) e ELETRONORTE ⁽⁵²⁾.

Embrenhar-se pelos meandros da documentação não é tarefa das mais fáceis. No caso de Goiânia e Brasília e, em particular, sobre o tema da separação da parte Norte de

⁴⁹ ARTIAGA, Zoroastro. **História de Goiás**. Relatório de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946. Segundo Tomo. Goiânia: 1961.

⁵⁰ JOFFILY, Geraldo Irenêo. **Brasília e sua Ideologia**. Brasília. Ed. Thesaurus. 1972.

⁵¹ PALACIN, Luis. **Construção de Goiânia e o Desenvolvimento de Goiás**. Anais do VII Simpósio dos Professores Universitários de História. Belo Horizonte, 2 a 8 de setembro de 1973. p. 747784.

⁵² CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás**. São Paulo: Ed. UCG. 1999.

Goiás, o Estado do Tocantins, a documentação existente é pequena e de difícil acesso. Sobre alguns aspectos, ela já existiu; mas não foi totalmente preservada. No conjunto, estes e ou outros problemas serão tratados no Capítulo 2, a partir de referências bibliográficas consultadas. Também não se pode esquecer da importância que representam os trabalhos monográficos regionais para a elaboração desta reflexão, mesmo havendo o perigo de este *regional* aparecer apenas como *local*.

Do ponto de vista do estrito interesse das empresas de eletricidade, o que conta, o que chama a atenção é a *cobiça*, são os rios, suas quedas, o seu chamado potencial hidrelétrico e, também, o mercado de energia elétrica, conforme aumentam a população e a massa de renda gerada no Estado. Também por ser um Estado de passagem entre macro-regiões, de localização central, interessam também os *linhões*, as Linhas de Transmissão que vão suprir o Mato Grosso a Oeste e Noroeste, e as que vão interligar com as linhas de Tucuruí ao Norte e da CHESF a Leste e Nordeste, chamadas de ligação Norte Sul ⁽⁵³⁾.

As antigas missões de estudo como CANAMBRA e ENERAM já dimensionavam os potenciais dos maiores rios desde os anos 1950, como hoje fazem com extrema minúcia a ELETROBRÁS, a FURNAS, a ANEEL e os escritórios de consultoria e empreiteiras a elas vinculadas.

Os rios Paranaíba, Araguaia e Tocantins e seus afluentes foram esquadrihados e, de acordo com a fonte oficial reproduzida em um relatório da ELETROBRÁS que se consultou e (re)trabalhou-se (ver a seguir, o *Diagrama Topológico dos aproveitamentos* e o SIPOT – Sistema de Informações do Potencial Hidrelétrico), constatou-se a existência de quinze (15) usinas existentes e em fase de obras nos rios do Estado, incluindo os trechos bi-estaduais do Paranaíba (MG-GO) e do Araguaia (MT-GO). Além disso, noventa e quatro (94) estavam inventariadas e em distintas fases de estudo, projeto e de concessão de outorga ⁽⁵⁴⁾. Os problemas sociais e ambientais de cada local nos guiaram no início dessa pesquisa e, sobretudo, durante as etapas desenvolvidas em campo e junto às fontes oficiais de informação (empresas e Ministério Público). Surgiram várias questões:

⁵³ ARAÚJO e PAULA. A eletricidade gerada em Tucuruí: para onde? para quê? In: SEVA, 2005. p. 135 a 144.

⁵⁴ Nota: **Diagrama topológico dos aproveitamentos hidrelétricos**, [CCPE – Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB – Grupo de Trabalho de Informações Básicas para o desenvolvimento da oferta] DOMINGUES, CATHARINO (Coordenador), ELETROBRÁS e Eletrobrás, 2003. Dados também coletados no sítio eletrônico da ANEEL – Programa Indicativo de Licitação de Concessões, 1999 – 2004. ANEEL – Superintendência de Gestão dos Potenciais Hidráulicos/SPH – Relatório de Acompanhamento de Estudos e Projetos de Usinas Hidrelétricas de 31 de janeiro de 2001. ANEEL – Banco de Informações de Gestão, 2004. Além é claro, dos dados fornecidos por empresas públicas e privadas do respectivo setor.

- Quais os mercados supostos ou previstos para tais obras futuras?
- Por que a previsão de tantos projetos hidrelétricos?
- Quais os critérios usados em vários estudos de inventário feitos há décadas?

Continuariam válidos?

- Quais os critérios usados pelo antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE e pela atual Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para licitar, leiloar as concessões desse ou daquele *lote* de projetos inventariados?

- Desse ou daquele rio ou trecho de rio?

- A opinião pública, as autoridades regionais e locais são ou foram devidamente informados? Corretamente informados? O que pensa o povo da região sobre tais projetos ?

Essa breve recapitulação tem o objetivo de ajudar a delinear melhor o contexto histórico, o quadro institucional da indústria de energia elétrica e os traços marcantes sociais e territoriais do Estado de Goiás e do Distrito Federal, dentro dos quais se fez esta pesquisa. Eles serão devidamente detalhados por meio de fontes secundárias de estudo, compilando-se e destacando-se alguns autores em uma abordagem mais histórica nos Capítulos 2 e 3. Já os resultados propriamente ditos da pesquisa, em diferentes usinas e canteiros de obras e locais previstos para sua instalação e a sua interpretação, constam nos Capítulos 4, 5 e 6.

Ao verificar o histórico recente dos projetos e dos canteiros de obras em Goiás, pôde-se demarcar algo como uma *retomada* dos anúncios da implantação e da pressão política e partidária por mais obras de usinas. Isso ocorreu a partir de 1998 em função das campanhas eleitorais da época para cargos majoritários e proporcionais.

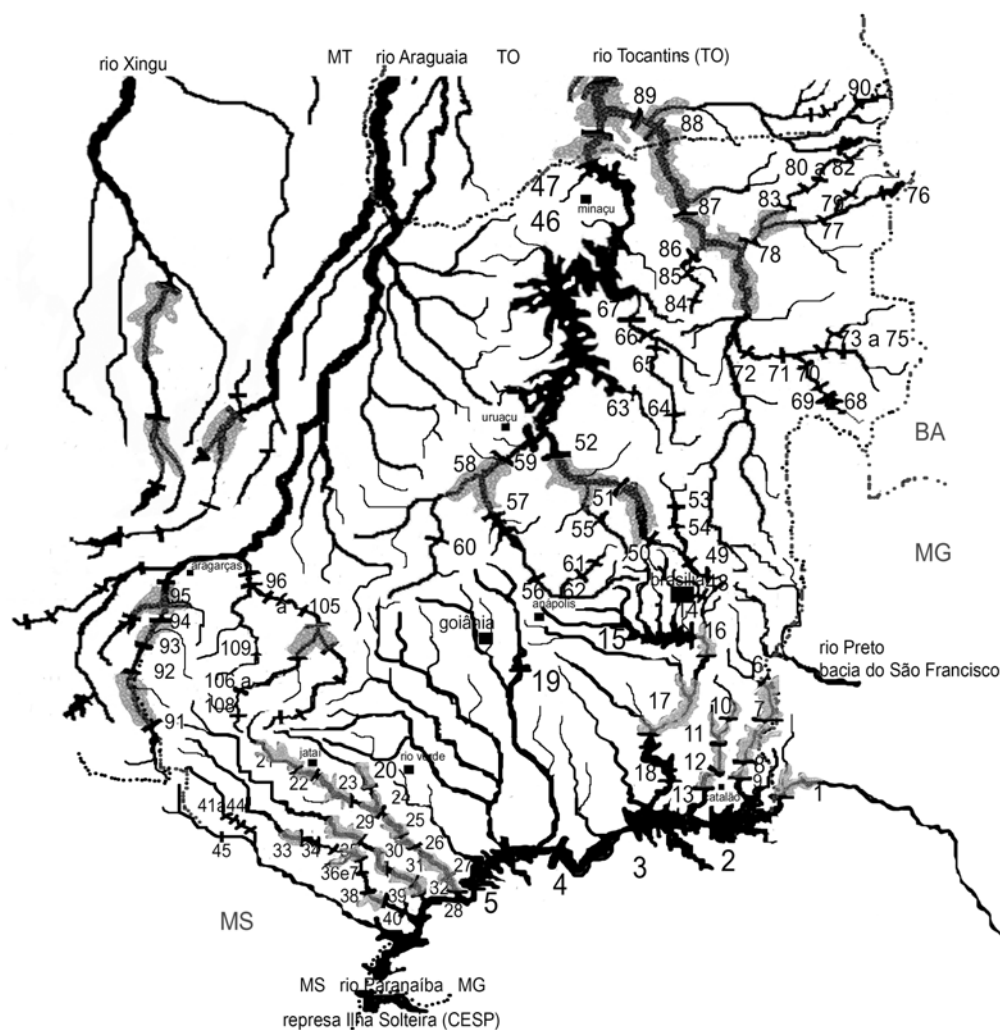
Diante desse quadro político, o *ressurgimento* da febre de projetos hidrelétricos se deu nos governos de Maguito Vilela e Marconi Perillo Júnior em Goiás, e de Joaquim Roriz, do Distrito Federal. Foi o ano da (re)eleição do governo Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel, membro de uma frente comandada pelos partidos PSDB e PFL, partes do PMDB e alguns outros partidos. Governantes estaduais que buscaram, neste período de globalização econômica, atrair e fixar nos seus Estados os grandes capitais nacionais e estrangeiros, sobretudo, adaptando-os à condições de regulação e de (re)equipamento do

território ⁽⁵⁵⁾. Enquanto isso, o governo federal prosseguiu priorizando a política de expansão do sistema de energia elétrica em detrimento de políticas de proteção dos rios e dos recursos naturais em Goiás e no Distrito Federal.

De tais fatos expostos, resultam a imagem e o cadastro a seguir apresentados, com um retrato oficial da situação em 2003, atualizado pela pesquisa em campo, em 2005. A figura 03 e o quadro 02 apresentam as 15 usinas hidrelétricas instaladas, em operação e/ou em fase de construção, e os 94 projetos inventariados, alguns dos quais com outorga para exploração de hidrelétrica já concedida por contrato pelo poder público. Além do mais, a cartografia que segue assinala nos territórios das bacias dos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia esses 103 eventos cadastrados em documentos oficiais. Para completar o estudo no Estado de Goiás faltaria acrescentar apenas uma pequena área à sudeste da bacia do São Francisco. No rio Preto, afluente do Velho Chico em terras goianas, localiza-se um aproveitamento hidrelétrico denominado de pequena central hidrelétrica de queimados que, neste momento está em construção.

⁵⁵ LESSA, Carlos e DAIN, Sulamis. **Capitalismo Associado: Algumas Referenciais para o Tema Estado e Desenvolvimento**. In: *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. Vol. 1.

Figura 03 – Cartografia da localização preliminar das 15 hidrelétricas existentes (E) e 94 projetadas (I) nas três principais bacias fluviais de Goiás e do Distrito Federal (Paranaíba, Tocantins e Araguaia)



Cartografia de localização da lista preliminar de 15 hidrelétricas existentes e de 94 projetadas nas três principais bacias fluviais de Goiás e do Distrito Federal (Paranaíba, Tocantins e Araguaia)

conforme compilação feita por A. Oswaldo Sevã Filho e Josias M. Alves em maio de 2005.

As represas têm formato aproximado: em preto as *em fase de operação* e as *em obras*; em cinza ou simplesmente um traço barrando o rio, são os projetos *inventariados*, em diferentes fases de estudos e licenciamento

Fonte: Diagramas topológicos dos aproveitamentos hidrelétricos, [CCPE Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB Grupo de trabalho de informações básicas para o desenvolvimento da oferta] DOMINGUES, CATHARINO (coordenadores), Eletronorte e Eletrobrás, 2003. [Esclarecimentos extraídos desse relatório: na pg.3: a última atualização considera todos os empreendimentos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica até junho de 2003; na pg.4: esses diagramas topológicos são as representações gráficas das posições relativas de todos os locais de aproveitamento armazenadas no SIPOT- Sistema de informações do Potencial Hidrelétrico brasileiro]

Quadro 02 – Lista preliminar de 15 hidrelétricas existentes (E) e 94 projetadas (I) nas três principais bacias fluviais de Goiás e do Distrito Federal (Paranaíba, Tocantins e Araguaia)⁵⁶

Bacia do rio Paranaíba, parte da Bacia do Grande Paraná-Prata.

Na calha do rio Paranaíba (MG ao Sul, GO ao Norte, folhas B6 -01 A e B)

1 – I – Bocaina NA montante 759 m jusante 675 m (MG – GO)

2 – E – Emborcação CEMIG (MG – GO)

3 – E – Itumbiara FURNAS (MG – GO)

4 – E – Cachoeira Dourada ENDESA (MG-GO)

5 – E – São Simão CEMIG (MG – GO)

No rio São Marcos, afluente direito (divisa MG-GO)

6 – I – Mundo Novo (MG e GO)

7 – I – Paulistas (MG e GO)

8 – I – Serra do Facão (barramento em GO, represa GO e MG)

9 – I – Paraíso

Nos afluentes direitos do Paranaíba, no Sul e Sudoeste de Goiás.

No rio Veríssimo

10 – I – Paredão II

11 – I – Foz do Laje II

12 – I – Nova Aurora

13 – I – Nova Aurora I

Na bacia do rio Corumbá (Goiás e Distrito Federal).

No rio Paranoá, afluente do São Bartolomeu, afluente do Corumbá

14 – E – Paranoá

Na calha do Corumbá

15 – E – Corumbá IV

16 – I – Corumbá III

17 – I – Corumbá II

18 – E – Corumbá I (URNAS)

No rio Meia Ponte

19 – E – Rochedo I CELG

19 (b) – I – Rochedo ampliação

Na bacia do rio Claro. No rio Doce, afluente esquerdo

20 – I – Irara

Na calha do rio Claro

21 – I – Sertãozinho

22 – I – Jataí

23 – I – Ari Franco

24 – I – Pontal

25 – I – Cacú

26 – I – Barra dos Coqueiros

27 – I – Itaguaçu

28 – I – Foz do rio Claro

No rio Verdinho, extremo sudoeste de Goiás

29 – I – Tucano

30 – I – Salto

31 – I – Guarairoba

32 – I – Salto do rio Verdinho

No rio Corrente

33 – I – Itumirim

34 – E – Espora

35 – I – Queixada

36 – I – Olho d'Água

37 – I – Ranchinho

38 – I – Água Limpa

39 – I – Alvorada de Baixo

40 – I – Foz do Corrente (obs: interferência possível com remanso da represa de Ilha Solteira)

Na bacia do rio Aporé (divisa GO e MS). No afluente esquerdo rio da Prata

41 – I – Engano

42 – I – pontal da Prata

43 – I – Lajeadozinho

44 – I – Retiro velho

No rio Aporé

45 – I – Planalto (GO – MS)

Subtotais da bacia do rio Paranaíba, lado goiano e divisas c/ MG e MS 6 hidrelétricas existentes, 2 em obras, e 37 projetadas

nas Bacias dos rios Tocantins e Araguaia (GO, MS, MT, TO, MA, PA)

Na calha do rio Tocantins, em Goiás

46 – E – Serra da Mesa Furnas/VBC (NA montante 460, jusante 333 metros, VBC e Furnas)

47 – E – Canabrava Tractebel (NA jusante 287 metros, Tractebel)

Alto rio Tocantins, em Goiás e sul do TO Folhas B2 0.

No Rio Maranhão

48 – I – Piquete (NA montante 685 metros)

49 – I – Sal

50 – I – Palma (abaixo da foz do Arraial velho)

⁵⁶ Conforme compilação feita por A. Oswaldo Sevá Filho e Josias M. Alves, em maio de 2005. Fonte: *Diagramas topológicos dos aproveitamentos hidrelétricos*, [CCPE Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB Grupo de trabalho de informações básicas para o desenvolvimento da oferta] DOMINGUES, CATHARINO (coordenadores), Eletronorte e Eletrobrás, 2003. [Esclarecimentos extraídos desse relatório: na p. 3: *a última atualização considera todos os empreendimentos aprovados pela Agência nacional de Energia Elétrica até junho de 2003*; na p. 4: *esses diagramas topológicos são as representações gráficas das posições relativas de todos os locais de aproveitamento armazenados no SIPOT- Sistema de informações do Potencial Hidrelétrico brasileiro*].

Esclarecimentos dos compiladores das informações: **I são projetos hidrelétricos inventariados**, e que estavam em 2003, em fase de estudo de viabilidade e em fase de projeto básico, alguns já haviam sido licitados pela Agência Nacional de Energia Elétrica e obtidos as outorgas de concessão, e estavam em fase de licenciamento ambiental; outros estavam paralisados ou embargados. **E são hidrelétricas existentes**, em operação, inclui as que estavam em obras quando da pesquisa de campo feita por Alves no início de 2005. A numeração é própria desta compilação e foi adotada também no texto da tese de ALVES, 2005.

51 – I – Maranhão
52 – I – Porteiras 2 (NA jusante 475 metros, abaixo da foz do rio Angicos e acima da foz do rio das Almas)
No rio Arraial velho, afluente direito do alto Maranhão
53 – I – Cocal (NA montante 685 metros)
54 – I – Muçungo
No rio Angico, afluente esquerdo do rio Maranhão
55 – I – Fazenda Santa Maria (médio rio)

No rio das Almas
56 – I – Jaraguá (NA montante 660 metros)
57 – **E – São Patrício** Chesp (acima da foz do rio Uru)
57 – I – (b) São Patrício – ampliação
58 – I – Ceres
59 – I – Buriti Queimado (NA jusante 467 metros)

No rio Uru alto, afluente esquerdo do rio das Almas
60 – I – Volta do Deserto

No rio do Peixe alto, afluente direito do rio das Almas
61 – I – Mutum (NA montante 640 metros)
62 – I – Jenipapo

No rio Bagagem, (afluente direito do Maranhão, acima do Tocantinzinho).

63 – I – Moquéim (NA montante 540 metros)

No rio Tocantinzinho

64 – I – Buritizinho, alto Ribeirão Cachoeirinha, afluente esquerdo do Tocantinzinho, NA montante 916 metros)

65 – I – Vãozinho (Ribeirão Cachoeirinha, NA jusante 709 metros)

66 – I – Mirador (médio Tocantinzinho, abaixo da foz do rio dos Couros)

67 – I – Colinas (baixo Tocantinzinho, NA jusante 464 metros)

Na bacia do rio Paranã, principal afluente direito do Tocantins, Goiás e Tocantins folha B2 01 A.

Na bacia do rio Corrente, afluente direito do Paranã alto, Goiás.

68 – **E – Mambai** CELG

69 – I – Mambai 2 (NA montante 711 metros)

70 – I – Vidal

71 – I – Vermelho

72 – I – Alvorada (NA jusante 490 metros)

73 – I – Santa Edwiges II (rio Buriti, afluente direito do rio Corrente, NA 695 metros).

74 – I – Santa Edwiges III (rio Buriti, NA 530 metros)

75 – I – Santa Edwiges I No rio Piracanjuba, afluente direito do Buriti (NA 678 metros).

Na bacia do rio São Domingos, afluente direito do Paranã, Goiás.

76 – **E – São Domingos** CELG (NA Montante 661 metros)

77 – I – São Domingos II

78 – I – São Domingos III (baixo rio, NA jusante 415 metros)

79 – I – Galheiros I (rio Gaziteiros, afluente direito do São Domingos médio)

80 – I – Manso IV (NA montante 650 metros,

alto rio Manso, afluente direito do São Domingos baixo)

81 – I – Manso III

82 – I – Manso II

83 – I – Manso I (NA jusante 460 metros)

no rio das Almas, afluente esquerdo do alto Paranã

84 – I – Araras (NA montante 960 metros).

85 – I – Rio Azul

86 – I – Santa Mônica (NA jusante 450 metros)

Na calha do rio Paranã

87 – I – Foz do Bezerra (abaixo da foz do rio das Almas, acima da foz do rio Bezerra, no Paranã médio NA 412 metros).

88 – I – São Domingos (NA jusante 287 metros).

89 – I – Paranã (NA jusante 263 metros - *** comparar com o nível de jusante de São Salvador no Tocantins.

Na bacia do rio Palma, afluente direito do Paranã, Estado do Tocantins e divisa com Goiás.

90 – **E – Mosquito** CELG (rio Mosquito, afluente esquerdo do Palma alto, divisa Goiás)

Subtotais na bacia do rio Tocantins em Goiás e na divisa Goiás - Tocantins 6 hidrelétricas existentes, e 36 projetadas.

Bacia do rio Araguaia (MS, Goiás, MT, TO, PA) folha B2 03.

No alto rio Araguaia

91 – **E – Alto Araguaia** grupo REDE (divisa GO-MT)

92 – I – Couto Magalhães (NA montante 647 metros) (divisa GO-MT)

93 – I – Araguaína (divisa GO-MT)

94 – I – Diamantino (no Araguaia, NA jusante 410 metros) (divisa GO-MT)

95 – I – Torixoréu (NA jusante 302 metros) (divisa GO-MT)

Na bacia do rio Caiapó (Goiás).

96 – I – Caiapó 1 (NA montante 550 metros).

97 – I – Caiapó 2

98 – I – Caiapó 3

99 – I – Caiapó 4 (NA jusante 450 metros), acima do rio Bonito.

100 – I – Caiapó 5

101 – I – Caiapó 6

102 – I – Mosquitão (NA jusante 355 metros).

103 – I – Caiapó 8

104 – I – Caiapó 9

105 – I – Caiapó 10 (NA jusante 300 metros)

No rio Bonito, afluente esquerdo do Caiapó.

106 – I – Bonito 1 (NA montante 570 metros).

107 – I – Bonito 2

108 – I – Bonito 3 (NA jusante 450 metros).

109 – I – Piranhas (no alto rio Piranhas, afluente esquerdo do baixo Caiapó, NA montante 532 metros).

Subtotais na bacia do rio Araguaia em Goiás e na divisa GO – MT. Uma hidrelétrica existente e 18 projetadas para serem instaladas.

A razão para esse tipo de *retomada* da onda de projetos hidrelétricos durante os governos Maguito Vilela, Marconi Perillo e Joaquim Roriz não precisa estar necessariamente relacionada a alguma escassez de eletricidade nos mercados consumidores regionais, em Goiás e no Distrito Federal, ou escassez ou crise no âmbito do sistema interligado como um todo, conforme alardeiam os chamados *barrageiros*. Os motivos, podem ser *elétricos*, mas mesmo assim, podem ser distintamente locais, ou nacionais ou internacionais, e nesse último âmbito, provavelmente se relacionam com as demandas futuras dos eletrointensivos.

Hipotetiza-se que os projetos elencados no quadro 02, em determinado rio (seja qual for o seu tamanho, ou suas cotas de operação, com tais áreas alagadas especificadas) estejam na ordem dos interesses econômicos *extra-elétricos*, a exemplo do caso de Corumbá IV. Ou seja: ordem dos interesses fundiários, dos proprietários e dos comerciantes de terras agrícolas e urbanas. Não custa lembrar que são também fortes e mesclados a esses os interesses chamados de político partidários ⁽⁵⁷⁾.

Baseando-se nos números do Balanço Energético Nacional – BEN de 2004, o consumo final de eletricidade entre 1989 e 2003 aumentou em Goiás cerca de 81%, chegando a um montante anual de 6,4 milhões de MWh por ano ⁽⁵⁸⁾. A parcela industrial da eletricidade total consumida chegou a 28%, e aumentou 27% no período. Os setores mais ponderáveis são os de alimentos e bebidas que representaram, em 2003, quase 35% do total industrial, com 638 mil MWh e o de mineração, com metade deste valor. Enquanto isso, o consumo rural de eletricidade foi multiplicado por cinco vezes, chegando, em 2003, a uma fatia de 11% do consumo total estadual. Conforme os dados de despacho de carga obtidos no Centro de Operações da CELG, em Goiânia, por ARAÚJO ⁽⁵⁹⁾, a demanda máxima chegou perto de 1.400 MW, em Junho de 2003 ⁽⁶⁰⁾.

Um pequeno conjunto de dez consumidores industriais, quase todas empresas de mineração e processadoras de minérios, atingiu uma demanda máxima de 170 MW, equivalente a pouco mais de 12% do consumo total no Estado, na época. Eis uma lista das atividades industriais e mineradoras mais relevantes ⁽⁶¹⁾:

⁵⁷ VAINER, Carlos. “População, meio ambiente e conflito social na construção de hidroelétricas”. In: MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 1999.

⁵⁸ Ministério de Minas e Energia. **Balanço Energético Nacional**. Brasília: 2004.

⁵⁹ ARAÚJO, 2003, p. 118-120.

⁶⁰ Nota: dados coletados no Centro de Operação do Sistema Elétrico da CELG. Goiânia. Pesquisa de campo realizada em novembro de 2004.

⁶¹ Nota: dados extraídos do Relatório Anual da CELG. Goiânia: dezembro de 2004, p. 12 e 13.

- as de extração e concentração de níquel, a Níquel Tocantins ou CNT (grupo Votorantin) e Codemin, no município de Niquelândia, ambas com subestações elétricas próprias, interligadas em 230 kilovolts com as subestações da usina Serra da Mesa e com o segmento Barro Alto – Brasília – Samambaia, tudo operado pela empresa Furnas;

- a mineração de amianto do grupo europeu SAMA (Eternit – Saint Gobain), em Minaçu, município vizinho às duas usinas de Serra da Mesa e Cana Brava; além da mineração e concentração de ouro em Crixás (montada nos anos de 1980, pela associação Anglogold, Bozzano Simonsen e Roberto Marinho);

- o Centro de operações do oleoduto OSBRA (Paulínia-Triângulo-Goiânia-Brasília) da Petrobrás, no município de Senador Canedo;

- as mineradoras de rocha fosfática e preparadoras de nutrientes agrícolas sintéticos tipo NPK: Brasilfertil, Ultrafertil, Catalão, no extremo sudeste do Estado;

- as mineradoras de rocha calcária (para corretivo, cal) e as fábricas de cimento Goiás, em Pocelândia, e Votoratin no DF;

- a fábrica de alimentos embutidos da Perdigão em Rio Verde, o Frigoalta em Cachoeira Alta, Frigoboi em Mozarlândia e Frigoestrela em Mineiros;

- e as processadoras de soja, tais como a Coimbra em Jataí e Rio Verde, Cargil em Jataí, Rio Verde e Itumbiara.

- deve-se também lembrar das 12 unidades de usinas de açúcar e álcool instaladas no território goiano ⁽⁶²⁾.

No mês de Junho de 2003, as 10 maiores indústrias do Estado consumiram quase 100 mil MWh, com quase 15% do total faturado pela CELG. Segundo dados da própria CELG e CEB, existem em torno de 25.450 residências sem acesso a energia elétrica em Goiás e no Distrito Federal, o que equivale mais ou menos a 100.000 habitantes ⁽⁶³⁾.

Em Goiás e no Distrito Federal, o consumo médio por residência, em 2004, ficou em 140 kWh por mês e o preço médio ultrapassou R\$ 400,00 por MWh (1 MWh equivale a 1000 kWh). As empresas eletrointensivas, que consomem a grande parte de energia em forma de minério para fazer os estoques de reserva nos países centrais, estão pagando, por exemplo, no caso da Níquel

⁶² SEVÁ, ALVES & ARAÚJO. **Correlação entre as expansões da mineração e da agro-indústria no Planalto Central Goiano – e o processo de eletrificação.** Anais do Congresso Brasileiro de Energia. Rio de Janeiro: 2004. p. 1030 a 1043.

⁶³ Nota: dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.celg.gov.br e www.ceb.gov.br, em janeiro de 2005.

Tocantins, U\$ 15,00 por MWh. Isso equivale uma tarifa de preço 10 vezes menor que a paga pela população goiana ⁽⁶⁴⁾.

Por isso, para o aumento dos negócios elétricos não se pode menosprezar a importância do crescimento populacional e do fortalecimento da economia goiana como um todo. Mas, deve-se partir do pressuposto de que uma das lógicas fortes da expansão dessa indústria elétrica na intensificação da exploração dos recursos hídricos para fins elétricos e que um dos objetivos é fabricar e exportar mais *X* ou *Y* milhares de toneladas de alumínio, de celulose, de níquel, de amianto e outros produtos eletrointensivos.

1.6 Abordagens adotadas para a pesquisa dos problemas políticos e sociais

As barragens e suas represas, especialmente as de grande porte e aquelas construídas em áreas mais populosas, estão no centro de importantes e variados problemas políticos e sociais, em suas respectivas regiões e nos locais previstos para projetos e futuras obras. Um estudo concluído em 2000 pela Comissão Mundial de Barragens, com apoio do Banco Mundial, ONU e União Internacional para Conservação da Natureza, mostrou com clareza que é preciso repensar a idéia de desenvolvimento às custas dos barramentos dos rios e sítios hidrográficos. A comissão de especialistas de 42 países, depois de analisar mais de mil empreendimentos em várias partes do mundo, recomendou que se tenha *extrema prudência nessa área* ⁽⁶⁵⁾.

Segundo a comissão, as atuais barragens em operação não demonstram que se atingiram através delas os objetivos anunciados pelos barrageiros; os custos de construção ultrapassaram as previsões orçamentárias; os benefícios foram bem menores que os alardeados pelos empreendedores.

Nesse aspecto, sabe-se muito pouco e é raramente divulgada a situação das obras já feitas e das anunciadas em Goiás e no Distrito Federal. Segundo dados do (Movimento Nacional de Atingidos de Barragens) – MAB, mais de 100 mil pessoas já foram atingidas por barragens nesses territórios nos últimos cinquenta anos ⁽⁶⁶⁾. E contingentes humanos dessa mesma grandeza poderiam ser deslocados se todos os 94 projetos inventariados fossem concretizados. A Secretaria de Infra-estrutura do Estado de Goiás aponta para a seguinte condição hipotética:

⁶⁴ Nota: dados coletados no Departamento de Planejamento do Sistema da CELG. Goiânia: novembro de 2004.

⁶⁵ Nota: cabe aqui referenciar o relatório da CMB, que está nos anexos da seguinte obra: SEVÁ, 2005, p. 301 a 316.

⁶⁶ Nota: dado obtido por meio de depoimento concedido durante visita técnica na Secretaria Regional do MAB, em Goiânia, no dia 28 de abril de 2005.

- caso todos os projetos hidrelétricos inventariados em Goiás e Distrito Federal fossem outorgados pela ANEEL, e se os empreendedores os executassem até 2015, sua potência hidrelétrica efetivamente instalada seria de **13.343 MW**, com uma área inundada de **8.121 km²** ⁽⁶⁷⁾.

Porém, o mesmo Plano do governo, em nenhum momento, aponta o número de famílias que serão atingidas e, também, ainda hoje, não existe nenhum estudo por parte do governo quanto ao número de famílias a serem expulsas. Os representantes do MAB em Goiás estimam que este número possa chegar a 30 mil famílias expulsas de suas terras em razão da execução desses projetos ⁽⁶⁸⁾.

As consequências locais dos projetos anunciados, já licitados pela ANEEL e alguns deles obtendo ou tentando obter as licenças ambientais, não são diferentes do que ocorreu nos casos das usinas no trecho goiano do rio Tocantins, Serra da Mesa (represa formada em 1998) e Cana Brava (em 2002). Nos casos analisados, as empresas e, às vezes, as agências de governo passaram por cima de exigências legais. Por isso, essas empresas têm que responder a Inquéritos ou são citadas em Ação Civil Pública que apura a contaminação das águas (resíduos de mercúrio dos garimpos, rejeitos de mineração, a eutrofização, acúmulo de carga orgânica e proliferação de algas) provocada pela descarga de esgotos de várias cidades, além da disseminação da raiva por morcegos expulsos de cavernas e rochedos submersos. Nos dois casos, correm processos indenizatórios em nome das famílias dos atingidos pelas obras e pelas represas destas duas usinas.

Em um outro caso, objeto de uma das observações em campo, a agência federal IBAMA acabou de negar, pela segunda vez, a licença para implantar a hidrelétrica, já licitada pela ANEEL e com contrato de concessão em vigor, chamada Itumirim, no Rio Corrente, em Goiás, entre as cidades de Aporé (divisa GO-MS) e Serranópolis, no extremo Sudoeste do Estado. A represa inundaria uma área de 4.659 hectares e prejudicaria a fauna e a flora do Parque Nacional das Emas.

Em outro caso, o Ministério Público entrou na Justiça pedindo que seja refeito o EIA (Estudo de Impacto Ambiental) dos projetos hidrelétricos localizados nos rios Claro, Verde e no mesmo rio Corrente no Sudoeste Goiano, que afetariam 6 municípios. Seus reservatórios somam

⁶⁷ Nota: Secretária de Infra-estrutura do Estado de Goiás. **Plano 2010: Oportunidades de Investimentos Privados na Geração de Energia Hidrelétrica no Estado de Goiás**. Goiânia: 1998. p. 4.

⁶⁸ Nota: dados coletados na secretaria do MAB, em Goiânia, no dia 18 de março de 2005.

346 km² de áreas férteis com alguns fragmentos de mata. Os dois projetos do rio Claro foram outorgados à empresa de alumínio ALCAN. No outro extremo do Estado, na mesma bacia do Paranaíba, localiza-se o projeto hidrelétrico Serra do Facão, no rio São Marcos (Divisa MG-GO), por um consórcio em que quase todos os sócios são grupos industriais eletrointensivos.

Ao não levar em conta o caráter de serviço público que se deve prevalecer na indústria de eletricidade, permite-se que o bem público representado pelo rio possa ser apropriado para responder as necessidades de natureza privada, no sentido estrito do termo. Aqui, estes outros problemas correlacionados devem ser analisados a partir dos referenciais teóricos adotados neste trabalho.

Novamente, tinha-se como guia as perguntas que muitos fazem, ao vivenciarem ou serem informados dos problemas quando são anunciados os projetos e depois, se forem construídas as referidas hidrelétricas: Por que empresas, e até governo, desrespeitam os direitos das populações atingidas? Como evitar o uso, já tradicional ao longo da história das grandes obras, de pressão e de coação para forçar as famílias a sair da terra, a aceitar negociações muito desiguais? Como fazem, como podem fazer nessas condições, as populações atingidas, para assegurar a estratégia de retirada dos locais e de reconstrução das suas condições de vida? Em que condições os projetos podem ser embargados, as licenças bloqueadas, ou até as concessões revertidas, canceladas?

O núcleo desta análise, em grande parte, é resultado da compilação do material obtido na pesquisa de campo que foi realizada durante os estudos que se desenvolveram entre 2003 e 2005. Foi uma longa aventura de reconhecimento e observação dos rios e sítios hidrográficos, pessoas e instituições envolvidas no processo de eletrificação dos territórios de Goiás e do Distrito Federal.

A primeira pesquisa de campo realizou-se na usina Cachoeira Dourada, em julho de 2003. Esta visita também se estendeu aos perímetros da circunvizinhança da referida hidrelétrica com o objetivo de especular, junto às populações locais, os problemas políticos e sociais que ainda estavam presentes em decorrência da construção desta obra em 1959.

Depois deste trabalho de campo, foram visitadas subestações, linhas de transmissão, pequenas centrais hidrelétricas e as de grande porte localizadas em diversos pontos dos territórios de Goiás e do Distrito Federal. Ao longo do ano de 2003, cumpriu-se uma extensa agenda de visitas às bibliotecas da CELG e de FURNAS em Goiânia, além de conversas obtidas com técnicos destas Companhias. Em 2004, aproveitou-se também para apresentar artigo no

Congresso Brasileiro de Energia e redigir o exemplar de tese submetido ao exame de qualificação em outubro desse mesmo ano.

Em 10 de fevereiro de 2005, retomou-se os trabalhos de pesquisa de campo, partindo das cabeceiras do rio Claro, no município de Caiapônia/GO. Esta jornada contou com a ajuda do senhor Paulo Melo, cidadão jataiense conhecedor dos rios e sítios hidrográficos goianos. Este rio foi percorrido durante cinco dias desde sua nascente, na serra dos Caiapós, até sua foz no rio Paranaíba no município de São Simão. Ao longo deste trecho foram localizados, de forma aproximada, os pontos de barramentos que estão presentes no Programa Indicativo de Licitação de Concessões da ANEEL.

Em cada ponto previsto para instalar um determinado projeto hidrelétrico procurou-se fotografar, descrever o local e conversar com os possíveis atingidos por estas obras. Além do mais, foram visitadas as sedes municipais das terras a serem inundadas, colhendo depoimentos de pessoas que já se sentiam prejudicadas em função da possibilidade de que um dia este projeto hidrelétrico pudesse ser realmente instalado. Cabe ainda registrar que, durante este trabalho de campo, não foi possível colher depoimento de autoridades locais (prefeitos, vereadores, juízes, delegados) uma vez que, quando consultadas, negaram-se, o que em si já indica problemas com relação à instalação de hidrelétrica.

Ressalta-se ainda que a visita ao projeto hidrelétrico Espora, que está sendo instalado no rio Corrente, mereceu um pouco mais de atenção, fazendo-se o reconhecimento e a observação direta da construção de um empreendimento dessa natureza. O que mais chamou a atenção foi o desvio do leito do rio e a escavação do mesmo para levantar os paredões da barragem. Em função dessa intervenção pôde-se presenciar a mortandade de espécies de peixes, plantas, animais silvestres, além de constatar-se que os ribeirinhos foram obrigados a abandonar às pressas as suas propriedades.

A visita ao projeto hidrelétrico Corumbá IV requereu atenção redobrada em razão das dezenas de problemas políticos e sociais pendentes na obra. Problemas para os quais se mobilizaram desde o MAB até o governo federal através do Ministério de Minas e Energia e do IBAMA. As disputas judiciais também foram destaque nesse drama, com a participação de Promotores, Procuradores e Juízes.

Neste sentido, é emblemático o caso da represa da usina de Corumbá IV, também em Goiás, sobremaneira em razão do enchimento do reservatório ter sido feito às pressas, agora têm

de ser usados mergulhadores para retirar a vegetação submersa. O reservatório, além de gerar energia, será utilizado, segundo anunciaram os governos de Goiás (Marconi Perillo) e do Distrito Federal (Joaquim Roriz), para o abastecimento de água do Distrito Federal e municípios do entorno.

A pesquisa de campo realizada no rio Araguaia durou nove dias percorrendo os principais pontos desse rio de sua nascente entre os municípios de Santa Rita do Araguaia/GO e Alta Araguaia/MT até a cidade de Luiz Alves/GO ao sul da ilha do bananal. Mas, foi no salto da cachoeira de Couto Magalhães que este trabalho concentrou-se com maior atenção e detalhe.

Nas visitas às usinas de Serra da Mesa e Cana Brava foi feito o reconhecimento e a observação de projetos hidrelétricos em geração, recém-instalados, em meio ao processo de privatização da indústria de energia elétrica brasileira. O que chama atenção é sua obra de engenharia, tanto em termos de equipamentos quanto a construção civil. Na oportunidade, visitou-se a instalação da subestação de Serra da Mesa, responsável pelo tronco de interligação do sistema elétrico norte/sul. Aproveitou-se também para conhecer as instalações de duas mineradoras: a SAMA, que minera amianto no município de Minaçu, e a Níquel Tocantins, que minera Níquel, Cobre e Ouro no município de Niquelândia.

O projeto hidrelétrico previsto para ser instalado no rio São Marcos, no Sudeste de Goiás, foi o último a ser visitado nos últimos dias do mês de março de 2005. Em Catalão, um dos municípios que seria atingido, encontrou-se um ambiente de resistência da comunidade local em relação às empresas eletrointensivas que pretendem barrar o rio São Marcos. Tanto o MAB quanto os professores do Departamento de Geografia do CAC/UFG e algumas pessoas da comunidade local ouvidas durante a pesquisa de campo, demonstraram fatos que sustentam a previsão de problemas políticos e sociais em decorrência desse empreendimento.

Além dos registros que foram feitos durante a visita técnica ao rio São Marcos, localizado no município de Catalão/GO, tomou-se conhecimento também dos trabalhos realizados pela comunidade local, liderados pelos professores do Departamento de Geografia do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás, que se contrapõem às ameaças sócio-ambientais do projeto hidrelétrico Serra do Facão. Teve-se também acesso aos materiais que foram produzidos e apresentados por estes professores no I Encontro de Ciências Sociais e Barragens realizado entre 8 a 10 de junho de 2005, na UFRJ, promovido pelo IPPUR. Cabe ainda salientar que os sítios eletrônicos da ANEEL e ELETROBRÁS foram visitados várias vezes

durante este período de trabalho de campo, com o objetivo de *garimpar* dados e verificar as atualizações que pudessem ajudar na compreensão geral dos assuntos tratados.

Depois dessa pesquisa de campo, os trabalhos concentraram-se em Goiânia e Brasília; a partir do mês de abril, a Agência Ambiental de Goiás, o IBAMA, o MPE e o MPF começaram a ser visitados. O objetivo era tomar conhecimento dos processos de licenciamentos ambientais, Inquéritos Cíveis Públicos – ICP e/ou Ações Cíveis Públicas – ACP – referentes aos respectivos projetos e instalações hidrelétricas visitadas.

No afã de documentar os problemas políticos e sócio-ambientais reconhecidos e observados durante os trabalhos de campo, pôde-se testemunhar que os procuradores do MPF, os promotores do MPF e o gerente do IBAMA/GO demonstraram interesse em tornar público os problemas provocados pelos referidos empreendimentos ou usinas hidrelétricas em operação. Em Brasília, foram visitadas a biblioteca da Companhia Energética de Brasília – CEB – e a sede da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Da abordagem multidisciplinar desenvolvida neste trabalho de pesquisa, resultaram alguns relatórios de caráter mais analítico e retrospectivo – os Capítulos 2 e 3 a seguir, enquanto os outros seguem uma linha mais investigativa, cujos resultados foram apresentados nos Capítulos 4, 5 e 6 a seguir.

CAPÍTULO 2

Retrospectiva de uma região singular: posição central, novas capitais do país e de um Estado recortado duas vezes; a recomposição da política regional goiana pós-ditadura militar

Introdução

Ampliando um pouco mais a discussão, neste Capítulo são introduzidos os fatos históricos que diferenciam e particularizam o que é hoje Goiás, a começar pelos ideários que nortearam as aspirações daqueles que fizeram a mudança da capital de Goiás no transcorrer das primeiras décadas do século XX. Em Goiás, a *Coluna Prestes*, em 1926, foi quem primeiro difundiu a idéia de integração nacional. Este sentimento ganhou consistência política e econômica a partir da *Marcha para o Oeste*, patrocinada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, na década de 1930. Neste sentido, compreende-se que a construção de Goiânia constituiu-se em uma espécie de ponta de lança para a conquista da Amazônia.

A construção de Brasília é uma segunda alteração no curso da história do Brasil central, após a primeira definida por Getúlio Vargas em 1930, quando nomeou interventor Pedro Ludovico Teixeira para construir a nova capital do Estado. Compreende-se também que estas novas capitais no interior do sertão exigiram e justificaram a construção das estradas de ferro e rodoviárias ligando o Sul/Sudeste ao Centro-Oeste e ao Norte do país. O longo ciclo de intervenção estatal alcançou seu apogeu, em Goiás, com a separação da parte norte do Estado (Estado do Tocantins). Procura-se recapitular também a recomposição do quadro político regional e nacional pós-ditadura militar e estende-se esta análise até os dias atuais.

Sumário do Capítulo

- 2.1 Século XX: *Marcha para Oeste* passa por Goiás
- 2.2 Goiânia: capital símbolo do desenvolvimento
- 2.3 Brasília: construção da *integração nacional*
- 2.4 Separação da parte norte de Goiás: o Estado de Tocantins
- 2.5 Recomposição da política regional goiana pós-ditadura militar (até 1994)
- 2.6 Goiás e o Brasil na era FHC (1995-2002)

2.1 Século XX: *A marcha para Oeste* passa por Goiás



(01) Foto da cidade de *Goyaz*, em 1935, às vésperas de perder o título de Capital do Estado de Goiás para a cidade de Goiânia que estava em ritmo acelerado de construção. Fonte: acervo do arquivo fotográfico da Fundação Brasil Central. Goiânia. Visita técnica a esta instituição em março de 2005.

Nas primeiras décadas do século XX, iniciam-se os intensos movimentos de interiorização do Brasil. De acordo com FERRO, estes movimentos podem ser compreendidos como um novo processo de (re)colonização do território brasileiro ⁽⁶⁹⁾. Em Goiás, este sentimento começou a tomar sentido depois da passagem da Coluna Prestes, em 1926, segundo registra LIMA ⁽⁷⁰⁾. Após a Revolução de 1930, o Estado Novo Getulista retomou o processo de interiorização do Brasil através da Grande Comissão Nacional de Revisão Territorial e Localização da Capital da República, comandada pelo IBGE ⁽⁷¹⁾. Em um primeiro momento, Goiânia é projetada para ser a

⁶⁹ FERRO, M. *História das Colonizações*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996. p. 11 a 13.

⁷⁰ LIMA, Lourenço Moreira. “*A Coluna Prestes*”. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1945. Leia também: DAYRELL, Eliana Garcindo. *O PCB-GO; 1936-1948*. São Paulo: USP, 1984. Tese de Doutorado.

⁷¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. Goiânia/Rio de Janeiro, Serviço do IBGE. 1942.

nova Capital da República, idéia aparentemente abortada por conta da crise política instalada entre as elites do sertão e a litorânea, no início do Estado Novo, em 1937, conforme compreende LEVINE ⁽⁷²⁾. No entanto, a idéia consolidada pela Constituinte de 1934, da criação de uma nova capital federal no interior do Brasil, manteve-se firme, como é anunciado pelo próprio Getúlio Vargas, em 1934:

Será transferida a capital da União para um ponto central do Brasil. O presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob as instruções do Governo, procederá ao estudo de várias localidades à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado ⁽⁷³⁾.

A discussão em torno do tema da construção da nova Capital da República tomou forma durante a Segunda Grande Guerra Mundial, (1939-1945) voltando a idéia de que a capital do país não podia ficar na faixa litorânea, por ser muito vulnerável ⁽⁷⁴⁾. Quando o governo tomou para si a concretização da *Marcha para o Oeste*, Goiás afirmou sua antiga função pioneira de ligação do eixo RJ-SP-MG com o Mato Grosso, os vales do Araguaia e do Tocantins, ou seja, o Oeste e Norte do país ⁽⁷⁵⁾.

O interventor getulista Pedro Ludovico Teixeira foi quem articulou a construção de uma nova capital para o Estado — Goiânia, cuja construção pioneira se fez entre 1933 e 1937 — em substituição à velha cidade colonial de Goiás (*Goyaz Velho*), tencionando também tornar Goiânia a nova Capital da República. A partir de então, Goiás passou a ser rota obrigatória para os paulistas, mineiros, nordestinos, sulistas e outros imigrantes em busca de riquezas no Norte do país; foi a expansão da fronteira agrícola e mineral do sertão brasileiro a partir de Goiás ⁽⁷⁶⁾.

⁷² LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas; os anos críticos – 1934/1938**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

⁷³ GOMES, Ângela Maria de Castro. **Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)**. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: Ed. Difel, 1983. Nota: pronunciamento de Getúlio Vargas à Assembléia Constituinte em 12 de setembro de 1934. Cópia do documento original encontrado na Fundação Brasil Central. Visita técnicas em março de 2005. p. 42.

⁷⁴ FAUSTO, Boris. **Pequenos Ensaios de História da República**. Cadernos CEBRAP, n° 10. São Paulo: 1972.

⁷⁵ O presidente Getúlio Vargas, nos primeiros meses de 1943, fez o primeiro pronunciamento afirmando que ia criar um órgão para desbravar o *branco das cartas geográficas brasileiras*. Para chefiar a Fundação Brasil Central, Getúlio escolheu o ministro João Alberto Lins de Barros, que havia sido interventor em São Paulo, em 1932.

⁷⁶ BORGES, Barsanufio Gómes. **EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA EM GOIÁS**. Goiânia. Estudos. 22 (3/4): jul/dez. 1995.



(02) Foto dos pioneiros da *Marcha para o Oeste*, em 1939, uma equipe de expedicionário liderada por Sayão, com objetivo de fundar a Colônia Agrícola no interior de Goiás. Fonte: acervo do arquivo fotográfico da Fundação Brasil Central. Visita técnica a esta instituição em março de 2005.

O engenheiro Bernardo Sayão, atraído pela extraordinária experiência da construção de Goiânia, que simbolizava a interiorização do desenvolvimento brasileiro foi escolhido em 1941, por Getúlio Vargas, para dirigir a implantação de uma Colônia Agrícola no interior de Goiás, conforme registram PESSOA e DAYRELL ⁽⁷⁷⁾. A última cidade daquela região era Anápolis, com menos de 50 mil habitantes. Bernardo Sayão instalou-se com suas barracas e ferramentas, naquele mesmo ano, próximo às margens do rio das Almas, um dos afluentes do rio Tocantins, a 142 quilômetros de Anápolis, para construir uma estrada que ligasse a Colônia Agrícola, hoje Município de Céres, àquela cidade. Em concomitância, foi construída a pequena usina hidrelétrica São Patrício pela empresa CHESP para abastecer com eletricidade a colônia agrícola de Ceres.

Goiânia e Anápolis viriam a proporcionar pontos de apoio importantes para a construção de Brasília e a continuidade da moderna *ocupação* do Centro-Oeste e da Amazônia, a partir dos anos 1950. Mas não foi só isso — sua construção integrou um programa mais amplo, resultando na abertura de rodovias como a de Brasília a Cuiabá e Porto Velho (Br-364), a de Belém a Brasília (Br-153) (na realidade Belém a Anápolis) ⁽⁷⁸⁾. No censo de 1940, Goiás já aparecia como o quarto maior destino de migrantes, depois Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

No início da década de 1940, praticamente todos os 43 milhões de habitantes do país estavam concentrados no litoral e viam o interior do próprio país como algo exótico. O sertão, para estes aventureiros, não passava de uma enorme e inexplorada lacuna na geografia brasileira.

Índios devoradores de gente, montanhas de ouro e diamante e feras selvagens constituíam o lendário dos bandeirantes do século XX, em Goiás, como registrou Couto Magalhães em sua

⁷⁷ PESSOA, Jadir de Moraes. *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas (SP): Ed. Alínea, 1990. p. 39 a 54. Leia também, DAURELL, Eliana Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás; Análise de uma Política de Colonização na Expansão para o Oeste*. Goiânia: UFG, 1974. Dissertação de Mestrado.

⁷⁸ DAYRELL. 1974.

viagem ao rio Araguaia ⁽⁷⁹⁾. Essas e outras lendas herdadas do tempo dos bandeirantes de séculos anteriores eram quase tudo o que se conhecia sobre o interior do Brasil há 60 anos.

A partir de 1940, esta visão sobre o sertão brasileiro começou a se romper: Getúlio Vargas criou, em 1942, a Fundação Brasil Central e imediatamente lançou a Expedição Roncador-Xingu destinada a escolher locais para instalar colônias agrícolas. Esta expedição foi comandada por três irmãos, seguidores da tradição do Marechal Rondon: Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas. A expedição percorreu terras habitadas pelos indígenas, contatou com várias tribos pela primeira vez, reagrupou algumas tribos no Leste e Norte do MT, ali fazendo o primeiro Parque Indígena, o do Xingu. Foram percorridos 1.500 Km de picadas e 1.000 Km de rios (rio das Mortes/MT, Xingu/MT, e Araguaia, na divisa GO-MT) ao longo dos quais surgiram 34 vilas e 10 cidades ⁽⁸⁰⁾.

No início dos anos 1940, as margens e quase todo o vale do Araguaia e seus afluentes eram os últimos refúgios para dezenas de nações indígenas até então desconhecidas. Apesar disso, a região era classificada como um *vazio demográfico que precisava ser ocupado* e despertava o interesse de autoridades internacionais, além de garimpeiros, fazendeiros e políticos regionais e locais.

Eclodia na Europa a Segunda Grande Guerra Mundial, conflito que teve como uma de suas razões a noção de *Espaço Vital*, teoria que colocava a região incógnita no Centro-Oeste e no Norte brasileiro como alvo potencial para a cobiça de outros países, conforme ressalta FERRO ⁽⁸¹⁾. Neste contexto, o Presidente Getúlio Vargas, em 1943, fez um longo sobrevôo na região do Araguaia, a convite do então governador de Goiás, Pedro Ludovico. Ao ver uma vastidão de florestas cortadas por rios imensos, mencionou a seguinte frase: *branco no mapa do Brasil Central* ⁽⁸²⁾.

⁷⁹ MAGALHÃES, José Couto 1837-1898. **O selvagem**. São Paulo: Ed. Comemorativa do centenário da 1ª edição. Editora USP, 1975.

⁸⁰ DAYRELL, 1974. p. 61.

⁸¹ FERRO, M. **História das Colonizações**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.

⁸² DAYRELL, 1974. p. 62.



(03) Foto do Ministro do Governo Getúlio Vargas, João Alberto, no acampamento da expedição nas margens do rio das Mortes/MT, em maio de 1946. Fonte: acervo do arquivo fotográfico da Fundação Brasil Central. Visita técnica a esta instituição em março de 2005.

O ministro João Alberto foi um dos maiores incentivadores da colonização do Centro-Oeste, principalmente por ter conhecido toda a região como integrante da Coluna Prestes, que por ali passara dez anos antes ⁽⁸³⁾. Ele vislumbrava o futuro econômico do Vale Araguaia, apontando a terra como ideal para a pecuária. Além disso, o ministro sonhava em ver uma urbanização planejada e ordenada que, ao seu entender, traria assistência, riquezas e qualidade de vida ao interior do país.

A principal base para o avanço desenvolvimentista estava nas duas cidades gêmeas: na margem direita do rio Araguaia, localiza-se Aragarças, em Goiás – uma cidade fundada pela Fundação Brasil Central, onde a Força Aérea Brasileira construiu depois uma Base Aérea complementar à de Anápolis – e Barra do Garças no Mato Grosso, uma antiga corruptela localizada à margem mato-grossense do Araguaia.

Com o incentivo do governo federal, a região passou a atrair imigrantes ⁽⁸⁴⁾. Caboclos desciam os rios, enfrentando meses de viagem para ocupar o novo Brasil. O mesmo faziam homens e mulheres do Nordeste. Nessa leva veio o cearense Valdson Varjão, de 79 anos, que ainda hoje vive em Aragarças, na beira do rio Araguaia: *Cheguei aqui com uns 14 anos e acabei ficando amigo dos irmãos Villas Bôas*, lembrou ⁽⁸⁵⁾.

Apesar da amizade, Varjão culpa os Villas Bôas pelo fato de a região não ter se desenvolvido como ele esperava: *Eu acho que os irmãos desvirtuaram a intenção original que era colonizar toda essa região construindo estradas e novas cidades. A idéia não era catequizar índio e nem fazer Parque Indígena*, reclamou.

⁸³ DAYRELL, 1984. p. 65.

⁸⁴ FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes. “Investimentos, Fontes de Financiamento e Evolução da infra-estrutura no Brasil, 1950-1996”. Rio Janeiro: FGV, IPGE 1999.

⁸⁵ Nota: depoimento tomado durante visita ao rio Araguaia, em 22 de março de 2005.

2.2 Goiânia: símbolo de desenvolvimento



(04) Foto dos primeiros acampamentos nas terras desmatadas para a construção a cidade de Goiânia, em 1936. Os operários, vindos de Minas, São Paulo e dos estados nordestinos, sonhavam construir um mundo novo, enquanto sentavam tijolos e levantavam o madeiramento dos telhados. A desilusão de Maria de Lourdes se fez mais rápido: seu nome não constou na lista de Professores nomeados para a nova escola. Fonte: acervo do arquivo fotográfico da Fundação Brasil Central. Visita técnica a esta instituição em março de 2005.

Goiânia foi projetada para uma população de cinquenta mil habitantes e com condicionantes destinados aos programas dos edifícios a serem construídos para os órgãos oficiais de governo. Para que a proposta do urbanista Atílio Corrêa Lima fosse mais facilmente compreendida, contextualizou-se a importância política e econômica de Goiânia para a região. Sendo a cidade Centro Administrativo do Estado, ele tirou disso partido fixando o Centro Administrativo na Praça Cívica, onde três grandes avenidas convergiam para a praça, tornando-a de fácil acesso ⁽⁸⁶⁾. Os demais setores da cidade foram organizados em um desenho de malhas ortogonais ⁽⁸⁷⁾.

O núcleo central da cidade foi construído por uma concepção de cidade-jardim, que buscava a relação cidade-campo. O plano é rico em áreas de parques como o Buritis e o Botafogo, praças amplas e jardins destinados à recreação. A cidade teria espaços livres distribuídos em parques, *park ways*, jardins, *playgrounds*, estacionamentos arborizados, praças ajardinadas, áreas para esportes e vias públicas. Todas as ruas deveriam ser arborizadas para uma melhor climatização da cidade e as principais avenidas deveriam dispor de jardins. Antes de concluir o projeto, Atílio Corrêa Lima afastou-se e o engenheiro Armando Augusto de Godoy assumiu seu lugar, apresentando profundas modificações no plano original.

⁸⁶ LIMA, Atílio Correia. **Goiânia; a nova capital de Goiás – Resumo de um estudo**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1968.

⁸⁷ DAHER, Tânia. **Goiânia, uma utopia no Brasil**. Goiânia: Ed. Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

Mas foi no setor Sul que as alterações se consolidaram de forma mais forte, buscando um tratamento mais efetivo de cidade-jardim. Seu traçado foi inspirado nas metrópoles européias e americanas, com 32,5% de área verde pública (*park way*). Godoy realizou um novo plano da cidade e estabeleceu etapas de sua implantação: primeiro os setores central e norte, seis anos mais tarde o setor sul e só posteriormente o setor oeste; regulamentou o desenvolvimento, produziu legislação urbana e fez previsão de cidades-satélites. Ao refazer o projeto da cidade, Godoy estabeleceu uma nova praça, a do Cruzeiro, em contraponto com a Praça Cívica, com avenidas convergentes e quadras orgânicas acomodadas à topografia ⁽⁸⁸⁾.

Ao tomar posse do cargo na qualidade de interventor federal de Goiás, no dia 22/11/1930, Pedro Ludovico se apressa em declarar à imprensa do Rio de Janeiro a urgência com que deveria ser tratado o problema da construção de Goiânia ⁽⁸⁹⁾.

Três anos mais tarde, o interventor lançou a pedra fundamental da nova Capital porém, naquele momento, reconhecia a fragilidade econômica e política do Estado; as críticas provenientes dos opositores não foram suficientes para limitar o ímpeto do interventor em querer levar a cabo, a qualquer custo, a obra.

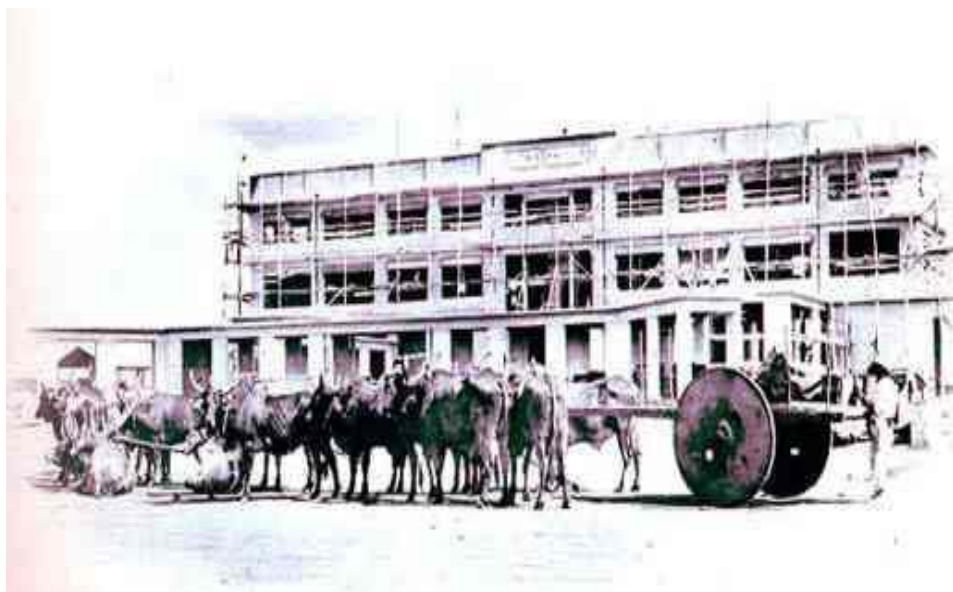
Neste contexto histórico, o interventor faz a seguinte afirmação: *O progresso e o desenvolvimento de Goiás passam necessariamente pela construção de uma nova Capital* ⁽⁹⁰⁾. Para os oligárquicos governistas, a construção de uma nova Capital expressa o primeiro e o decisivo passo para a promoção do *progresso e o desenvolvimento* do território goiano. O atraso do Estado, em todos os níveis de desenvolvimento, tinha também outras causas, indubitavelmente, mas a primeira e principal era a *inércia* da Cidade de *Goyaz* ⁽⁹¹⁾. No entanto, deve-se registrar que esse desenvolvimento esperado para acontecer em Goiás, a partir da construção de Goiânia, passava necessariamente pela força empreendida pelo carro de boi.

⁸⁸ DAHER, 2003.

⁸⁹ PALACIN, Luis. **A Construção de Goiânia e o Desenvolvimento de Goiás**. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitário de História. Belo Horizonte: 1973. p. 753. O Jornal **Correio do Povo**. Goiás. 13/02/1930. Neste respectivo artigo, o governo publicou a ordem de serviço da construção da nova capital do Estado de Goiás, em 22/11/1930.

⁹⁰ PALACIN. 1973. p. 12. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Getúlio Vargas dd. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, 1930-33. Goiás, 1934. p. 122.

⁹¹ CHAUL, Nasr N. Fayad. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia. Coleção Documentos Goianos nº. 17. Ed. UGF: 1988.



(05) Foto de carro de bois trazendo o desenvolvimento e o progresso para Goiás. Sem estradas praticáveis para caminhões, o material de construção de Goiânia chegava ao canteiro de obra puxado por juntas de boi, como este material que acaba de ser descarregado diante do Palácio das Esmeraldas, em 1936. Fonte: acervo do arquivo fotográfico da Fundação Brasil Central. Visita técnica a esta instituição em março de 2005.

Goiânia seria a chave e o começo da solução para todos os problemas perante a inércia política e econômica que pairava sobre o território goiano durante as primeiras décadas do século XX. Novamente registra o governador Pedro Ludovico Teixeira, na Assembléia Legislativa do Estado:

Mudando a sede do governo para um local onde reúna todos os requisitos e ingredientes necessários de cuja ausência absoluta se constata na cidade de Goiás, teremos andado meio caminho na direção da grandeza dessa maravilhosa unidade Federal do Brasil central ⁽⁹²⁾.

De acordo com PALACIN, a avenida 24 de Outubro – onde se pôs a pedra fundamental da cidade – foi construída em homenagem aos levantes políticos da elite oligárquica de 1930 ⁽⁹³⁾. O decreto lei nº 3.359, de 18 de maio de 1933, que determinou a mudança da capital, marcou um prazo de dois anos para se consumir o fato.

Todavia, em 1935, as obras ainda estavam apenas no início. As dificuldades eram de diversas ordens. A primeira delas foi de ordem financeira; a segunda, a falta de uma infraestrutura agroindustrial, comercial, mineral e até mesmo artesanal e, por fim, somando-se a tudo isto, uma grande deficiência de transporte, tanto por causa da falta de estradas, como também em

⁹² Assembléia Legislativa de Goiás. **Pronunciamento do Governador Pedro Ludovico Teixeira**. Goiás. Junho de 1932. Este pronunciamento é realizado logo após anúncio da construção da nova Capital do Estado.

⁹³ PALACIN. 1973. p. 752.

função das dificuldades de se obter o combustível para abastecer a frota de caminhões, tratores e automóveis de passeio, registra o relatório sobre o Balanço de 1936, apresentado ao Diretor da Fazenda em março de 1937 ⁽⁹⁴⁾.

Pode-se considerar que a cidade de Goiânia contribuiu assim para o lançamento da base da indústria de energia elétrica e também para a expansão da agroindústria e mineração em Goiás. Durante a construção de Goiânia, deu-se a criação de uma rede de indústrias de extração de materiais de construção: pedra, cal, madeira, cerâmica, cimento, areia, artefatos de ferro etc, conforme registrou o relatório do Superintendente Geral ao Diretor Geral da Fazenda, em junho de 1936 ⁽⁹⁵⁾.

Até o final das obras, a nova cidade tinha recebido um contingente bastante elevado, 12 mil pessoas já no primeiro ano de instalação do canteiro de obra. Segundo dados coletados no IBGE, no ato de transferência da capital, em 1935, Goiânia já contabilizava uma população de aproximadamente 35 mil habitantes ⁽⁹⁶⁾.

A construção da pequena central hidrelétrica do Jaó, em 1936, foi a primeira iniciativa desse gênero para atender as necessidades de consumo de eletricidade da nova capital do Estado ⁽⁹⁷⁾. Apesar do avanço que a indústria de eletricidade passou a ter após a construção de Goiânia, outros problemas infra-estruturais continuaram: o principal era a falta de um sistema de transportes, como registrou ARTIAGA em seu relatório monográfico ⁽⁹⁸⁾. Mesmo assim, o interventor, em 4 de dezembro de 1935, concretizou a mudança provisória da capital, segundo versão publicada no Diário Oficial do Estado:

O governador – Pedro Ludovico – deixou Goiás, para fixar a sua residência em Goiânia. No entanto, a mudança definitiva processou-se em 1937, quando o decreto lei de 23 de março de 1937 foi publicado no Diário Oficial do Estado ⁽⁹⁹⁾.

⁹⁴ CHAUL. 1988. p. 32. Relatório sobre o Balanço de 1936, apresentado ao Diretor da Fazenda em março de 1937.

⁹⁵ CHAUL. 1988. p.78.

⁹⁶ IBGE. Censo Populacional. Rio de Janeiro: 1938.

⁹⁷ OTON, Nascimento. **Plano de Eletrificação do Estado de Goiás**. CELG. Goiânia: 1955. p. 16.

⁹⁸ ARTIAGA. 1961. p. 100.

⁹⁹ PALACIN, 1973. p. 756. Publicação. **Diário Oficial do Estado** o decreto lei de 23 de março de 1937. Goiás. 24 de março de 1937. Este ato autorizou a transferência oficial da sede política e administrativa do Estado de Goiás.



(06) Foto da cidade de Goiânia, no dia do seu batismo, em 24 de outubro de 1942. Esta cidade recebeu um traçado urbanístico e arquitetônico moderno, fundamentada na arte déco e nas idéias européias de cidade-jardim. Nesta foto de 1942, a Avenida Goiás se estende diante do Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual. Apenas uns poucos prédios se erguem sob o sol causticante do cerrado. Eis que no coração do sertão brasileiro se erguia a nova Capital do Estado de Goiás. Acervo da Fundação Brasil Central.

A nova capital passou a representar politicamente a superação do ideário da velha oligarquia imperial e, em seu lugar, ascende, e até hoje se percebe o movimento, uma nova elite, que tem elementos típicos do capitalismo agro-exportador mas também dos representantes e gerentes de investidores estrangeiros, como se pode deduzir a partir da leitura de CAMPOS ⁽¹⁰⁰⁾.

Goiânia, como um grande evento econômico e político administrativo, conseguiu reunir os ingredientes para promover e se identificar com o *progresso e o desenvolvimento no interior do país*. Seria somente por meio da construção de Brasília que, segundo o ideário obstinado dessas oligarquias modernizantes do sertão, seria viabilizada a infra-estrutura tão necessária à consolidação do *progresso e desenvolvimento* em território goiano ⁽¹⁰¹⁾.

2.3 Brasília: construção da *integração nacional*

A primeira Constituição Republicana, de 1891, estabeleceu a mudança da Capital, destinando para tanto um quadrilátero de 14 mil km², entre os Estados de Goiás e Minas Gerais, que havia sido vistoriado e medido pela conhecida Missão Cruls. A decisão não foi concretizada por mais de três décadas, porém foi confirmada quando da inauguração pelo presidente Epitácio Pessoa, em 1922, da Pedra Fundamental da nova Capital, nos arredores da velha cidade de

¹⁰⁰ CAMPOS, Francisco Itami. **Mudanças de Capital: uma estratégia de poder**. In: Cadernos do INDUR, nº 2. Goiânia: 1980. Leia também: COSTA, Castro. **Goiânia a Metrópoles do Oeste**. São Paulo. Revista dos Tribunais. 1949.

¹⁰¹ FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes. “Investimentos, Fontes de Financiamento e Evolução da infra-estrutura no Brasil, 1950-1996”. Rio Janeiro: FGV, IPGE 1999.

Planaltina, dentro do *Quadrilátero Cruls* ⁽¹⁰²⁾. Com a vitória da Revolução de 1930, foi reativado o assunto, tendo como defensor o geógrafo Mário Augusto Teixeira de Freitas, que agitou o problema no Conselho Nacional de Geografia por mais de vinte anos, travando polêmica com alguns opositores ⁽¹⁰³⁾.

A Constituição de 18 de setembro de 1946 determinou que a Capital fosse transferida para o Planalto Central. Mas, apenas oito anos depois, uma comissão liderada pelo general José Pessoa, completando os estudos da Missão Cruls, delineou a área da futura capital entre os rios Preto e Descoberto, e os paralelos 15°30 e 16°03, abrangendo partes dos territórios de três municípios goianos: Planaltina (cuja sede urbana ficou dentro do DF) Luziânia (antiga Santa Luzia) e Formosa, cidades goianas bem próximas ao DF e que praticamente integram uma *região metropolitana* da capital federal.

No primeiro comício de sua campanha eleitoral, em Jataí/GO, no dia 4 de abril de 1955, o candidato a Presidente da República, Juscelino Kubitschek, quando interpelado em praça pública se de fato efetuariam a mudança da Capital, respondeu que cumpriria a Constituição. Logo após tomar posse, em janeiro de 1956, reafirmou o seu empenho *de fazer descer do plano dos sonhos a realidade de Brasília*. Em abril daquele mesmo ano, da cidade de Anápolis (planalto goiano) enviou uma mensagem ao congresso propondo a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (vulgarizada pela sigla NOVACAP). Em 19 de setembro de 1956, o Presidente sancionou a lei 2.874, que criava a referida Companhia, e nomeia seus diretores: Israel Pinheiro da Silva, Ernesto Silva, Bernardo Sayão e Iris Meinberg ⁽¹⁰⁴⁾. O processo de intervenção estatal no território goiano alcançou seu apogeu com a construção de Brasília, como se fosse finalmente nacionalizar o sertão e, subseqüentemente, integrá-lo ao litoral brasileiro ⁽¹⁰⁵⁾.

¹⁰² JOFFILY, Geraldo Irenêo. **Brasília e sua Ideologia**. Brasília: Ed. Thesaurus, 1972..

¹⁰³ JOFFILY. 1972. p. 12 a 20.

¹⁰⁴ KUBITSCHKE, Juscelino. “**A Marcha do Amanhecer**”. São Paulo: Ed. Importadora de Livros S. A., 1962. Leia também: PINA, Lea Araújo. “**Meu Pai, Bernardo Sayão**”. Goiânia: Ed. Universidade de Goiás, 1963.

¹⁰⁵ FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes. “**Investimentos, Fontes de Financiamento e Evolução da infra-estrutura no Brasil, 1950-1996**”. Rio Janeiro: FGV/IPGE, 1999.



(07) Foto do marco inicial da construção da nova Capital da República, em 1957. Em primeiro plano, o local da plataforma rodoviária. Em segundo plano, o local onde surgirão os Ministérios e o Congresso Nacional. Movimentação de terra para aplinar o retângulo da Rodoviária (encaixada entre os taludes em primeiro plano) até o Congresso Nacional. O *testemunho* de terra marca o ponto zero — cruzamento dos eixos Monumental e Rodoviário — e indica o nível anterior do terreno. Foto: acervo da Fundação de Cultura do Distrito Federal.

Por conseguinte, a *nova elite* goiana liderada por Pedro Ludovico Teixeira sempre apoiou esta luta e, mais do que isso, tinha esperanças de que o centro do Estado justamente no eixo Goiânia – Anápolis fosse o local escolhido para sediar a nova Capital da República. Nessa época, 1946, Pedro Ludovico Teixeira assim se manifestou:

Goiás, Estado próspero, será elevado à categoria de acolhedor do novo Distrito Federal. Os apologistas da iniciativa encontram argumentos fáceis para a vitória do seu ponto de vista. Geograficamente, Goiás satisfaz plenamente, é situada no centro do Brasil, em região de reconhecida fertilidade e ligada ao resto do país por rodovias e estradas de ferro. Além disso, trata-se de um Estado moderno, suficientemente credenciado pelo alto nível de progresso que alcançou, a tornar-se a sediar a capital da República. Nas condições atuais, bastaria apenas a construção de edifícios públicos e incrementar a edificação de prédios para sede das embaixadas e para abrigar a nova população constituída dos funcionários do governo federal ⁽¹⁰⁶⁾.

Em 1950, o Congresso Nacional decidiu que a nova Capital da República seria no Planalto Central, exatamente dentro do então limite administrativo de Goiás, configurando assim, uma raridade geopolítica, um *Estado* retirado cirurgicamente de dentro de um outro, um Distrito Federal, que tem como único vizinho o Estado de Goiás. As elites do sertão goiano não paravam

¹⁰⁶ PALACIN. 1973. Assembléia Legislativa de Goiás. **Pronunciamento do Governador Pedro Ludovico Teixeira**. Goiânia, 12 de setembro de 1946.

de afirmar que o território goiano realmente era favorável à construção de Brasília chegando, inclusive, a desenvolver uma campanha sob a liderança dos governistas para que a mudança da nova capital fosse realizada na data prevista.

Na realidade, havia também uma certa desconfiança de que Juscelino Kubitschek não efetivasse a transferência da sede conforme estava oficialmente previsto. A luta pela *interiorização do Brasil* sempre esteve presente nas disputas e reivindicações políticas das oligarquias goianas, como lembrou JOFFILY⁽¹⁰⁷⁾. O Jornal O POPULAR, em 1950, quando o local exato da nova capital federal estava ainda indefinido, fez a seguinte afirmação:

Viria o crescimento econômico, com a construção de estradas, o fortalecimento do comércio, e também, em termos políticos, a região seria beneficiada pela proximidade da capital⁽¹⁰⁸⁾.

Esta confiança quanto ao *progresso e ao desenvolvimento* esperado para a região, certamente, estava ligada ao sentimento de que Goiás está localizado geograficamente distante do centro industrial do país – Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo – porém mais próximo que essas capitais em relação à Amazônia e ao Centro-Oeste. Ou seja, esta condição acabava fortalecendo ainda mais a postura dos negociantes e capitalistas do Estado de Goiás enquanto um entreposto produtivo e comercial inter-regional. De um lado, havia desconfianças e oposições ao projeto de Juscelino Kubitschek; de outro, existia a crença de que a mudança da capital seria a solução para os graves problemas nacionais:

Assim, BRASÍLIA, no final da década de 1970, expressou ideologicamente a esperança de milhões de brasileiros, que, orgulhosos, assistiam o desabrochar dessa moderna metrópole, que surgiu no pleno coração do Brasil, eloqüente afirmativa da capacidade da inteligência e do patriotismo do povo brasileiro⁽¹⁰⁹⁾.

¹⁰⁷ JOFFILY. 1972. p. 35.

¹⁰⁸ PALACIN, 1973. Jornal O Popular. Goiânia. Ano VIII 11 de dezembro de 1950. Este artigo acaba destacando a movimentação política que as oligarquias fizeram para impressionar os parlamentares a fim de que o território goiano fosse escolhido para sediar a nova capital da República brasileira.

¹⁰⁹ JOFFILY. 1972. p. 37.



(08) Foto aérea da nova Capital da República em 1960, alguns meses antes da inauguração de Brasília pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek. Fonte: acervo do arquivo histórico fotográfico da Fundação de Cultura do Distrito Federal.

Conforme esperavam os nacionalistas, a transferência do eixo político-administrativo do país para o Planalto Central Goiano possibilitaria à nação conquistar os novos e vitoriosos rumos em seus destinos promissores. Assim, segundo o discurso típico da elite goiana, o seu Estado se colocou como a porta de entrada para um novo Brasil, o Brasil que passaria a caminhar para Brasília.

Esta pesquisa prosseguirá, deste modo, a partir dessa evidência: a interiorização da Capital da República brasileira foi um projeto apoiado pelas elites oligárquicas goianas. E também, assumindo como sabido que esse fenômeno sócio-econômico, que foi a formação em poucas décadas de uma área urbana de dois milhões de habitantes, além do fortalecimento rápido e evidente de Goiânia e Anápolis, constituíram-se em fatos fundamentais de consolidação e expansão da indústria de energia elétrica no território goiano.

Por outro lado, esse dinamismo geo-econômico se associa também à modernização da agropecuária e da mineração em Goiás ⁽¹¹⁰⁾. Nesse sentido, a cidade de Goiânia pode ser compreendida como um importante impulso que a indústria mineral recebeu em função da enorme quantidade de materiais requeridos para a sua construção. Assim, seguindo a mesma linha de raciocínio, pode-se supor que o crescimento populacional vertiginoso, mais o aumento dos serviços típicos da capital, requereu também um fortalecimento da produção de alimentos e gêneros básicos.

¹¹⁰ PIRES, Mauro. **Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)**. Brasília: Universidade de Brasília (Departamento de Sociologia), 1996. Dissertação de Mestrado.

Quanto à construção de estradas, está claro que esse foi um dos principais projetos do Governo Juscelino Kubitschek ⁽¹¹¹⁾. O Estado de Goiás se beneficiou dessa política federal por causa de sua posição geográfica estratégica - no centro do Planalto Central e próximo de Brasília e de suas ligações com algumas regiões brasileiras. Boa parte da recente história política brasileira poderia ser contada a partir desse enredo que aqui se recapitula. Na verdade, até hoje, não está claro se foi Brasília que viabilizou politicamente Goiânia ou se foi exatamente o contrário. Mais provável é que, a partir dos anos 1960, ambas tenham interagido de modo intenso na vida política nacional, como novos focos de irradiação e de concentração de poder ⁽¹¹²⁾.

2.4 Separação da parte norte de Goiás: o Estado de Tocantins

As lideranças políticas do norte de Goiás, ao propor a bandeira da separação do Tocantins, encamparam uma reivindicação que aquecia os corações, ocupava as mentes e movia os lábios da gente nortense, há pelo menos dois séculos. Com certeza, porta-vozes de uma causa, cujo sentimento praticamente nascera da ocupação econômica e do povoamento daquela região, na primeira metade do século XVIII ⁽¹¹³⁾. Atribuir a separação de Tocantins à realização de projetos pessoais de lideranças políticas nortistas é muito pouco para a avaliação dessa luta histórica de trajetória tão longa. Muitas gerações se passaram até que esses fatos fossem consumados.

A idéia de separação da parte norte de Goiás remonta ao século XIX e a sua trajetória está inserida no contexto da (re)divisão territorial do país, no plano nacional ⁽¹¹⁴⁾. Ao alvorecer do século XX, a ferrovia penetrou o sudeste goiano dando início a todo um processo de alteração da estrutura sócio-econômica, política e cultural de Goiás. É relevante notar que o contexto econômico nacional do final do século XIX evidenciou a expansão do capitalismo nos limites regionais do Sudeste. A partir de então, a proeminência dessa região sobre as demais do país seria inevitável, determinando uma reorganização regional do trabalho de forma a fortalecer o vínculo do centro hegemônico nacional com regiões que até então apresentavam uma débil economia de mercado.

Goiás, enquanto uma delas, integrava-se ao Sudeste pela ferrovia, respondendo aos estímulos da expansão capitalista em processo. Com efeito, a economia goiana dentro da

¹¹¹ JOFFILY, 1972, p. 59.

¹¹² FERREIRA, 1999.

¹¹³ FERRO, 1996.

¹¹⁴ CAVALCANTE, 1999.

estruturação regional do trabalho ocuparia um espaço mais significativo com a acumulação de capital mais acentuada na medida que os processos no setor da pecuária e na agricultura consolidavam-se na região com a chegada da estrada de ferro.

Por outro lado, nota-se o quanto as regiões norte e nordeste de Goiás se distanciaram em termos do progresso alcançado. Enquanto no sudeste goiano a ocupação se fez baseada em atividades pecuárias e agrícolas modernas, em bases capitalistas, no extremo norte e no Médio Tocantins, a mesma prosseguiu, nos anos 20, 30 e 40, sustentada por atividades extrativistas, tais como a agrícola e a mineral: o babaçu e pedras preciosas, como cristais, diamante e esmeralda. Tal ocupação produziu, visivelmente, um desequilíbrio entre o norte e o sul de Goiás.

A concentração de investimentos públicos no eixo centro-sul goiano acentuou-se a partir de 1930, sobremaneira, depois da mudança da capital para o centro econômico do Estado como consequência do apoio federal ao programa denominado *Marcha para o oeste* ⁽¹¹⁵⁾.

Considera-se a implantação da nova capital, em 1937, como resposta a uma das necessidades do expansionismo econômico no sul e no sudoeste do Estado – a criação de um pólo urbano que servisse de centro dinamizador destas regiões e de ligação delas com a economia de base urbano-industrial em expansão. E, mais do que uma capital para o Estado, pensava-se numa capital para o sul e sudoeste, isto é, para o centro econômico de Goiás.

O desenvolvimento promovido durante o governo de JK trouxe à tona a questão dos desequilíbrios regionais e a ação do governo se fez sentir por intermédio da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) a qual, atuando no Nordeste, realizou obras infra-estruturais com o objetivo de atrair investimentos do capital privado para uma das regiões mais carentes do país. A partir daí, iniciou-se um período de integração nacional, via acumulação de capital nas regiões periféricas ⁽¹¹⁶⁾. Nesse sentido, Kubistcheck prosseguiu com o plano de investimentos de integração para acelerar o desenvolvimento preconizado por seu governo. A construção da BR-153 e da nova Capital da República, Brasília, melhor representam a expressão desse movimento.

O norte goiano, na prática, somente sentiu efeito direto desse surto desenvolvimentista, a partir de 1965, com a construção da BR-153 (Belém-Brasília, como é conhecida localmente por todos). O transporte na região continuou sendo realizado por intermédio de aviões, interligando a capital e as demais cidades do Estado. A exemplo disso, deve-se registrar o que afirma ABREU:

¹¹⁵ FERREIRA. 1999.

¹¹⁶ SENA, Clóvis. *Fronteira do Centro-Oeste*. Goiânia. Ed. Kelps. 1999.

Há ainda, quem se lembre – como uma das características terríveis dessa região de Goiás – nos idos de 50 (...) um carro de boi conduzindo sal de Barreiras, último porto fluvial da Bahia, para além de Taguatinga, com uma jornada prevista de 30 dias ⁽¹¹⁷⁾.

Em 1950, os terminais ferroviários, partindo de Leopoldo de Bulhões chegando a Goiânia, passam a ser intensamente utilizados para circular os produtos agropecuários e minerais pelo interior do Estado e outras regiões circunvizinhas. Esse novo trecho passou a exercer importante função econômica até os anos 1960 – ocasião em que foi superado, com o asfaltamento da BR-153 e das rodovias que ligam Goiânia-Brasília ao Triângulo Mineiro, São Paulo e a Belo Horizonte.

A conjuntura nacional deste momento parecia bastante oportuna, e as razões inúmeras, para que, uma vez mais, nos anos de 1950, o norte de Goiás pudesse relançar seu discurso separatista, considerando o desmembramento como a única saída para que a região se integrasse à marcha desenvolvimentista.

A separação do Estado do Tocantins deve ser analisada em face ao plano desenvolvimentista do governo federal de interiorização do Brasil, confirmada a construção de Brasília no Planalto central. Condições imprescindíveis para que pudesse ser acelerado o processo de *Marcha para o Oeste*, iniciado nos anos 1940. A retomada do discurso separatista, em 1988, apresentou características diferentes. A conjuntura política, econômica e social oferecia ao movimento separatista os elementos necessários para a defesa da autonomia regional ⁽¹¹⁸⁾.

Os fatos que se somaram a outros em função da luta pela separação da parte norte de Goiás (o Tocantins) foram as seguintes: a) a evolução da densidade demográfica daquela região (em 1985 havia 1.100.00 habitantes); b) a conseqüente posse do coeficiente necessário para o preenchimento das vagas na Assembléia Legislativa Estadual e no Congresso Nacional ⁽¹¹⁹⁾; c) a região dispunha, do ponto de vista econômico, de 5,5 milhões de hectares de terras agricultáveis, potencial para a construção de usinas hidrelétricas, estradas pavimentadas, duas rodovias federais

¹¹⁷ Nota: **DISCURSO PROFERIDO NA CÂMARA FEDERAL. João Abreu. Brasília: 1977. Unigraf, 1983. p. 336-337. In: CAVALCANTE. 1990.**

¹¹⁸ SENA, 1999.

¹¹⁹ Nota: para a população de 1.100.000 habitantes já se pode ter três vagas no Senado, oito vagas na Câmara Federal e vinte e quatro na Assembléia Legislativa.

(a Belém-Brasília e a Transamazônica), solo rico em recursos minerais inexplorados; d) e também apresentava um expressivo crescimento no setor da agropecuária.

Nesse contexto, a separação do Estado do Tocantins foi reforçada pela atuação, no Congresso Nacional, do deputado Siqueira Campos, representante da região, migrante do interior de São Paulo para o norte de Goiás por volta dos anos de 1930. Entusiasmado com a possibilidade de uma nova divisão territorial do país, haja vista a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, em 1977, apresentou um projeto no qual sugeria a formação, na Amazônia, de 12 territórios, dentre os quais o Estado do Tocantins, abaixo do paralelo 13 ° - ao norte de Goiás, inserido na Amazônia legal. Proposta essa sem sucesso, pois a mesma foi arquivada, em 1978, pelo Senado Federal.

O assunto foi retomado pelo parlamentar no início dos anos 1980, ocasião em que elaborou um projeto de lei (em 1983) propondo a separação do Tocantins, tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional, pela primeira vez em 1985. A idéia de formação de um novo Estado, e não território, aparentemente mostrou-se mais convincente nesse momento político de redemocratização nacional. O empenho de parlamentares no Congresso Nacional, desde os anos 1980, apontava um desfecho vitorioso para aqueles que acreditaram num momento oportuno, com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, prevista para 1987 ⁽¹²⁰⁾.

¹²⁰ BECKER. **Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico**. In: CASTRO, Iná Elias de et alii (Orgs). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

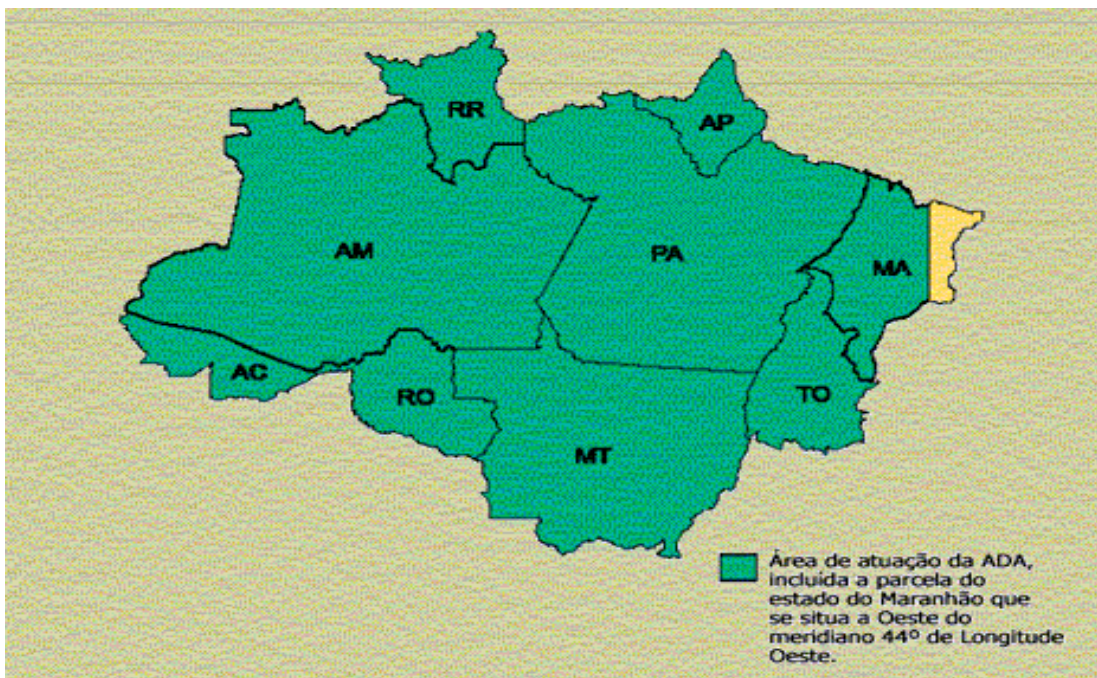


Figura 04 – Integração da parte norte de Goiás à Amazônia Legal. Fonte: Mapa - Amazônia Legal. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO, 2004.

O Estado do Tocantins foi separado de Goiás sob efeito do Artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, uma realidade, enfim, para os habitantes do antigo *norte de Goiás*.

A evolução econômica do norte de Goiás teve características diferentes da do sul goiano. O sul e sudeste do Estado tem uma economia fortemente influenciada por São Paulo e o Triângulo Mineiro, em razão da sua proximidade. Já o norte goiano, pode se considerar desde os primórdios de sua ocupação, como uma continuação das correntes de povoamento do Maranhão. Foram maranhenses que, por ordem do governo da província, atravessaram o Tocantins para criar núcleos de povoações no início do século XIX, que dariam origem a Tocantinópolis. As áreas do cerrado do Maranhão, como também em Goiás, seriam as primeiras a serem ocupadas por grandes fazendas de criação de gado. A pecuária extensiva utilizou os pastos naturais, estabeleceu pequenas roças dentro de seus limites, com uma escassa população de moradores e agregados, que também fariam a coleta do babaçu nas margens da floresta mista e ao longo dos rios. A mata só seria ocupada muito mais tarde, recentemente ⁽¹²¹⁾.

Em 1953, através da Lei 1.806, de 06.01.1953 (criação da SPVEA), foram incorporados à Amazônia Brasileira, uma parte do Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), uma parte do

¹²¹ SADER, Maria Regina da Cunha Toledo. *Espaço e luta no bico do papagaio*. São Paulo: Ed. Terra e Paz, 2004.

Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul, atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul).

Com esse dispositivo legal (Lei 1.806 de 06.01.1953) a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político, e não de um imperativo geográfico para planejar e promover o desenvolvimento da região. Desde 1953, o então Norte de Goiás fez parte da Amazônia Legal, conseqüentemente se beneficiando dos fundos constitucionais criados para financiamento de investimento.

Assim, o mesmo modelo desenvolvimentista introduzido no Brasil e, aí incluído Goiás, a partir dos anos trinta do século XX, ainda se apresentou com força e vigor ideológico cinco décadas depois. Portanto, mais uma vez, o Estado foi acionado para financiar a construção da malha rodoviária, do sistema de energia elétrica, do abastecimento de água tratada, além, é claro, da implantação e estruturação de distritos industriais ⁽¹²²⁾. No entanto, tudo isso aconteceu em contra-corrente, comparado ao restante do país; Estados mais sólidos no Sul e no Sudeste, por sua vez, estavam mergulhados em plena crise fiscal. Reforçando, assim, a idéia de que é na contradição dos fatos históricos que o capital encontra melhor solo fértil para se reproduzir.

A base infra-estrutural do novo Estado que acabava de ser criado encontrava-se muito incipiente, sobretudo, quanto ao suprimento de energia elétrica. Mesmo assim, a CELTINS herdou da CELG algumas PCHs, redes de transmissão e de distribuição de eletricidade, conforme é relatado pela Diretoria da CELG, em dezembro de 1989:

A CELTINS herdou da CELG, em termo de uma indústria de energia elétrica, apenas meia dúzia de Pequenas Centrais Hidroelétricas, além de algumas Termoelétricas a Diesel, pequenas subestações, alguns quilômetros de linhas de transmissão e um incipiente mercado de consumidores residenciais, constituindo dessa forma, um sistema elétrico isolado e com baixo desempenho na geração, transmissão e distribuição ⁽¹²³⁾.

Dessa forma, logo no início do ato da sua criação, em 1989, ainda no governo de Íris Rezende Machado, o desafio maior para a CELTINS era conseguir recursos financeiros para investir pesadamente na criação, modernização e ampliação do seu sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica tanto para a área urbana quanto para a rural.

¹²² MARTINS, José de S. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 8, n.1, p. 25-70, maio. São Paulo, 1996.

¹²³ CELG. **Relatório Anual da Diretoria da CELG.** Goiânia. Dezembro de 1986. p. 13-14.

A CELTINS hoje é controlada, majoritariamente, por capital privado depois de ter sido privatizada em 1989, pelo grupo REDE, com sede em São Paulo – Capital. Como já era de se esperar, a demanda por energia elétrica cresceu assustadoramente em um curto espaço de tempo. Apesar do processo *intervencionista do Estado* ter sido em nome do *bem-estar social*, no entanto, ainda uma parte da população, nas periferias urbanas e no campo, continua fora da participação do respectivo programa de eletrificação. Todavia, é necessário salientar que o problema tendia a se agravar.

Ocorrendo no Estado do Tocantins um crescimento do consumo de energia elétrica acima do esperado, certamente a prioridade de investimentos seguirá a lógica de atender primeiro as necessidades dos grandes grupos econômicos em detrimento das necessidades da população. Mesmo assim, a infra-estrutura do novo Estado não deixou de ser financiada diretamente pelos cofres públicos tanto da parte dos governos estaduais quanto da parte do federal ⁽¹²⁴⁾.

2.5 Recomposição da política regional goiana pós-ditadura militar (até 1994)

Os problemas sociais provenientes da execução das políticas econômicas desenvolvimentistas, patrocinadas pelo Estado durante o ciclo dos governos militares, intensificaram-se na primeira metade da década de oitenta do século XX: *o período de intervenção militar representou a concentração de recursos financeiros e de decisões normativas ao nível do Governo Federal* ⁽¹²⁵⁾.

Os primeiros anos da década de 1980 foram marcados por intensas mobilizações políticas. O projeto desenvolvimentista nacionalista deu mostras de fracasso, portanto, passou a ser reestruturado conforme a nova lógica neoliberal. Dessa maneira, segundo o *Consenso de Washington*, era necessário urgentemente patrocinar a alteração do aparelho estatal brasileiro através do controle jurídico-político, face aos interesses da nova ordem econômica mundial, como se pode deduzir a partir da leitura de LESSA ¹²⁶.

No dia 15 de junho de 1983, Goiás serviu de palco para a primeira manifestação pública em defesa das *Diretas Já*. Na época, Íris Rezende Machado, um dos patrocinadores desse evento, tinha acabado de tomar posse do governo do Estado de Goiás pelo PMDB, (entre 1983 a 1986),

¹²⁴ FERREIRA. 1999 e ARAÚJO. 2003.

¹²⁵ MARTINS, Luciano. *Estudo capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985. p. 43

¹²⁶ LESSA, Carlos e DAIN, Sulamis. *Capitalismo Associado: Algumas Referenciais para o Tema Estado e Desenvolvimento*. In: *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. Vol. 1.

eleito com ampla maioria. O comício pelas *Diretas Já* foi um evento que reuniu, segundo os dados da própria Polícia Militar, cerca de 100 mil pessoas na Praça Cívica, em Goiânia. A partir daí, as manifestações populares em função das *Diretas já* ganharam as ruas e as praças públicas de todo o país. Este evento foi o primeiro manifesto público dos oligárquicos nacionalistas em função da nova ordem ideologicamente patrocinada pelo ideário neoliberal.

Em 25 de abril de 1984, foi aprovada, na Câmara dos Deputados, a emenda constitucional *Dante de Oliveira*, depois de intensas mobilizações populares por todo o país em favor das *Diretas Já* para eleição presidencial. Esta emenda constitucional previa a realização imediata de eleições diretas para a Presidência da República. Em março de 1985, Tancredo Neves foi indicado pelo Colégio Eleitoral da Câmara dos Deputados para ser o primeiro Presidente Civil da República do Brasil, depois de 20 anos de ditadura militar no Brasil.

Apesar de indireta, a eleição de Tancredo Neves foi recebida com bastante entusiasmo pelos partidos políticos de diversas correntes ideológicas, inclusive o PT. Tancredo, contudo, não chegou a assumir a presidência ⁽¹²⁷⁾. Em 22 de abril de 1985, o vice-presidente José Sarney foi investido, oficialmente, no cargo de Presidente da República do Brasil. Governou o país entre 15/03/1985 e 15/03/1990, um ano a mais que o previsto na carta-compromisso da Aliança Democrática, pela qual chegou ao poder. Além do mais, cabe registrar que neste momento foi nomeado Antônio Aureliano Chaves Mendonça (entre 15/03/1985 e 22/12/1988) para Ministro de Minas e Energia e Mário Penna Bhering (entre 10/04/1985 e 29/5/1990) para Presidente da ELETROBRÁS, cabendo a eles a conclusão do processo de interligação do sistema elétrico nacional que tinha se iniciado ainda em 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek (entre 31/01/1956 e 31/01/1961). Por fim, durante o governo de José Sarney, coube destaque à promulgação da nova Constituição Federal, em outubro de 1988.

Em Goiás, no mesmo período, o governador Íris Rezende Machado deu início à execução da agenda política e econômica neoliberal, como se pode deduzir a partir da leitura de LESSA ⁽¹²⁸⁾. Instalou, assim, o neoliberalismo *populista* em Goiás, conforme denunciou a carta do ex-governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira, enviada ao então governador no dia 15 novembro

¹²⁷ Nota: na véspera da posse foi internado com urgência no Hospital de Base, em Brasília, com fortes dores abdominais, e José Sarney, seu vice, tomou seu lugar, interinamente, em 15 de março de 1985. Depois de sete cirurgias, Tancredos Neves faleceu, em 21 de abril daquele ano, aos 75 anos de idade, com infecção generalizada.

¹²⁸ LESSA, Carlos Francisco. **Os Limites da Intervenção do Estado**. São Paulo. Seminário Internacional. Estatização ou Privatização. Ed. FUNCEP. 1992. p. 57. Nota: quando chegou ao governo, em 1983, uma das principais medidas de Íris Rezende Machado foi acabar com a METAGO, via autarquização. A iniciativa fracassou face a sua intensa repercussão junto à opinião pública goiana, contrária à mesma. Maiores detalhes sobre o tema leia: CARVALHO. 1988. p. 2 a 4.

de 1985. Para este período, foi nomeado Marco Antônio Machado (entre 26/10/1983 e 15/03/1987) para presidente da CELG.

A sua missão era preparar esta Companhia para ser usada como moeda de troca nos endividamentos do Estado que o governo passou a fazer com as Instituições financeiras nacionais e internacionais ⁽¹²⁹⁾. Em 1986, Íris Rezende Machado licenciou-se do governo de Goiás para ocupar o Ministério da Agricultura no governo de José Sarney. Em seu lugar, assumiu o vice-governador Onofre Quinan (entre 13/02/1986 e 15/03/1987).

Nas eleições estaduais de 1986, Íris Rezende Machado conseguiu eleger seu sucessor, Henrique Santillo, também do PMDB, que governou Goiás entre 15/03/1987 e 15/03/1991. Na oportunidade, foi nomeado José Francisco das Neves (entre 16/03/1987 e 15/03/1991) para presidente da CELG, cuja missão era iniciar o processo de discussão da desestatização desta Companhia ⁽¹³⁰⁾.

No entanto, a partir do segundo ano de seu governo, Henrique Santillo rompeu politicamente com Íris Rezende Machado. Os últimos dois anos de seu governo foram marcados por uma desestruturação política e econômica da máquina administrativa do Estado, reflexo direto daquilo que foi praticado por Íris Rezende Machado quando era governador, segundo foi denunciado por Mauro Teixeira Borges, em carta enviada ao então governador. Mesmo assim, Íris Rezende Machado conseguiu comandar pessoalmente, em todo o Centro-Oeste, uma considerável força política em função da campanha eleitoral de Fernando Collor de Mello para Presidente da República, em 1989.

O governo de Fernando Collor de Mello (entre 15/03/1990 e 02/10/1992) ⁽¹³¹⁾, buscou implementar isoladamente uma agenda de política econômica e reformas afinadas com os

¹²⁹ Nota: cabe aqui registrar que em 1985, as hidrelétricas de Itumbiara (FURNAS) e as de São Simão e Emborção (ambas CEMIG) já estavam em pleno funcionamento. A CELG, por sua vez, já apresentava fortes sinais de debilidade financeira. Foi durante o primeiro governo de Íris Rezende Machado que esta Companhia começou a ser desmontada por falta de um cronograma de investimento por parte do Estado.

¹³⁰ Nota: inicia-se, propriamente dito, a discussão sobre o processo de privatização da Companhia de energia elétrica em Goiás. A CELG passou a sofrer, continuamente, corte no investimento direto por parte do Governo Estadual. O problema não se agravou ainda mais porque a CELG recebeu um importante financiamento do Governo japonês para promover o processo de eletrificação rural no território goiano.

¹³¹ Nota: um dia depois de assumir a Presidência, Collor anunciou uma série de medidas que visavam a reorganizar a economia nacional. Elaborado pela equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello, o *Plano Brasil Novo*, mais conhecido como *Plano Collor*, determinou: a extinção do cruzado novo e a volta do cruzeiro como moeda nacional; o bloqueio, por dezoito meses, dos depósitos em contas correntes e cadernetas de poupança que ultrapassassem os 50 000 cruzados novos; o congelamento de preços e salários; o fim de subsídios e incentivos fiscais; o lançamento do Programa Nacional de Desestatização; a extinção de vários órgãos do governo, entre eles: Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Brasileiro do Café, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS). Imóveis, veículos e aviões do governo foram colocados à venda. Os objetivos do plano eram: enxugar a máquina administrativa do Estado, acabar com a inflação e modernizar a economia. Sem dúvida, as medidas causaram grandes impactos e afetaram a vida da população em geral, dos trabalhadores aos empresários. Porém, os resultados não foram satisfatórios. Menos de seis meses depois do lançamento do Plano Collor I, o aumento da inflação levou o governo a elaborar novo pacote ou medida de impacto econômico: o *Plano Collor II*. Desde o início, a medida enfrentou forte oposição popular e empresarial. E assim, como o primeiro plano, este também fracassou. O primeiro ano de mandato do novo presidente terminou em meio à recessão econômica e ao agravamento dos problemas sociais no país.

principais tópicos do receituário neoliberal, de acordo com que SCIRM ressalta em seu livro a propósito do assunto ora em discussão ⁽¹³²⁾.

Neste momento, foi nomeado Marcos Vinícius P. Moraes (entre 13/04/1990 e 08/10/1992) para Ministro de Minas e Energia e José Mário Siqueira de Barros (entre 29/05/1990 e 21/10/1992) para presidente da ELETROBRÁS. Na ocasião, sua missão foi dar continuidade ao processo de desestatização das empresas estatais, iniciado no governo de José Sarney ⁽¹³³⁾. Nesse item, algumas contradições colocadas alinhavaram-se a esse padrão de gestão estatal ⁽¹³⁴⁾.

Contudo, no quadro concreto do Brasil, as dificuldades e constrangimentos apontados a seguir sugerem a existência de fortes limites a tentativas de transplante ao Brasil do receituário ortodoxo do *Consenso de Washington*, sobretudo em um ambiente democrático, conforme é compreendido por LESSA em seu artigo sobre *Os limites da Intervenção do Estado* ⁽¹³⁵⁾. Desta forma, a primeira tentativa neoliberal sobre o Estado brasileiro fracassou com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

A partir dessa análise, pode-se encontrar elementos para a compreensão das conseqüências e repercussões do chamado neoliberalismo sobre a indústria de energia elétrica no Brasil ⁽¹³⁶⁾. Formula-se uma questão provocativa: quais são os traços de continuidade em termos de política industrial, energética, econômica, em governos aparentemente tão diferentes, como os de José Sarney – PMDB, Íris Rezende Machado – PMDB, Fernando Collor de Mello – PRN,

¹³² Nota: esta nova perspectiva de construir estratégias (analíticas e políticas) sobre os limites da ação estatal é brilhantemente definida em SCIRM, Stefan. **Mercados Globais e Margem de Ação do Estado**. Tradução: Sonoli Bertuol. São Paulo: Ed. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999. p. 01 a 56. Leia também: LESSA, Carlos Francisco. **Os Limites da Intervenção do Estado**. São Paulo. Seminário Internacional. Estatização ou Privatização. Ed. FUNCEP. 1992. p. 57.

¹³³ Nota: em junho de 1992, em meio à crise que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor (1990-1992), o governo anunciou sua intenção de dar o primeiro passo na privatização do setor, ao incluir a ESELSA e a LIGUT no Programa Nacional de Desestatização (PND). As mudanças, entretanto, não passaram daí. O próprio leilão de venda da ESELSA só seria realizado três anos depois, já no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). No fim da administração de Collor, o total de empregados da *holding* e das empresas controladas já estaria reduzido em 20%, por conta de demissões ou dispensas incentivadas.

¹³⁴ Nota: o acirramento da crise econômica brasileira, no início da década de 90, afetou bastante o setor elétrico, a começar pelo atraso sistemático do pagamento da energia suprida por empresas federais e pela ITAIPU Binacional, pelas concessionárias estaduais. A dívida dessas empresas chegou ao equivalente a US\$ 5 bilhões e, nesse quadro, o programa de obras recomendado pelo Plano 2010 foi praticamente paralisado, o que aumentou seu custo financeiro em mais de US\$ 1 bilhão por ano. O governo de Fernando Collor (1990-1992) chegou a projetar uma ampla reforma do setor, que incluía a exigência de licitação para a construção de novas usinas e o ingresso de capitais privados na área de geração. Além disso, vale registrar que 1991 marcou a entrada em operação das três últimas máquinas da Itaipu Binacional.

¹³⁵ LESSA, Carlos Francisco. **Os Limites da Intervenção do Estado**. In: Estatização ou Privatização. Seminário Internacional de Economia. São Paulo: Ed. FUNCEP, 1995. p. 57 a 65. Nota: o governo Collor não foi bem sucedido, politicamente, por vários motivos. Confiante na esmagadora votação de 35 milhões de eleitores que o levaram ao poder; o presidente não se preocupou de início em obter o apoio político dos grandes partidos dentro do Congresso Nacional. A administração federal teve, com ele, um estilo oligárquico e uma feição populista. Ironicamente, provocou uma modernização política que foi a causa principal de sua própria desintegração. Collor, assim como Jânio Quadros e João Goulart, apostou em um apoio popular que substituiria o apoio que ele não teve nos grandes partidos e no Congresso Nacional.

¹³⁶ Nota: as mudanças promovidas pela Constituição de 1988 provocaram turbulências, a começar pelo acirramento do conflito entre interesses federais e estaduais. A ELETROBRÁS foi afetada pela eliminação do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE) e pela transferência para os estados de arrecadação tributária equivalente, a partir da criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com a redemocratização, as concessionárias estaduais mobilizaram-se mais ativamente em defesa de seus interesses, criticando abertamente o modelo de gestão centralizada da *holding*. Os conflitos giravam em torno do complexo sistema de redistribuição interna dos recursos tarifários. Além disso, ainda em 1988, em função de alterações na política nuclear, a estatal assumiu, por meio de FURNAS, a responsabilidade pela conclusão de Angra 2 e Angra 3. Já a NUCLEBRÁS Engenharia (NUCLEN), que pertencia à extinta NUCLEN, passou ao quadro das empresas controladas pela ELETROBRÁS.

Itamar Franco – PMDB, Henrique Santillo – PMDB, Fernando Henrique Cardoso – PSDB, Luiz A. Maguito Vilela – PMDB, Marconi Ferreira Perillo Júnior – PSDB, e mesmo de Luiz Inácio Lula da Silva – PT?

Nas eleições de 1990, para o governo de Goiás, mais uma vez, Íris Rezende Machado, apoiado por Fernando Collor de Mello, saiu vitorioso, governando o Estado pela segunda vez (entre 15/03/1991 e 02/04/1994). Durante esta gestão, o poder executivo estadual promoveu a maior reforma administrativa já realizada em Goiás, por meio da consultoria realizada pela Fundação Getúlio Vargas. A reforma administrativa extinguiu 9 secretarias de Estado, 5 fundações, 11 empresas públicas e de economia mista e criou 4 autarquias. No total, o Estado que tinha 48 unidades administrativas, passou a ter apenas 29. Na oportunidade, foi nomeado Felicíssimo José de Sena (entre 15/03/1991 e 17/02/1992) para presidente da CELG. A sua missão foi preparar esta Companhia para o processo de privatização que se avizinhava ⁽¹³⁷⁾.

Goiás também se manteve sintonizado à política do governo federal, uma vez que Íris Rezende Machado sempre se manteve suficientemente articulado com o Palácio do Planalto em Brasília, dessa vez apoiando abertamente a posse imediata de Itamar Franco, mesmo durante o processo de *impeachment* do seu padrinho político em Goiás.

A indefinição inicial da gestão do governo de Itamar Franco (entre 02/10/1992 e 01/01/1995) foi superada com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao Ministério da Fazenda (entre 1993 e 1994). Além do mais, foi nomeado Paulino Cícero de Vasconcelos (entre 08/10/1992 e 28/12/1993) para Ministro das Minas e Energia, e Eliseu Resende (entre 27/10/1992 e 01/03/1993) para presidente da ELETROBRÁS. Na ocasião, a missão era impor um ritmo acelerado ao processo de desestatização da indústria de eletricidade ⁽¹³⁸⁾.

Retomando a agenda de seu antecessor, o governo de Itamar Franco, menos voluntarista que aquele, conseguiu diluir resistências às mudanças, mas deparou-se com impasses à reforma do Estado, sobretudo, na área de energia elétrica. O desafio de superar tais impasses, e de

¹³⁷ Nota: definitivamente, foi no segundo governo de Íris Rezende Machado que a CELG perdeu, por parte do Estado, todos os investimentos necessários para retomada da expansão do sistema elétrico goiano. Dívidas começaram a se acumular, continuamente, com os seus credores. Além do mais, a Companhia passou a ser oferecida como garantia de sucessivos empréstimos que o governo estadual andou realizando com os agentes financeiros, tais como o BNDES e instituições nacionais e internacionais.

¹³⁸ Nota: dentro de uma ampla política de redução da presença do Estado na economia, o presidente Itamar Franco (1992-1994) iniciou a reorganização institucional do setor elétrico. Em março de 1993, a Lei nº 8.631 suprimiu o regime de remuneração garantida e a equalização tarifária, limitando o controle da União sobre os preços de serviços do setor. Em outras palavras: as próprias empresas deveriam criar um plano tarifário trienal e submetê-lo à apreciação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee). Neste período, também merece destaque a conclusão da primeira fase da usina de Tucuruí, da ELETRONORTE (1992). Já a usina de Xingó (CHESF), no rio São Francisco – que recebeu os maiores investimentos da área de geração neste início dos anos 90 -, seria inaugurada em 1994.

responder aos riscos de (des)industrialização e fragilizar as contas externas, foi o seu legado ao seu sucessor.

Tendo surgido de modo *sui generis* na história da República brasileira, o governo de Itamar Franco sustentou-se, de início, sobre uma base política muito frágil: a ampla, *heterogênea* e pouco coesa frente que se mobilizara em favor do *impeachment* do seu antecessor. Essa indefinição política do governo traduziu-se nas rápidas sucessões de Ministros, sobretudo, na área de Minas e Energia e na presidência da ELETROBRÁS, além de uma relativa paralisia da política econômica de privatização desse respectivo setor. O último Ministro de Minas e Energia nomeado por esse governo foi Aléxis Stepaneko (entre 08/03/1994 e 21/09/1994), tendo como presidente da ELETROBRÁS José Luis Alquéres (entre 02/03/1993 e 31/12/1994).

Passados poucos meses, a indefinição e a paralisia foram superadas com a indicação de Fernando Henrique Cardoso para comandar a nova equipe econômica do governo de Itamar Franco. De uma só vez, essa indicação tornou mais sólida, a base governista – da qual se separaram segmentos que haviam integrado a oposição ao governo Fernando Collor de Mello; definiu um candidato capaz de aglutinar as forças situacionistas e com amplas chances de vencer as eleições presidenciais de 1994; e sinalizou que se buscaria aproveitar a grande disponibilidade de financiamento externo, proveniente das privatizações, para reduzir drasticamente a inflação, que estava altíssima.

Retomando as diretrizes lançadas no período Fernando Collor de Mello, o governo de Itamar Franco deu prosseguimento à abertura comercial e financeira da economia e, após hesitações iniciais, manteve o processo de privatização no rumo anteriormente traçado, sobretudo, na indústria de energia elétrica. Apresentou propostas similares de reforma constitucional às de seu antecessor, que novamente não prosperaram no Congresso Nacional e muito menos no Senado Federal. Por fim, lançou um plano de estabilização que se revelou capaz de derrubar a inflação e de converter-se em um poderoso trunfo eleitoral, no final de 1994. A vitória nas eleições permitiria, no mandato presidencial seguinte, que as mesmas reformas fossem propostas, agora legitimadas como requisitos para se consolidar a estabilização econômica do país.

Boa parte das tensões sociais e dos conflitos políticos associados, inerentes à implementação da agenda neoliberal, foi assim legada à próxima gestão, que teria de lidar também com os riscos econômicos da estratégia de estabilização introduzida no período do

governo de Itamar Franco, em especial, os riscos de desestruturar setores produtivos, de fragilizar o sistema financeiro e as contas externas, e de acirrar as tensões entre as unidades da Federação, sobretudo, quanto as graves crises políticas e econômicas em que o setor elétrico brasileiro estava mergulhado, segundo compreende ROSA ⁽¹³⁹⁾.

2.6 Goiás e o Brasil na era FHC (1995-2002)

A um só tempo, a partir da perspectiva da redução da inflação, aglutinaram-se as forças políticas em torno de um programa de estabilização, e surgiu uma candidatura situacionista (FHC, então ministro da Fazenda e, depois, das Relações Exteriores), com grandes chances de obter sucesso nas eleições presidenciais que se avizinhavam.

Em Goiás, nas eleições estaduais de 1994, mais uma vez, Íris Rezende Machado saiu vitorioso sendo eleito Senador e elegeu, seu sucessor para governo, de Goiás. Luiz A. Maguito Vilela, também do PMDB, que tomou posse do cargo e nele manteve-se entre 01/01/1995 e 04/05/1998. Por sua vez, foi nomeado José Francisco das Neves na qualidade de presidente da CELG (entre 01/06/1994 e 02/04/1998). Foi durante este período que o processo de privatização das empresas estatais ganhou força e rapidez em Goiás.

Imediatamente, a CELG foi preparada para ser vendida à iniciativa privada. Cabe salientar ainda que, durante o referido processo, a respectiva Companhia foi dividida em duas empresas, conforme orientação da consultoria COOPERS & LYBRAND: a CELG (ver detalhes a seguir no Capítulo 3) – geradora de eletricidade (Cachoeira Dourada) e a CELG – distribuidora de energia elétrica.

Portanto, a partir de janeiro de 1996, ambas já estavam prontas para serem privatizadas. Além do mais, já em 1995, a CELG, FURNAS, CEB e a iniciativa privada começaram a financiar, diretamente, um novo levantamento do potencial hidrelétrico que, segundo estas empresas, ainda estava *disponível* nos rios Paranaíba, Araguaia, Tocantins e seus afluentes. Este estudo resultou em uma nova topologia do potencial hidrelétrico em território goiano, passando, por sua vez, a ser colocado em processo de licitação pela ANEEL, a partir daquele mesmo ano.

Cabe também registrar que, em 1996, após uma intensa negociação envolvendo o governo federal e o estadual, FURNAS a *repassou* os projetos das usinas hidrelétricas de Serra da Mesa

¹³⁹ ROSA, Luiz Pinguelli. **Parcerias privadas na expansão do setor elétrico ou venda de empresas públicas?** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1995.

para o grupo VBC e o de Cana Brava para o consórcio TRACTEBEL. Por fim, em 1997, a CELG – geradora de eletricidade (Cachoeira Dourada) foi adquirida em leilão pelo ENDESA.

Em 1997, após ter passado alguns meses como Ministro da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso, Íris Rezende Machado retornou a Goiás e, no ano seguinte, disputou as eleições para governo do Estado. Mas, dessa vez, quem saiu vitorioso foi Marconi Ferreira Perillo Júnior, do PSDB. O reinado de Íris Rezende Machado parecia ter chegado ao fim.

No entanto, o programa neoliberal em Goiás acabava de ganhar novas forças políticas; ao assumir o governo de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, em 01/01/1999, contratou a consultoria da Fundação Getúlio Vargas para promover, no território goiano, as reformas na administração do Estado. Para a presidência da CELG foi nomeado Fernando Cunha Júnior (entre 01/01/1999 e 28/09/2000) ⁽¹⁴⁰⁾.

Em pleno exercício do cargo, o novo governador empenhou-se pessoalmente em radicalizar o aplicativo do receituário neoliberal. Em reconhecimento, o governo federal comprometeu-se a disponibilizar maiores investimentos na infra-estrutura do Estado, sobretudo, nas áreas de energia elétrica, transporte e telecomunicações ⁽¹⁴¹⁾, promovendo assim, uma inserção maior do território goiano no mercado nacional e internacional.

Em seu segundo governo, Marconi Perillo nomeou para presidência da CELG José Valter Vasquez Filho (entre 13/07/2001 e 06/01/2003) que empreendeu as últimas tentativas de privatização da Companhia Elétrica de Goiás (detalhes nos Capítulos 3 e 6).

Fernando Henrique Cardoso no início do seu governo, em 01/01/1995, deparou-se com uma grave situação de investimento no setor elétrico, que culminou com o processo de escassez de suprimento de energia elétrica, entre 2000 e 2002. Neste primeiro momento do governo de FHC, foi nomeado Raimundo Brito (entre 01/01/1995 e 31/12/1998) para Ministro de Minas e

¹⁴⁰ Nota: neste meio tempo, a CELG passou por amplas reformas, sobretudo, no que diz respeito ao quadro de funcionários e na intensificação do processo de terceirização dos serviços desta Companhia.

¹⁴¹ Nota: deve-se observar, neste quadro, quais foram as promessas feitas pelo governo federal ao então recém eleito governador de Goiás em 1999. No quadriênio 2000/2003, o governo federal, em parceria com os governos estaduais e com a iniciativa privada, deveria investir R\$ 7,5 bilhões em Goiás. O maior volume de recursos concentraria-se na consolidação dos eixos estruturantes que fazem parte do Programa Macro-Eixos de Integração e Desenvolvimento, inserido no Plano Plurianual da União. São obras nas áreas de transporte (ferrovias, hidrovias e rodovias), geração e distribuição de energia elétrica, implantação do ramal do gasoduto e construção de usinas termelétricas, em telecomunicações e outros setores de infra-estrutura econômica. Os investimentos previstos no PPA federal, que iriam beneficiar diretamente o Estado de Goiás, concentram-se basicamente nas áreas de transporte, energia e telecomunicações. Haveria ênfase para as ferrovias Norte-Sul e Ferronorte (ramal passando pela região Sudoeste de Goiás) e melhoria da malha Centro-Atlântica, estrada de ferro que já faz a ligação de Goiás aos portos. No setor de rodovias, destacam-se a duplicação da BR-153 no trecho Aparecida-Itumbiara e da BR-060, de Anápolis a Taguatinga, no Distrito Federal. Quanto às hidrovias, as prioridades são a melhoria da capacidade de operação da Hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná e a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Na área de energia elétrica, destaca-se os projetos para a construção das usinas de Cana Brava, Usina do Facão, Usina de Couto Magalhães e Usina de Bocaina, bem como investimentos em linhas de transmissão e em subestações. Para o setor de telecomunicações estavam previstos investimentos na melhoria das redes de telefonia fixa e móvel, conexão de redes com fibra óptica e rede de comunicação de dados. estavam previstos investimentos também na ampliação e modernização do Aeroporto Santa Genoveva. Dados extraídos do seguinte sítio eletrônico: www.presidencia.gov.br, em 20 de maio de 2005.

Energia e Mario Fernando de Melo Santos (entre 02/01/1995 e 04/05/1995) para presidente da ELETROBRÁS ⁽¹⁴²⁾. No seu segundo governo, FHC nomeia Rodolfo Tourinho para Ministro de Minas e Energia e Mario Fernando de Melo Santos torna-se presidente do Operador Nacional do Sistema – ONS.

Em termo de considerações parciais, pode-se constatar que há várias observações a serem feitas sobre a evidência empírica aqui apresentada, bem como algumas implicações metodológicas, teóricas e políticas dignas de breve menção. Tais observações não se relacionam com os chamados *Estados burocrático-autoritários* em geral, mas principalmente com a mudança do regime brasileiro em 1964 e com a conseqüente imposição de um Estado eminentemente intervencionista. Generalizações sobre esses estados exigem pesquisa comparativa e melhor qualificada.

Entre as observações a serem feitas há duas que acarretam conseqüências direta para a historiografia recente do processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal. A primeira refere-se ao envolvimento político dos empresários da indústria de energia elétrica e à qualidade de sua organização e ação, que foram ambas, incontestavelmente, muito notável. A segunda concentra-se na tomada, pelos tecno-empresários da administração direta do Estado, sobretudo do aparelho de formulação de diretrizes políticas da indústria de energia elétrica.

Pode-se dizer que a história política e ideológica dos grandes interesses financeiro-industriais multinacionais e associados em torno da indústria de eletricidade estava entrelaçada com o bloco histórico populista e com a convergência de classes dominantes deste bloco. A história do bloco de poder multinacional e associado no Brasil começou em 1964, quando os novos interesses realmente tornaram-se Estado, readequando o regime e o sistema político e reformulando da indústria de energia elétrica a serviço de seus objetivos. Agindo dessa forma, poder-se-ia conjecturar o desenvolvimento oligárquico e monopolista dessa indústria, conforme demonstrado no próximo Capítulo.

¹⁴² Nota: a ELETROBRÁS e suas quatro subsidiárias regionais – CHESF, FURNAS, ELETRONORTE e ELETROSUL, com 55.500 MW, correspondentes a 41% do total nacional de potência instalada (aí incluídos os 50% de Itaipu) – entraram no Programa Nacional de Desestatização em maio de 1995, pelo Decreto nº 1.503. No mesmo ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso, então em seu primeiro governo (1995-1998), modificou a legislação sobre serviços públicos, alterando inclusive a Constituição, com o fim de condicionar as concessões ao processo de licitação. Além disso, foi reconhecido o produtor independente de energia, o que liberou os grandes consumidores do monopólio comercial das concessionárias. Por último, foi assegurado o livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de eletricidade.

CAPÍTULO 3

Processos de implantação de usinas e redes de transmissão e distribuição: uma retrospectiva conjunta no Brasil, em Goiás e no Distrito Federal

Introdução

A história da indústria de energia elétrica é um processo constante e ininterrupto de composição e conflito de interesses em torno dos projetos hidrelétricos e das redes de transmissão e distribuição, além do mercado de consumidores de eletricidade. A hipótese trabalhada neste Capítulo é a de que o dilema entre curto e longo prazo, entre o interesse imediato e mediato perpassou todas as etapas de organização dessa indústria. Nem mesmo sua estatização em meados do século XX foi capaz de inibir seu caráter monopolista e eliminar os conflitos de interesses privados e/ou públicos. A partir de 1995, deflagrou-se o processo de privatização da indústria de eletricidade, ressurgindo com toda força, em alguns mercados, o monopólio privado da energia elétrica em detrimento dos interesses mais amplos da sociedade.

O presente estudo procurou mostrar, de maneira integrada entre o local e o nacional, o caráter sócio-histórico do processo de eletrificação. Isto fez pensar em outro conceito, que se formou também dentro dessa trajetória histórica: o de industrialização, como algo que faz parte da estruturação da sociedade moderna. Estes conceitos foram articulados conjuntamente, uma vez que, industrialização e eletrificação são elementos-chave para compreender o processo histórico e institucional de composição e conflitos de interesses capitalistas nacionais e estrangeiros na disputa pelos rios e sítios hidrográficos, pelos mercados e pelo patrimônio elétrico em Goiás e no Distrito Federal. A seguir, apresenta-se a estruturação sumariada deste Capítulo.

Sumário do Capítulo

- 3.1 Monopólio e conflitos de interesses no mercado de eletricidade no Brasil
- 3.2 Processo de eletrificação das novas áreas urbanas de Goiás
- 3.3 Disputa pelo mercado de eletricidade na nova capital da República
- 3.4 Reconstituição dos conflitos de interesses na instalação de projetos hidrelétricos em Goiás
- 3.5 Composição do mercado de transmissão e distribuição de eletricidade em GO/DF
 - 3.5.1 Sistema de transmissão de eletricidade de FURNAS no Centro-Oeste
 - 3.5.2 Sistema de transmissão e distribuição de eletricidade da CELG em Goiás
 - 3.5.3 Sistema de distribuição de eletricidade da CHESP – São Patrício e região
- 3.6 Sistema de distribuição de eletricidade da CEB no Distrito Federal
- 3.7 Disputa entre capitais pelos novos aproveitamentos hidrelétricos
- 3.8 Governo Lula frente aos leilões dos rios e sítios hidrográficos goianos

3.1 Monopólio e conflitos de interesses no mercado de eletricidade no Brasil

Os interesses comerciais pela indústria de energia elétrica no Brasil remontam aos seguintes fatos, a saber: a implantação, em junho de 1879, do primeiro sistema de iluminação pública a gás do país, em Campos, próspera cidade do Rio de Janeiro; a iniciativa do industrial Bernardo Mascarenhas, de Juiz de Fora, Minas Gerais, que, em setembro de 1889, deu início à operação da primeira hidrelétrica do país instalada às margens do rio Paraibuna ⁽¹⁴³⁾.

Os primeiros concessionários dos serviços de eletricidade no Brasil constituíam-se de pequenas geradoras, transmissoras e distribuidoras, organizados como empresas de âmbito municipal por fazendeiros, empresários e comerciantes locais. Eram frequentes as instalações autoprodutoras e independentes nas indústrias e em unidades de consumo doméstico, no setor agrícola. Essas empresas constituíram-se como resultado da iniciativa do empresariado local ligado à agricultura de exportação, aos serviços urbanos, principalmente iluminação e transportes, e à indústria nascente. O negócio, em tempo recorde, tornou-se muito lucrativo, passando então a ser cobiçado pelos capitalistas multinacionais.

¹⁴³ Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. **Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: 1988. p. 32-33.

Seguindo a diretriz da Constituição de 1891, as concessões para prestação de serviços de eletricidade eram outorgadas pelas prefeituras municipais, especialmente no tocante ao segmento de distribuição, cabendo aos governos estaduais o poder concedente com relação ao aproveitamento e à utilização das quedas d'água. Os primeiros contratos de concessão para a realização dos serviços de eletricidade tinham prazos bastante longos, atingindo até 80 e 90 anos, e ofereciam às concessionárias garantias financeiras por parte do Estado. Apesar dos princípios liberais firmados na Constituição de 1891, foi definido o monopólio público dos serviços de eletricidade, que passou a operar por meio de contratos com os capitalistas interessados.

Em 1899, foi autorizada a funcionar no país empresa de capital canadense que deu início à atuação do Grupo LIGHT no Brasil: a São Paulo Tramway, Light and Power Company Ltd. A indústria de energia elétrica nacional passou a ter que conviver com a estrangeira, cada vez mais presente, o que determinou, na segunda metade da década de 1920, a considerável monopolização e desnacionalização da indústria de energia elétrica no Brasil. Dois exemplos desse processo foram a criação da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), em 1909, e a criação da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) do grupo americano AMFORP, em 1912, ambas em São Paulo.

Isto é o que SINGER chama de monopólio da indústria de energia elétrica ⁽¹⁴⁴⁾. Assistiu-se naquele momento ao aumento do número de usinas instaladas, num processo de crescimento constante e ininterrupto. Ampliando um pouco mais a discussão, BRODER confirma que as multinacionais controlaram a indústria de energia elétrica brasileira até a primeira metade do século XX ⁽¹⁴⁵⁾.

O Grupo LIGHT incorporou as empresas de Ataliba Vale, Fonseca Rodrigues e Ramos de Azevedo, constituídas no interior do Estado de São Paulo. A American and Foreign Power Company (AMFORP), organizada em 1923 pela Electric Bond and Share e atuante no Brasil a partir de 1927, passou a controlar as empresas de Armando de Salles Oliveira, a do Grupo Silva Prado e constituir a CPFL. Em 1930, as atividades ligadas à energia elétrica estavam claramente dominadas pelo Grupo LIGHT, concentrado-se no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, e pela AMFORP, em diversas capitais estaduais, situação que viria a perdurar até meados de 1960. Na década de 1920, o debate em torno do assunto foi bastante intensificado, tendo também sido

¹⁴⁴ Nota: a propósito do tema em discussão é interessante ler o seguinte artigo: SINGER, Paul. **O monopólio da energia elétrica: o conflito de interesses entre curto e longo prazo**. Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia. Vol. 2. São Paulo: 1986. p. 40 a 43.

¹⁴⁵ BRODER., Albert. **Multinacionais e Controle da Indústria de Energia Elétrica na Primeira Metade do Século XX**. Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia. Vol. 2. São Paulo: 1986. p. 199 a 305.

criado o primeiro órgão oficial relacionado à política da indústria de energia elétrica, a Comissão Federal de Forças Hidráulicas, do Ministério da Agricultura, no bojo de um processo que culminou com a promulgação do Código de Águas, em 1934.

Neste sentido, o Código de Águas representou a instauração de um novo direito aplicável aos serviços de energia elétrica, através da regulamentação da indústria hidrelétrica por meio do DNAEE, e que viria substituir as disposições estabelecidas no regime contratual vigente ⁽¹⁴⁶⁾. Em maio de 1939, durante o seu terceiro governo, Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), com o escopo de atuar em todos os assuntos pertinentes ao setor elétrico brasileiro, desde questões tributárias até planos de interligação de usinas geradoras, e que viria a se configurar como o principal órgão do governo federal para a política setorial de suprimento de eletricidade até a criação do Ministério das Minas e Energia (MME), em 1960, pelo presidente Jânio Quadros, cujo Ministro de Minas e Energia foi João Agripino V. Maia (entre 02/02/1961 e 28/08/1961) ⁽¹⁴⁷⁾.

Admite-se que a estatização das companhias de eletricidade processou-se em função do acelerado processo de industrialização que atravessava o país. O novo modelo econômico de substituição de importação, sobretudo a partir de 1960, passou a exigir um parque industrial de geração, transmissão e distribuição de eletricidade em condições de atender as demandas dos setores produtivos, cabendo destaque para os eletrointensivos ⁽¹⁴⁸⁾. Dentre outros projetos nacionalistas, observa-se, nesse momento, a criação das seguintes estatais federais: a Siderúrgica Nacional (CSN, em 1941); a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD, em 1942); a Companhia Nacional de Álcalis (CNA, em 1943); e a Companhia hidroelétrica do São Francisco (CHESF, em 1945) ⁽¹⁴⁹⁾.

¹⁴⁶ Nota: a crise econômica de fins do século XIX e início do século XX, centrada na troca do modelo econômico - de agrário para industrial, exigiu uma maior utilização da energia elétrica para a geração de riquezas, segundo o interesse da nova oligarquia. Neste contexto sócio econômico, foi publicado o Decreto 24.643 em 10 de Julho de 1934, que aprovou o Código de Águas Brasileiro. Mesmo voltado para a priorização da energia elétrica, o Código de Águas de 1934, como ficou conhecido, inicia um trabalho de mudança de conceitos relativos ao uso e a propriedade da água. Segundo o Código aprovado em 1934, as águas brasileiras são definidas como águas públicas, que podem ser de uso comum ou dominical. DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934. **Decreta o Código de Águas.**

¹⁴⁷ Nota: O Ministério de Minas e Energia (MME) foi criado no governo de Jânio Quadros em 1960, pela Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960. Anteriormente, os assuntos de minas e energia eram de competência do Ministério da Agricultura.

¹⁴⁸ Nota: a propósito do tema em discussão, propõem-se as seguintes leituras: DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização 1930-1960.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985. Vol. 84. Coleção Estudos brasileiros. TAVARES, Maria Conceição. **A acumulação do Capital e Industrialização no Brasil.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1986. Tese de livre docência. UFRJ. Ver **Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro** também da mesma autora.

¹⁴⁹ Nota: o processo de industrialização, com suas novas máquinas, e a concentração populacional em centros urbanos, impulsionaram o uso da eletricidade, aumentando o número de usinas hidrelétricas instaladas no Brasil. Não havia mais dúvidas sobre a primazia da hidroeletricidade: dos 780 MW dos anos 1920 - que representavam cerca de 80% da potência total instalada -, o país atingiria 2.481 MW em 1955 (78%) e 3.642 MW em 1960 (76%). Era o que diferenciava a evolução do setor no Brasil em relação aos países de vanguarda industrial, onde sempre predominou a termoeletricidade, com base no carvão mineral. A intervenção do Estado, a partir da segunda metade da década de 50, provocou inúmeras

A (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) ELETROBRÁS foi criada em 1962, durante o governo de João Goulart (entre 24/01/1963 e 01/04/1964) e teve por presidente Paulo Richer (entre 09/06/1962 e 10/04/1964) ⁽¹⁵⁰⁾. No âmbito federal, destacou-se ainda a iniciativa de autorização para a organização da (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) CHESF, através do Decreto-lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945, durante os últimos dias do governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de realizar o aproveitamento do potencial hidráulico da cachoeira de Paulo Afonso no rio São Francisco, em Pernambuco ⁽¹⁵¹⁾.

Destacam-se, em 1954, os projetos de lei votados e aprovados pela Assembléia Legislativa Federal e pelo Senado da República, autorizando ao poder Executivo a execução do primeiro Plano Nacional de Eletrificação e a criação da ELETROBRÁS ⁽¹⁵²⁾. O projeto de criação da ELETROBRÁS seria concretizado apenas com a promulgação da Lei n.º 3.890-A, de 25 de

modificações na geração e distribuição de energia elétrica, mas não modificou esta realidade. Basta dizer que, na virada para o século XXI, 97% da produção nacional de energia elétrica ainda viriam das usinas hidrelétricas.

¹⁵⁰ Nota: desde sua elaboração, no quarto governo de Getúlio Vargas (1951-1954), o projeto de criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS) enfrentou a oposição das concessionárias estrangeiras e de algumas estaduais, de vários políticos regionais e até de ministros do próprio governo. O projeto tramitou lentamente no Congresso e sua discussão foi interrompida em 1955, sendo retomada no ano seguinte, sob pressão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma das legendas da ala nacionalista. Na gestão de Juscelino (1956-1960), o texto foi aprovado na Câmara, com emendas, e remetido ao Senado, onde sofreu novas alterações. Finalmente, em 10 de dezembro de 1960, suavizado pelas emendas, o projeto foi aprovado. Ainda assim, a LIGHT iniciou nova campanha, agora pelo veto presidencial. A polêmica entrou pelo governo Jânio Quadros, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e dos Diários Associados. Mas o projeto acabou sendo assinado, em 25 de abril de 1961, e transformou-se na Lei 3.890-A, sancionada em junho de 1962. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) foi instalada oficialmente em 11 de junho de 1962, em sessão solene do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNEE), no Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente João Goulart (1961-1964). Mas seu processo de constituição havia sido iniciado em outubro do ano anterior, quando o então Ministro das Minas e Energia, Gabriel Passos, nomeou dois grupos de trabalho, ambos chefiados pelo engenheiro Paulo Richer: o primeiro fez um levantamento completo dos problemas financeiros do setor elétrico, a partir de entrevistas com mais de 20 dirigentes de concessionárias públicas e particulares; o segundo elaborou o estatuto da nova empresa, que ficaria pronto em maio de 1963. A carteira de aplicações e a administração do Fundo Federal de Eletrificação saíram do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), passando à alçada da estatal.

¹⁵¹ Nota: até o surgimento da ELETROBRÁS, a distribuição da potência instalada de energia elétrica era bastante desigual. Duas companhias estrangeiras - a canadense Brazilian Traction, LIGHT and Power Company (LIGHT) e a norte-americana American & Foreign Power Company (AMFORP) - monopolizavam os serviços nos principais centros urbanos brasileiros. Em seu segundo mandato (1951-1954), Getúlio Vargas defendeu a intervenção do Estado no setor para superar os pontos de estrangulamento na geração e transmissão de eletricidade. Além disso, deu continuidade à construção da usina de Paulo Afonso, decidiu construir hidrelétricas e termelétricas no Sul, além de elaborar novos projetos - entre eles, o do Imposto Único sobre Energia Elétrica e o da criação da ELETROBRÁS, formulados pela Assessoria Econômica da Presidência da República. A usina hidrelétrica Paulo Afonso I, da CHESF, no rio São Francisco, entrou em operação em dezembro de 1954, com duas unidades geradoras, totalizando 120 MW de potência.

¹⁵² Nota: para o financiamento do setor elétrico, a medida inicial foi a de implantar uma norma tarifária *prestação do serviço pelo custo* acoplada a regras que permitissem a adequada proteção contra o processo inflacionário. Estas medidas possibilitaram o resgate e a ampliação de recursos arrecadados pelo Imposto Único sobre o consumo de Energia Elétrica - IUEE, arrecadado sobre a tarifa cobrada na fatura dos consumidores. Instituído nos anos 1950, pela lei nº 2.308 de 31/08/1954, no governo de Getúlio Vargas, foi criado o Fundo Federal de 126 Eletrificação constituído pela arrecadação do IUEE. Esses recursos destinavam-se aos investimentos no setor elétrico em geral, para os sistemas de geração, de transmissão e de distribuição, beneficiando a União com a parcela de 40%; os outros 60% eram destinados aos Estados, Distrito Federal e Municípios. A partir de então, o empréstimo e a reserva passaram a constituir a principal fonte de recursos não tarifários administrados pela ELETROBRÁS. Esses mecanismos, até o final dos anos 1970, constituíram-se nas principais fontes de financiamento do setor elétrico - (IUEE), Empréstimo Compulsório e RGR - e foram suficientes para a realização de um programa excepcional de expansão do setor elétrico, o que veio a manter o *boom* industrial e o desenvolvimento infra-estrutural, caracterizado pelas políticas e estratégias dos primeiros governos militares. O *Plano Nacional de Eletrificação* delineava uma profunda reestruturação setorial, prevendo um programa de expansão da indústria de energia elétrica por todo país a partir da exploração de seu potencial hidráulico e a intervenção maciça do Estado nas áreas de geração, transmissão e distribuição de eletricidade. A propriedade das novas instalações geradoras passaria a concentrar-se em empresas controladas pelo governo federal e pelos governos estaduais, as quais, por sua vez, tornar-se-iam responsáveis pelo suprimento das empresas atuantes no segmento de distribuição, conforme registra o livro do Centro de Memória da Eletrobrás. *Memória da Eletricidade*. 1988. p. 131-132..

abril de 1961, no governo de Jânio Quadros, sendo que a empresa seria definitivamente instalada em 11 de junho de 1962, na gestão do governo de João Goulart (1961-1964) ⁽¹⁵³⁾.

A partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), verificou-se novo impulso para o crescimento da economia, índices inéditos de crescimento da produção industrial, destacando-se os setores de equipamentos de transporte, de material elétrico e de comunicações, mecânico e siderúrgico como os setores mais modernos e dinâmicos da indústria brasileira, conforme registra TAVARES ⁽¹⁵⁴⁾.

Nesse governo, também se destacou a constituição da (Central Elétrica FURNAS S.A.) em 1957 – posteriormente denominada (Centrais Elétricas S.A.) FURNAS, tendo como primeira missão a construção da usina de Furnas, no rio Grande, Oeste de Minas Gerais ⁽¹⁵⁵⁾. Em 1960, também no âmbito federal, foi organizada a (Companhia Hidrelétrica do Vale do Rio Paraíba) CHEVAP, com o objetivo de promover a construção da usina hidrelétrica de Funil no Estado do Rio de Janeiro ⁽¹⁵⁶⁾. FURNAS tornar-se-ia responsável pela realização de diversos projetos hidrelétricos e linhas de transmissão nos territórios de Goiás e do Distrito Federal.

Dentre as iniciativas de destaque de âmbito estadual, incluiu-se a elaboração e execução do *Plano de Eletrificação de Minas Gerais*, desenvolvido pela Companhia Brasileira de Engenharia – CBE, em 1950, o qual teve como consequência a organização da (Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.) CEMIG, depois denominada (Companhia Energética de Minas Gerais) CEMIG ⁽¹⁵⁷⁾. Esta empresa tornar-se-ia responsável pela realização dos projetos das usinas

¹⁵³ Memória da Eletricidade. 1988. p. 146.

¹⁵⁴ TAVARES, Maria Conceição. **Império, Território e Dinheiro**. In: FIORI, J. L. (org.). Estado e moeda no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

¹⁵⁵ Nota: FURNAS nasce estimulada por um desafio: sanar a grave escassez de eletricidade que ameaçava de colapso, no final da década de cinquenta e início da de sessenta do século XX, os três principais centros sócio-econômicos brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Com objetivo de construir e operar a primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil (1.216 MW), foi criada em 28 de fevereiro de 1957, através do Decreto Federal nº 41.066, a Central Elétrica de FURNAS. Prioritária para o desenvolvimento do país, a construção da usina de Furnas, no rio Grande (MG), responsável pelo suprimento de energia da região Sudeste, consumiu cerca de metade dos recursos aplicados nos dois primeiros anos de funcionamento da ELETROBRÁS. E não por acaso. A entrada em operação de sua primeira unidade, em setembro de 1963, com 152 MW (que seriam duplicados em novembro daquele ano), evitou o colapso, então iminente, do fornecimento de energia elétrica aos parques industriais dos Estados da Guanabara, São Paulo e Minas Gerais. Além disso, foi o primeiro passo importante para a futura interligação dos sistemas elétricos do Sudeste e parte do Centro-Oeste (incluindo o Distrito Federal). A barragem da usina, construída pela Central Elétrica de FURNAS S.A. (que a partir de 1971 passaria a chamar-se FURNAS Centrais Elétricas S.A.), formava um reservatório de 1.250 km² de área, com capacidade para cerca de 23 bilhões de m³ de água.

¹⁵⁶ Nota: a ELETROBRÁS, segundo a lei, poderia atuar diretamente nos empreendimentos de geração de energia elétrica e até recebeu concessões para aproveitamentos hidrelétricos. Logo de início, porém, a empresa assumiu características de uma *holding* federal, ancorada em quatro subsidiárias: a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), a Central Elétrica de FURNAS, a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP) e a Termoeletrica de Charqueadas S. A. (TERMOCHAR). Seu primeiro presidente (1962-1964) foi o engenheiro Paulo Richer, cuja diretoria incluía o economista José Ribeiro de Lira, o jurista Valter Tolentino Álvares e o também engenheiro Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, que anos depois seria ministro das Minas e Energia e vice-presidente da República. O capital da *holding* estava concentrado nas empresas subsidiárias, mas também envolvia uma participação minoritária nas chamadas empresas associadas.

¹⁵⁷ Nota: a história da CEMIG começou realmente em 1950, quando o governo mineiro, paralelamente aos trabalhos desenvolvidos pelo *Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção* – iniciado em 1947 para cuidar do planejamento integrado do desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – concluiu o *Plano de Eletrificação* do respectivo Estado. Esse estudo apresentava um panorama geral da economia do Estado e de suas potencialidades e, a par dessa realidade, concluiu ser dever do Estado suplementar ou substituir a iniciativa privada deficiente na área da geração de eletricidade, surgindo a criação de uma empresa de economia mista que atuasse como líder de diversas outras empresas estaduais

hidrelétricas de Emborcação e São Simão, ambas localizadas entre os Estados de Minas Gerais e Goiás ⁽¹⁵⁸⁾.

Além do mais, deve-se registrar também o *Plano de Eletrificação do Estado de São Paulo* executado a partir de 1953, procurando ressaltar, aqui, o quanto este programa, em um futuro bem próximo passaria a interferir diretamente em Goiás em função da necessidade de se disponibilizar, no sistema nacional, uma quantidade cada vez maior de energia elétrica para suprir o mercado desse respectivo centro consumidor ⁽¹⁵⁹⁾.

Destacam-se, ainda, nos demais estados, a organização da (Centrais Paranaense de Energia Elétrica) COPEL e da (Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.) ESCELSA, em 1953; da (Empresa Fluminense de Energia Elétrica) EFE, em 1954; da (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.) CELESC e da (Centrais Elétricas de Goiás S.A.) CELG, em 1955; da (Centrais Elétricas do Amapá) CEA e da (Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A.) CEMAT, em 1956; da (Centrais Elétricas do Maranhão) CEMAR, em 1958; da (Centrais Elétricas do Estado da Bahia) COELBA, em 1960; da (Centrais Elétricas de Sergipe S.A.) ENERGIPE, em 1961; da (Centrais Elétricas de Alagoas) CEAL, em 1960; e da (Centrais Elétricas do Rio Grande do Norte) COSERN, em 1962.

Com relação às concessionárias privadas, verificou-se a expansão do parque gerador das empresas do Grupo LIGHT, que promoveu a construção da usina hidrelétrica Henry Borden II e da usina termelétrica Piratininga, no estado de São Paulo, e das usinas hidrelétricas Nilo Peçanha e Pereira Passos, no estado do Rio de Janeiro. O parque gerador das empresas do Grupo AMFORP foi expandido com a construção da usina hidrelétrica Avandava, da usina hidrelétrica Americana e da usina termelétrica Carioba, no estado de São Paulo, da usina

regionais. Assim, em 22 de maio de 1952, nasceu a Centrais Elétrica de Minas Gerais, S. A., constituída pela Lei nº 828, de 14 de dezembro de 1951, regulamentada pelo Decreto nº 3.170, de 20 de fevereiro de 1952, tendo o Estado como acionista majoritário. Essa iniciativa viria solucionar o problema de suprimento de eletricidade de Minas Gerais, que, era até então, desolador: cidades mal iluminadas, agricultura e pecuária de subsistência e estagnação da indústria por falta de energia elétrica.

¹⁵⁸ Nota: a participação minoritária da ELETROBRÁS nas chamadas empresas associadas foi confirmada, nos anos seguintes, pelos financiamentos concedidos pela *holding*. No segundo semestre de 1963, o grupo das associadas já era composto por duas empresas federais - a Sociedade Termoelétrica de Capivari (SOTELCA) e a Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (COHEBE) -, além de 10 concessionárias estaduais, inclusive a Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG); a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), do Rio Grande do Sul; a Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (CELUSA), de São Paulo (encarregada da construção da usina de Jupia); e a Centrais Elétricas de Goiás (CELG).

¹⁵⁹ Nota: cabe destaque o *Plano de Eletrificação do Estado de São Paulo* que foi desenvolvido entre outubro de 1953 e maio de 1956, por iniciativa do governo estadual. Por conseguinte, durante este período, foram criadas em São Paulo, no âmbito estadual, as seguintes hidrelétricas: a Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (USELPA), em 1953 que desenvolveu a execução da usina hidrelétrica Lucas Nogueira Garcez; a usina hidrelétrica Jurumirim; a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo (CHERP), em 1955, responsável pela construção da usina hidrelétrica Armando de Salles Oliveira; a usina hidrelétrica Euclides da Cunha; a Centrais Elétricas do Urubupungá S.A. a (CELUSA), que iniciou os projetos das usinas hidrelétricas de Engenheiro Souza Dias e a Ilha Solteira.

hidrelétrica Guaricana, no Paraná, e da usina hidrelétrica Alberto Torres, no estado do Rio de Janeiro.

O processo de estatização da indústria de energia elétrica brasileira teve continuidade no período posterior, a partir da organização efetiva da ELETROBRÁS, em 1964. A nacionalização da indústria de energia elétrica foi acelerada com a aquisição, pelo governo federal, dos ativos das empresas AMFORP e LIGHT ⁽¹⁶⁰⁾.

As ações de planejamento da expansão e os investimentos setoriais nas áreas de geração, transmissão e distribuição foram implementadas, desde 1964, sob a égide do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda, tendo sido executadas fundamentalmente pela ELETROBRÁS, em face de suas funções de *holding* estatal e de coordenadora do programa de investimentos e da operação dos sistemas interligados ⁽¹⁶¹⁾. O segmento de distribuição, também majoritariamente estatal, passou a ser controlado por empresas estaduais, cujas áreas de concessão correspondiam, na maior parte dos casos, aos limites geográficos de cada Estado.

Em 1966, foi criada a (Centrais Elétricas de São Paulo S.A.) CESP, posteriormente denominada Companhia Energética de São Paulo – CESP, resultante da fusão das empresas

¹⁶⁰ Nota: O grupo AMFORP, sancionado pela Lei n.º 4.428 e efetivado por Tratado firmado em Washington, Estados Unidos, em 12 de novembro 1963; no processo de reorganização do setor elétrico, centenas de pequenas companhias foram reagrupadas ou incorporadas por concessionárias estaduais. Em 1966, o governo paulista, por exemplo, fundiu 11 empresas públicas, para criar a Centrais Elétricas de São Paulo (CESP). Em 1968, no Espírito Santo, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), ex-representante capixaba da AMFORP, uniu-se à concessionária Espírito Santo Centrais Elétricas (ESCELSA), gerando uma nova empresa, que herdou o nome e a sigla da segunda. Além disso, a interdependência dos sistemas exigiu a criação de órgãos colegiados, como o Comitê Coordenador para Operação Interligada (CCOI), formado em 1969 por companhias de geração e distribuição do Sudeste, com a orientação técnica da ELETROBRÁS e a supervisão do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Dois anos depois, outro comitê seria formado por empresas do Sul do país. A Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas (CAEEB), que atuava como empresa de serviços na centralização e na supervisão das operações administrativas, de engenharia, jurídicas e contábeis das concessionárias da AMFORP, passou a gerir as concessionárias filiadas até 1968, como subsidiária da Eletrobrás, quando as antigas empresas da AMFORP foram incorporadas, em sua maioria, às concessionárias públicas estaduais; em 1979, o governo federal adquiriu as empresas do grupo LIGHT, o que deu origem à LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. (LIGHT), subsidiária da ELETROBRÁS, atuando no Rio de Janeiro, e à Eletricidade de São Paulo S.A. (ELETROPAULO), controlada pelo governo do Estado de São Paulo. Em 1975, o grupo canadense Brascan Limited, então proprietário da LIGHT Serviços de Eletricidade S.A., decidiu negociar a empresa com o governo brasileiro, alegando dificuldades financeiras para sua expansão. O Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki (entre 03/1974 e 03/1979) descartou a possibilidade de encampação da Companhia, apesar do desinteresse da Brascan, que já transferia seus investimentos para setores mais rentáveis, como mineração e turismo. Em 1976, o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) rejeitou, entre outras, uma proposta de empresários nacionais, que envolvia US\$ 680 milhões, optando pela estatização, finalmente realizada em janeiro de 1979. Integrava o sistema da ELETROBRÁS, também, a partir de 1968, a Espírito Santo Centrais Elétricas S. A (ESCELSA), criada como resultado da fusão de uma empresa do grupo americano AMFORP, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), com a antiga empresa estadual, a qual também se denominava ESCELSA. A ELETROBRÁS foi fortalecida, em dezembro de 1968, com o surgimento de uma terceira subsidiária regional: a Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), com o mesmo modelo de atuação das duas anteriores - a Central Elétrica de FURNAS (na região Sudeste) e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF (na região Nordeste). A ELETROSUL incorporou várias empresas federais do Sul do país, como a Termoelétrica de Charqueadas S.A. (TERMOCHAR) e a Sociedade Termoelétrica de Capivari (SOTELCA), que havia inaugurado a primeira unidade da usina de Jorge Lacerda, em Tubarão (SC). Na área da Termochar, havia a obra da usina de Alegrete, iniciada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que também concluiu a usina hidrelétrica de Passo Fundo (RS). Além desta herança, a ELETROSUL assumiu a construção das hidrelétricas de Salto Osório e Salto Santiago, no rio Iguaçu, e a tarefa de auxiliar a conversão da frequência do sistema gaúcho de 50 para 60 hertz.

¹⁶¹ Nota: funcionando como uma espécie de núcleo de um conjunto de empresas (subsidiárias e associadas), a ELETROBRÁS foi eficiente, apesar dos problemas, no papel de controladora e agente financeira do setor. Destaca-se, ainda, nos demais Estados, a organização das seguintes Companhias, entre 1953 a 1962: a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) em 1953; a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA), em 1953; a Empresa Fluminense de Energia Elétrica (EFE), em 1954; a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) em 1955; a Centrais Elétricas de Goiás S.A. (CELG), em 1955; a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) em 1956; a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT), em 1956; a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), em 1958; a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), em 1960; a Empresa Energética de Sergipe S.A. (ENERGIPE) em 1960; a Companhia Energética de Alagoas (CEAL), em 1960; a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), em 1962.

estaduais existentes e de antigas concessionárias privadas, cujo controle havia sido transferido para o governo de São Paulo. Em 1972, foi criada a (Centrais Elétricas do Norte S. A.) ELETRONORTE, cujo papel seria explorar o sistema hídrico na Amazônia Legal para fins elétricos ⁽¹⁶²⁾. Por conseguinte, esta estatal e outras já citadas passaram a executar importantes projetos hidrelétricos em todo território nacional.

O modelo setorial pautado na organização do sistema ELETROBRÁS garantiu a expansão expressiva dos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica ao longo dos anos 1960 e 1970, tendência que viria a ser revertida, na década de 1980, tanto como reflexo das mudanças nas regras dos mercados financeiros internacionais, como dos obstáculos à continuidade da captação interna de recursos financeiros para manter este ritmo de expansão do setor elétrico brasileiro ⁽¹⁶³⁾. Posteriormente, com a formação dos estados de Mato Grosso do Sul e de Tocantins deu-se origem a novas empresas de energia elétrica em âmbito estadual, respectivamente: a (Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.) ENERSUL, organizada em 1979, e a (Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins) CELTINS, criada em 1998 e privatizada no mesmo ano pelo grupo Rede ⁽¹⁶⁴⁾.

Ao final do período de estatização, configurou-se uma alteração radical no perfil da indústria de energia elétrica brasileira, verificando-se o aumento do peso das empresas federais e estaduais na geração, transmissão e distribuição de eletricidade, em termos percentuais, de 6% para 80%, entre 1945 e 1975. A participação das concessionárias privadas na geração,

¹⁶² Nota: em novembro de 1972, nasceu a quarta subsidiária regional da ELETROBRÁS – a Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), que seria responsável pela construção da usina de Tucuruí, no rio Tocantins. A ELETRONORTE tinha como objetivo a produção de eletricidade em grande escala na Amazônia, exatamente como já faziam, em suas respectivas regiões, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), Furnas Centrais Elétricas e a Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL). O ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite, aprovou relatório do Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM), que fora criado em 1968 justamente para estudar o potencial hidrelétrico da Região Norte. É que o governo estava preocupado com a situação geopolítica da área, em função de sua imensa riqueza mineral, sobretudo em jazidas de ferro e bauxita. Com a criação da ELETRONORTE, a ELETROBRÁS passou a operar em todo o território nacional.

¹⁶³ Nota: em 1971, a ELETROBRÁS voltou a ser favorecida. Para compor a chamada Reserva Global de Reversão (RGR), as concessionárias começaram a repassar à *holding* 3% de seu investimento remunerado. Criada pela Lei nº 5.655, a RGR era uma espécie de fundo federal, que visava cobrir possíveis indenizações, em caso de encampação de serviços. A ELETROBRÁS tinha plena autonomia para administrar as verbas e, além disso, podia transferir recursos de Estados mais ricos para os mais pobres. O mesmo ocorreu com o empréstimo compulsório: de acordo com a lei original, a metade das verbas era devolvida ao Estado de origem, em forma de investimento; a partir de 1971, entretanto, a estatal passou a aplicar livremente os recursos. Em compensação, a taxa máxima de remuneração do capital investido subiu de 10% para 12%, e o governo reduziu o imposto de renda sobre o lucro das empresas.

¹⁶⁴ Nota: **CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins.** A Celtins foi criada em março de 1989 e privatizada em setembro do mesmo ano, com o compromisso de desenvolver o setor energético no Estado do Tocantins, no Norte do País. A primeira usina hidrelétrica na região foi instalada em Porto Nacional, no ribeirão São João. A seguinte, construída em 1957 e localizada no mesmo distrito, foi a de Taquarussú (atual Palmas), no rio Taquarussuzinho. Sua inauguração só ocorreu em 1961, devido a uma enchente na barragem. Logo, outras usinas foram construídas pela iniciativa privada: Corujão (Araguaína), Lajes (Wanderlândia), Lajeadozinho (Tocantínia), Ponte Alta do Bom Jesus e Taguatinga (nas cidades de mesmo nome). Na década de 70, a primeira etapa da PCH Isamu Ikeda foi concluída em Monte Carmo, gerando 16 MW de potência. A segunda etapa foi concluída em 1994, em Ponte Alta do Tocantins, ampliando sua capacidade para 28,60 MW. Na década de 90, outras cinco usinas foram construídas e, em 1998, começaram as obras da UHE Luís Eduardo Magalhães, numa parceria com a Investco e o Governo Federal. Naquela época, apenas 123 municípios eram atendidos. Hoje a Celtins possui 1248 funcionários (incluindo terceirizados) e atende a 139 municípios do Estado, beneficiando mais de 303 mil consumidores. **Área de Concessão.** Atualmente, a Celtins atende a todo o Estado do Tocantins, numa área de 278.421 quilômetros quadrados, dividida em 139 municípios.

transmissão e distribuição de eletricidade, com predominância dos investimentos estrangeiros no mesmo período, caiu de 82,40% para 55,20% ⁽¹⁶⁵⁾.

3.2 Processo de eletrificação das novas áreas urbanas em Goiás

A partir de 1920, é possível identificar em Goiás, a presença dos primeiros concessionários dos serviços de eletricidade, constituídos de pequenas unidades geradoras, organizados como empresas de âmbito local por fazendeiros, empresários e comerciantes oriundos de São Paulo e Minas Gerais. Tornaram-se freqüentes as instalações autoprodutoras nas indústrias e em unidades de consumo doméstico, ou até mesmo em grandes fazendas de criação de gado e cultivo de feijão, milho e café nas margens do rio Paranaíba. Essas empresas locais constituíram-se como resultado da iniciativa do empresariado intermediário e local ligado à agropecuária de exportação, aos serviços urbanos, principalmente de iluminação, de transportes, e de mineração, conforme pode testemunhar o exemplo que segue:

Joaquim Guedes de Amorim – foi quem em 1920 montou na Capital do Estado uma pequena termelétrica queimando carvão vegetal, com 25 HP de potência instalada, a primeira a funcionar no Estado ⁽¹⁶⁶⁾.

¹⁶⁵ Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. 1988. p. 123.

¹⁶⁶ Nota: em 02/05/1918, o Governador de Goiás formaliza a proposta aos irmãos portugueses Joaquim Guedes de Amorim para o fornecimento de eletricidade à capital do Estado. Em 31/05/1918, é assinado o contrato para o fornecimento de eletricidade à cidade de Goiás. O uso dos serviços privados de eletricidade no território goiano iniciou-se na cidade de Goiás, então capital do Estado em 19/04/1920, com a inauguração da usina termelétrica a vapor queimando carvão vegetal, com 25 HP de potência instalada. Cabe também registrar que este maquinário foi adquirido em São Paulo e tinha como procedência a Alemanha. Ele chegou à cidade de Goiás transportado através da estrada de ferro de Jundiá-SP até a Estação do Roncador em Catalão-GO e de lá seguiu por via terrestre por mais de 420 Km sobre carro de bois até alcançar capital do referido Estado. Apesar de todo este esforço, no entanto, em 26/09/1926, a caldeira da respectiva termelétrica explodiu, possivelmente por motivos de falta de maiores atenção e cuidados no momento da operação com o maquinário, vitimando fatalmente uma senhora que passava pelo local e um operário que naquele momento estava fazendo manutenção na respectiva máquina. Em 13/05/1924, também na mesma cidade, foi construída uma usina hidrelétrica com 100 HP de potência instalada denominada de Nossa Senhora da Conceição na margem direita do rio Vermelho. Ambas construídas pela Sociedade Guedes, Ratto e Companhia, tendo como os principais sócios os irmãos portugueses Joaquim Guedes de Amorim e Luis Guedes de Amorim & José Afonso Ratto e Edmundo Onofre de Carvalho. A Empresa de Força e Luz de Goyaz deteve a concessão de fornecimento de energia elétrica para a cidade de Goiás mesmo depois da transferência da capital para a cidade de Goiânia em 1937. Neste meio tempo, várias tentativas foram realizadas no sentido de promover a construção de uma nova usina hidrelétrica na Cachoeira do Deserto na margem esquerda do rio Uru, no entanto, a política regional e nacional já estava direcionada para expansão e consolidação das centrais elétricas de cada Estado e, conseqüentemente, definido o desejo de se construir usinas hidrelétricas de médio e grande porte nas bacias e sítios hidrográficos goianos. Assim, a criação da CELG, em 19/08/1955, é o maior testemunho dessa história. Contudo, a venda da respectiva companhia para a prefeitura municipal de Goiás só ocorreu em 27/08/1956. Em 20/05/1958, a Prefeitura Municipal de Goiás vendeu a companhia de Força e Luz de Goiás para a CELG. Por fim, em 22/04/1958 a CELG assume definitivamente a prestação de serviços de energia elétrica na cidade de Goiás e de várias outras que naquele momento pudesse ser alcançadas pelas linhas de transmissão da recente inaugurada usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada em 1958. Para maior detalhe sobre este processo leia: Plano de Eletrificação de Goiás. Goiânia. CELG. 1955. p. 01 a 36.



(09a) Foto de Joaquim Guedes de Amorim e funcionários em 19/04/1920, no dia da inauguração da usina termelétrica a vapor queimando carvão vegetal, com 25 HP de potência instalada. Fonte: acervo fotográfico da CELG. Visita técnica em novembro de 2004.

Esta referência é o marco inicial do processo de eletrificação no território goiano. Tinha de haver – e de fato viria a durar quase 40 anos – com aquela fase dos que semearam pelo interior do Estado de Goiás, os primeiros ensaios experimentais de geração, transmissão e distribuição de eletricidade em pequenas usinas termelétricas ou hidrelétricas, financiadas pela iniciativa privada ⁽¹⁶⁷⁾. Até o final da década de 1920, no território goiano encontrava-se instalada uma potência da ordem de **391,65 KW**. A propósito, deve-se levar em consideração aquilo que o Jornal Democrata publicou sobre a instalação de uma dessas engenhocas na cidade de *Goyaz*:

Surgiu o melhor resultado da luz elétrica fornecida pela nova usina hydro electrica do rio vermelho. A luz é clara e intensa e de uma fixidez admirável. O jardim público então, está iluminado de uma forma feérica. Nos jardins de São Paulo e Rio não há melhor nem maior iluminação ⁽¹⁶⁸⁾

A instalação dessas engenhocas possibilitou o fornecimento de energia elétrica para a cidade de *Goyaz*. As fabricas de tecelagem e de cerveja foram as primeiras unidades industriais a serem beneficiadas com os serviços de eletricidade em Goiás. Assistiu-se, a partir daquele momento, ao aumento do número de usinas instaladas, num processo de crescimento constante, iniciado nas primeiras décadas do século XX. Em especial, as usinas construídas pelos grupos privados locais passaram a contar com uma capacidade instalada bastante superior às unidades instaladas por iniciativa das concessionárias públicas municipais. Neste período, a hidroeletricidade tornou-se predominante, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Sul do

¹⁶⁷ Plano de Eletrificação de Goiás. GELG. Goiânia: 1955. 01 a 36.

¹⁶⁸ PALACIN, 1973. Artigo publicado no Jornal Democrata. Nº 357, 13/05/1924.

Estado. As usinas termelétricas, mais numerosas na fase pioneira do setor, restringiram-se a áreas economicamente menos ativas e com menos abundância de recursos hídricos.

A AMFORP foi a primeira empresa estrangeira a fornecer serviços e equipamentos da indústria de energia elétrica em Goiás, conforme registra o edital de convocação para concorrência de serviços públicos na cidade de *Goyaz*, em 1932 ⁽¹⁶⁹⁾. Naquele ano, a indústria de energia elétrica em Goiás alcançou um potencial elétrico instalado na ordem de **2.619,8 KW**, basicamente de origem hídrica ⁽¹⁷⁰⁾. A partir de então, os principais centros urbanos, tais como Catalão e Anápolis, dentre outros, passaram a contar com as suas próprias instalações hidrelétricas ou termelétricas.

Ao assumir o Governo de Goiás, o interventor deu início à construção da nova capital do Estado. No canteiro de obra, em 1935, a empresa Força e Luz de Goiânia, concessionária de eletricidade de propriedade de Levy Fróes, Hermógenes Coelho, João Coutinho e Felismino Viana instalou dois grupos geradores termelétricos com capacidade de 1.000 kW cada um e passou a fornecer os serviços de energia elétrica para o canteiro de obra, posteriormente para a cidade de Goiânia ⁽¹⁷¹⁾. Cabe registrar também que a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG, atual cidade de Ceres, foi fator preponderante para o processo de eletrificação naquela região ⁽¹⁷²⁾.

Desde os primeiros anos da década de vinte, do século XX, até 1955, foram instaladas 36 empresas de energia elétrica entre públicas e privadas, que passaram a operar na oferta de energia

¹⁶⁹ Nota: foi em função do Edital de convocação para concorrência de prestação de serviço público publicado no **Diário Oficial do Governo**, Goiás 10 de agosto de 1932, que a AMFORP se apresentou como uma das concorrentes a prestação desse serviço. Porém, em um dos itens desse mesmo edital exigia que as empresas concorrentes tivessem estabelecimento comercial fixo no Estado de Goiás, obrigando assim, que AMFORP se instalasse e iniciasse as suas atividades comerciais no território goiano. Por fim, é interessante informar ainda que outros documentos oficiais se conservam no Centro de Memória da CELG em Goiânia e que podem também testemunhar a presença da AMFORP no território goiano, a partir de 1932.

¹⁷⁰ Centro de Memória da Eletrobrás. 1988. p. 67. Plano de Eletrificação de Goiás. Goiânia. CELG. 1955. p. 01 a 36.

¹⁷¹ Nota: os concessionários dos serviços de energia elétrica passaram a acompanhar o crescimento populacional da nova capital. Em 1938, estes concessionários instalaram a usina hidrelétrica do Jaó, no rio Meia Ponte, com potência instalada na ordem de 298,4 kW. No ano seguinte, foram instalados neste mesmo aproveitamento hidrelétrico mais dois novos grupos geradores de 746 kW cada um. Com o crescente contingente populacional em Goiânia, esta potência elétrica tornou-se insuficiente muito rápido. Em 1948, uma forte enchente no rio Meia Ponte pôe a perder todo investimento que estes concessionários tinham realizado até então. A pressão por disponibilidade de eletricidade em grande quantidade já se fazia presente nos centros urbanos do Estado de Goiás, sobretudo, aqueles que apresentavam pujança econômica, o caso de Anápolis, Rio Verde, Catalão dentre outros. As pequenas manufatureiras de produtos agropecuários foram as primeiras a exigirem energia elétrica. A pressão desses produtores começou a recair sobre o Estado.

¹⁷² Nota: **Companhia hidrelétrica São Patrício**. Tudo começou em 1941, com a chegada dos primeiros homens para implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG, desbravadores que tinham como objetivo primordial implantar uma agricultura moderna e fixar o homem no campo. Vieram sob a direção de Bernado Sayão, o grande colonizador do sertão, homem destemido, ousado e como disse Juscelino Kubitschek, *o bandeirante do século XX*. Era a *marcha para o Oeste*, o sonho de Getúlio Vargas que apresentava os primeiros resultados. A conquista dessa nova fronteira agrícola impulsionou a migração de mineiros, baianos, paulistas, ou seja, povos que chegam em Goiás dos quatro cantos do Brasil. Em 1945, embora não fosse objetivo da ação colonizadora construir uma cidade, a chegada dos *loteiros* forçou o surgimento de um núcleo urbano a partir da sede da CANG, isto porque os lotes eram poucos e as famílias eram muitas. A previsão inicial era doar um quinhão de 26 a 32 hectares para cada família, mas cada quinhão passou a abrigar duas e até três famílias. A hidroelétrica São Patrício e com ajuda dos pioneiros da região fundou a CHESP em 25/06/1949, e imediatamente iniciou a construção da usina São Patrício no rio das Almas que teve a primeira etapa inaugurada, em 25/12/1955, com a presença do então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, e de seu vice, Bernardo Sayão. Vale ainda destacar, que na época de sua inauguração, a usina São Patrício era a segunda em tamanho e potência instalada no Estado de Goiás.

elétrica para as comunidades locais, totalizando 58 máquinas instaladas, sendo 14 termelétricas e 44 hidrelétricas. As térmicas somavam uma capacidade instalada na ordem de aproximadamente **1.833,6 KW** e as hidrelétricas na ordem de **6.578,2 KW**. Juntas elas somavam uma potência elétrica instalada na ordem de **8.411,8 KW** ⁽¹⁷³⁾.



Canal de represamento d' água.

A base sobre a qual a turbina estava instalada.

(09b) Fotos da usina hidrelétrica instalada no rio Claro em Jataí/GO, em 1939. Fonte: pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2005.

Tabela 03 – Situação geral da potência elétrica instalada em KW por região em Goiás entre 1920/55

Situação zona do planalto central – Bacia do Paranaíba							
Municípios	Produtor	Potência Instalada KW	Natureza	Rios	Frequência	Tensão	Ano da Instalação
Niquelândia	Privado	23,8	Hidráulica	Ribeirão Traíras	50	110	1948
Formosa	Privado	53,7	Hidráulica	Paraná	50	110	1947
Planaltina	Privado	18	Hidráulica	São Bartolomeu	50	110	1953
Luziânia	Municipal	26,8	Hidráulica	São Bartolomeu	60	220/127	1949
Corumbá	Privado	18	Hidráulica	Corumbá	50	220	1947
Cristalina	Municipal	20	Diesel	-	60	220/127	1948

Situação na zona do planalto centro-sul – Bacia do Paranaíba							
Municípios	Produtor	Potência Instalada KW	Natureza	Rios	Frequência	Tensão	Ano da Instalação
Goiás	Municipal	74,6	Hidráulica	Vermelho	50	60	1924
		74,7	Diesel	-	50		1920
Uruana	Sem	-	-	-	-	-	-
Itaberaí	Privada	30	Hidráulica	Vermelho	50	220/127	1947
Itaçu	Municipal	16,4	Hidráulica	Meia Ponte	50	127	1948
Inhumas	Privado	59,6	Hidráulica	Meia Ponte	50	110	1949
Trindade	Privado	48,9	Hidráulica	Dos Bois	50	220/127	1952

¹⁷³ Centro de Memória da Eletrobrás. 1988. p. 111. Plano de Eletrificação de Goiás. Goiânia. CELG. 1955.

Goiânia	Privado	335,7	Diesel	-	60	220	1937
		111,9	Diesel	-			1936
		1.000	Diesel	-			1954
		1.650	Hidráulica	Meia Ponte			1942
Edéia	Sem	-	-	-	-	-	-
B Vista de Goiás	Municipal	29,8	Hidráulica	Meia Ponte	50	220/127	1953
Piracanjuba	Municipal	50	Diesel	-	60	220/127	-
Hidrolândia	Municipal	15	Hidráulica	Meia Ponte	60	220/127	1953
Guapó	Municipal	23,8	Hidráulica	Dos Bois	50	220/127	1953
Nazário	Privado	74,6	Diesel	-	60	220/127	-
Anicus	Municipal	164,1	Hidráulica	Dos Bois	50	220/127	1947
Firminópolis	Sem	-	-	-	-	-	-
Palmeiras	Sem	-	-	-	-	-	-
Iporá	Sem	-	-	-	-	-	-
Aurilândia	Sem	-	-	-	-	-	-

Situação da zona oeste – Bacia do Paranaíba

Municípios	Produtor	Potência Instalada KW	Natureza	Rios	Frequência	Tensão	Ano da Instalação
Baliza	Municipal	8	Diesel	-	60	110	-
Caiaopônia	Municipal	29,8	Hidráulica	Bonito	50	110	1926
Mineiros	Municipal	220	Hidráulica	Rio Claro	50	110	1949
Jataí	Privado	75	Hidráulica	Rio Claro	50	110	1939
Quirinópolis	Municipal	95	Hidráulica	Preto	60	220/127	1949
Rio Verde	Municipal	522,2	Hidráulica	Verdinho	60	220/127	1946
Santa Helena	Privado	16	Hidráulica	Verdão	50	220/127	1953
Paraúna	Privado	31,3	Hidráulica	Caiaopó	60	220/127	1946

Situação na zona sul – Bacia do Paranaíba

Municípios	Produtor	Potência Instalada KW	Natureza	Rios	Frequência	Tensão	Ano da Instalação
Itumbiara	Privado	149,2	Hidráulica	Piracanjuba	50	220/127	1932
Campo Alegre	Privado	74,6	Hidráulica	Meia Ponte	50	220/127	1948
		95	Diesel	-	-	-	1952
Goiatuba	Municipal	74,6	Hidráulica	Meia Ponte	60	220/127	1948
Morrinhos	Privado	100,7	Hidráulica	Meia Ponte	50	220/127	1938
Pontalina	Privado	45	Hidráulica	Meia Ponte	60	220/127	1952

Situação na zona sudeste – Bacia do Paranaíba

Municípios	Produtor	Potência Instalada KW	Natureza	Rios	Frequência	Tensão	Ano da Instalação
Catalão	Fornecimento pela Companhia Prata de Eletricidade de Minas Gerais						
Cumari							
Goiandira							
Corumbáiba	Municipal	82	Hidráulica	Corumbá	50	220/127	1954
Ipameri	Privado	700	Hidráulica	Meia Ponte	50	220/127	1947
Caldas Novas	Privado	89,5	Hidráulica	Corumbá	60	220/127	1954
Urutaí	Privado	71	Hidráulica	Corumbá	50	220/127	1954
Pires do Rio	Privado	373	Hidráulica	Corumbá	50	220/127	1949
Santa Cruz	Sem	-	-	-	-	-	-
Orizona	Privado	21	Hidráulica	Corumbá	50	110	1952
Silvana	Privado	82	Hidráulica	Piracanjuba	50	110	1949
Vianópolis	Privado	111,9	Hidráulica	Piracanjuba	50	220/127	1951
L. de Bulhões	Sem	-	-	-	-	-	-
Anápolis	Privado	1.109,3	Hidráulica	Das Almas	50	220/127	1928
Nerópolis	Privado	37,3	Hidráulica	Meia Ponte	50	120	1954

Situação na zona norte – Bacia do Tocantins							
Municípios	Produtor	Potência Instalada KW	Natureza	Rios	Frequência	Tensão	Ano da Instalação
Araguacema	Sem	-	-	-	-	-	-
Araguatins	Sem	-	-	-	-	-	-
Miracema do Norte	Sem	-	-	-	-	-	-
Filadélfia	Municipal	20	Diesel	-	60	300	1953
Itaguatins	Privado	22,3	Diesel	-	50	220/127	1950
Pedro Afonso	Municipal	95	Diesel	-	60	220	1948
Porto Nacional	Municipal	18,6	Hidráulica	Taquaral	50	125	1946
Tocantinópolis	Municipal	26,1	Diesel	-	50	220/127	1953

Situação na zona centro-leste – Bacia do Tocantins							
Municípios	Produtor	Potência Instalada KW	Natureza	Rios	Frequência	Tensão	Ano de Instalação
Natividade	Sem	-	-	-	-	-	-
Chapéu	Sem	-	-	-	-	-	-
S.D'Abadia	Sem	-	-	-	-	-	-
Taguatinga	Sem	-	-	-	-	-	-
Posse	Municipal	40	Hidráulica	Piracanjuba	50	220/127	1952
São Domingos	Municipal	3,7	Hidráulica	São Domingos	60	220/127	1944
Arraias	Municipal	6	Hidráulica	Bezerra	60	220/127	1948
Dianópolis	Municipal	15	Diesel	-	60	120	1953

Situação na zona centro-oeste – Bacia do Tocantins							
Municípios	Produtor	Potência Instalada KW	Natureza	Rios	Frequência	Tensão	Ano da Instalação
Porangatú	Sem	-	-	-	-	-	-
Uruaçu	Sem	-	-	-	-	-	-
Jaraguá	Privado	74,6	Hidráulica	Das Almas	50	110	1946
Pirinópolis	Privado	74,5	Hidráulica	Das Almas	50	220/127	1930
Ceres	Privada	74,6	Hidráulica	Das Almas	50	220/127	1935
Itapaci	Sem	-	-	-	-	-	-
Petrolina	Privado	7,5	Hidráulica	Meia Ponte	50	220/127	1953
		7,4	Diesel	-	50	220/127	1951

Situação na zona centro-norte – Bacia do Tocantins							
Municípios	Produtor	Potência Instalada	Natureza	Rios	Frequência	Tensão	Ano da Instalação
Peixe	-	-	-	-	-	-	-
Panará	-	-	-	-	-	-	-
Cavalcante	-	-	-	-	-	-	-

Total da potência elétrica instalada	8.411,8 KW
---	-------------------

Fonte: tabela elaborada pelo próprio autor a partir de dados coletados no arquivo de documentos oficiais da CELG.

Até 1956, a iniciativa privada fornecia luz e força elétricas para 30 das 77 cidades goianas existentes na época. A partir de então, começaram a firmar-se os êxodos para as cidades, das populações rurais atraídas pelos confortos que o campo lhes negava e que o processo de eletrificação passaria a lhes prometer, segundo acreditavam os empresários dessa indústria. O crescente índice populacional apresentado pela cidade de Goiânia e outros centros urbanos durante a década de cinquenta, do século XX, já superava toda e qualquer expectativa dos seus

idealizadores ⁽¹⁷⁴⁾. Projetada para abrigar uma população não mais superior do que 50 mil habitantes, Goiânia já contava, em 1958, com aproximadamente 120 mil moradores, conforme o censo demográfico do IBGE, realizado naquele ano ⁽¹⁷⁵⁾. Até esse momento, o território goiano já podia contar com uma potência elétrica instalada na ordem de **8.411,8 KW**:

A utilização comercial da energia elétrica, iniciada nas últimas décadas do século XIX, trouxe realmente uma abertura de grandes possibilidades de mudança nos padrões tecnológicos e nos hábitos de consumo. Isso está radicado nas próprias peculiaridades dessa forma de energia, que se caracteriza por ser divisível até em quantidades pequenas, e por permitir uma regularidade no seu fluxo de fornecimento ⁽¹⁷⁶⁾.

Também em Goiás, a luz e a força elétricas correlacionam-se ao processo de urbanização e industrialização. Nesse sentido, a construção de Goiânia e Brasília pode ser compreendida como condição indispensável para o recente processo de expansão da indústria de energia elétrica na região ⁽¹⁷⁷⁾.

A construção, pelo Estado, da usina hidrelétrica do Rochedo, localizada no rio Meia Ponte, iniciada em 1954 e concluída em 1956, praticamente duplicou a disponibilidade da potência instalada em kW no território goiano. A partir desse evento, o Estado iniciou o processo de estatização da indústria de eletricidade em Goiás ⁽¹⁷⁸⁾.

A CELG foi criada em 19 de agosto de 1955 para suprir com eletricidade as novas capitais, a de Goiás e a da República. Nesse meio tempo, Juscelino Kubitschek preparava-se para

¹⁷⁴ Nota: a geração e a distribuição de eletricidade em Goiânia era assegurada, até 1951, por uma sociedade privada (Empresa Força e Luz de Goiânia), que foi adquirida pelo Estado, naquela época, pela importância de Cr\$ 12.000.000,00. A frequência da rede de distribuição era de 50 ciclos, na própria Goiânia, e de 60 ciclos na aglomeração gêmea de Campinas. A tensão era de 380/220volts. As centrais eram as seguintes: a) a usina hidrelétrica do Jaó, situada a 4 quilômetros desta cidade, compreende quatro grupos, com uma potência total de 1.650 KVA de 50 ciclos. Em realidade, a potência disponível era mais fraca, durante grande parte do ano, pois a retenção era somente diária. Realmente, podia-se contar com apenas 1.000 KVA, aproximadamente, garantidos. A usina achava-se reunida com Goiânia por uma linha de 11.000 volts; b) uma central a Diesel de 1.000 KVA, de 60 ciclos, instalada num edifício anexo à central de Jaó. Este grupo está ligado diretamente com Campinas; c) em Goiânia: Um grupo Diesel de 450 HP, de 50 cilindros; d) em Campinas: Um grupo Diesel de 150 HP, de 60 cilindros.

¹⁷⁵ Censo Populacional. IBGE. Rio de Janeiro: 1958.

¹⁷⁶ BÔA NOVA. 1986. p. 35.

¹⁷⁷ Nota: no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), foi crescente a afirmação das empresas públicas de energia elétrica. A partir de 1956, um ambicioso programa econômico - o *Plano de Metas*, que prometia um crescimento de *50 anos em cinco* - propôs a reorganização do setor: as empresas federais investiram na produção, ficando a distribuição com o setor privado. O plano considerou prioritários setores como os de energia e transportes, destinando mais de 43% dos investimentos, dos quais cerca de 55% foram para a área de energia elétrica. Nesse período, foi construída a usina de Furnas, essencial para os consumidores do Sudeste, pois instalou 1.200 MW no rio Grande, em Minas Gerais. Em função do *Plano de Metas*, a potência instalada no país chegou a 4.777 MW em 1960 e, em 1965, atingiu 7.411 MW – isto é, 89% do previsto. Em 1960, foi criado o Ministério das Minas e Energia e, no ano seguinte, o projeto de criação da ELETROBRÁS foi autorizado por Jânio Quadros (1961). Este, porém, só em 1962, transformar-se-ia em realidade.

¹⁷⁸ Nota: num país em que à época tanto se descrevia do êxito da exploração de atividade econômica pelo setor público, em que a produção e a comercialização da energia elétrica nos maiores centros urbanos e nos Estados mais prósperos ainda era concedida à aventura de capitais privados, a iniciativa do governo goiano de tomar a seu cargo a planificação e a execução dos serviços de eletricidade deveu-se, principalmente, a certeza de que nesse território iria ser erguida a nova capital da República.

iniciar o processo de construção de Brasília. Logo depois de sua posse, o novo governo tratou pessoalmente de dar início ao processo de transferência da Capital da República. Em junho de 1956, Juscelino Kubitschek autorizou a instalação do canteiro da obra. A NOVACAP, empresa criada para construir Brasília, instalou no canteiro de obra dois grupos geradores termelétricos Diesel de 90 kW cada. Em concomitância a NOVACAP também deu início a construção da usina hidrelétrica no Paranoá. Em Goiás, no momento da criação da CELG, a potência do parque gerador de eletricidade era de **8.411,8 KW** instalados. Este sistema elétrico era isolado de centrais geradoras de eletricidade em outras regiões do país e praticamente já não mais atendia às necessidades dos mercados consumidores de Goiânia e circunvizinhança. Ao analisar um contexto similar a este, BÔA NOVA afirma:

Em suma, foi-se constituindo uma poderosa articulação, ligada a um suprimento cada vez maior, que, para continuar funcionando, necessita que a demanda seja cada vez mais estimulada, e que o suprimento lhe venha em resposta. Isso tudo sob o argumento do interesse nacional ⁽¹⁷⁹⁾.

As obras da construção de Brasília avançavam a passos largos. Prevvia-se que a inauguração de Brasília seria às escuras. Com a finalidade de impedir que essa previsão se concretizasse, em 1956, o governo federal concedeu empréstimo financeiro de U\$ 3.5 milhões de dólares ao governo de Goiás, possibilitando o início do aproveitamento hidrelétrico do rio Paranaíba na divisa ao Sul com Minas Gerais seria construída a usina de Cachoeira Dourada, cuja finalidade era abastecer com eletricidade a nova capital da República, os centros urbanos de Goiânia, Anápolis, dentre outros. A história da CELG confunde-se com a construção da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada e a construção de Brasília:

¹⁷⁹ BÔA NOVA. 1986. p. 38.

- a **usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada** (04) primeira etapa da sua obra civil iniciada em junho de 1956, em concomitância a construção de Brasília. Esta usina foi a maior obra construída pela empresa estatal CELG.



(10) Foto da usina hidrelétrica e da Cachoeira Dourada em setembro de 1958, ano da inauguração da primeira etapa de construção. Fonte: acervo fotográfico da CELG.

A primeira etapa, com a instalação de duas unidades geradoras de 18 MW cada uma, entrou em operação em setembro de 1958; a segunda etapa, com a instalação de mais três unidades de 52 MW cada uma, entrou em operação em junho de 1967; a terceira etapa, com a instalação de mais três unidades de 80 MW cada uma, entrou em operação em setembro de 1977; a quarta e última etapa, com a instalação de mais duas unidades geradoras de 84 MW cada uma, entrou em operação em agosto de 1994. Logo depois do processo de privatização em 1997, o grupo ENDESA instalou mais uma unidade geradora de 54 MW, que entrou em operação em setembro de 1998. Atualmente esta usina totaliza 650 MW de potência instalada. A primeira linha de transmissão dessa usina dirigiu-se para a nova capital da República em novembro de

1958, através do sistema de 230 KV, interligando-se mais tarde à região central do eixo urbano Goiânia e Anápolis ⁽¹⁸⁰⁾.

Com a conclusão da segunda etapa da usina Cachoeira Dourada, em 1967, o sistema de transmissão e distribuição CELG já podia alcançar boa parte do território goiano, embora bastante concentrado nas regiões Central, Centro Sul, Sul e Sudoeste do Estado. As regiões Norte e Nordeste de Goiás ainda permaneciam isoladas, até então, uma vez que, a extensão das subestações, das linhas de transmissão e de distribuição proveniente de Cachoeira Dourada não tinha chegado nestas regiões ⁽¹⁸¹⁾.

Em 1980, em Goiás e no Distrito Federal já se podia contar com uma potência elétrica instalada na ordem de **258.375,2 kW**, somando com a terceira etapa da usina de Cachoeira Dourada em operação. Essa potência instalada ainda era insuficiente para abastecer com eletricidade toda região, ainda que, boa parte dos centros urbanos e rurais de Goiás e do Distrito Federal já pudesse contar com os serviços de eletricidade. O prognóstico da diretoria da CELG afirmava que o mercado consumidor tanto interno quanto externo requeria naquele momento uma capacidade instalada de eletricidade bem superior ao que estava disponível, como registra o relatório da CELG, algo próximo a **3.000 MW**.

Face a tal demanda, a CELG apresentou-se com uma saúde financeira muito frágil e inconsistente perante as somas volumosas de investimentos necessários para se alavancar em função da instalação de novas unidades hidrelétricas com a capacidade de gerar, transmitir e distribuir aquela quantidade de eletricidade requerida pelo mercado consumidor:

Com o surgimento da energia elétrica, e com a possibilidade de gerar energia em enorme volume, concentradamente e a custos relativamente baixos do quilowatt, houve, para a indústria, uma economia, eu diria, muito ponderável, de capital fixo. O consumo residencial da energia elétrica, para fins de aquecimento e de iluminação, como

¹⁸⁰ Nota: depois do processo de privatização em 1997, o novo proprietário, o grupo ENDESA repotencializou esta usina e hoje conta com um potencial elétrico instalado na ordem de 650 MW.

¹⁸¹ Nota: com investimento de US\$ 2,5 milhões no ano de 1968, a indústria de energia elétrica eletrificou um amplo território rural, oferecendo possibilidades de expansão dos negócios agroindustriais e minerais, a exemplo da mineração de níquel em Niquelândia e de amianto em Minaçu pela estatal METAGO. Este programa iniciou-se em 1968, mediante convênio firmado com o Ministério da Agricultura. A partir de então, a eletrificação rural nos territórios de Goiás e do Distrito Federal desenvolveu-se a passos largos beneficiando naquele momento cerca de 370 propriedades agrícolas em 8 municípios do Estado. Com prevalência das redes monofásicas, essas propriedades ligadas possuíam uma carga de 5.500 kVA. Cabe registrar que, com o mesmo objetivo, em 1970, também se iniciou a execução de um outro programa, porém, de maior amplitude e extensão, com a liberação do financiamento do BID, concedido à CELG, no valor global de US\$ 40 milhões, para eletrificar mais 4.500 propriedades rurais em toda extensão territorial goiana ⁽¹⁸¹⁾. Estes investimentos ajudaram também a promover o desenvolvimento de outros importantes polos produtivos, tais como as plantas agropecuárias que estavam se instalando nos principais corredores de expansão da agricultura moderna, como em Rio Verde, Itumbiara, Goianésia, Quirinópolis, Jataí, além é claro, dos grandes centros urbanos de Goiânia, Anápolis e Brasília.

Antônio Carlos Bôa Nova ressaltou muito bem, provocou o desenvolvimento extremamente intenso de máquinas domésticas a energia elétrica ⁽¹⁸²⁾.

Além do eixo urbano e industrial de Goiânia-Anápolis-Brasília, a usina de Cachoeira Dourada também ajudou a proporcionar a dinamização do processo urbano-industrial ao longo das margens do rio Paranaíba, entre as cidades de Itumbiara e São Simão. Como consequência das obras e represas registrou-se a expulsão em massa das pequenas comunidades ribeirinhas e até mesmo dos agrupamentos indígenas, tais como os índios bororós e caiapós que habitavam a região até aquele momento. No lugar destes agrupamentos humanos, surgiram grandes fazendas de gado, novas fronteiras agrícolas, centros urbanos e, mais recentemente, a instalação de unidades agroindustriais, como por exemplo, a usina de álcool em Itumbiara, o Frigoalto em Cachoeira Alta, dentre outros empreendimentos modernos.

3.3 Disputa pelo mercado de eletricidade na nova capital da República



(11) Foto dos primeiros postes de luz - Luminárias Econolite Cidade Livre - Núcleo Bandeirante – DF, em 1957.
Fonte: acervo fotográfico da CEB.

¹⁸² SINGER, 1986. p. 40-41.

O suprimento de energia elétrica foi um dos sérios problemas que os responsáveis pela construção da nova Capital da República enfrentaram desde o início de suas atividades, em fins de 1956. A região não contava com qualquer fonte de geração de energia elétrica nas proximidades e o prazo, imposto pela data fixada para a inauguração da capital em 21 de abril de 1960, era relativamente curto para instalação de uma fonte de energia local, em caráter definitivo. A única alternativa encontrada foi a construção do aproveitamento hidroelétrico de Cachoeira Dourada distante quase 400 Km da nova Capital. A primeira etapa da referida usina entrou em operação em 1958, com 36 MW ⁽¹⁸³⁾.

Em 1957, foram adquiridos os equipamentos para a construção da Subestação Rebaixadora de Brasília, que viria a interligar-se com a usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada por meio de uma linha de transmissão, isolada para 230 kV, com extensão aproximada de 400 Km. Essa linha de transmissão foi energizada em agosto de 1959 e, a partir daí, a Capital começou, efetivamente, a receber energia elétrica proveniente de Cachoeira Dourada ⁽¹⁸⁴⁾.

Autorizada pelo poder concedente a funcionar como empresa de energia elétrica, consoante Decreto 45.410, de 12 de fevereiro de 1959, a NOVACAP iniciou a implantação da rede elétrica de distribuição da futura Capital, cujas características básicas eram ⁽¹⁸⁵⁾: rede de subtransmissão, na tensão de 34,5 kV, originária da Subestação Abaixadora da CELG que parte em circuitos aéreos e em circuitos subterrâneos dentro do perímetro urbano; subestações abaixadoras de 34,5/13,8 kV, em um total de 8, inicialmente, e que na sua totalização, alcançou cerca de 360 KVA de capacidade de transformação, na etapa final, rede de distribuição, na tensão de 13,8 kV, constituída de circuitos subterrâneos, que alimentaram as subestações das superquadras e dos edifícios públicos construídos ⁽¹⁸⁶⁾.

¹⁸³ Nota: paralelamente à adoção dessa providência para o equacionamento do problema de suprimento de energia elétrica à nova Capital, após sua inauguração, outras medidas foram tomadas pela Companhia responsável pela urbanização da Nova Capital do Brasil – a NOVACAP – objetivando a instalação de fontes de energia elétrica necessárias às atividades administrativas desenvolvidas no gigantesco canteiro de obras. Nos primeiros dias de 1957, a energia elétrica de origem hidráulica era gerada, pela primeira vez, no território do futuro Distrito Federal, pela usina pioneira do Catetinho, de 74,6 KW, instalada em pequeno afluente do Ribeirão do Gama, como registra o relatório da diretoria da NOVACAP. A diminuta usina abastecia o Catetinho, primeira residência oficial do Presidente da República no Planalto Central, e a Fazenda do Gama, onde se instalou a estação de rádio da empresa aérea Panair do Brasil, junto ao primeiro campo de pouso do novo Distrito Federal. Em 19 de dezembro de 1956, a NOVACAP promovia a aquisição de dois motores Diesel-elétricos de 90 KW cada um e obtinha a aprovação da concorrência para a construção da usina-Piloto de Saia Velha, aproveitando uma queda de 60 m existente no ribeirão do mesmo nome, conforme registra o relatório da diretoria dessa empresa. Essa usina, com duas unidades de 200 KW cada um foi inaugurada em 16 de maio de 1958, pelo Dr. Manoel Pacheco de Carvalho, Diretor de Divisão de Águas e Energia, da NOVACAP. A energia gerada na usina-Piloto de Saia Velha destinava-se a abastecer, por intermédio de uma linha de transmissão de 22 Km de extensão, os escritórios, oficinas, serrarias, olaria e residências da NOVACAP, além do aeroporto do DF. Outra pequena usina hidroelétrica foi inaugurada no dia seguinte, com potência de 186,5 KW, destinada a abastecer a Granja do Ipê, onde se localizava a residência oficial do Presidente da NOVACAP. Por outro lado, a criação do lago Paranoá ensejou a elaboração do projeto da usina hidroelétrica do Paranoá, concedido o projeto à NOVACAP em fevereiro de 1958, iniciando-se, em seguida, as obras de construção civil, como relatado pela diretoria dessa empresa. Em novembro do ano seguinte era aprovada a concorrência para a aquisição dos equipamentos da usina, enquanto prosseguiam as obras da barragem, iniciadas em 1957.

¹⁸⁴ CELG. **Relatório Anual da Diretoria**. Goiânia: dezembro de 1959, p. 21.

¹⁸⁵ **Decreto 45.410, de 12 de fevereiro de 1959**. Gabinete da Presidência da República. Rio de Janeiro: 1959.

¹⁸⁶ Nota: diante das medidas adotadas, o problema de energia elétrica na Capital da República, à época da sua inauguração, em abril de 1960, estava equacionado, em termos de suprimento, porém as disponibilidades de eletricidade então existentes eram bastante limitadas, o que garantia o fornecimento desse insumo de até 10.000 kW, por parte da CELG e algumas unidades termelétricas a Diesel somando mais 1.000 kW, além da usina hidroelétrica de Saia Velha, cuja potência era de apenas 400

- a **usina hidroelétrica do Paranoá** (14) localiza-se no rio Paraná, afluente do rio São Bartolomeu, teve a primeira etapa da sua obra civil iniciada em junho de 1960.



(12) Foto da usina hidrelétrica do Paranoá inaugurada em 1962. Pertencente ao sistema de geração da CEB. Fonte: sítio eletrônico www.furnas.gov.br, em 02 de agosto de 2005.

Dois anos depois, em setembro de 1962, entrava em operação a usina hidroelétrica do Paranoá, com duas unidades de 8.500 KW, interligada ao sistema existente através da rede de 34,5 kV, e a usina térmica, com 10 MW instalados. A NOVACAP depois passou a dispor de mais cinco unidades Diesel-elétricos, em um total de 5.700 KW, entre adquiridas e alugadas ⁽¹⁸⁷⁾. Por parte da CELG, tendo em vista a prioridade que essa empresa passou a dar aos consumidores goianos, em razão do crescente mercado de energia elétrica no Estado, não era possível disponibilizar mais eletricidade para o Distrito Federal ⁽¹⁸⁸⁾.

No segundo semestre do ano de 1964, o Ministro de Minas e Energia, Mauro Thibau (entre 17/04/1964 e 15/03/1967) e o Presidente da ELETROBRÁS, Otávio Marcondes Ferraz (entre 28/04/1964 e 15/03/67) ao mesmo tempo em que prestavam apoio decisivo à então Prefeitura do

KW, totalizando 11.400 KW de disponibilidade de eletricidade em todo Distrito Federal. Dados extraídos do seguinte sítio eletrônico: www.ceb.com.br em 20 de maio de 2005.

¹⁸⁷ NOVACAP. **Relatório Anual da Diretoria**. Distrito Federal: dezembro de 1962. p. 9.

¹⁸⁸ Nota: com a entrada em operação das usinas acima mencionadas, foi possível temporariamente atender ao crescimento acelerado de carga até meados de 1964 no Distrito Federal, quando começou a evidenciar-se um período de insuficiência das fontes geradoras de energia elétrica. No final desse mesmo ano, a máxima demanda registrada era de 32.700 KW, com redução de tensão de até 10% no sistema contra uma disponibilidade aparente de 38.700 KW, porém, sem reservas.

Distrito Federal, na recuperação e aquisição de novas unidades geradoras térmicas e na instalação da terceira e última unidade da usina do Paranoá, recomendaram que outras empresas do setor de energia elétrica, tais como a (Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A) CEMIG, (Companhia Paulista de Força e Luz) CPFL e a (Centrais Elétricas de Goiás S/A) CELG tomassem efetivas medidas, a curto prazo, tendentes a aumentar a disponibilidade de potência elétrica para Brasília. As medidas levadas a efeito naquela oportunidade permitiriam o atendimento das cargas do mercado do Distrito Federal, caracterizado pela composição de fontes de suprimento, entre as térmicas, a usina de Paranoá e a de Cachoeira Dourada ⁽¹⁸⁹⁾.

Decorridos mais de sete anos da sua inauguração, a Capital do país ainda se ressentia da falta de um plano definitivo de atendimento às respectivas necessidades energéticas, que livrasse seus habitantes, o comércio e a indústria de racionamentos cíclicos. A par das permanentes condições precárias de suprimento de energia elétrica, mesmo fora do horário de maior demanda do mercado consumidor, o Ministro de Minas e Energia, José Costa Cavalcante (entre 15/03/1967 e 27/01/1969) criou, através da Portaria 458/67 de 23.05.1967, um Grupo de Trabalho ⁽¹⁹⁰⁾, com a participação da então Prefeitura do Distrito Federal, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – o DNAEE, da CELG (cujo presidente era Joaquim Guedes A. Coelho, entre 15/12/1965 e 28/03/1971) da ELETROBRÁS (cujo presidente era Mario Penna Bhering, entre 16/03/1967 e 20/11/1975) no qual o próprio Ministro José Costa Cavalcante era presidente. O objetivo do grupo era o de estudar e equacionar o problema de suprimento de energia elétrica no Distrito Federal ⁽¹⁹¹⁾.

Até 1968, a atuação da (Centrais Elétricas de Brasília) CEB limitava-se à expansão e ao melhoramento de sua rede de distribuição, enquanto aguardava a definição essencial de um plano de atendimento à Capital, com a inclusão de obras de subtransmissão para as cidades satélites e de novas subestações.

A diretriz aguardada pela empresa consubstanciou-se afinal com a assinatura, em 26 de fevereiro de 1970, do Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Energia Elétrica, entre a (Centrais Elétricas S/A) FURNAS, a (Centrais Elétricas de Goiás S/A) CELG e a (Companhia de Eletricidade de Brasília) CEB, com a intervenção da (Centrais Elétricas Brasileiras S/A)

¹⁸⁹ Nota: fontes locais: usina do Paranoá, com 25.500 KW e unidades térmicas, com 21.600 kW, totalizando a disponibilidade máxima de 47.100 KW; suprimento externo: aumentando sucessivamente, de acordo com o crescimento de demanda, em decorrência de medidas tais como a mudança de tensão da linha de transmissão da usina de Cachoeira Dourada/Brasília, de 138 kV para 230 kV, e os acréscimos de unidades geradoras daquela usina.

¹⁹⁰ Ministério de Minas e Energia. **Portaria 458/67 de 23.05.1967**. Brasília: 1967.

¹⁹¹ Nota: recomendar medidas de emergência destinadas a reforçar, a curto prazo, o suprimento de energia elétrica ao Distrito Federal; examinar, em termos comparativos, as características das novas fontes de suprimento e a expansão das fontes existentes e recomendar um programa de ação visando a ampliar a capacidade geradora do sistema, a partir de 1970; e examinar, em profundidade, as condições em que se encontrava a concessão dos serviços de eletricidade no Distrito Federal e a recomendar as providências destinadas ao seu aprimoramento.

ELETROBRÁS, para suprimento de energia elétrica no atacado ao Distrito Federal, em conformidade com uma das recomendações apresentadas no relatório do Grupo de Trabalho, criado pela Portaria Ministerial 458/67.



(13) Foto de Luminária Power Groove eixo Rodoviário Sul de Brasília, em 1974. fonte: acervo fotográfico da CEB. Visita técnica no Centro de Memória da Companhia Energética de Brasília em abril de 2005.

Regularizando-se assim, a oferta de energia elétrica adequada às necessidades crescentes do Distrito Federal, pois as instalações de FURNAS foram gradativamente ampliadas na Subestação Brasília Sul. Nos anos seguintes a 1973, taxas de crescimento do consumo de energia elétrica, da ordem de 30% ao ano, traduziram o ritmo efervescente da ocupação urbana do Distrito Federal, com as cidades satélites que acompanharam a evolução demográfica de Brasília (192).

3.4 Reconstituição dos conflitos de interesses na instalação de projetos hidrelétricos

Compreende-se que a eletrificação não é apenas um processo típico da atual industrialização, mas também um fator estruturante da sociedade moderna, conforme afirma

¹⁹² Nota: no plano urbanístico, entre 1974 e 1978, Brasília assistiu a ampla reforma do seu sistema interno, acompanhado da duplicação de várias estradas-parque e da implantação da via Estrutural do Plano Piloto do Distrito Federal. Também do mesmo período é o Plano Bial de Iluminação Pública de Brasília – (IP78), que remodelou a iluminação pública de várias cidades satélites e iluminou as principais estradas, parques e órgãos dos três poderes da República em Brasília.

MARANHÃO ⁽¹⁹³⁾. Nesse sentido, a indústria de eletricidade tem como principal característica o monopólio do mercado no qual atua. FURTADO lembra que a política energética brasileira, até 1974, privilegiou o petróleo e a energia hidráulica como vetores dominantes, sobretudo, a instalação de projetos hidrelétricos de grande porte ⁽¹⁹⁴⁾. Com a crise do petróleo, a partir de 1973, o autor afirma que nesse momento foi enfatizada na política energética brasileira uma participação maior da hidroeletricidade. Ele ainda assegura que essa lógica estava presente no processo de expansão da hidroeletricidade que, por sua vez, estava orientada pela economia de mercado derivado do próprio crescimento da economia, da sua modernização e da urbanização.

Um dos itens mais ponderáveis nesta expansão foi a significativa participação dos setores produtivos eletrointensivos no consumo de eletricidade que pode ser verificada ao longo dos últimos trinta anos do século XX, conforme pode ser constatado no trabalho de BERMANN ⁽¹⁹⁵⁾. Considerando a evolução da capacidade instalada de produção dos ramos industriais no período de 1968-1989, apontam a articulação de interesses que se estruturaram em torno do perfil eletrointensivo do parque industrial do país. Demonstrou também a inexistência de autonomia no processo de planejamento com relação a essa articulação de interesses, tornando mais fácil a transposição das necessidades das empresas para as necessidades de interesse público, e através deste viés, para as necessidades do Estado. Nesse sentido, BERMANN identificou os interesses articulados nas empresas que compõem as indústrias eletrointensivos no Brasil como um importante vetor no processo de expansão da indústria de eletricidade.

Parte-se dessas constatações para se compreender a lógica da expansão do processo de eletrificação nos territórios de Goiás e do Distrito Federal. Nestes territórios, nas últimas três décadas do século XX, passou-se a vivenciar um importante processo de intervenção do Estado sobre a indústria de eletricidade que resultou na instalação de importantes projetos hidrelétricos de médio e grande porte nas bacias fluviais dos rios Paranaíba, Tocantins e afluentes. As empresas estatais foram as protagonistas desses eventos: primeiro, coube a FURNAS a responsabilidade de atuar nesses territórios, disputando espaço com a CELG e a CEMIG, depois veio a ELETRONORTE e recentemente os empreendedores privados, conforme segue a descrição:

¹⁹³ MARANHÃO, 1986. p. 119.

¹⁹⁴ FURTADO, André. **Política Energética no Brasil: 1974-1984**. Anais do primeiro Seminário Nacional de História e Energia. Vol 2. São Paulo: 1986. p. 149.

¹⁹⁵ BERMANN, Célio. 1991.

- a usina hidrelétrica de Itumbiara (03) localizada no rio Paranaíba (MG/GO), teve a sua obra civil iniciada em novembro de 1974 ⁽¹⁹⁶⁾.



(14) Foto da usina hidrelétrica de Itumbiara, inaugurada em 1982. Pertencente ao sistema de geração de FURNAS. Fonte: sítio eletrônico www.furnas.gov.br, em 02 de agosto de 2005.

A primeira unidade geradora desta usina entrou em operação em abril de 1980. As outras foram sendo operadas progressivamente, perfazendo 694 MW em sua primeira fase e 2.082 MW de potência instalada. A transmissão da energia gerada era feita através do sistema de 139 KV (atualmente em 230 KV) interligada, posteriormente, à usina hidrelétrica de Corumbá I, de FURNAS despachando energia para Goiânia-Anápolis-Brasília e interligando a região central do Estado de Minas Gerais com o Norte de São Paulo.

¹⁹⁶ Nota: FURNAS. **Relatório Anual da Diretoria**. Rio de Janeiro: Dezembro de 1980. p. 02. A usina hidrelétrica de Itumbiara está localizada no Rio Paranaíba, entre os municípios de Itumbiara (GO) e Araporã (MG). A maior usina do Sistema FURNAS teve sua construção iniciada em 1974, entrando em operação em 1980 e tem uma capacidade instalada de 2.082 MW (6 X 347 MW). Sua barragem com 6.808 m de comprimento, 520 m em concreto e 6.288 m em terra é uma das maiores do País. Em operação desde 81, esta obra foi marcada por uma sucessão de conquistas tecnológicas. Sua construção teve início em novembro de 74 e, em abril de 80, entrou em operação comercial sua primeira unidade geradora. Apesar de condições atmosféricas adversas e do pioneirismo das unidades geradoras, consideradas as maiores do mundo em construção no início da década de 80, a usina de Itumbiara foi projetada e construída rigorosamente dentro dos prazos estabelecidos nos cronogramas originais. A contribuição de firmas brasileiras no empreendimento foi de 97%, atingindo índices inéditos de nacionalização neste tipo de obra. No que diz respeito ao fornecimento de equipamentos principais, este índice chegou a 90%. Em 1997, a Usina de Itumbiara passou a controlar, remotamente, a Usina de Corumbá I, possibilitando que a mesma fosse desassistida. Um sistema de última geração em eletrônica digital e de fibras óticas OPGW interliga as duas usinas.

- a usina hidrelétrica de Corumbá I (18) localizada no rio Corumbá, teve a sua obra civil iniciada em 1982 pela CELG, sendo transferida para FURNAS em 1984. Nesta ocasião, a obra estava paralisada e só foi reiniciada em junho de 1987 ⁽¹⁹⁷⁾.



(15) Foto da usina hidrelétrica de Corumbá I inaugurada, em 1996. Pertencente ao sistema de geração de FURNAS. Fonte: sítio eletrônico www.furnas.gov.br, em 02 de agosto de 2005.

A primeira unidade geradora desta usina entrou em operação em abril de 1997. As outras foram sendo operadas progressivamente, perfazendo 175 MW em sua primeira fase e 350 MW de potência instalada. Este empreendimento estende-se até os dias atuais, chegando a somar mais 220,6 MW de potência efetivamente instalada, quando da entrada em operação das etapas II e III. A transmissão da energia gerada é feita através do sistema de 139 KV, que sai de sua subestação e chega à subestação de Samambaia, localizada na Capital da República Federal. Esta usina foi posteriormente interligada à usina hidroelétrica de Itumbiara que, por sua vez, também reforça o centro de carga da respectiva Companhia e, subseqüentemente, o restante do sistema nacional.

¹⁹⁷ Nota: situada no rio Corumbá, distante cerca de 30 km da cidade de Caldas Novas (GO), a usina de Corumbá tem potência instalada de 375 MW, (3 X 125 MW) dividida em três unidades geradoras. O lago formado pelo reservatório representa uma nova opção de turismo para a região. São 65 km² de lago, propiciando a prática de diversos esportes aquáticos. A usina de Corumbá foi a primeira do sistema FURNAS a ser telecomandada, o que significa que ela é operada remotamente da usina de Itumbiara, localizada a 160 km de distância. As obras desta usina foram iniciadas em 1982, pela Centrais Elétricas de Goiás (CELG), sendo transferidas para FURNAS em 1984. Nesta ocasião, as obras estavam paralisadas e só foram reiniciadas em junho de 1987, quando o nível máximo do reservatório foi limitado à elevação de 595 m. A Usina de Corumbá faz parte do Programa Decenal de Obras do Setor Elétrico, aprovado pela presidência da República. Apesar da preocupação da população local, o projeto da usina preserva as surgências termais na região de Caldas Novas, próxima ao aproveitamento. O lago formado pelo reservatório representa uma nova opção de turismo para a região. São 65 km², propiciando a prática de diversos esportes aquáticos. Devido à sua localização privilegiada, Corumbá adiciona ganho elétrico ao sistema interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste, sobretudo ao Distrito Federal. Sua integração à rede de transporte de energia é feita através das linhas de transmissão de 345 kV, que saem de sua subestação e chegam à subestação de Samambaia, localizada na Capital Nacional. FURNAS. **Relatório Anual da Diretoria**. Rio de Janeiro: Dezembro de 1997. p. 10.

- a **usina hidrelétrica de Serra da Mesa** (46) localizada no do rio Tocantins, teve a sua obra civil iniciada em junho de 1986 por FURNAS, no entanto, ficou paralisada entre 1988 e 1992, quando foram retomadas as atividades por FURNAS e o grupo VBC ⁽¹⁹⁸⁾.



(16) Foto da usina hidrelétrica de Serra da Mesa inaugurada 1998. Fonte: acervo fotográfico de FURNAS. Foto doada pelo engenheiro operador da referida usina Marcos Castanheira em 18 de março 2005, em visita técnica.

A primeira unidade geradora desta usina entrou em operação em junho de 1998. As outras foram sendo operadas progressivamente perfazendo 850 MW em sua primeira fase e 1.275 MW de potência instalada na fase final. A transmissão da energia gerada é feita através do sistema de

¹⁹⁸ Nota: a usina hidrelétrica de Serra da Mesa, localizada na Bacia do Alto Tocantins, em Goiás, possui grande importância no panorama elétrico brasileiro. Construída em parceria com a empresa privada Serra da Mesa Energia S. A (grupo VBC) e empresa estatal FURNAS. A entrada em operação de suas três unidades geradoras, totalizando 1.275 MW (3 X 425 MW), significou uma solução imediata para o atendimento às regiões do estado de Goiás e, particularmente, do Distrito Federal. Ela é responsável pela ligação entre o sistema interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste e o Norte/Nordeste, sendo o elo da Interligação Norte-Sul. Atualmente, FURNAS conta com um complexo de dez usinas hidrelétricas e duas termelétricas, totalizando uma potência de 9290 MW. O Sistema FURNAS é constituído de usinas, subestações e 18.083 quilômetros de linhas de transmissão. Entre os destaques está o primeiro projeto do Setor Elétrico Brasileiro desenvolvido em parceria com a iniciativa privada: a usina de Serra da Mesa, localizada no Município de Minaçu, em Goiás. Sua barragem está situada no curso principal do Rio Tocantins, no município de Minaçu (GO), a 1790 km de sua foz e a 640 km de Brasília - DF. O reservatório de Serra da Mesa é o maior do Brasil em volume de água, com 54,4 bilhões de m³ e uma área de 1.784 km². A usina de Serra da Mesa é um projeto pioneiro em FURNAS, por ser uma usina subterrânea, e possuir controle totalmente digitalizado, promovendo uma operação coordenada de geração, aliada a um diversificado sistema de transmissão. Esta obra marca uma nova etapa nos empreendimentos do Setor Elétrico Brasileiro, sobretudo em dois aspectos básicos. O primeiro, no que diz respeito ao processo de automatismo da obra. Projeto pioneiro em FURNAS, por ser uma usina subterrânea, possui controle totalmente digitalizado, promovendo uma operação coordenada de geração, aliada a um diversificado sistema de transmissão. O outro aspecto que a diferencia das demais obras do setor é o fato de ela ser fruto de parceria com a iniciativa privada. Por meio de estudos realizados junto ao DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) e ELETROBRÁS, o governo federal iniciou, em 1993, o programa que unia uma empresa estatal e o setor privado. Serra da Mesa Energia S.A. foi a empresa vencedora do Processo de Seleção de Parceiros. A ela coube a responsabilidade da conclusão da usina, recebendo, em contrapartida, 51,54% da energia que Serra da Mesa produz. Coube a FURNAS o gerenciamento do empreendimento, bem como a responsabilidade pela operação da usina, aplicando, assim, sua larga experiência na gerência e operação de grandes obras.FURNAS. **Relatório Anual da Diretoria**. Rio de Janeiro: Dezembro de 1998. p. 18.

500 KV, interligando-se ao Sul/Sudeste e Centro-Oeste. Além disto, ela é responsável pela interligação entre as regiões do País.

FURNAS não foi a única estatal que articulou no território goiano considerável investimento em hidrelétricas. Também atuou a CEMIG que passou a interferir diretamente na região através da execução de projetos de usinas no rio Paranaíba, a divisa do Estado de Minas Gerais com o de Goiás. A partir de 1962, a CEMIG começou a constituir um importante parque gerador de energia elétrica e o território goiano passou a participar desse projeto como coadjuvante, sendo apenas *metade* das represas, já que a casa de força fica sempre do *lado de Minas Gerais*.

Assim, a CEMIG acabou lançando um plano de implantação de um arrojado parque industrial elétrico para atender seu mercado consumidor em constante crescimento. A CEMIG, por sua vez, quase se apossou, no limite, da exploração do potencial hidrelétrico do rio Paranaíba, mediante acordo interestadual que resultou na construção das seguintes hidrelétricas:

- a **usina hidrelétrica de São Simão** (05) localizada no rio Paranaíba entre MG/GO, teve a sua obra civil iniciada em agosto de 1973 ⁽¹⁹⁹⁾.



(17) Foto da usina hidrelétrica de São Simão inaugurada, em 1978. Pertencente ao sistema de geração da CEMIG. Fonte: sítio eletrônico www.cemig.gov.br, em 02 de agosto de 2005.

¹⁹⁹ Nota: entretanto, para a elaboração de um plano de eletrificação, a longo prazo, necessitava-se conhecer melhor o potencial hidráulico do rio Paranaíba, que permitisse selecionar os melhores projetos hidrelétricos e determinar uma complementação do seu sistema, para melhor adequação as necessidades dos novos mercados consumidores emergentes em Minas Gerais. Para esse trabalho a CEMIG contou com a cooperação do Programa de Desenvolvimento das nações Unidas e do Banco Mundial. Esta cooperação resultou no levantamento desses recursos hidráulicos e no planejamento para o aproveitamento integrado da bacia hidrográfica do rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e o Sul de Goiás. CEMIG. **Relatório Anual da Diretoria**. Belo Horizonte: Dezembro de 1978. p. 14.

A primeira unidade geradora desta usina entrou em operação em junho de 1978. As outras foram sendo instaladas progressivamente, perfazendo 908 MW em sua primeira fase e 1.710 MW de potência instalada na final. A transmissão da energia gerada era feita através do sistema de 139 KV (atualmente em 230 KV), ligando a usina à região central do Estado de Minas Gerais, onde se situam os maiores centros de carga da respectiva Companhia. Além do mais, cabe salientar que atualmente esta usina está interligada ao sistema nacional.

- a **usina hidrelétrica de Emborcação** (02) localizada no rio Paranaíba entre MG/GO, teve a sua obra civil iniciada em maio de 1978 ⁽²⁰⁰⁾.



(18) Foto da usina hidrelétrica de Emborcação inaugurada, em 1982. Pertencente ao sistema de geração da CEMIG. Fonte: sítio eletrônico www.cemig.gov.br, em 02 de agosto de 2005.

A primeira unidade geradora desta usina entrou em operação em junho de 1982. As outras foram sendo instaladas progressivamente, perfazendo 500 MW em sua primeira fase e 1.192 MW

²⁰⁰ Nota: a partir de 1962 a eletrificação rural do respectivo Estado passou também a ser meta prioritária da CEMIG, com a criação da Eletrificação Rural de Minas Gerais, S. A. – ERMIG, que viu na agricultura e na pecuária as bases tão importantes quanto a indústria para o desenvolvimento do referido Estado. Para viabilização desse plano, a CEMIG criou, em 1968, em conjunto com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - (INDI), responsável pela execução do plano junto à iniciativa privada nacional e transnacional, resultando assim, a construção das Usinas Hidrelétricas de São Simão e Emborcação. CEMIG. **Relatório Anual da Diretoria**. Belo Horizonte: Dezembro de 1982. p. 20.

de potência instalada na fase final. A transmissão da energia gerada era feita através do sistema de 139 KV (atualmente em 230 KV), interligando a usina de São Simão-Itumbiara-Emborcação-Corumbá I à região central do Estado de Minas Gerais, onde se situam os maiores centros de carga das respectivas Companhias e subseqüentemente ao sistema nacional.

Por fim, a ELETRONORTE passou a atuar na parte norte e nordeste da região (atualmente Estado de Tocantins) e no rio Araguaia e, recentemente, acabou contribuindo para a montagem do parque hidrelétrico nessa região através da construção de pequenas centrais hidroelétricas em afluentes do rio Tocantins e Araguaia.

Logo mais, essa Companhia passou a desempenhar um importante papel em função do processo de eletrificação do Estado de Tocantins ⁽²⁰¹⁾. Deve-se observar, ainda, sua atuação na construção de várias subestações. Além do mais, deve-se destacar a sua atuação no início da construção das usinas hidroelétricas de Serra da Mesa e Cana Brava. Porém, as negociações entre o governo federal e os grupos privados VBC e TRACTEBEL, resultaram na constituição dos seguintes consórcios: FURNAS/VBC que, por conseguinte, levou a cabo a construção da usina hidrelétrica de Serra da Mesa e outro liderado pelo grupo TRACTEBEL, que construiu a usina hidrelétrica de Cana Brava ⁽²⁰²⁾.

Neste mesmo cenário de disputa entre governo e iniciativa privada por mercado de eletricidade, deve-se registrar ainda a construção da usina hidrelétrica do Lajeado, localizada no Estado do Tocantins (usina hidroelétrica Eduardo Magalhães), pelo consórcio formado entre a ELETRONORTE, CEB e o grupo REDE ⁽²⁰³⁾.

²⁰¹ Nota: mais detalhes a respeito do assunto leia ARAÚJO, 2003.

²⁰² Nota: a nova Constituição do Brasil, no governo de José Sarney (1985 a 1990), promulgada em 5 de outubro de 1988, aumentou os direitos civis e ampliou os poderes do Legislativo, mas fez inúmeras e polêmicas modificações na área da geração de energia elétrica. Além de acabar com o Imposto Único, decretou o fim do empréstimo compulsório para a ELETROBRÁS (no prazo máximo de cinco anos), elevou o Imposto de Renda das empresas do setor e ainda criou a tarifa de compensação financeira - o chamado *royalty* por área inundada - para as companhias municipais e estaduais cujos projetos exigissem intervenções radicais no meio ambiente. Tais modificações ampliaram bastante o custo operacional das empresas de energia elétrica, o que criaria inúmeros problemas, num cenário de crescente agravamento da crise econômica. As mudanças promovidas pela Constituição de 1988 provocaram turbulências, a começar pelo acirramento do conflito entre interesses federais e estaduais. A ELETROBRÁS foi afetada pela eliminação do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE) e pela transferência para os estados de arrecadação tributária equivalente, a partir da criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com a redemocratização, as concessionárias estaduais mobilizaram-se mais ativamente em defesa de seus interesses, criticando abertamente o modelo de gestão centralizada da *holding*. Os conflitos giravam em torno do complexo sistema de redistribuição interna dos recursos tarifários. Além disso, ainda em 1988, em função de alterações na política nuclear, a estatal assumiu, por meio de Furnas, a responsabilidade pela conclusão de Angra 2 e Angra 3. Já a Nuclebrás Engenharia (NUCLEN), que pertencia à extinta Nuclebrás, passou ao quadro das empresas controladas pela Eletrobrás.

²⁰³ Nota: a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - ELETRONORTE, empresa subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - Eletrobrás, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, foi criada pela Lei 5.824, de 14 de novembro de 1972, constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973 e autorizada a funcionar pelo Decreto 72.548, de 30 de julho de 1973. Tendo como missão atender ao mercado de energia elétrica, integrando-se ao desenvolvimento de sua área de atuação, a Eletronorte tem coordenado e executado o desenvolvimento dos sistemas de energia elétrica na região Norte, objetivando garantir o suprimento às concessionárias estaduais e o fornecimento aos grandes consumidores da indústria de eletrointensivos, a distribuição de Manaus e Boa Vista, através de suas subsidiárias integrais Manaus Energia S/A e Boa Vista Energia S/A, além de fomentar o desenvolvimento regional. A área de atuação da ELETRONORTE, caracterizada pela Amazônia Legal, representa 58% do território nacional, compreendendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Nesta área atuam as seguintes concessionárias estaduais de energia elétrica: Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. -

A década de noventa do século XX foi marcada pelo intenso processo de privatização da indústria de eletricidade, com isso, retomando os conflitos de interesses entre capitalistas e o Estado energia elétrica regional ⁽²⁰⁴⁾. Diante disso, FURNAS acabou também perdendo a concessão de construção da usina hidrelétrica de Cana Brava para o consórcio TRACTEBEL. Através de um novo processo de licitação aberto pela ANEEL em 1997, este consórcio privado saiu vencedor. Na verdade, esse empreendimento representou, para o governo, o primeiro teste de eficácia do rearranjo institucional da indústria de eletricidade em função da implantação do novo modelo de financiamento do sistema elétrico brasileiro. Modelo este que passou a ter amplo apoio por parte das oligarquias financeiras transnacionais, intermediárias e locais. O resultado foi a construção da mais recente hidrelétrica de grande porte em operação no território goiano:

- **a usina hidrelétrica de Cana Brava** (47) localizada no rio Tocantins, cuja obra civil foi iniciada em junho de 1998 e concluída em maio de 2002 ⁽²⁰⁵⁾.



(19) Foto da usina hidrelétrica de Cana Brava inaugurada em maio de 2002. Fonte: trabalho de pesquisa de campo realizado em março de 2005.

CEA, Companhia Energética do Amazonas – CEAM, Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. – CEMAT, Companhia Energética de Roraima S.A. – CER, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON e Companhia de Eletricidade do ACRE - ELETROACRE, todas supridas pela ELETRONORTE. Para maior aprofundamento consulte ARAÚJO, Rubens Milagre. **Uma Retrospectiva da Expansão do Sistema Elétrico na Bacia do rio Tocantins, com Estudo de Caso na Região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional, (TO), 1996/2003.** Capítulo 2. FEM/Unicamp. Campinas São Paulo. 2003. Dissertação de Mestrado.

²⁰⁴ Nota: o acirramento da crise econômica brasileira, no início da década de 90, afetou bastante o setor elétrico, a começar pelo atraso sistemático do pagamento da energia suprida por empresas federais e pela Itaipu Binacional, pelas concessionárias estaduais. A dívida dessas empresas chegou ao equivalente a US\$ 5 bilhões e, nesse quadro, o programa de obras recomendado pelo Plano 2010 foi praticamente paralisado, o que aumentou seu custo financeiro em mais de US\$ 1 bilhão por ano. O governo de Fernando Collor (1990-1992) chegou a projetar uma ampla reforma do setor, que incluía a exigência de licitação para a construção de novas usinas e o ingresso de capitais privados na área de geração. Além disso, vale registrar que 1991 marcou o início da entrada em operação das três últimas máquinas da Itaipu Binacional.

²⁰⁵ www.tractebel.com.br, sítio eletrônico visitado em setembro de 2004.

O projeto da usina hidrelétrica de Cana Brava consistiu na construção e operação de uma usina hidrelétrica de 450 MW de potência, instalada utilizando três unidades geradoras de 150 MW, e na construção de uma linha de transmissão de 230 kV e 59 km de extensão, ligando a usina Cana Brava à usina Serra da Mesa, através da qual a energia é inserida no sistema nacional interligado. A usina está localizada no Rio Tocantins, entre os municípios de Minaçu e Cavalcante no território goiano, aproximadamente 400 km ao Norte de Brasília e na ordem de 550 Km ao Norte de Goiânia, na região Centro-Oeste do Brasil.

Tabela 04 – Usinas hidrelétricas de grande e médio porte em operação entre GO/MG – 2005

	Nome das Usinas	Rios/Cotas (mutante e jusante) m	Potência (MW)	Data da Operação	Municípios Atingidos	Áreas (km²) Inundadas	Operadores
BACIA DO RIO PARANAÍBA	02 Emborcação	Paranaíba 665/522	1.192	1982	Catalão/Araguari	455,32	CEMIG
	03 Itumbiara	Paranaíba 520/435	2.082	1980	Itumbiara/Araporã	760,00	FURNAS
	04 C. Dourada	Paranaíba 434/402	658	1958	Cachoeira Dourada	74,00	ENDESA (3)
	05 São Simão	Paranaíba 401/328	1.710	1978	São Simão	722,25	CEMIG
	18 Corumbá I	Corumbá 595/502	375	1997	Caldas/Corumbá	65,00	FURNAS
	Sub total na Bacia Fluvial		6.059	-	Subtotal na Bacia	2.076,57	-
BACIA DO TOCANTINS	46 Serra da Mesa	Tocantins 460/333	1.275	1998	Minaçu	1.784,00	FURNAS e VBC (1)
	47 Cana Brava	Tocantins X/287	450	2002	Cavalcante/Minaçu	139,00	GERASUL(2)
	Sub total da Bacia Fluvial		1.743	-	Subtotal na Bacia	1.923,00	-
	Potência Instalada		7.742	-	Área inundada GO e municípios de MG	3.999,57	-

Fonte: tabela organizada pelo autor, a partir do **Diagrama topológico dos aproveitamentos hidrelétricos**, [CCPE – Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB – Grupo de Trabalho de Informações Básicas para o desenvolvimento da oferta] DOMINGUES, CATHARINO (Coordenador), Eletronorte e Eletrobrás, 2003. Notas (1): VBC é a empresa criada pelos grupos econômicos VOTORANTIM, Bradesco e Camargo Correa, e que inclui também a CPFL Energia. (2) O sócio majoritário é a Gerasul, empresa resultante da subdivisão da ELETROSUL, e que opera as usinas de Jorge Lacerda, SC; e de Salto Santiago, no Rio Iguaçu; adquirida pela empresa belga TRACTEBEL, controlada pelo banco europeu INDOSUEZ. Considerada como Produtor Independente de Energia. As demais seriam usinas destinadas ao serviço público de energia. (3) Esta usina foi construída pela CELG e em 1997 foi vendida para o grupo ENDESA, formado por capital espanhol e chileno. Tabela elaborada por SEVÁ, ALVES e ARAÚJO, com dados coletados nos sítios eletrônicos do Departamento Nacional de Política Energética do MME, da ANEEL, de FURNAS, da CEMIG, da CELG, da CEB, da CHESP, da ENDESA, do Grupo VBC. Maio de 2004.

Depois dos fatos levantados, pode-se afirmar que estes projetos hidrelétricos estão correlacionados ao sistema produtivo agro-exportador e mineral da própria região, além dos grandes consumidores localizados no eixo Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo etc ⁽²⁰⁶⁾. Por exemplo, em 1985, Goiás e o Distrito Federal registraram um consumo de apenas 36,9% do

²⁰⁶ Nota: em setembro de 1989, a ELETROBRÁS inaugurou, em Brasília, o Centro Nacional de Operação de Sistemas (CNOS), ligado aos núcleos operacionais das principais empresas do setor. Esta integração nacional - que uniu usinas, reservatórios e linhas de transmissão - era uma idéia que vinha sendo considerada desde a unificação das frequências no padrão de 60 hertz, nos anos 1960; firmara-se com a compra compulsória da energia de Itaipu; e se consolidara com a coordenação nacional do uso de reservatórios e instalações de geração e transmissão, na década de 1970. O CNOS ganhou avançados recursos de computação e telecomunicação, que permitem a supervisão automática das mais importantes instalações do sistema elétrico, garantindo o aproveitamento racional das diversidades regionais do país e gerando economia nos serviços. Basta dizer que cerca de 24% da energia elétrica disponível nacionalmente se devem à operação integrada do setor.

total da eletricidade gerada pelas hidrelétricas instaladas nas bacias dos rios Paranaíba, Tocantins, Araguaia e nos seus afluentes. No entanto, em 1990, o consumo já havia alcançado 48,4% do total gerado ⁽²⁰⁷⁾.

Pode-se afirmar que o aumento do consumo de eletricidade correlacionou-se à instalação de novas plantas agroindustriais e/ou minerais, a exemplo da usina de álcool e açúcar de Santa Helena de Goiás, do Frigoalta de Cachoeira Alta, da Fábrica de Cimento em Cocalzinho e a Goiás Calcário de Rio Verde. Além do mais, deve-se ressaltar que, em 1986, os centros urbanos, sobretudo os localizados no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e em seu entorno, registraram uma população que, segundo o IBGE, alcançou algo próximo a 3,9 milhões de habitantes que, por sua vez, passou a requerer mais eletricidade em virtude do consumo de novos e modernos equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

Tabela 05 – Usinas hidrelétricas de pequeno porte em operação em Goiás e Distrito Federal – 2005

	Nome da Usina	Rio/Cotas (montante e jusante) m	Potência (MW)	Data da Operação	Municípios Atingidos	Áreas (km²) Inundadas	Operador
BACIA DO RIO PARANAÍBA	14 Paranoá	Paranoá/Bartolomeu 1000/887	32,00	1956	Brasília	27,50	CEB
	19 Rochedo	Meia Ponte 602/585	4,00	1956	Piracanjuba	6,68	CELG
	Sub total na Bacia Fluvial		36,00	-	Subtotal na Bacia	37,57	-
			1,57			1,20	
BACIA DO RIO TOCANTINS	57 São Patrício	Das Almas		1956	Rianópolis		CHESP
	68 Mambai	Corrente	0,35	1967	Sítio D'Abadia	0,03	CELG
	76 São Domingos	São Domingos 661/X	14,34	1978	São Domingos	2,24	CELG
	90 Mosquito	Mosquito	0,38	1967	Campos Belos	0,57	CELG
	91 Alto Araguaia I	Araguaia	1,00	1976	Santa Rita/GO e Alto Araguaia/MT	0,49	Grupo REDE
	Sub total da Bacia Fluvial		17,64	-	Subtotal áreas inundadas na Bacia	4,53	-
	Potência Instalada		53,64	-	Área inundada GO e municípios de MG	38,71	-

Fonte: tabela organizada pelo autor, a partir do **Diagrama topológico dos aproveitamentos hidrelétricos**, [CCPE – Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB – Grupo de Trabalho de Informações Básicas para o desenvolvimento da oferta] DOMINGUES, CATHARINO (Coordenador), Eletronorte e Eletrobrás, 2003.

Assim como as Pequenas Centrais Hidrelétricas, as Pequenas Centrais Termelétricas também se configuraram como sistemas isolados para atender ao consumo apenas localizado. Por conseguinte, estas unidades não foram planejadas em concomitância ao grande sistema elétrico. Tal constatação testemunha a fragilidade política e econômica do planejamento do respectivo

²⁰⁷ CELG. **Relatório Anual da Diretoria**. Goiânia: Séries Anuais de 1985. p. 11, e o de 1990. p. 05.

sistema elétrico no território goiano. Certamente, tal condição está correlacionada diretamente ao fato de que o sistema elétrico na região sempre esteve submetido aos interesses inter-regionais e transnacionais. Mesmo assim, deve-se observar, na tabela 06, a composição das UTs que ainda estão operando ou que entraram em operação recentemente na região.

Tabela 06 - Usinas termoeletricas de médio e pequeno porte em operação no Estado de Goiás e no Distrito Federal – 2005

Nome da Usina	Combustível	Potência (MW)	Situação **	Empreendedores	Municípios
Xavante Aruanã	Óleo Diesel	53,65	PIE	Aruanã Termoeletricas	Goiânia – GO
Distrito Industrial de Anápolis	Óleo Diesel	44,08	PIE	EEEB Ltda.	Anápolis – GO
Destilaria Nova União S/A	Bagaço de Cana	40,00	PIE	Destilaria Nova União S/A	Jandaia – GO
Jalles Machado	Bagaço de Cana	38,00	PIE	Jalles Machado S/A	Goianésia – GO
Vale do Verdão	Bagaço de Cana	23,40	PIE	Vale do Verdão S/A	Turvelândia – GO
	Óleo Combustível	16,00	APE	Cia Níquel Tocantins	Niquelândia – GO
Pite Destilaria	Bagaço de Cana	9,00	PIE	Pite Destilaria	Itapuranga – GO
	Bagaço de Cana	6,00	PIE	Anicuns S/A Alcool e Derivado	Anicuns – GO
Santa Helena Açúcar e Alcool	Bagaço de Cana	4,40	APE	USHAA S/A	Santa Helena de Goiás GO
Goianésia	Bagaço de Cana	4,20	APE	SAMB Ltda	Goianésia – GO
Destilaria Vale Verde S/A	Bagaço de Cana	4,16	PIE	Destilaria Vale Verde S/A	Itapaci – GO
GOIASA	Bagaço de Cana	4,00	PIE	Goiatuba Alcool Ltda	Goiatuba – GO
Rio Negro S/A	Bagaço de Cana	3,45	PIE	Rio Negro S/A	Inhumas – GO
CRV Industrial Ltda	Bagaço de Cana	2,61	PIE	CRV Industrial Ltda.	Rubiataba – GO
Cooper-Rubi	Bagaço de Cana	2,23	PIE	Cooper-Rubi	Rubiataba – GO
Campos Belos de Goiás	Óleo Diesel	2,00	SP	CELG	Campos Belos – GO
LASA – Lago Azul S/A	Bagaço de Cana	2,00	PIE	LASA – Lago Azul S/A	Cristalina – GO
Catetinho	Óleo Diesel	1,08	SP	CEB	Distrito Federal – DF
Catetinho	Gás (1)	1,00	SP	CEB	Distrito Federal – DF
Santa Terezinha de Goiás	Óleo Diesel	1,00	SP	CELG	S.Teresinha de Goiás -GO
Caçara	Óleo Diesel	0,85	SP	CEB	Distrito Federal – DF
ina	Óleo Diesel	0,65	SP	CEB	Distrito Federal – DF
Total da potência termelétrica instalada em UT----- 263,76 MW -----					

Fonte: tabela elaborada pelo autor, com dados coletados nos sítios eletrônicos da ANEEL, CELG e Empreendedores privados: março de 2004.

**Legenda: SP = Serviço Público, APE = Auto Produtor de Energia e PIE = Produtor Independente de Energia. Nota 1) O DF não está ainda ligado aos gasodutos do Sudeste; pode ser uma usina com turbinas tipo a gás, queimando óleo diesel, ou pode ser uma emergencial com motor ou caldeira a GLP.

Neste quadro, cabe destaque para o uso, nos últimos anos, do bagaço de cana para fins elétricos. Com base em dados de dezembro de 2004, nos territórios de Goiás e do Distrito Federal se encontra instalada uma potência elétrica na ordem de **8.059,4 MW** distribuída da seguinte forma: **7.742 MW** de origem hidrelétrica de médio e grande porte; **53,64 MW** de origem das hidrelétricas de pequeno porte; **263,76 MW** de origem térmicas de pequeno porte.

3.5 Composição do mercado de transmissão e distribuição de eletricidade em GO/DF

Até 1970, o sistema elétrico nos territórios de Goiás e do Distrito Federal era mantido pela CELG e abastecido a partir da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada através do circuito em

tensão de operação em 69 e 138 kV. Com a entrada em operação das usinas hidrelétricas de São Simão, em 1980, e logo em seguida a de Itumbiara, 1982, o sistema elétrico desses territórios começou a ser interligado aos sistemas Sul e Sudeste do país, por meio do circuito em tensão de operação em 230 e 345 kV, que passou a despachar eletricidade para os centros de cargas de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro etc. A partir de então, o mercado de eletricidade do Distrito Federal passou a ser abastecido pelo sistema FURNAS de transmissão. Em compensação, a CELG conseguiu despachar eletricidade da usina de Cachoeira Dourada para Rondonópolis, Cuiabá e circunvizinhança. A construção da interligação desse sistema foi iniciada em 1982 e concluída em 1988.

As usinas de São Simão e Emborcação do sistema de geração da CEMIG na divisa entre GO/MG sempre estiveram voltadas para abastecer exclusivamente o seu mercado consumidor em Minas Gerais. FURNAS, além de ter conseguido despachar eletricidade para os mercados de Goiás e do Distrito Federal, a partir de 1992, passou também a abastecer as cidades, os centros de cargas de Cuiabá e circunvizinhança em Mato Grosso, através do circuito em tensão de operação em 230 e 345 kV. Até então, FURNAS já havia extrapolado os limites de seu alcance territorial, que era originalmente suprir com eletricidade o mercado do Sudeste do país.

3.5.1 Sistema de transmissão de eletricidade de FURNAS no Centro-Oeste

A interligação entre o sistema Norte e o sistema Centro-Oeste-Sudeste somente se concretizou em 1999, quando foi energizado o primeiro circuito de 500 mil volts, podendo transmitir no sentido Imperatriz/MA a Brasília/DF ou no sentido inverso. É importante ressaltar que essa interligação via Serra da Mesa também coincidiu, em 1998, com a entrada em operação da usina (FURNAS e grupo VBC) que também se chama Serra da Mesa. Estas conexões permitiram a construção de um eixo vertical que vai de São Luiz/MA e Belém/PA até Uruguaiana/RS. O pivô das ligações fica no Sul do Maranhão, na região de Imperatriz, e vem sendo reforçado com um primeiro circuito em Marabá/PA, ligado a Presidente Dutra via Açailândia, e um segundo, com a entrada em operação da linha de transmissão de 500 kV saindo de Serra da Mesa/GO para Governador Mangabeira, no Recôncavo Baiano ⁽²⁰⁸⁾.

²⁰⁸ SEVÁ, 2005. p. 135 a 144.

No final do século XX, o sistema elétrico dos territórios de Goiás e Distrito Federal estava interligado ao sistema elétrico nacional. Um conjunto de linhas de transmissão interligadas a subestações, cortando várias regiões geográficas do Brasil, forma o que comumente se chama de Sistema de Transmissão. O país tem hoje mais de 176 mil quilômetros de linhas de transmissão, o que o coloca entre os quatro maiores no *ranking* mundial em extensão na área de transmissão. Deste total, 18.717 km fazem parte da rede básica de FURNAS, configurada em linhas com tensões de 138, 230, 345, 500, 750 e ± 600 kV, que perpassam oito estados brasileiros e o Distrito Federal ⁽²⁰⁹⁾.

O Sistema FURNAS é supervisionado pelo Centro de Operação do Sistema, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas (cabos de fibras óticas nas LTs) regionais são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação que levam a estes centros de operação um panorama *on-line* completo de todo o sistema, utilizando sistemas computacionais de tempo real (SOL) e tecnologias de última geração. Os centros de operação regionais têm como principais funções a coordenação de manobras e a normalização do sistema elétrico após eventuais perturbações. São quatro centros regionais que compõem o Sistema de Transmissão – FURNAS ⁽²¹⁰⁾.

O Centro de Operação do Sistema e o Centro de Supervisão de Telecomunicações localizam-se na cidade do Rio de Janeiro. Entre os empreendimentos construídos e operados por FURNAS, destaca-se o Sistema de Transmissão de Itaipu, integrado por cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km desde o Estado do Paraná até São Paulo. Este sistema possui três linhas em corrente alternada 750 kV e duas linhas em corrente contínua ± 600 kV, necessárias para contornar o problema de diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai. Por fim, o Sistema de Transmissão de FURNAS é igualmente importante no contexto nacional e na região Sudeste e Centro-Oeste, em particular, no que se refere às interligações elétricas entre os subsistemas (Sul – Sudeste e Norte – Sul). No entanto, para atender ao interesse de estudo do objeto ora em análise, apresenta-se apenas o Sistema de Transmissão de FURNAS que interliga

²⁰⁹ Nota: dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.furnas.gov.br, em 20/05/2005.

²¹⁰ Nota: **Centro Regional de Minas Gerais**, localizado na usina hidrelétrica de Furnas, em cuja área de responsabilidade estão incluídas as usinas do rio Grande; **Centro Regional do Rio de Janeiro**, localizado na subestação de Jacarepaguá, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; **Centro Regional de São Paulo**, localizado na subestação de Campinas, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação da grande São Paulo e o Sistema de Transmissão proveniente da usina hidrelétrica de Itaipu; **Centro Regional de Goiás**, localizado na usina de Itumbiara, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação dos estados de Goiás, do Mato Grosso, parte do Tocantins e do Distrito Federal.

as usinas hidrelétricas localizadas nas fronteiras dos Estados de MG/GO e DF com os principais centros de consumo inter-regional, conforme segue a descrição no quadro 03:

Quadro 03 – Linhas de Transmissão do sistema FURNAS MG/GO e DF – 2005

Linhas de Transmissão em 500 (kV)	Extensão (Km)	Interliga		Data da operação
Samambaia-Itumbiara	296	Subestação da usina de Itumbiara em Araporã/MG – FURNAS	Subestação da Samambaia no DF – FURNAS	28/12/2002
Samambaia-Emborcação	285	Subestação da usina de Emborcação em Araguari/MG – CEMIG	Subestação Samambaia no DF – FURNAS	23/12/2002
Itumbiara-Marimbondo	212	Subestação da usina de Marimbondo Fronteira/MG – FURNAS	Subestação de Itumbiara em Araporã/MG – FURNAS	28/01/2002

Fonte: tabela elaborada pelo autor, a partir de dados extraídos do sítio eletrônico: www.furnas.gov.br, em 20 de junho de 2005.

A operacionalização da interligação norte-sul foi concluída em 01/03/1999, e a subestação rebaixadora de 500 kV para 138 mil volts em Miracema/TO, em dia 02/08/1999, conforme segue demonstrado na figura 04.

Figura 05 – Interligação do sistema elétrico do Triângulo Mineiro ao nacional – Mapa da ELETROBRÁS de 2000

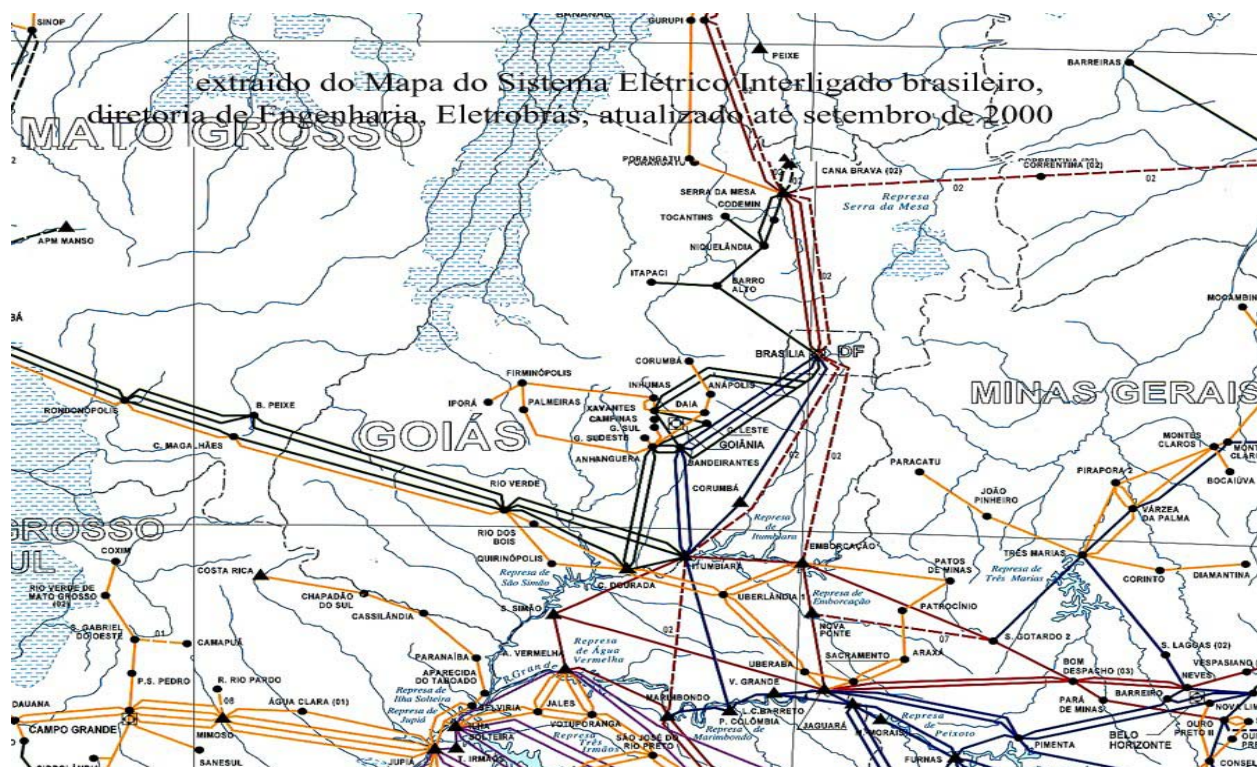
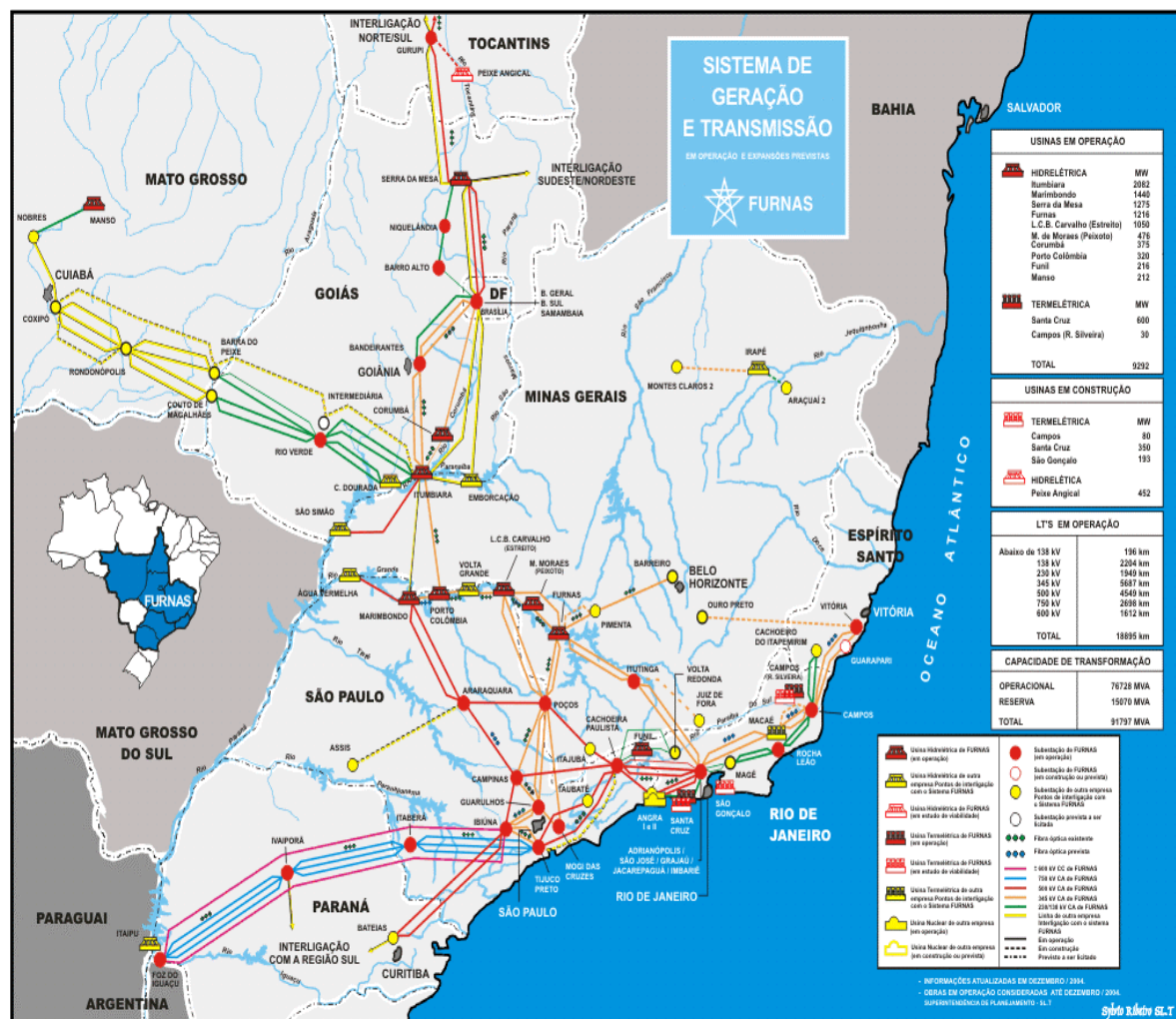


Figura 06 – Rede elétrica nacional de FURNAS – 2002



Fonte: figura extraída do seguinte sítio eletrônico: www.furnas.com.br, 18 de agosto de 2005.

O sistema de interligação norte/sul, linha norte/sul, é um dos maiores e mais modernos sistemas de fornecimento de energia já construído no Brasil. A operacionalização acontece a partir da subestação da ELETRONORTE, em Miracema, cidade localizada a 80 km de Palmas, a capital do Tocantins. Na prática, o linha é a ligação entre dois sistemas na tensão 500 kV, com capacidade de transmissão de até 1.000 MW (obras ampliadas para 2.500 MW com a LT II em 2004). Ele promove o intercâmbio de energia elétrica entre os sistemas Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste, de forma que um possa suprir a necessidade do outro, em caso de falta de eletricidade. O empreendimento foi iniciado em fevereiro do 1997, sendo concluído em 1999, financiado pelo BID e pelo Eximbank – Japão, além de recursos próprios da ELETROBRÁS. A

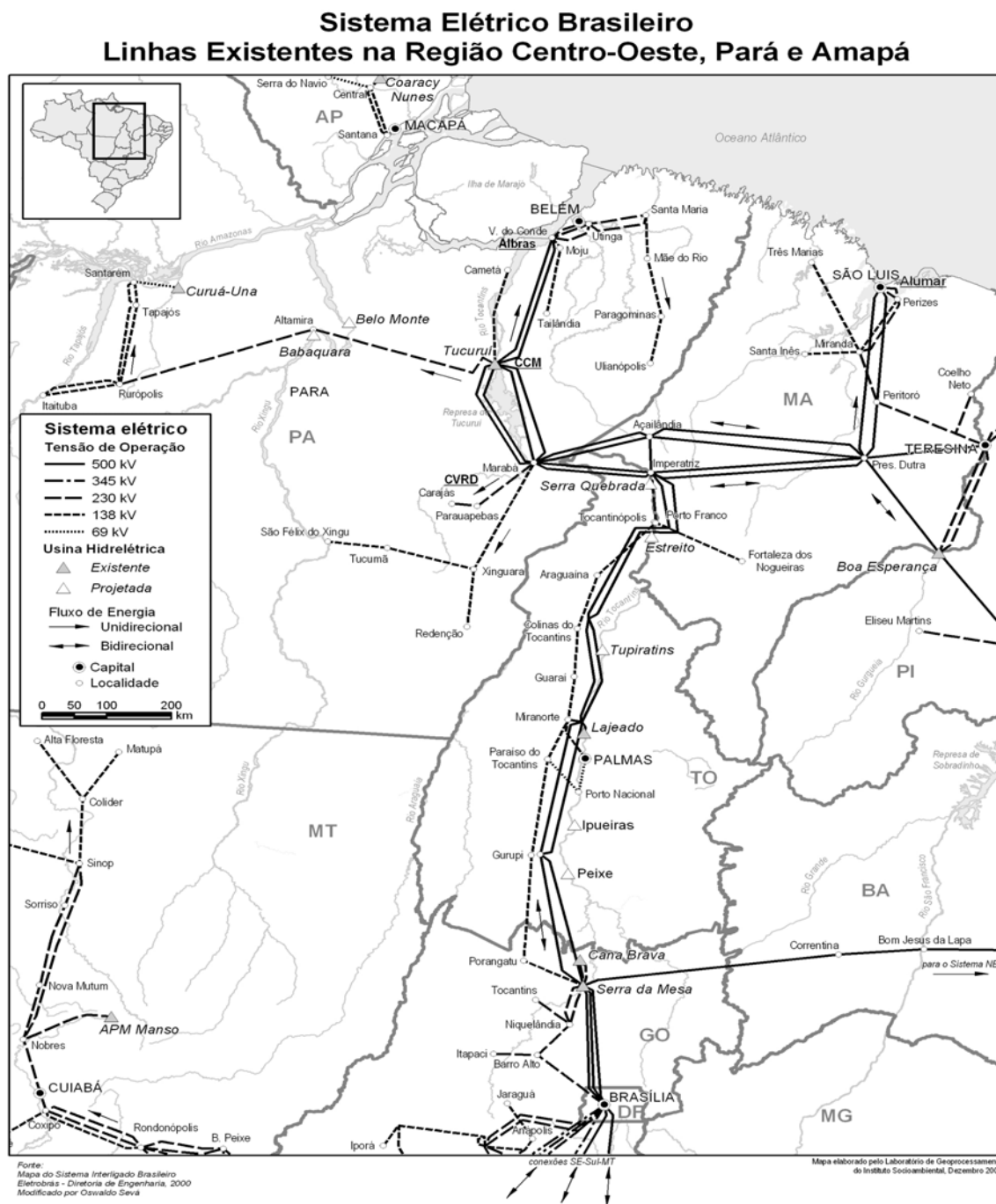
rede começa em Imperatriz/MA e termina na subestação de Samambaia, em Brasília/DF, com uma extensão 1.277 km e 3.015 torres ⁽²¹¹⁾.

A construção das obras dividiu-se em duas grandes partes. Uma de responsabilidade da ELETRONORTE e, outra, de FURNAS. O trecho da ELETRONORTE correspondeu a 517 km de linha de transmissão interligada por subestações. As obras em subestações contemplaram, além da ampliação das de Imperatriz/MA e Marabá/PA, a construção da de Presidente Dutra/MA, alcançando o Estado do Tocantins. A partir deste ponto, as obras couberam à FURNAS. Esta companhia construiu 3 subestações neste Estado, sendo a primeira na cidade de Colinas, a segunda em Miracema e a terceira em Gurupi. Além disso, interligou estas subestações à da usina hidrelétrica de Serra da Mesa, em Minaçu/GO e esta à de Samambaia, no Distrito Federal, com uma extensão de 760 km. Este linhão, cortando os Estados do Pará, Tocantins e Goiás, além do Distrito Federal no sentido norte/sul, segue em paralelo à BR-153 Belém-Brasília, conhecida também como a *Transbrasiliana*. No total, são 1277 km de extensão de linha de transmissão, com aproximadamente 1232 torres construídas ao longo dos Estados de GO, TO, PA, MA e DF, conforme demonstra a figura 05 ⁽²¹²⁾.

²¹¹ Nota: maior detalhe sobre este sistema de transmissão leia a dissertação de ARAÚJO. 2003.

²¹² Nota: maiores detalhes sobre o linhão norte/sul serão encontrados na dissertação de ARAÚJO. 2003.

Figura 07 – Integração do sistema elétrico do Centro-Oeste e Norte do Brasil – 2004



OBS: mapa reelaborado por SEVÁ, 2005, p. 137.

A instalação desse sistema atingiu diretamente cerca de 56 municípios ao longo de sua extensão. O traçado do linhão passa por Miracema próximo a Palmas, capital do Estado do Tocantins, e à usina hidrelétrica de Luiz Eduardo Magalhães (Lajeado). Na subestação de Miracema, a energia elétrica recebida em 500 Kv é transformada para 138 kV (vinda do linhão norte/sul e da usina do Lajeado), com a estação rebaixadora construída pela CELTINS, do grupo privado REDE, para fazer a distribuição da eletricidade nas cidades circunvizinhas. Apresenta-se, no quadro 04, as subestações que integram o sistema interligado norte/sul do país, porém, mostra-se apenas aquelas que estão localizadas em GO, MG, DF e TO. Estas subestações operam com potência entre 750 kV, 500 kV, 345 kV, 230 kV e 138 kV.

Quadro 04 – Subestações do sistema interligado em operação entre os Estados de GO, MG, TO e DF – 2005

Subestações	UF	Operadores	Subestações	UF	Operadores
Xavantes	GO	CELG	Barro Alto	GO	FURNAS
Goiânia Leste	GO	CELG	Cana Brava	GO	FURNAS
Anhanguera	GO	CELG	Niquelândia	GO	FURNAS
Palmeiras	GO	CELG	Serra da Mesa	GO	FURNAS
Firminópolis	GO	CELG	São Simão	MG	CEMIG
Bandeirantes	GO	FURNAS	Emborcação	MG	CEMIG
Itumbiara	MG	FURNAS	Samambaia	DF	FURNAS
Corumbá	GO	FURNAS	Brasília Geral	DF	FURNAS
Rio Verde	GO	FURNAS	Brasília Sul	DF	FURNAS
Cachoeira Dourada	GO	CELG	Itapaci	GO	FURNAS
Paranaíba	GO	CELG	Gurupi	TO	FURNAS
Planalto	GO	CELG	Miracema	TO	ELETRONORTE
Codemin	GO	CELG	Niquel Tocantins	GO	CELG
Serra da Mesa	GO	FURNAS	Colinas	TO	ELETRONORTE

Fonte: tabela elaborada pelo próprio autor, a partir dos dados coletados no sítio eletrônico das respectivas empresas, em 12/05/2005.

Desta forma, o sistema de transmissão de FURNAS permitiu ao sistema elétrico nacional uma interconexão entre as regiões brasileiras. O sistema elétrico do Brasil era, até recentemente, formado por dois grandes sistemas interligados, um com as empresas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e outro reunindo as concessionárias da região Nordeste e parte da região Norte. No final de fevereiro de 1999, esses dois sistemas foram unidos por uma linha de transmissão com 1000 MW de capacidade, a interligação norte-sul, passando a formar um único sistema interligado de âmbito nacional. Atualmente, apenas 3,9% da capacidade de geração de

eletricidade do país encontra-se fora desse sistema, em pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na região amazônica ⁽²¹³⁾.

3.5.2 Sistema de transmissão e distribuição de eletricidade da CELG em Goiás

O sistema de transmissão de energia elétrica da CELG é representado por 723 km de linhas de transmissão e 10 subestações em 230 kV que compõem seus ativos na rede básica do sistema interligado nacional. Conta ainda com 1.701 km de linhas e 33 subestações em 138 kV e 3.303 km de linhas e 62 subestações em 69 kV, que constituem os ativos de transmissão vinculados à sua concessão de distribuição. Em 2003, foi implantada a subestação de Serra de Caldas, operando em 69/13,8 kV – 20 MVA. Ao mesmo tempo, foram ampliadas 10 subestações, com destaque para a de São João da Aliança e Flores de Goiás, com troca de trafo 138/13,8kV – 7 MVA por TR 138/34,5kV - 20MVA e 34,5/13,8kV - 6,25MVA. Cabe destaque também a implantação de duas linhas de transmissão: a de Marajoara-Rio Vermelho - 138kV, com extensão de 8,721 km e a de Morrinhos/Caldas Novas - Serra de Caldas - 69kV, com extensão de 10,579 km.

A CELG distribui energia elétrica em 237 dos 246 municípios goianos, o que equivale a 96,34% do total de municípios. O sistema elétrico conta com 8.628 km de linhas e 90 Subestações em 34,5 kv e 13,8 kV. Foram realizadas, no ano de 2004, 72.834 novas ligações a clientes, destacando-se 63.042 residenciais, 7.795 rurais e 2.291 entre os setores comerciais, agroindustriais e minerais. Consolidou-se, assim, um total de 1.795.065 clientes atendidos pela Companhia no mesmo ano, número 4,23% superior ao de 2004. Além do mais, o balanço realizado pela própria Companhia registrou que o sistema CELG de distribuição de energia elétrica recebeu de FURNAS/Itaipu, em 2004, 4.858.886 MW/h, que representou 60,59% do total requerido, sendo que esse quantitativo, em 2003, foi de 65,73% e em 2002 de 65,89%. Em 2004, houve uma redução de 0,15% na energia recebida de FURNAS relativamente a 2003, compensada pelo aumento de outros recebimentos, tais como de Cachoeira Dourada ⁽²¹⁴⁾.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial e o rural. A classe industrial foi a que teve maior crescimento, correspondendo a um acréscimo de 11,91% e participação no consumo total de 28,95%. Tal desempenho se deve, principalmente, à

²¹³ Nota: dados obtidos no sítio eletrônico de FURNAS, em 13/05/2005.

²¹⁴ Nota: dados coletados no Centro de Operação do Sistema de Distribuição CELG, em abril de 2005.

significativa recuperação do consumo das grandes e médias indústrias (Grupo A) agroindustriais e de mineração, após o racionamento em 2001/2002. No mercado rural, o crescimento foi de 8,83%, correspondente a mais 63.352 MW/h, motivado pela incorporação de 7.795 novos consumidores rurais e pelo forte consumo do rural tradicional que, em 2004, teve o acréscimo de 12,94%, comparando-se a 2003.

O consumo de energia elétrica da classe comercial em 2004, comparado a 2003, cresceu 7,91%, mantendo um perfil de curva crescente, previsto para aquele ano. A classe residencial atingiu a evolução de 7,89% no ano de 2003, em relação a 2002, mostrando uma recuperação parcial do consumo logo depois do período de racionamento (junho/2001 a fevereiro/2002). A média do consumo residencial por consumidor, em 2001 foi de 152,44 kWh. No período de racionamento, esse valor caiu para 108,3 kWh. Nos anos de 2002 e 2003, o consumo médio por consumidor foi de 126,36 kWh e 120,08 kWh, respectivamente. Em 2004, a média foi de 123,81 kWh, um crescimento de 3,1% em relação a 2003. Vale ressaltar que, no período do racionamento, a classe residencial foi a que mais economizou energia, níveis que são mantidos até então.

A taxa de crescimento do consumo faturado de energia elétrica pela CELG nos últimos anos mostrou índice de crescimento acima da média nacional, com exceção de 2002, que ficou abaixo de 0,7%, considerando a atipicidade daquele ano, devido ao racionamento de energia, quando houve queda no consumo brasileiro de 7,71% e, na CELG, o decréscimo de 8,40%. Vale destacar que a região Sul do país, incluída na média nacional, não sofreu racionamento. No ano de 2004, a retomada de crescimento do mercado CELG após o racionamento 2001/2002, foi bem significativa em comparação ao Brasil, principalmente por parte dos clientes residenciais e comerciais, cujo incremento foi de 9,36%, contra a taxa de 4,7% do mercado brasileiro ⁽²¹⁵⁾. O número de clientes faturados em dezembro de 2004 aumentou 4,23 % relativamente ao mesmo mês do ano anterior. Em percentuais, esse sistema está subdividido em 83,66% residenciais, 0,89% industriais, 7,84% comerciais, 6,82% rurais e 0,79% outros.

A redução do número de consumidores do setor industrial verificada no período 2003/2004 deve-se à atualização cadastral dos consumidores, que vem sendo permanentemente realizada pela CELG. A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, em dezembro de 2004, atingiu R\$ 179,69/MW/h, com aumento de 8,19% em relação a dezembro de 2003. A ANEEL,

²¹⁵ Nota: dados coletados no Centro de Operação do Sistema de Distribuição CELG, em abril de 2005.

por meio da Resolução nº 467, de 11 de setembro de 2003, homologou o reajuste das tarifas de fornecimento e suprimento da CELG, num percentual médio de 10,99%, em vigor a partir do dia 03 outubro de 2003.

3.5.3 Sistema de distribuição de eletricidade da CHESP em São Patrício e região

Além do sistema CELG de distribuição, o território goiano também conta com a (Companhia Hidroelétrica São Patrício) CHESP, uma empresa de capital privado constituída em julho de 1949, e autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica pelo Decreto Federal n.º 27.091, de 25 de agosto de 1949. Movidos pelo surto de desenvolvimento promovido pelo avanço da fronteira agrícola sobre o território goiano, iniciada com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG, pioneiros da região do Vale do São Patrício, inspirados pelo ideal desbravador do Engº Bernardo Sayão e liderados pelo Engº Roland Martin, iniciaram a construção da pequena usina hidrelétrica São Patrício no rio das Almas, cujas obras terminaram em 1956. Este aproveitamento hidrelétrico foi o primeiro a ser feito na bacia do rio Tocantins.

Através da Portaria n.º 529 de 1º de dezembro de 1998, aprovou-se, por mais vinte anos, contados a partir de 8 de julho de 1995, a prorrogação da concessão para explorar os serviços de eletricidade (geração e distribuição). Em 18 de junho de 1999, em sessão solene realizada na ANEEL, foram assinados os contratos de concessão de distribuição e geração que vigorarão até o ano de 2015.

Atualmente, a Companhia tem a concessão para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, região do povoado de Monte Castelo, no Município de Jaraguá, Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, Uruana e São Patrício, perfazendo uma área de 3.405 km², situada no médio norte goiano, região conhecida como o Vale do São Patrício, e que conta com uma população de aproximadamente 83 mil potenciais consumidores de eletricidade. Cabe registrar que esta Companhia serve-se do sistema de transmissão FURNAS para abastecer o seu sistema de distribuição.

A subestação da CHESP está localizada na cidade de Ceres, com tensão em 69 e 135, com capacidade de 38,5 KVA e linhas de transmissão em 34,5 kV e 13,8 kV. Nas demais cidades e distritos municipais que pertencem a sua área de concessão a empresa tem instalado apenas chaveamentos. A empresa é administrada por um Conselho de Administração composto por 4

membros e por uma Diretoria composta por 3 diretores. A sede administrativa da CHESP está instalada na cidade de Ceres, de onde provêm todas as diretrizes para a operação técnico-administrativa da empresa. Nos outros municípios pertencentes à sua área de concessão, a CHESP mantém escritórios comerciais destinados ao atendimento dos consumidores.

3.6 Sistema de distribuição de eletricidade da CEB no Distrito Federal

Em janeiro de 2003, a (Companhia Energética de Brasília) CEB foi autorizada pela ANEEL a iniciar processo de reestruturação societária que resultou na cisão de suas atividades de geração e distribuição de energia. A transferência de bens, instalações, direitos e obrigações para a criação das subsidiárias CEB Geração S/A e CEB Distribuição S/A foi concluída no segundo semestre de 2003 ⁽²¹⁶⁾.

Atualmente, a CEB tem como principal atividade o serviço de distribuição de energia, adquirida principalmente de Furnas Centrais Elétricas. Entre seus ativos de geração estão a pequena central hidrelétrica (PCH) Paranoá e a usina termelétrica Brasília, localizada no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). As participações da concessionária nas hidrelétricas de Lajeado, Queimado e Corumbá IV como produtor independente foram agrupadas em outra empresa, criada especialmente com essa finalidade.

²¹⁶ Nota: dentro da concepção empresarial, a CEB apresenta um crescente leque de novos negócios: **CEB Participações S/A – CEBPar**. Esta empresa é uma subsidiária integral da CEB e tem por objetivo social a compra e venda de participações de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados. Teve sua criação autorizada em 27 de novembro de 1997, pela Lei de nº 1788; foi constituída em 26 de janeiro de 2000. Seu primeiro negócio foi a participação societária minoritária (41%) na empresa CAPITAL TELECOM S/A, sociedade constituída com propósito de prestar serviços de telecomunicações e de transmissão de dados.

CEB Lajeado S/A. Esta empresa é uma sociedade por ações, sendo a CEB proprietária de 100% do seu capital (subsidiária integral). Tem por objetivo participar da geração e da comercialização da energia gerada na UHE de Lajeado, em Palmas - TO. A CEM Lajeado tem uma participação como sócia minoritária (20%), juntamente com as empresas REDE LAJEADO, EDP LAJEADO e PAULISTA LAJEADO, da construção da UHE LAJEADO com potência instalada de 850 MW.

Corumbá Concessões S/A. Esta empresa tem por objetivo a construção e a exploração do UHE CORUMBÁ IV, no rio Corumbá, município de Luziânia - Estado de Goiás, a 100 km de Brasília. Com o início das obras previsto para março de 2001, a UHE CORUMBÁ IV teria potência instalada de 127 MW e 76 MW médios de energia assegurada, além de disponibilizar 10m³/s de água para abastecimento público. Foi formado um lago com 170 Km², o que possibilitaria, em função da proximidade com Brasília, a criação de um pólo turístico com geração de empregos na região do entorno do DF. A CEB participa da empresa com 45% do capital, correspondendo os outros 55% à empresa VIA ENGENHARIA S/A.

CEBGÁS. Em novembro de 1994, foi outorgada à CEB, pela lei nº 788 de 10/11/94, a concessão para exploração dos serviços de distribuidora de gás combustível canalizado no DF por 30 anos. Esta lei foi regulamentada em 23/12/94 pelo Decreto nº 16.200. Em 1999, através do despacho 502, de 27/10/99, da ANP, foi concedido à CEB o registro para atividade de distribuidora de GLP canalizado. Em 10/01/00, a Lei nº 2.518 autorizou a criação da CEBGAS, que constitui 51% do capital votante pertencente à CEB. Esta mesma lei transferiu para a CEBGAS a concessão anteriormente outorgada à CEB, bem como todo o conteúdo do decreto nº 16.200, que a regulamenta, passando o período da concessão de 30 anos a ser contado a partir de 10/01/2000. Em 21/11/2000, a CEB tornou público o Edital do Processo de Seleção de Interessados para constituir, em conjunto com a CEB, a Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS.

Consórcio CEMIG-CEB. Empreendimento destinado à construção e exploração da UHE QUEIMADO, com uma potência instalada de 105 MW, no Rio Preto - entre os municípios de Cristalina - GO e de Unaí - MG. As obras foram iniciadas em agosto 2000. A CEB responde por uma participação societária de 35% no empreendimento.

BSB ENERGÉTICA S/A. Esta empresa é destinada ao serviço de operação da energia elétrica oriunda do segmento de aproveitamentos de PCH's (Pequenas Centrais Hidroelétricas). A CEB participa de forma minoritária (9%) deste empreendimento, que tem por objetivo aumentar a oferta de energia elétrica para a região do Distrito Federal.

Distrito Federal

LEGENDA

- 600kV
- 240kV
- 220kV
- 132kV
- 99kV
- 33kV

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASIL
Unidade Operacional de Transmissão e Distribuição - UOPD
Diagrama Eletrogeográfico

2002

Nos últimos anos, o consumo de energia elétrica no Distrito Federal multiplicou-se consideravelmente. A concentração de uma superpopulação neste território provocou um consumo muito grande de produtos industrializados, alterando significativamente as classes que compõem a demanda por eletricidade nesta região. Observando o conjunto dos números das

unidades consumidoras de eletricidade no Distrito Federal, é visível sua forte dinâmica de crescimento, sobremaneira, entre os setores do serviço público, do industrial, do comercial e do meio rural ao longo dos últimos anos, conforme demonstra a tabela que segue.

Tabela 07 – Consumo de Energia no DF por Classe (GW.h)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Residencial	1.334	1.407	1.467	1.241	1.265	1.370	1.419
Industrial	302	333	371	337	335	247	125
Comercial	915	956	1.019	924	985	1.041	1.088
Rural	91	95	94	84	91	95	93
Poder Público	410	428	425	363	375	406	423
Iluminação Pública	195	207	213	179	214	218	208
Serviço Público	186	189	188	185	195	200	207
Consumo Próprio	5,5	5,4	5,3	4,7	5	4,4	4,2

Fonte: Boletim de Mercado - Núcleo Operacional de Monitoramento e Pesquisa de Mercado – CEB, maio de 2005. Extraído do seguinte sítio eletrônico: www.ceb.com.br, em 18 de agosto de 2005.

3.7 Disputa entre capitais pelos novos aproveitamentos hidrelétricos

Resumidamente, pode-se dizer que os negócios da eletricidade devem ser compreendidos dentro de uma perspectiva realista: está sendo vendido e comprado um tipo de serviço muito valioso, que somente pode ser obtido dentro de um leque limitado de possibilidades. A hidroeletricidade, por exemplo, é obtida, conduzida e despachada (com os seus valores numéricos de frequência, de voltagem ou diferença de tensão, de corrente elétrica dentro de limites especificados, estreitos), até os numerosos pontos onde ficam os consumidores. Ali, então, a eletricidade é finalmente gasta por meio de um ou outro tipo de conversor, para que se possa atingir este ou aquele tipo de uso, chamado pelos técnicos de uso final.

Nesta cadeia produtiva, fazem parte os importantes mercados consumidores de Goiás e do Distrito Federal, e os potenciais hidrelétricos, portanto, razão da cobiça entre os capitalistas da indústria de eletricidade. Ora, as empresas de eletricidade existem para vender, transmitir, distribuir ou revender eletricidade com o máximo possível de lucros, e disputam constantemente fatias de qualquer largura deste bolo ⁽²¹⁷⁾.

Nos últimos meses do governo de Luiz A. Maguito Vilela, em 1998, o então presidente da CELG – Marco Antônio Machado – anunciou, que o Plano 2010 do governo federal, previa a

²¹⁷ SEVÁ, A. Oswaldo Filho. **Processo de eletrificação: a guerra econômica e os interesses sociais**. Minuta para Projeto FASE-Amazônia. Campinas – SP: Agosto de 2004.

construção de mais 94 hidrelétricas de pequeno e médio porte por todos os rios e sítios hidráulicos goianos. Por conseguinte, deu-se oficialmente a largada para uma nova etapa de disputas entre capitais pela eletricidade regional tendo em vista os interesses dos eletrointensivos, autoprodutores e produtores independentes, além, é claro, das empresas estatais tais como a CELG, FURNAS, CEMIG e CEB.

Tabela 08 – Projetos hidrelétricos em fase de construção até março de 2005

	Nomes das usinas	Rios/Cota (montante e jusante) m	(MW)	Municípios Atingidos em GO/DF	Área Inundadas ²	Empreendedores	
BACIA DO RIO PARANAÍBA	15 Corumbá IV	Corumbá 842/771	127	Luziânia	173,3	Consórcio Corumbá Concessões (CEB, CAESB e SANEAGO)	Enchimento da represa em março/2005
	34 Espora	Corrente 584/531	32,0	Aporé, Serranópolis e Itarumã	31	Espora Energética S A	Construção da barragem março/2005
	Subtotal na Bacia Fluvial		159	Subtotal na Bacia	204,3	-	-
	Potência a Ser Instalada		159	Área inundada GO e municípios do DF	204,3	-	-

Tabela 09 – Projetos hidrelétricos outorgados até março de 2005

	Nomes das usinas	Rios/Cota (montante e jusante) m	Potência (MW)	Municípios Atingidos em GO/MS/MG	Áreas km ² Inundadas	Empreendedores	Situação Atual
	08 Serra do Facão	São Marcos 756/675	210	Catalão/GO Campo Alegre/MG	213,8	Empresas Associadas Serra do Facão – Grupo VBC	Licença Ambiental março/2004
	13 Nova Aurora	Veríssimo 574/513	27,0	Nova Aurora Goiandira	6,4	Performance Centrais Hidrelétricas Ltda.	Outorga 17/12/01
	16 Corumbá III	Corumbá 772/730	93,6	Luziânia	72,2	Energética Corumbá III	Outorga 11/03/03
	19 Rochedo (b) ampliação	Meia Ponte	10,0	Piracanjuba	7,9	CELG	Outorga 17/03/02
	20 Irara	Doce/Cloro 655/603	30,0	Rio Verde e Jataí	5,0	Araguaia Centrais Elétricas S/A	Outorga 11/12/01
	21 Sertãozinho	Claro de Jataí 627/600	14,0	Jataí	10,22	Araguaia Centrais Elétricas Ltda.	Outorga 25/07/00
	22 Jataí	Claro de Jataí 600/556	28,0	Jataí	0,4	Araguaia Centrais Elétricas S/A	Outorga 01/02/02
	23 Ari Franco	Claro de Jataí 556/520	62,0	Aparecida do Rio Doce/Caçu	66,0	CELG/THEMAG	Outorga 26/10/99
	24 Pontal	Claro de Jataí 520/477	99,0	Cachoeira Alta/Caçu	26,0	Fuad Rassi Eng. Indústria e Comércio	Outorga 12/07/02
	25 Caçu	Claro de Jataí 477/449	65,0	Cachoeira Alta/Caçu	14,0	Alcan Alumínio do Brasil Ltda.	Outorga 12/07/02
	26 Barra dos Coqueiros	Claro de Jataí 448/412	90,0	Cachoeira Alta/Caçu	35,0	Alcan Alumínio do Brasil Ltda.	Outorga 12/07/02
	27 Itaguaçu	Claro de Jataí 412/353	130,00	Caçu/São Simão	111,0	Consórcio Itaguassu	Outorga 21/03/02
	28 Foz do Rio Claro	Claro de Jataí 354/324	68,4	Caçu/São Simão	10,0	Queiroz Galvão	Outorga 25/07/02
	29 Tucano	Verde 508/447	157,00	Itarumã/Caçu	201,0	CELG/THEMAG	Outorga 26/10/99
	30 Salto	Verde 447/400	108,0	Itarumã/Caçu	72,0	Rio Verde Energia S/A	Outorga 12/07/02
	31 Guariroba	Verde 400/371	74,0	Itarumã/Caçu	66,0	CELG/THEMAG	Outorga 26/10/99

	32 Salto do Verdinho	Verde 370/329	93,0	Itarumã/Çaçu	74,0	Rio Verdinho Energia	Outorga 12/07/02
	33 Itumirim	Corrente 680/584	50,0	Aporé Serranópolis	58,0	CIA Energética Itumirim	Embargo IBAMA abril 2004
	36 Olho D'água	Corrente 490/439	33,0	Itajá/Itarumã	62,0	J.Malucelli Construtora de Obras	Outorga 12/07/02
	44 Retiro Velho	Prata	18,0	Aporé Chapadão do Céu	0,5	Araguaia Centrais Elétricas S/A	Outorga 04/06/02
	45 Planalto	Aporé MS/GO 638/542	17,0	Aporé/Cassilândia	3,2	Araguaia Centrais Elétricas S/A	Outorga 18/01/02
	Subtotal na Bacia Fluvial		1.557,1	Subtotal na Bacia	1.114,44	-	-

Continuidade da tabela 09 – Projetos hidrelétricos outorgados até março de 2005

BACIA DO RIO TOCANTINS	Nome das Usinas	Rios/Cota (montante e jusante) m	Potência (MW)	Municípios Atingidos GO	Áreas km² Inundadas		Situação Atual
	57 São Patrício (b) ampliação	Das Almas	1,5	São Patrício	2,1	CHESP	Outorga 18/09/01
	69 Mambá II	Corrente 711/y	12,0	Sítio D'Abadia	0,2	CPE-CCB-Construtora Marques Figueiredo	Outorga 15/09/01
	73 Santa Edwiges I	Piracanjuba 678/y	10,1	Buritópolis Posse	3,0	Centrais Elétricas Rio das Almas	Outorga 25/01/02
	74 Santa Edwiges II	Buritis 695/y	12,1	Buritópolis Mambá	3,0	Centrais Elétricas Rio das Almas	Outorga 25/01/02
	75 Santa Edwiges III	Buritis x/530	6,5	Buritópolis Posse	1,0	Centrais Elétricas Rio das Almas	Outorga 15/01/02
	77 São Domingos II	São Domingos	28,0	São Domingos	9,0	Brazil Power Corporation Ltda.	Outorga 25/07/02
	Subtotal da Bacia Fluvial		70,2	Subtotal na Bacia	18,3	-	-

BACIA DO RIO ARAGUAIA	Nome das Usinas	Rios/Cota (montante e jusante) m	Potência (MW)	Municípios Atingidos em GO/MT	Áreas km² Inundadas	Empreendedores	Situação Atual
	92 Couto Magalhães	Araguaia	150,0	Santa Rita do Araguaia-GO/Alto do Araguaia-MT	7,2	Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães	Embargo IBAMA março 2004
	102 Mosquitão	Caiapó x/355	28,0	Arenópolis Iporá	2,0	Concessionária Mosquitão S/A	Outorga 26/03/02
	109 Piranhas	Piranhas 532/y	18,0	Piranhas	0,8	Consórcio Serra Negra Energética	Outorga 26/08/02
	Subtotal na Bacia Fluvial		214,3	Subtotal na Bacia	10,2	-	-

	Somatória das potências elétricas a serem instal	1.841,6	Área inundada em GO S/MT	1.142,97		-
--	---	----------------	---------------------------------	-----------------	--	---

Tabela 10 – Projetos hidrelétricos inventariados até março de 2005

BACIA DO RIO PARANAÍBA	Nome das Usinas	Rios/Cotas (montante e jusante) m	Potência (MW)	Possíveis Municípios Atingidos em GO/MG	Áreas km² Inundadas
	01 Bocaína	Paranaíba	150	Davinópolis/Abadia dos Dourados	IND
	06 Mundo Novo	São Marcos 860/794	67,0	Cristalina	199,0
	7 Paulistas	São Marcos 800/758	81,0	Cristalina/GO e Paracatu/MG	138,0
	09 Paraíso	São Marcos 675/661	41,0	Ouvidor/Davinópolis	6,0
	10 Paredão II	Veríssimo 723/673	12,0	Ipameri e Campo Alegre de Goiás	21,0
	11 Foz da Laje II	Veríssimo 672/619	36,0	Ipameri/Catalão	38,0
	12 Nova Aurora	Veríssimo 610/574	21,0	Nova Aurora/Goianira	35,5
	17 Corumbá II	Corumbá	235,0	IND	IND
	35 Queixada	Corrente 530/491	35,0	Aporé/Itarumã	9,0
	37 Ranchinho	Corrente 435/416	24,4	Itajá/Itarumã	9,0
	38 Água Limpa	Corrente	34,5	Itajá/Itarumã	21,0
	39 Alvorada Baixo	Corrente	44,8	Itajá e Itarumã	36,0
	40 Foz do Corrente	Corrente	49,5	Itajá/Itarumã	68,0
	41 Engano	Prata 660/632	8,0	Aporé e Chapadão do Céu	3,2
	42 Pontal da Prata	Prata 633/600	10,4	Aporé Chapadão do Céu	3,7
	43 Lajeadozinho	Prata 600/585	4,9	Aporé Chapadão do Céu	0,8
	44 Retiro Velho	Prata 588/536	18,0	Aporé Chapadão do Céu	0,5
Subtotal na Bacia Fluvial			872,5	Subtotal na Bacia	588,7

BACIA DO RIO TOCANTINS	Nome das Usinas	Rios/Cotas (montante e jusante) m	P (MW)	íveis Municípios Atingidos em GO	Áreas adas
	48 Piquete	Maranhão 685/y	12,0	Padre Bernardo	3,8
	49 Do Sal	Maranhão	14,0	Padre Bernardo	6,1
	50 Palma	Maranhão	27,0	Padre Bernardo	5,1
	52 Porteiros	Maranhão X/475	86,0	Niquelândia e Barro Alto	359,2
	51 Maranhão	Maranhão	125,00	Mimoso/Padre Bernardo/Vila Propício	179,00
	54 Muçungo	Arraial Velho	10,0	Padre Bernardo	1,8
	53 Cocal	Arraial Velho 685/Y	36,0	Padre Bernardo	2,4
	55 Fazenda Santa Maria	Angicos/Maranhão	1,7	Padre Bernardo	2,9
	59 Burity Queimado	Das Almas x/467	142,00	Hidrolina/São Luiz do Norte	192,31
	64 Buritizinho	Ribeira Cachoeirinha 916/Y	4,0	Niquelândia/S. J. Aliança	0,4
	65 Vãozinho	Ribeira Cachoeirinha X/709	9,6	Niquelândia/S. J. Aliança	0,3
	66 Mirador	Tocantinzinho	106,00	Niquelândia/Colina do Sul e São João D'Aliança	50,00
	67 Colinas	Tocantinzinho x/464	20,0	Niquelândia	IND
	78 São Domingos III	São Domingos x/415	16,0	São Domingos	26,9
	79 Galheiros I	Galheiros	11,0	São Domingos	1,5
	86 Santa Mônica	Das Almas x/450	28,0	Cavalcanti	IND
	87 Foz do Bezerra	Paraná 412/y	210,00	Monte Alegre/Cavalcanti e Terezinha de Goiás	469,00
Subtotal da Bacia Fluvial			858,3	Subtotal na Bacia	1.300,51

BACIO DO RIO ARAGUAIA	Nome das Usinas	Rios/Cotas (montante e jusante) m	Potência (MW)	Possíveis Municípios Atingidos em GO/MT	Áreas km² Inundadas
	96 Torixoréu	Araguaia x/302	408,0	Baliza/GO Torixoréu/MT	55,3
	97 Caiapó 1	Caiapó 350/y	3,4	Caiapônia	16,0
	98 Caiapó 2	Caiapó	2,2	Caiapônia/Ivolândia	1,0
	99 Caiapó 3	Caiapó	3,4	Caiapônia/Ivolândia	6,0
	100 Caiapó 4	Caiapó x/450	6,4	Ivolândia/Palestina	15,0
	101 Caiapó 5	Caiapó	15,2	Ivolândia e Palestina	2,0
	102 Caiapó 6	Caiapó	11,5	Iporá/Arenópolis	4,0
	103 Caiapó 8	Caiapó	12,4	Diorama/Arenópolis	2,0
	104 Caiapó 9	Caiapó	12,8	Diorama/Arenópolis	22,0
	105 Caiapó 10	Caiapó x/300	13,3	Montes Claros/Arenópolis	1,0
Subtotal na Bacia Fluvial			488,6	Subtotal na Bacia	124,3

Resumo das tabelas 08, 09 e 10

Somatória das potências elétricas a serem instaladas	2.219,4	Possíveis Áreas inundadas em GO/MG/DF/MS e MT	2.013,51
--	---------	---	----------

Fonte: as tabelas de 07, 08 e 09 foram organizadas pelo autor, a partir do **Diagrama topológico dos aproveitamentos hidrelétricos**, [CCPE – Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB – Grupo de Trabalho de Informações Básicas para o desenvolvimento da oferta] DOMINGUES, CATHARINO (Coordenador), ELETROBRÁS e EETRONORTE, 2003. Dados também coletados no sítio eletrônico da ANEEL – Programa Indicativo de Licitação de Concessões, 1999 – 2004. ANEEL – Superintendência de Gestão dos Potenciais Hidráulicos/SPH – Relatório de Acompanhamento de Estudos e Projetos de Usinas Hidrelétricas de 31 de janeiro de 2001. ANEEL – Banco de Informações de Gestão, 2004. Além, dos dados fornecidos por empresas públicas e privadas do respectivo setor.

As tabelas 07 a 09 apontam para a seguinte condição: caso todos estes projetos hidrelétricos previstos para serem instalados em Goiás fossem realmente executados por seus empreendedores até 2015, conforme está proposto pelo governo federal, à potência hidrelétrica instalada acrescentaria **2.219,4 MW** no seu parque gerador, porém o território goiano teria mais **2.013,51 km²** de terras férteis inundadas.

O rearranjo institucional da indústria de eletricidade, durante o governo FHC, não conseguiu disciplinar a concorrência para a geração e a venda de energia elétrica no mercado atacadista. Além do mais, não foram estabelecidas regras claras de concorrência, de repasse de dinheiro e de projeto de novos empreendimentos. Isso poderia evitar decisões políticas intempestivas, sem respaldo técnico, impostas pelas oligarquias regionais como, por exemplo, a construção da usina hidrelétrica de Corumbá IV, iniciada pelos governadores Marconi Perillo e Joaquim Roriz, um projeto que é citado pelos defensores do modelo mercantil da indústria de energia elétrica como prova de que o Estado brasileiro não funciona ⁽²¹⁸⁾.

3.8 Posição do Governo Lula diante dos leilões dos rios e sítios hidrográficos goianos

Em fins de 2002, a grande maioria dos brasileiros eleitores optou pelo candidato Lula. Ao tomar posse do cargo de Presidente da República, em 01/01/2003, nomeou Dilma Rousseff para Ministra de Minas e Energia e Luiz Pinguelli Rosa (entre 14/01/2003 e 04/05/2004) para presidente da ELETROBRÁS. No segundo semestre de 2004, antes que se iniciasse o processo

²¹⁸ Nota: no governo Lula, esse modelo seguiu sua trajetória normalmente. Ignorou-se que o sistema elétrico brasileiro teria uma vantagem decisiva: poderia permitir que o Estado tomasse a iniciativa. Os financiamentos para os novos projetos viriam das garantias representadas pelas imensas somas de recursos a serem recebidas do consumo de energia elétrica no país. O governo, no entanto, prefere usar todo esse recurso para pagar mensalmente os juros da dívida pública. Além do mais, permite que o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica continuem sendo usados como uma espécie de cartório de registro dos contratos de compra e venda de eletricidade e, sobretudo, dos novos projetos hidrelétricos a serem instalados. Quem comandará os pedidos de novos investimentos nessa indústria serão as distribuidoras, os autoprodutores e produtores independentes de eletricidade, majoritariamente estrangeiros ou intermediários, que definirão a demanda com suas previsões de consumo de acordo com os seus interesses. Face a esta situação, torna-se quase nulo o esforço do governo em imprimir no planejamento da referida indústria o interesse público, conforme demonstrado por meios dos casos analisados nos Capítulos que se seguem. PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Em busca dos contratos imorais**. São Paulo: agosto de 2004. N° 59. p. 20 a 28

de investigação das denúncias de corrupção, o governo Lula antecipou o processo de mudança no Ministério de Minas e Energia, conforme desejava o grupo dos diretores das empresas privadas de eletricidade liderada pelo Senador José Sarney. Em meio a esta crise, Luis Inácio Lula da Silva nomeou Silas Rondeau C. Silva inicialmente, em 2004, para presidente da ELETROBRAS e depois Ministro de Minas e Energia, em 08/07/2005.

Permanece no governo Lula o processo desordenado de ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia e a crescente cessão, ou venda, com preços depreciados de amplas áreas estratégicas às empresas transnacionais e intermediárias de eletricidade ou sob pretexto de reserva de valor de empreendimentos agrícolas e minerais. Esta situação anula, na prática, a legislação vigente: a lei 5.709/ 71, que regulamenta a posse da terra por pessoas físicas e entidades estrangeiras. A leniência da legislação concentradora da propriedade latifundiária tem propiciado a exploração indiscriminada e incontrolável dos recursos naturais nestas áreas.

A tese do crescimento *para dentro* compreende a incorporação geográfica da *fronteira interior* à dinâmica do sistema produtivo sustentado e a integração ao mercado de trabalho regular de grandes contingentes populacionais marginalizados, o que requer a mudança do regime de posse e uso da terra, como escreve SANTOS ⁽²¹⁹⁾. Procede de longa data a questão dos *vazios geográficos*. Desde a Independência aos dias atuais, a nação brasileira não conseguiu a ocupação plena do seu território, particularmente no Centro-Oeste e na Amazônia, lembra SOUZA ⁽²²⁰⁾. O regime latifundiário de propriedade territorial, herança das sesmarias, resistiu a todas as mudanças institucionais, econômicas e políticas no Brasil.

Confirmando a necessidade de nova regulamentação de terras no Brasil, tramita na Câmara dos Deputados, desde julho de 2001, projeto de lei que define os limites dessas aquisições por empresas e entidades estrangeiras, as quais não poderão ultrapassar quinze módulos fiscais, o que equivale em média nessas regiões, a cerca de trezentos e cinquenta hectares. O referido projeto, que atende as questões estratégicas nos planos econômicos, ambientais e de segurança nacional, estabelece ainda a proibição da aquisição por empresas estrangeiras nas áreas de fronteira internacional no Norte e no Centro-Oeste.

As medidas reguladoras desse projeto pretendem reverter o processo intensificado nos últimos dez anos de internacionalização e concentração fundiária nos territórios do Centro-Oeste

²¹⁹ SANTOS, Gilton Carneiro dos. **A dívida dos Estados: composição, evolução e concentração**. Menção honrosa no tópico dívida pública no III prêmio de monografias do Tesouro Nacional – STN. Brasília, 1999.

²²⁰ SOUZA, Marcelo J. L. **O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro et al. (Org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 1995.

e da Amazônia. Justificando o projeto-Lei, os seus autores, os deputados Nilson Mourão e José Dirceu, são da opinião que a concentração de terras nas mãos de pessoas e do capital externo igualmente incide de forma negativa sobre os interesses nacionais, pelos limites que impõem ao acesso à terra – limites que atingem cerca de 4,5 milhões de brasileiros sem terra ⁽²²¹⁾. Cabe perguntar se estas regras também irão valer para a indústria de energia elétrica.

Tudo indica que não. Nos últimos anos, tem se destacado a instalação de grandes e médios projetos hidrelétricos nestas regiões em detrimento dos interesses sociais e ambientais das comunidades locais e regionais. A partir de 1995, quando entrou em vigor a Lei que autorizou a autoprodução e a produção independente de eletricidade, o processo de licitação dos novos projetos hidrelétricos comandado pela ANEEL passou a dar prioridade às empresas privadas de energia elétrica estrangeiras e/ou intermediárias. Por sua vez, estas novas empresas passaram a se beneficiar dos incentivos do Fundo de Investimentos do Centro-Oeste e da Amazônia, a exemplo, os grupos TRACTEBEL, VBC, REDE, Corumbá Concessões e até mesmo as famílias locais, tais como a Caiado, a Valadão, dentre outras que se beneficiam desses recursos públicos.

Esse processo de intensificação da internacionalização das referidas regiões teve adesão irrestrita durante o governo de FHC e foi mantido sem alteração no de Lula. A exemplo disso, no mês de julho de 2005, o Senado Federal votou e aprovou o projeto de autoria do Deputado Fernando Ferro, que autoriza o governo federal a desapropriar terras indígenas inundadas ao longo das margens do rio Xingu no Pará, para iniciar a instalação do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte.

Este fato demonstra que a ação do Estado ainda constitui uma grande ameaça à integridade e à defesa do território nacional. Uma resposta a esta questão fundamental é dada por FERNANDES. Torna-se impossível para a construção de uma sociedade nacional manter parcela tão expressiva da população jazendo condenada a permanecer à margem dos processos de integração social, conforme o autor apostrofa:

Banidos de suas estruturas de poder, nenhuma sociedade nacional pode existir, sobreviver e ao mesmo tempo construir um destino nacional em tais bases. A destruição de estamentos e grupos sociais privilegiados constitui o primeiro requisito estrutural de dinâmico da constituição de uma sociedade nacional. Onde esta condição histórica não

²²¹ Nota: Projeto-Lei apresentado pelos Deputados Federais Nilson Mourão e José Dirceu a Câmara dos Deputados em julho de 2001.

chega ou não pode concretizar-se historicamente, também não surge uma ação e, muito menos, uma nação que possa apoiar-se num querer coletivo para determinar, por seus próprios meios, sua posição e grau de autonomia entre as demais sociedades nacionais do mesmo círculo civilizatório. Sob este aspecto, a democratização da renda, do prestígio social e do poder aparece como uma necessidade nacional. É que ela – e somente ela – pode dar origem e lastro a um querer coletivo fundado em um consenso democrático, isto é, capaz de alimentar imagens do destino nacional que passam a ser aceitos e defendidos por todos, por possuírem o mesmo significado e a mesma importância para todos ⁽²²²⁾.

Neste contexto, muitos proclamam que bastaria cumprir as exigências da globalização, desde o imperialismo da partilha dos lugares eleitos, se ajustando, adaptando e submetendo a esta fatalidade, para se tornar um espaço receptivo e conquistador da confiança das instituições financeiras mais poderosas ⁽²²³⁾. Negando completamente a natureza das hierarquias (impostas em variadas escalas) de geração e apropriação de riqueza, segundo o *pensamento único* neoliberal que invade o debate do desenvolvimento regional e local na atualidade, teria ocorrido o fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global.

Dessa forma, *o local pode tudo*, e frente à crescente *sensibilidade do capital às variações do lugar*, bastaria se mostrar diferente e *especial*, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade para ter garantida sua inserção na modernidade. Essa luta dos lugares para realizar a *melhor venda da região ou da cidade*, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o clima local dos negócios, subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salários dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento a longo prazo das finanças locais e negligenciado cabalmente as questões estruturais de Goiás e do Distrito Federal, conforme demonstrado nos Capítulos 4, 5 e 6 que seguem ⁽²²⁴⁾.

²²² FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classe e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1986. p. 163.

²²³ MARTA, J. M., “**Imperialismo, globalização e energia: o caso do MT**”. Planejamento de Sistemas Energéticos, FEM/Unicamp, 2002. Tese de Doutorado.

²²⁴ BRANDÃO, Carlos A. **Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento**. Unicamp – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional. Campinas: 2004. p. 01 a 13. Do mesmo autor leia também “**Economia Política e Dimensão Territorial do Desenvolvimento**”. Anais do IV Encontro Nacional de Economia Política. Fortaleza: 2000.

CAPÍTULO 4

Composição e conflito de interesses nos projetos hidrelétricos pós-privatização: resultados de pesquisa de campo sobre os casos nos rios São Marcos, Araguaia e nos rios do Sudoeste (Claro, Verde e Corrente)

Introdução

Entre junho de 2000 e abril de 2002, a ANEEL licitou e outorgou a concessão para cinco projetos hidrelétricos localizados em Goiás: dois no rio Corrente, um no rio Corumbá, um no rio São Marcos, todos afluentes do rio Paranaíba, e um no rio Araguaia (ver dados na tabela a seguir). Destes projetos, apenas dois tiveram de fato as obras iniciadas, e, por ocasião desta pesquisa em campo, no 1º. Semestre de 2005, verificou-se que a usina de Espora, no sudoeste goiano, estava em fase adiantada da construção civil, tendo o rio já sido desviado; e que a usina de Corumbá IV, próxima ao Distrito Federal, estava praticamente pronta, em fase de enchimento da represa (foi objeto de uma pesquisa em separado, cujos resultados serão apresentados no Capítulo 5).

As outras três outorgas tornaram-se focos de problemas jurídicos e sociais e motivos de preocupações ambientais, antes mesmo que os canteiros das obras fossem iniciados. São conhecidos atualmente como casos de conflitos: o projeto de usina chamada Couto de Magalhães, previsto há quase sessenta anos na primeira grande queda do rio Araguaia; o projeto de Itumirim, no rio Corrente, acima da obra de Espora; e o projeto chamado Serra do Facão,

perto da cidade de Catalão, cuja represa no rio São Marcos alagaria uma parte da divisa GO-MG. Nos três casos, participam das lides jurídicas os procuradores da República, os quais nos receberam e nos autorizaram a consultar os autos desses processos.

Em novembro de 2002, num período em que a ANEEL organizou um grande número de licitações de tais projetos em vários Estados brasileiros, outros cinco projetos foram licitados e outorgados em Goiás: mais um no rio Corrente, dois na bacia vizinha, do rio Verde, e dois no rio Claro, todos no Sudoeste goiano. Ao que se pôde constatar, os cinco projetos obtiveram a licença ambiental na agência estadual goiana, mas persistem conflitos, expressos em Inquéritos Civis Públicos abertos pelos promotores do MPE.

Quadro 05 - Projetos hidrelétricos licitados e contratados pela ANEEL em Goiás, entre junho de 2000 e novembro de 2002

Denominação Número geral	Rio / cotas da represa e da saída a jusante	Municípios atingidos	Área da represa (km ²)	Potência (MW)	Data da Outorga	Contrato de Concessão	Empreendedores
Itumirim 33	Corrente 680/584		58,0	50	09/06/2000	053/2000	Cia. Energética Itumirim
Corumbá IV 15	Corumbá 842/771	Luziânia	173,3	127	14/11/2000	93/2000	Corumbá Concessões S/A
Espora 34	Corrente 584/531	Aporé e Serranópolis	31,0	32	19/02/2001	013/2001	Fuad Rassi Eng., Ind. e Comercio.
Serra do Facão 8	756/675	Catalão / GO e Campo Alegre /MG	213,8	210	16/10/2001	129/2001	Empresa Associada Serra do Facão a
Couto de Magalhães 92	Araguaia	Santa Rita / GO e Alto	7,2	150	02/04/2002	021/2002	Consorcio REDE Couto
Caçú 25		Caçú	14,0	65	08/11/2002	089/2002	Alcan Alumínio
Barra dos Coqueiros 26	Claro 448/412	Caçú e Cachoeira Alta	35,0	90	08/11/2002	089/2002	Alcan Alumínio do Brasil Ltda
Salto 30	Verde 447/400	Itarumã e Caçú	72,0	108	08/11/2002	090/2002	Rio Verdinho Energia S/A
Verdinho 32	Verde 370/329	Itarumã e Caçú	74,0	93	08/11/2002	091/2002	Rio Verdinho Energia S/A
Olho d'água 36	Corrente 490/439	Itajá e Itarumã	62,0	33	08/11/2002	093/2002	J. Malucelli Const. de Obras Ltda
Somatório das áreas inundadas em (Km²)			730,0	958	Somatório das potências instaladas (MW)		

Fonte: tabela organizada pelo autor, a partir do **Diagrama topológico dos aproveitamentos hidrelétricos**, [CCPE – Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB – Grupo de Trabalho de Informações Básicas para o desenvolvimento da oferta] DOMINGUES, CATHARINO (Coordenador), ELETROBRÁS e ELETRONORTE, 2003. Dados também coletados no sítio eletrônico da ANEEL – Programa Indicativo de Licitação de Concessões, 1999 – 2004. ANEEL – Superintendência de Gestão dos Potenciais Hidráulicos/SPH – Relatório de Acompanhamento de Estudos e Projetos de Usinas Hidrelétricas de 31 de janeiro de 2001. ANEEL – Banco de Informações de Gestão, 2004. Além, é claro, dos dados fornecidos por empresas públicas e privadas do respectivo setor. Alcoa Alumínio S.A.; Companhia Brasileira de Alumínio; DME Energética Ltda.; Votorantim Cimentos Ltda.; Companhia de Cimento Itambé (Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão). (b) Rede Couto Magalhães Energia S.A. e Enercouth S.A. (Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães). Elaboração do próprio autor, a partir de dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.aneel.gov.br, em junho de 2005.

Neste Capítulo, não se pretende somente registrar e criticar a imagem do *progresso* garantido pelas usinas futuras, a promessa de uma vida mais confortável, socialmente mais equilibrada, tão divulgadas pela indústria de energia elétrica durante seu avanço sobre o território goiano. Tenta-se obter elementos explicativos sobre como se dá atualmente, na era da pós-

privatização, o processo de eletrificação em Goiás; sabe-se que não há propriamente uma ruptura com o modelo histórico de atuação dessa indústria, e sim uma recomposição de interesses capitalistas sobre esse mercado, com um relativo recuo das empresas estatais.

Deve-se, então, verificar como está se desenvolvendo uma nova composição de interesses sob a privatização dos investimentos e dos mercados de eletricidade, e a questão: se houve algum aperfeiçoamento dos problemas potencialmente conflitivos na implantação de usinas – ou, ao contrário – se houve acirramento desses conflitos.

A indústria elétrica conseguiu disseminar, no seio da sociedade civil, um tipo de *trauma*, ou um estigma, que atinge não só os locais onde estes projetos hidrelétricos foram e estão sendo instalados, mas também a propagação dos seus efeitos por várias micro-regiões nos territórios de Goiás e do Distrito Federal, na medida em que se anunciam mais obras. Com isso, os vales dos rios e os sítios hidrográficos mais marcantes, as quedas d' água e os trechos encachoeirados vão sendo prospectados e preparados para uma espécie de disputa.

Os elementos factuais apresentados a seguir foram recolhidos durante atividades de reconhecimento e de observação em campo, em cada um dos locais aqui mencionados: o alto Araguaia, no trecho onde funciona uma já pequena usina antiga e onde se prevê o barramento do Salto Couto de Magalhães; nos rios do Sudoeste: o Claro, o Verde e o Corrente, cujos trechos *barráveis* foram percorridos; e no rio São Marcos, no extremo Sudeste de Goiás.

Sumário do Capítulo

4.1 Rio Araguaia, a ameaça do primeiro grande projeto hidrelétrico

4.1.1 Araguaia da pesca, das praias, do turismo

4.1.2 Formação do conflito

4.2 Especulação hidrelétrica chega aos rios do Sudoeste Goiano

4.2.1 Região Sudoeste de Goiás e suas atividades

4.2.2 Espora, a primeira hidrelétrica nos rios do Sudoeste Goiano

4.2.3 ANEEL sob a mira do Ministério Público

4.3 Resistência regional aos grandes grupos econômicos, no projeto Serra do Facão

4.1 Rio Araguaia, a ameaça do primeiro grande projeto hidrelétrico



(20) Foto das nascentes do rio Araguaia entre os municípios de Santa Rita do Araguaia/GO e Alta Araguaia/MT.



(21) Foto da queda d'água da Cachoeira Couto Magalhães.



(23) Foto da Cachoeira de Couto Magalhães GO/MT.



(24) Foto da Cachoeira de Couto Magalhães GO/MT.



(25) Foto da Cachoeira de Couto Magalhães GO/MT.



(26) Foto da família do Antonio dos Santos da Silva que vive às margens da Cachoeira de Couto Magalhães GO/MT.

Fonte: fotos obtidas durante pesquisa de campo realizada na Cachoeira de Couto Magalhães, entre os municípios de Santa Rita do Araguaia/GO e Alta Araguaia/MT, em março de 2005.

4.1.1 Araguaia da pesca, das praias, do turismo

Em toda extensão do rio Araguaia é marcado pela vegetação e pela fauna presentes na faixa de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica. Nele estão presentes vários ecossistemas, bastante visitados por biólogos, ornitólogos e cientistas das mais diversas áreas científicas a fim de estudar a flora e fauna local. Em boa parte da extensão do Vale do Araguaia também apresenta variadas opções turísticas e de pesca, com um misto de paisagens (savanas, cerrados, campos rupestres, matas ciliares, cerradão, campo limpo entre outros) e fauna bastante diversificadas que atraindo muitos turistas e pescadores anualmente, alguns destes, aventuram-se a navegar pelo rio Araguaia conhecido pela grande variedade de peixes, porém, outros aspectos não são conhecidos como as barrancas do rio, seus bancos de areia e praias. Ainda nesta zona fisiográfica está situada a maior ilha fluvial do mundo – Ilha do Bananal. Constituem-se atrações turísticas e de pesca das cidades ribeirinhas, principalmente no verão, as praias de: São Félix do Araguaia, Barra do Garças, Luciara, Santa Terezinha e Cocalinhos.

Por muito tempo, a localização da nascente do rio Araguaia foi motivo de controvérsia, não raro pontuada por intervenções policiais. A razão é simples. O Araguaia serve de limite entre o Estado de Goiás e o de Mato Grosso. Os goianos sempre defenderam que a nascente fosse considerada o Córrego Araguainha, a 7 Km a oeste da atual localização, o que lhes daria o direito de arrecadar os impostos sobre uma quantidade maior das terras férteis da região. Em 1984, porém, um acordo pôs fim à questão, reconhecendo como nascedouro do grande rio um buraco de não mais de 1 m², escondido no campo de uma fazenda chamada Linck.

O lugar foi demarcado por um pequeno monumento de concreto, posto pelo Serviço Geográfico do Exército, em 2003. Para chegar até lá, é preciso caminhar por uma trilha no meio de pastagens, depois de passar várias porteiras de arame. A água que brota sem cessar abre caminho por debaixo da terra e só vai ressurgir em uma várzea a alguns quilômetros adiante, sem um curso definido, como se fosse um conjunto de riachos e córregos ⁽²²⁵⁾.

Aos poucos, vão surgindo matas inundadas e alguns lagos rodeados de buritis, onde costumam fazer ninho as araras que lhe deram o nome na língua tupi, (Araguaia quer dizer rio das Araras). Cerca de 70 Km após as nascentes, o rio, enfim, começa a tomar forma, em um serpenteado que se mantém até alcançar as primeiras cidades as suas margens. Do lado sul mato-

²²⁵ Nota: esta trilha foi feita por mim e o Paulo Melo, na oportunidade da visita de campo realizada nos dias 20 a 25 de março de 2005.

grossense, encontra-se o Alto Araguaia. Do outro, separada por uma ponte de não mais de 30 metros, a goiana Santa Rita do Araguaia.

Cabe registrar ainda que a pequenina praia no Alto Araguaia, em outros tempos, já foi bem freqüentada por turistas. Hoje em dia não consegue atrair mais banhistas, pois os esgotos das duas cidades são jogados diretamente no leito do rio. Além do mais, é praticamente nas nascentes do rio Araguaia que se planeja instalar um aproveitamento hidrelétrico de 150 MW, o qual encobriria o degrau da famosa cachoeira de Couto Magalhães ⁽²²⁶⁾.

A 24 Km dali, porém, por uma estrada de terra, chega-se a um dos grandes espetáculos do rio, a quase desconhecida cachoeira de Couto Magalhães, com as quedas de cinquenta metros enfeitadas por um permanente arco-íris ⁽²²⁷⁾. Em que pese sua beleza, a cachoeira vive sob a permanente ameaça de desaparecer, caso seja construída a hidrelétrica planejada desde 1960 para ser instalada nesse local. O fato é que, mesmo de médio porte, o represamento das águas fatalmente provocará o desaparecimento das quedas d'água na época da seca.

Os projetos hidrelétricos, por começarem em um dos recantos mais bonitos do rio, sofrem forte oposição de movimentos ambientalistas, como a ONGs Guerreiros da Natureza. As usinas, se construídas, poderão deixar debaixo d'água os cânions de até 40 metros de altura por onde se espreme o Araguaia naquelas bandas. Um dos bastiões de resistência é a Fazenda Encantado, com 8.500 hectares de terras que se estendem pelas margens goianas, no município de Baliza, cujo proprietário, o jornalista Batista Custódio, transformou em uma área de proteção ambiental permanente.

Só pela Fazenda Encantado correm 31 quilômetros de cânions, do fundo dos quais garimpeiros clandestinos, como Pedro Lopes, ainda tentam fisgar os diamantes que restaram no leito do rio. Mas, as pedras de valor se tornaram tão raras como os grandes peixes. Não era assim até final do século XIX e início do século XX, quando o garimpo atraiu para esta região levas imensas de imigrantes, principalmente de nordestinos, conforme relata Couto Magalhães ⁽²²⁸⁾.

Aos 80 anos, o cearense Valdo Varjão ainda lembra-se bem daquela época em que a *Marcha para o Oeste* comandava o processo de ocupação do sertão brasileiro. Quando ele chegou, junto com o pai, na confluência dos rios Garças e Araguaia, tinha apenas cinco anos. A

²²⁶ Nota: para melhor compreender a importância histórica e natural da cachoeira de Couto Magalhães é necessário ler a seguinte obra: MAGALHÃES, José Couto 1837-1898. **O selvagem**. São Paulo: Ed. Comemorativa do centenário da 1ª edição. Editora USP, 1975.

²²⁷ Nota: relatório realizado durante a viagem ao rio Araguaia para fins de pesquisa nos dias 20 a 25 de março de 2005.

²²⁸ MAGALHÃES. 1975. p. 91 a 104.

família vendera tudo o que tinha para tentar a sorte no garimpo, conforme confere seu testemunho:

Barra do Garças e Aragarças eram apenas amontoados de barracos à beira dos rios, mas chegou tanta gente que acabaram se transformando em cidades, relata Valdo Varjão. Aos 15 anos, Varjão já mergulhava no Araguaia, ajudando o pai na busca de diamantes. Mas nunca encontramos a grande pedra com que sonhávamos. Tudo o que se pegava, mal dava para pagar a comida para sobreviver ⁽²²⁹⁾.

Depois da morte do pai, desiludido com o garimpo, Varjão resolveu mudar de vida e entrou na polícia militar do Estado de Mato Grosso. Por várias vezes foi vereador; lutou pela emancipação de Barra do Garças, da qual foi por três vezes prefeito; elegeu-se deputado estadual e federal e até ganhou um mandato de senador. Quando o senador biônico Gastão de Matos Muller morreu, Varjão, que era seu suplente, completou seu mandato. Com a experiência adquirida no garimpo, o ex-senador contraria as opiniões gerais e garante que ainda há muito diamante por lá:

O problema é que, para plantar soja, desmataram as margens, e a chuva levou a areia para o rio, encobrindo o cascalho. E é no cascalho que se escondem os diamantes ⁽²³⁰⁾.

Os novos imigrantes, porém, preferem acreditar em outra riqueza. São, em sua maioria, colonos gaúchos, que, a partir da década de 1970, transformaram o cerrado original às margens do rio Araguaia em vastas plantações, além dos paulistas que construíram imensas fazendas de gado. A terra é boa, naquela época custava barato, e água nunca faltou.

É quando passa por Barra do Garças que o Araguaia ganha a forma de um rio de planície, espalhando-se por até 500 metros de largura. Às vezes, na época da cheia, torna-se caudaloso, arrasando plantações e inundando cidades, como aconteceu na grande cheia de 1980 e se repetiu com quase igual intensidade no ano de 2003. Durante a maior parte do ano, porém, ele desce manso em direção ao norte do Brasil, para se juntar ao rio Tocantins. Na seca, entre junho e setembro, vai deixando à mostra praias de areias brancas que, principalmente em julho, são tomadas pelos acampamentos.

²²⁹ Nota: tomada de depoimento concedida no dia 23 de março de 2005, durante pesquisa de campo.

²³⁰ Nota: tomada de depoimento concedida no dia 25 de março de 2005, durante pesquisa de campo.

De início, instalações rústicas, apenas com as barracas e uma fogueira para se conversar em volta nas noites quase sempre enluaradas, os acampamentos se transformaram em autênticos *resorts*, com geradores, chuveiros com água quente e televisão por satélite. Em alguns, há requintes como mini-estações de tratamento de esgoto, geradores de energia solar e até boates. Entre os poucos pontos turísticos que mantêm o antigo jeito *selvagem* está o Boca da Praia, da fazendeira Maria Elias Melo. De acordo com ela:

Há quarenta anos que eu acampo aqui, mas a família foi crescendo, vieram os amigos, e então resolvemos transformar o acampamento em negócio, diz Maria. Não dá lucro, mas pelo menos ajuda a reunir toda a família nas férias. E isso não tem preço. No acampamento de Maria não há televisão. É para poder juntar todo mundo à volta da fogueira, à noite, para um bate-papo, como antigamente explica Maria. Mas, um gerador Diesel garante a cerveja gelada e aquecedor a gás para aquecer a água do chuveiro ⁽²³¹⁾.

Na maioria dos acampamentos só dá para se chegar pelo rio, e o ponto de partida das canoas que carregam os visitantes é a agitada Aruanã, um antigo povoado formado em terras tomadas dos índios Carajá. Dos antigos habitantes, restaram 196 pessoas, totalmente aculturadas, que moram em uma aldeia com casas de alvenaria à beira do rio e sobrevivem da venda de artigos artesanais em uma lojinha para turistas. Junto, fica um pequeno museu e uma escola bilíngüe. Foi a maneira que o atual cacique, Raul Hawakati, encontrou para resgatar algumas das tradições de seu povo.

É difícil, as crianças ainda não sabem falar o tupi, diz Hawakati, mas aos poucos eles vão aprender. Outra briga dos índios é retomar pelo menos parte de seu antigo território. Meu avô, relata o cacique Maurehi, contava que, quando os brancos chegaram ao Araguaia, as terras dos carajás se estendiam em um raio de 150 quilômetros ao redor daqui. E nos tomaram tudo ⁽²³²⁾.

Eles já conseguiram de volta uma área de 800 hectares do outro lado do rio, em frente à cidade, onde planejam implantar um projeto de eco-turismo, com um hotel sobre palafitas e trilhas de caminhada na mata. Por enquanto, alugam, por até 250 reais ao mês, pontos para

²³¹ Nota: depoimento concedido em 25 de março de 2005, durante pesquisa de campo.

²³² Nota: depoimento concedido em 25 de março de 2005, durante pesquisa de campo.

comerciantes instalarem barzinhos na alta temporada. Ao lado da aldeia, os Carajás esperam a desapropriação e a devolução de valorizadíssimos terrenos loteados ilegalmente pela prefeitura, em 1972, e que hoje abrigam mansões. Entre os moradores ilustres que podem virar sem-teto está a atriz Glória Pires, que comprou recentemente uma das melhores casas do local.

A região dos acampamentos estende-se, porém, ao longo de mais 220 Km de rio, entre Aruanã e Luís Alves. Nas margens, sucedem-se fazendas de gado e algumas poucas cidadezinhas, como Cocalinho, Xixá e Bandeirantes, que, apesar do movimento dos turistas, ainda mantêm antigos costumes, como os leilões de pernis ou lombos de porco assados, na praça da matriz. Em julho, esse trecho do rio torna-se uma movimentada estrada aquática, espantando a variada fauna que costumeiramente frequenta suas margens. Mesmo assim, os troncos secos na beira d'água abrigam milhares de tracajás tomando sol. É possível encontrar também um ou outro jacaré e poucas capivaras. Das antas, onças, porcos-do-mato e ariranhas que existiam por ali, nem sinal. Não faltam, contudo, bandos de pássaros, de martins-pescadores a tucanos e araras, muitas garças e até alguns tuiuiús.



(27) Foto do rio Araguaia, na cidade de Aruanã/GO, onde se localiza um dos importantes pontos turísticos desse rio. Fonte: pesquisa de campo realizada no mês de abril de 2005.

Na água, volta e meia avistam-se evoluções de botos-cinza, sinal de que há cardumes por perto. Sim, porque houve a proibição total da pesca, durante o ano de 2001, e o posterior estabelecimento, pelo governo de Goiás, do limite de captura de um espécime não sendo mais do que cinco quilos de peixe por pescador. Antes, eram permitidos até trinta quilos por pessoa. Com esta nova restrição à pesca, cabe ressaltar que algumas espécies já começaram a reaparecer. O

secretário goiano do Meio Ambiente, Paulo Souza Neto, que, em julho de 2003, liderou uma expedição de 17 estudiosos das Universidades Federal e Católica de Goiás no trecho entre Aruanã e Luís Alves, afirma que só um dos cardumes de piau com que a expedição cruzou ocupava nada menos que 14 Km de extensão do rio Araguaia ⁽²³³⁾.

A Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do Instituto de Estudo Socioambiental (IESA), está elaborando um amplo estudo a respeito do turismo no município de Aruanã, no Vale do Araguaia. O principal objetivo é traçar um perfil de todas as potencialidades do segmento e, além disso, descobrir outras alternativas. O trabalho, uma espécie de plano diretor do setor, também visa apontar caminhos sustentáveis. A cidade hoje figura como a mais visitada pelos goianos que procuram o rio Araguaia e tem como principal referência turística a temporada de julho.

A prefeitura local se diz preocupada em atrair turistas em outras épocas do ano. O trabalho técnico em Aruanã vem sendo encabeçado pela professora Maria Geralda de Almeida, coordenadora do curso de especialização em turismo da UFG. A especialista é a mesma que já coordenou um estudo sobre as potencialidades turísticas da Região Norte de Goiás e que atualmente executa um levantamento semelhante voltado especificamente para a região do lago de Serra da Mesa, também na Região Norte. As primeiras reuniões a respeito do assunto foram realizadas em maio deste ano. No momento, os especialistas estão preocupados em levantar todo tipo de material que já foi produzido até agora sobre o turismo em Aruanã: *O pessoal ainda está na fase de consulta. Mas eles logo chegarão à fase do trabalho de campo*, explica a diretora de Meio Ambiente da prefeitura de Aruanã, Maria Sônia França. Ela ressalta que além de descobrir as potencialidades, o estudo também deverá indicar as fragilidades do turismo no município:

Precisamos ter esse trabalho técnico de ordenamento justamente para identificar o que a gente vem fazendo de certo, o que está errado e o que ainda pode ser executado para melhorar as condições do turismo local ⁽²³⁴⁾.

Conforme afirmou Sônia França, uma das grandes preocupações nesta temporada vem sendo a coleta seletiva de lixo nos acampamentos localizados acima e abaixo de Aruanã. Os materiais biodegradáveis, como restos de alimentos, são enterrados na areia. Já os produtos

²³³ Nota: dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.aag.gov.br, em março de 2005.

²³⁴ Nota: depoimento concedido no dia 25 de março de 2005, durante pesquisa de campo.

recicláveis são separados e colocados em sacolas plásticas. Um batelão da prefeitura percorre o rio diariamente coletando o lixo e levando-o à cidade. Especialistas, a exemplo do antigo pescador Agenor Otacílio da Costa, confirmam a volta de peixes pequenos neste rio. Mas, não mais os grandes filhotes ou os pirarucus que ali arpoaram por mais de cinquenta anos.

O maior pirarucu que peguei foi no Lago da Ressaca, lá no Bananal, e media 4 metros. Estava a 30 metros de distância, mas eu consegui acertar atrás do olho dele, conta Agenor, que, aos 73 anos, hoje se dedica a transportar turistas em seu barquinho de alumínio. Parece que ainda tem alguns peixões lá pelo Bananal ⁽²³⁵⁾.

É bem possível. Afinal, a partir de Luís Alves, o gado, as plantações e a presença humana vão rareando. É o pedaço mais selvagem do Araguaia que ali se reparte para abraçar a maior ilha fluvial do mundo, a do Bananal. É um lugar muito especial, um corredor de 200 Km de proteção ambiental formado pela reserva indígena da Ilha do Bananal, pelo Parque Nacional do Araguaia, também na ilha, e pelo Parque Estadual do Cantão, no Estado de Tocantins. Ali se encontram três ecossistemas diferentes: o cerrado, a floresta amazônica e o Pantanal, todos ainda sem tantas alterações, que se constituem um berçário de espécies já ameaçadas em outras regiões do país, como a ariranha, o cervo-do-pantanal e a onça-pintada.

À parte sul da ilha, administrada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), abriga uma dezena de aldeias Carajá e outro tanto de Javaé que ao lado de costumes ancestrais, incorporaram conquistas modernas. Assim, moradias tradicionais, construídas engenhosamente apenas com palha trançada e toras de madeira, sem sequer um prego, alinham-se com casas de tijolos pintadas com propagandas políticas e munidas de televisões com antenas parabólicas. Alguns dos raros rituais tradicionais que ainda sobrevivem na aldeia são a comemoração de Aruanã, o Deus das Águas, e o Hetohoky, a festa de iniciação dos meninos, em que o feiticeiro usa um pente de dentes afiados para sangrar-lhes a pele e eles têm de agüentar tudo sem reclamar. Mas, enquanto alguns participam e outros apenas observam, a maioria segue sua vida, alheia aos costumes de seus ancestrais.

Dividindo espaço com a reserva indígena, a metade norte da Ilha do Bananal é ocupada pelo Parque Nacional do Araguaia, onde se percebe com nitidez a influência do regime das chuvas que inundam parte das terras na época da cheia e que trazem à tona um terceiro

²³⁵ Nota: entrevista concedida no dia 24 de março de 2005, durante pesquisa de campo.

ecossistema além do cerrado e da floresta amazônica. O Pantanal é um lugar privilegiado para observar aves, pela abundância e pela diversidade de espécies, como o tucanuçu, a águia-pescadora e o uirapuru, típico da região amazônica. Seguindo o curso do rio em direção ao norte, o Parque Estadual do Cantão também é governado pelas chuvas: aproximadamente 80% da sua área fica submersa na cheia.

Nessa época, entre dezembro e fevereiro, é possível penetrar de barco pelos igapós no interior da floresta e chegar próximo à copa das árvores, que não raro ultrapassam os trinta metros de altura. Pode-se acompanhar também a migração dos peixes de toda a bacia do Araguaia em busca dos frutos que caem nas águas. Mas é na seca, entre junho e dezembro, que a exuberância do Cantão atinge seu auge. Quando o Araguaia se retrai, surgem imensos bancos de areias brancas e as 830 lagoas da reserva formam uma extensa rede de canais, onde a floresta e os animais podem ser vistos bem de perto ⁽²³⁶⁾. São tuiuiús, garças, colhereiros, bandos de emas que disputam com jacarés e onças o banquete oferecido pelos cardumes. Os peixes esperam nos lagos a volta das chuvas, para então sair novamente pelo rio e se reproduzir. Tartarugas-da-amazônia e até alguns dos lendários botos-cor-de-rosa completam o cenário.

Não é raro serem vistos barcos de pescadores ilegais ou caixas de isopor usadas por caçadores de ovos de tartaruga abandonados nas margens, na fuga da fiscalização. Exploração de madeira, criação de gado, captura de ovos de tartaruga, caça e pesca clandestina vão, pouco a pouco, vitimando espécies da fauna e da flora. Sem contar as queimadas. Em setembro do ano de 2003, por exemplo, 500 mil hectares da região arderam em chamas ⁽²³⁷⁾.

Ultrapassada a Ilha do Bananal, o Araguaia cruza mais uma fronteira estadual, agora separando Pará e Tocantins, e mantém seu curso tranqüilo até a altura de Xambioá, quando entra em sua região mais acidentada. São as corredeiras de Santa Isabel, com 14 quilômetros de extensão, onde o grupo REDE planeja instalar mais um empreendimento hidrelétrico. Ali perto fica o Bico do Papagaio, região marcada pelos conflitos de propriedade de terras, em que, no início da década de setenta o século XX, desenrolou-se um dos mais sangrentos episódios da história recente do Brasil, a Guerrilha do Araguaia. A essa altura, o grande rio já está chegando ao fim, prestes a perder seu nome e a integrar-se ao rio Tocantins.

Esse paraíso já ameaçado com a presença humana na área ficará mais vulnerável à degradação caso a usina de Couto Magalhães venha a ser construída em razão direta da redução

²³⁶ Nota: dados cedidos pela Agência Ambiental de Goiás. Goiânia: março de 2005.

²³⁷ Nota: dados cedidos pela Agência Ambiental de Goiás. Goiânia: março de 2005.

do fluxo d'água do rio e a retenção de sedimentos em sua calha. Na realidade, essa obra fica acima, um bom pedaço, em relação às áreas que podem ser utilizadas pelos banhistas durante a alta temporada do rio Araguaia, entre os meses de julho e setembro de cada ano. Os maiores problemas são outros projetos hidrelétricos previstos para serem instalados rio abaixo. Por exemplo, os projetos da usina Torixoreu, com a previsão de instalar 220 MW de potência entre os municípios de Torixoreu/MT e Baliza/GO, e o da Barra do Caiapó, com a previsão de instalar 220 MW de potência entre os municípios de Araguaiana/MT e Registro do Araguaia/GO. No item que segue, analisa-se a formação desse conflito.

4.1.2 Formação do conflito

As comunidades dos municípios de Santa Rita do Araguaia/GO e do Alto Araguaia/MT convivem com o fantasma do projeto hidrelétrico de Couto Magalhães desde 1955, quando, pela primeira vez, a CELG apresentou-se para instalar naquela cachoeira um aproveitamento hidrelétrico. Mas, a opção pelo projeto hidrelétrico da Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, em 1956, acabou postergando a idéia de barrar a *mais linda queda d'água em território goiano* ⁽²³⁸⁾.

Em 1972, em pleno exercício do governo militar, foi criada a ELETRONORTE com o objetivo de garantir o suprimento de eletricidade no Norte e parte do Centro-Oeste do país. Em meio à disputa de capitais entre estas estatais, em 1986, a ELETRONORTE propõe-se a incluir o projeto hidrelétrico Couto Magalhães nos seus planos de expansão.

Em meio ao conturbado processo de privatização da indústria de energia elétrica, em 22 de janeiro de 1998, o Superintendente de Meio Ambiente da ELETRONORTE, Humberto Rodrigues Gama, solicitou ao diretor do IBAMA, Manoel Magalhães de Melo Neto, a Licença Prévia para o empreendimento UHE de Couto Magalhães ⁽²³⁹⁾. Em 24 de abril de 1998, o IBAMA encaminhou à ELETRONORTE cópia do Termo de Referência, a fim de que fosse iniciada a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA da usina hidrelétrica Couto Magalhães.

²³⁸ Nota: em 1955, a CELG foi criada, e no mesmo ano o então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, encomendou ao engenheiro Oton Nascimento um plano de eletrificação do Estado de Goiás. Neste plano, aparece pela primeira vez, a idéia de instalar na cachoeira de Couto Magalhães um aproveitamento hidrelétrico.

²³⁹ IBAMA Processo sob o N^o 02001.000295/98-90. Interessado: ELETRONORTE. Assunto: Licença Prévia para o Empreendimento da UHE Couto Magalhães. Brasília. 1997. 01 a 31.

Na mesma época, o IBAMA solicitou pareceres técnicos a propósito do referido processo às Agências Ambientais de Goiás e Mato Grosso, cabendo registrar que ambas não impuseram nenhum obstáculo à construção desse empreendimento. Em 06 de janeiro de 1999, Alberto Costa de Paula, Coordenador-Geral do IBAMA, recebeu da ELETRONORTE o EIA/RIMA do empreendimento, e depois de vários pareceres técnicos recebidos de diversos órgãos internos, em 20 de maio de 1999, o mesmo órgão ambiental autorizou a publicação do Edital do RIMA para consulta da população interessada. A partir de então, a ELETRONORTE estava autorizada a realizar as audiências públicas para discussão do RIMA do empreendimento com a sociedade civil nos municípios diretamente afetados pela construção da usina hidrelétrica Couto Magalhães.

No dia 12 de junho de 1999, a ELETRONORTE realizou a primeira audiência pública na cidade de Alto Araguaia/MT ⁽²⁴⁰⁾. O Edital publicado pelo IBAMA, em 26 de julho de 1999, autorizou a ELETRONORTE a realizar a segunda audiência pública, em 20 de agosto de 1999, na cidade de Santa Rita do Araguaia/GO. Neste evento, além de autoridades, estavam presentes várias entidades, tais como o Instituto Internacional de Ecologia, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sindicatos de Trabalhadores Rurais de ambas as cidades atingidas, Fundação Nacional do Índio, Associação de Moradores, Centro Nacional dos Quelônios da Amazônia e uma participação expressiva da sociedade civil local.

Estas entidades, durante a audiência promoveram fortes críticas ao empreendimento UHE de Couto Magalhães, mais uma vez, destacando-se aquelas provenientes dos índios e ribeirinhos atingidos diretamente pela obra ⁽²⁴¹⁾. Depois destas duas audiências públicas realizadas pela ELETRONORTE, o IBAMA, em 14 de outubro de 1999, emitiu um parecer técnico do EIA/RIMA a propósito da Licença Prévia do empreendimento afirmando que:

Após a análise dos documentos, concluímos que as informações apresentadas são insatisfatórias para se avaliar a viabilidade ambiental da UHE Couto Magalhães. O diagnóstico não levou em consideração alguns aspectos do Termo de Referência, principalmente no que se refere às variações sazonais e ao ambiente a jusante. Como consequência, alguns impactos não foram considerados e outros devem ser reavaliados,

²⁴⁰ IBAMA Processo sob o N^o 02001.000295/98-90. Transcrição da Audiência Pública UHE Couto Magalhães. Alto Araguaia. 12/06/1999. p. 221 a 326.

²⁴¹ Nota: maiores detalhes consultar o seguinte documento: IBAMA Processo sob o N^o 02001.000295/98-90. 1997. Transcrição da Audiência Pública UHE Couto Magalhães. Alto Araguaia. 12/06/1999. p. 386 a 458.

principalmente quanto aos corredores de fauna para o PARNA Emas, quanto à vazão reduzida no trecho de 8 Km e os impactos a jusante ⁽²⁴²⁾.

No mesmo sentido, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN também se manifestou sobre o assunto, afirmando que a obra causaria danos irreversíveis às comunidades indígenas que habitam aquela região. Em 10 de dezembro de 1999, o Ministério Público Federal em Mato Grosso, de posse do parecer do IPHAN, imediatamente instaurou o processo administrativo nº 0129/99, em desfavor da ELETRONORTE, a fim de investigar os possíveis danos ambientais e impactos sobre os povos indígenas, decorrente da construção da UHE de Couto Magalhães. Em Goiás, em 17 de julho de 2000, o Ministério Público Federal, através da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimonial Cultural emitiu o seguinte parecer:

A fragilidade ambiental do rio Araguaia imputa a obrigatoriedade de ação de medidas preventivas a fim de que a UHE Couto Magalhães não acentue processo de assoreamento verificado no rio e a conseqüente destruição de seus habitats ripários ⁽²⁴³⁾.

Em 13 de dezembro de 2000, o IBAMA emitiu uma nota técnica nº 095/2000, informando que até aquela data a ELETRONORTE não havia lhe encaminhado a complementação dos estudos solicitados para a conclusão do referido processo, a fim de subsidiar a emissão da Licença Prévia. No entanto, em 11 de junho de 2001, o IBAMA acusou o recebimento dos estudos complementares ao EIA/RIMA, encaminhados pela ELETRONORTE.

Um outro parecer foi emitido pelo IBAMA, em 01 de agosto de 2001, e dessa vez, a negação do pedido de Licença Prévia para o respectivo empreendimento deu-se em face de o empreendedor não ter apresentado um estudo completo dos impactos sócio-ambientais que esta obra poderia causar no conjunto da bacia do rio Araguaia, como preconizado no Termo de Referência.

No leilão de 30 de novembro de 2001, na Bolsa de Valor do Rio de Janeiro, o consórcio Ener-REDE Couto Magalhães, formado pela (Companhias de Energia Elétrica do Estado do Tocantins) CELTINS e pela (Energia Paulista Ltda.) ENERPAULO, arrematou a concessão da

²⁴² IBAMA Processo sob o Nº 02001.000295/98-90. Transcrição da Audiência Pública UHE Couto Magalhães. Alto Araguaia. 12/06/1999. p. 486.

²⁴³ IBAMA Processo sob o Nº 02001.000295/98-90. Interessado: ELETRONORTE. Transcrição da Audiência Pública UHE Couto Magalhães. Alto Araguaia. 12/06/1999. p. 533.

usina Couto Magalhães (150 MW), que possivelmente será construída no rio Araguaia, entre os estados de Goiás e Mato Grosso. O grupo ofertou lance de R\$ 18,5 milhões ao ano, ágio de 3.089,66% sobre o valor mínimo de R\$ 580 mil. Foi uma grande disputa, que envolveu capitalistas de nove países participando do leilão. Este fato levou o diretor-geral da ANEEL, José Mário Abdo, a comemorar tal proeza ⁽²⁴⁴⁾.

Mesmo frente a esta situação criada pela ELETRONORTE, em função do seu desejo imperativo de querer barrar a todo custo a cachoeira de Couto Magalhães, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, concedeu a outorga para a construção da usina hidrelétrica de Couto Magalhães ⁽²⁴⁵⁾.

Com a inauguração das primeiras etapas das hidrelétricas de Lajeado/TO, em 2001, de Cana Brava/GO, em 2002; com o início da construção da hidrelétrica de Peixe Angical/TO, também em 2002; as licitações das hidrelétricas de Couto Magalhães, GO/MT, em novembro de 2001 e de Estreito, MA/TO, em julho de 2002, sentia-se que um destino comum se impunha para toda a bacia Araguaia-Tocantins, destino esse sacramentado a cada novo leilão que a ANEEL iniciava e, o que acontecera em 1996 com Serra da Mesa, era só o começo. O destino dos rios Araguaia-Tocantins e das populações que vivem deles parecem estar irremediavelmente ligado à geração de energia.

A construção de barragens seqüenciadas, como está previsto para a bacia Araguaia-Tocantins, produzirá riscos sócio-ambientais que apenas um Estudo de Impacto Ambiental feito para cada projeto hidrelétrico não dá conta de averiguar.

No começo de 2003, a diretoria de licenciamento e qualidade ambiental do IBAMA divulgou parecer técnico considerando inviável ambientalmente a instalação do projeto hidrelétrico de Itumirim (bacia do Paranaíba) outorgado ao grupo REDE, na mesma região Sudeste do Estado de Goiás. Ao finalizar seu parecer, o coordenador do licenciamento ambiental, Leozildo Benjamin, considerou que a ANEEL deveria, antes de licitar hidrelétricas, fazer um estudo amplo das bacias.

²⁴⁴ Nota: dados extraídos do seguinte sítio eletrônico: www.aneel.com.br, em 12 de julho de 2005.

²⁴⁵ Nota: o Processo sob o nº **48500.005778/00-00** regula o contrato de concessão para exploração, pelas concessionárias vencedoras do leilão realizado em novembro de 2001, do potencial de energia hidráulica localizado no rio Araguaia, Municípios de Santa Rita do Araguaia, Estado de Goiás, e Alto Araguaia, Estado do Mato Grosso, nas coordenadas 17°10'11" de latitude Sul e 53°08'22" de longitude Oeste, **usina hidrelétrica Couto Magalhães**, com potência instalada mínima de 150,0 MW, bem como das respectivas **instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora**, descritas na Sub-cláusula Terceira desta Cláusula, CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 21/2002 - ANEEL – AHE COUTO MAGALHÃES neste Contrato como **aproveitamento hidrelétrico**, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 2 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial de 3 de abril de 2002.

Com esse estudo, a ANEEL teria observado que, caso o projeto hidrelétrico de Itumirim fosse instalado, ele alagaria 58 Km² hectares de extrema importância ecológica para a fauna do cerrado e do Parque Nacional das Emas. Esses impactos, combinados com os que seriam ocasionados pela construção da hidrelétrica de Couto Magalhães, seriam desastrosos para uma das últimas áreas em bom estado de conservação do cerrado brasileiro, onde existem corredores para grandes mamíferos. Quer dizer, as obras das hidrelétricas de Itumirim e Couto Magalhães estariam espremendo a vida na área preservada do parque das Emas.

Contudo, como já foi visto, Itumirim não conseguiu aval do IBAMA e, em decisão recente, o grupo REDE decidiu adiar seus planos de construir Couto Magalhães. Esses adiamentos fazem crer que ainda haverá, e que se pode fazer, novos amanhã para a bacia Araguaia-Tocantins e que os rumos sócio-ambientais não têm precisão de mudar para sempre.

Em 29 de setembro de 2003, o presidente do grupo REDE Couto Magalhães Energia S. A encaminhou ao diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do IBAMA, Nilvo Luiz Alves da Silva, o ofício sob nº CM-SP-O300-CT-019/03, comunicando formalmente a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 021/2002-ANEEL, referente ao aproveitamento hidrelétrico de Couto Magalhães. Dessa forma, pode-se deduzir, que a estatal ELETRONORTE vinha sendo usada pelo grupo REDE, apenas para tentar conseguir do IBAMA a Licença Ambiental de instalação do respectivo aproveitamento hidrelétrico. Uma vez que, até 1997, este aproveitamento hidrelétrico pertencia a ELETRONORTE. Cabe registrar que o mesmo ofício também foi encaminhado à ANEEL e ao MME. Até 30 de abril de 2005, data final da conclusão dos trabalhos de pesquisa de campo, não surgiram outros fatos que pudessem demonstrar interesse por parte do grupo REDE em dar continuidade ao processo de Licenciamento junto ao IBAMA, da UHE de Couto Magalhães.

Por enquanto, tudo indica que o grupo REDE desistiu de construir a usina hidrelétrica Couto Magalhães, que teria potência instalada na ordem de 150 MW, e inundaria uma área de 7.2 Km², no rio Araguaia, entre os municípios de Santa Rita do Araguaia/GO e Alta Araguaia/MT. O presidente da empresa, António Martins da Costa, explicou que o motivo é a falta de obtenção da Licença Ambiental ⁽²⁴⁶⁾. O IBAMA pediu ao grupo que fizesse novos estudos de impacto

²⁴⁶ Nota: dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.edpbrasil.com.br, em março de 2005.

ambiental, desta vez, abrangendo toda extensão da bacia do rio Araguaia e não apenas ficando restrito à área onde seria erguida a barragem da usina ⁽²⁴⁷⁾.

O Araguaia ainda não tem aproveitamento hidrelétrico desse porte. Pode-se imaginar Pressupõe-se que a devolução dessa concessão, por parte do grupo REDE, seja uma forma de pressão sobre os órgãos ambientais a fim de conseguir a liberação do licenciamento para iniciar logo a construção de tal empreendimento, sem sequer apresentar os estudos prévios de toda a extensão do rio. Além do mais, duas hipóteses devem ser investigadas para compreender tal situação: a primeira é se o pretexto ambiental pode forçar o governo federal a negociar a redução do ágio a ser pago por esta outorga; e a segunda é a existência ou não de bancos dispostos a financiar uma obra com tamanho risco de retorno financeiro em razão de complexos problemas sócio-ambientais ⁽²⁴⁸⁾.

No entanto, deve-se registrar que no sítio eletrônico do grupo REDE, em março de 2005, o seu presidente, Antônio Martins da Costa, afirmou que o motivo da devolução da outorga da UHE de Couto Magalhães foi a falta de licença ambiental.

Depois desses fatos, o IBAMA novamente solicitou ao grupo REDE o encaminhamento de novos estudos complementares de impacto ambiental em face da conclusão do EIA/RIMA ⁽²⁴⁹⁾. Mas, o presidente do grupo REDE disse o seguinte: *Se for para fazer o estudo novamente, preferimos não fazer a obra.* Não é a primeira vez na região que um investidor faz este tipo de cena: anunciar que vai devolver uma concessão. O IBAMA, ao avaliar em 2003, os estudos do projeto Santa Isabel, no mesmo rio Araguaia, divisa Tocantins-Pará, solicitou novos estudos. Disse a propósito o coordenador geral de licenciamento:

Não há um carimbo proibindo o rio Araguaia de abrigar projetos do gênero, apenas achamos que os estudos têm de ser melhor embasados, explica Luiz Felipe Kunz ⁽²⁵⁰⁾.

O consórcio de investidores liderados pela Vale do Rio Doce anunciou publicamente que iria desistir de construir a hidrelétrica Santa Isabel, de 1.087 MW, alegando problemas ambientais e aumento de custos não previstos no contrato de concessão.

²⁴⁷ Nota: dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.ibama.gov.br, em março de 2005.

²⁴⁸ IBAMA Processo sob o N^o 02001.000295/98-90. Transcrição da Audiência Pública UHE Couto Magalhães. Alto Araguaia. 12/06/1999. p. 715 a 727.

²⁴⁹ Nota: dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.edp.brasil.com.br, em janeiro de 2005.

²⁵⁰ Nota: citação coletada no seguinte sítio eletrônico: www.ibama.gov.br, em março de 2005.

Depois de quase sessenta anos, o fantasma do projeto hidrelétrico de Couto Magalhães continua a assombrar a população das cidades Santa Rita do Araguaia/GO, Alto Araguaia/MT, Baliza/GO, Torixoreu/MT, Registro do Araguaia/GO e Araguaina/TO. Durante os trabalhos de pesquisa de campo realizados naqueles municípios pôde-se testemunhar calorosos debates em toda e qualquer roda de pessoas que discutiam o assunto. Quem não quer ser um pouquinho engenheiro está por pouco para se tornar um ativista ecológico. Foram mil e uma idéias discutidas ao mesmo tempo nas praças, ruas e avenidas públicas.

Foram presenciadas também diversas reuniões e palestras realizados pelos grupos envolvidos e interessados no projeto hidrelétrico Couto Magalhães, na tentativa de convencer a população da importância econômica e do prejuízo à natureza que tal obra causará. Falou-se em progresso, impacto ambiental, empregos, destruição da natureza, enfim, de tudo, menos em coerência. O Governo Federal tem projetado a construção de 3 usinas hidrelétricas no rio Araguaia, sendo elas: Couto Magalhães com 150 MW que já foi leiloada pela ANEEL em 2000; Torixoreu com 220 MW e Barra do Caiapó com 220 MW que estão inventariadas, portanto, aguardando investidores interessados por estes aproveitamentos para que também possam ser levadas a leilão pela ANEEL.

4.2 Especulação hidrelétrica chega aos rios do Sudoeste Goiano



(28) Foto do cerrado do Sudoeste Goiano no município de Jataí/GO. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.



(29) Foto de um veadinho campeiro que foi localizado no município de Serranópolis/GO. Fonte: pesquisa de campo em março de 2005



(30) Foto de uma ema que foi localizada no município de Chapadão do Céu em Goiás. Fonte: pesquisa de campo em março de 2005.



(31) Foto da Cachoeira do rio Sucuri localizada no Parque das Emas no município de Chapadão do Céu/GO. Fonte: pesquisa de campo em março de 2005.



(32) Foto do rio Itumiri, no Parque das Emas, localizado entre os municípios de Chapadão do Céu e Serranópolis em Goiás. Fonte: Secretaria de Turismo de Serranópolis. Visita técnica em março de 2005.



(33) Foto da Cachoeira do Parque das Ararás no município de Serranópolis. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.

4.2.1 Região Sudoeste de Goiás e suas atividades

Nos vários rios do Sudoeste goiano que são afluentes da margem direita do Paranaíba não existe nenhuma hidrelétrica recente de pequeno ou médio porte. Conforme o quadro 07, a ANEEL licitou as concessões de três projetos de usinas no rio Corrente, perto da divisa tríplice MS/MT/GO, dois no rio Verde e dois no rio Claro, próximos da cidade de Caçú.

Na pesquisa de campo, procurou-se compreender, antes de tudo, o espaço geográfico e sócio-econômico em que seriam instalados estes projetos para que possa se considerar, caso sejam construídos, quais modificações seriam sofridas pelo espaço físico e pela sociedade nos vários locais da região Sudoeste goiano.

Enquanto sistema natural, o terreno das bacias destes rios faz parte dos planaltos que constituem a bacia sedimentar do Paraná e conforma uma região de relevo suave e ondulado. Na região ocorrem dois compartimentos topográficos distintos. Um, mais elevado, com altimetrias que variam de 650 a 1.000 m. Outro, mais rebaixado, com cotas variando entre 350 e 650 m. A região é ocupada integralmente por fazendas produtivas que, em sua maioria, têm como atividade principal a pecuária (corte e leite) e algumas culturas agrícolas sazonais, tais como a soja, a cana-de-açúcar, o milho, dentre outras, conforme registra RIBEIRO em seu estudo ⁽²⁵¹⁾.

²⁵¹ Nota: RIBEIRO, D.D. **Modernização da agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí-GO**. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003. Dissertação e Mestrado em Geografia. Resumo: O presente trabalho objetivou identificar as transformações ocorridas no cenário agrícola do município de Jataí, por meio da incorporação de novas tecnologias aplicadas à agricultura, tomando a década de 1980 como marco deste processo. Estas transformações, rápidas e substanciais, na estrutura produtiva agrícola do município, conduziram ao recorte espacial desta área para a realização do presente estudo.

O clima é subtropical, o trimestre mais chuvoso ocorrendo de novembro a fevereiro, com índice pluviométrico anual, antes das alterações climáticas já sentidas em todo o planeta, variando de 1.300 a 1.750 mm e temperatura média anual de 18 °C a 36 °C.

No entanto, observa-se nos últimos anos que o comportamento do clima vem se alterando, com alguma redução das chuvas e elevação gradual da temperatura média. Do ponto de vista geológico, estas bacias hidrográficas apresentam cobertura de arenitos finos a muito finos, de coloração creme, cinza-pardo e cinza-esverdeado, assim como de siltitos e argilitos creme-arroxeados. Da degradação dessas rochas formaram-se extensos e espessos areões, denominados *Formação Adamantina*. O embasamento, por sua vez, apresenta grandes áreas de derrames basálticos, com a presença de intertrapes areníticas, ou seja, Formação da Serra Geral.

Os melhores solos encontram-se nas margens dos rios e córregos (latossolo vermelho-escuro, latossolo roxo, latossolo vermelho-amarelo e turfeiras), fazendo com que a ocupação humana fosse orientada para esse espaço privilegiado.

O sistema hídrico dessa região é muito rico, drenando diretamente para o rio Paranaíba. Os rios Corrente, Verde, Claro e a grande quantidade de córregos a eles afluentes, os mananciais subterrâneos e as inúmeras nascentes, fornecem à região uma complexa drenagem, extremamente poderosa, que alimenta e sustenta de forma espontânea os processos de vitalização dos solos.

A vegetação da região é basicamente cerrado, com a presença de florestas estacionais. Todavia, como a principal atividade econômica é a agropecuária, o desmatamento de boa parte da vegetação já ocorreu há mais de três décadas. Restaram as manchas de reservas legais, as matas ciliares, ainda em bom estado de conservação, e algumas reservas particulares espontâneas, que muitos proprietários de terras entendem como fundamentais para a manutenção da qualidade de suas vidas e de suas atividades produtivas. Observando a vegetação remanescente encontra-se com facilidade a aroeira, a sucupira, o jacarandá, o pau-brasil, a camisa-fina, a gueroba, o jatobá e o bacuri, dentre muitas outras espécies ⁽²⁵²⁾.

Nas matas ciliares ainda conservadas, a ocorrência de epífitas é expressiva, com inúmeras espécies de orquídeas adornando o espaço e o caminho do observador. A fauna da região é relativamente rica, mantida graças à existência das reservas legais e das reservas espontâneas, conformando corredores com sustentabilidade ambiental, espaços domiciliares adequados e, por

²⁵² Nota: relatos de pesquisa de campo realizada no mês de março de 2005.

consequente, condições propícias que garantem a manutenção das relações ambientais necessárias, sobretudo, aquelas de ordem trófica.

São ainda abundantes na região animais como onças (pardas e pintadas), antas, tamanduás, raposas, capivaras, queixadas, veados, tatus, ariranhas, araras, papagaios, periquitos, tucanos, garças, curicacas, ciriemas, tuiuiús, emas, corujas, jacarés, cobras e lagartos, dentre outros. A ictiofauna é muito rica, sendo encontrados o pintado, o dourado, o corimba, o piaui, o lambari, a piapara, o mandi e o peixe-cachorro, dentre outros.

Com tais características geo-espaciais, acrescidas da pungente força de trabalho e de investimentos realizados, a região do sudoeste do território goiano tornou-se a maior e melhor fronteira produtiva de gado do Estado ⁽²⁵³⁾.

Embora, no Estado como um todo, a taxa média de uso dos pastos seja de uma cabeça/ha, nesta região, dadas as suas condições biofísicas propícias e as técnicas utilizadas, esta média cresceu para um pouco mais de 3/ha, com algumas fazendas chegando a atingir 5/ha, sem qualquer efeito negativo para a qualidade da reabilitação dos pastos e para a qualidade dos produtos.

Especificamente, ao longo das margens direita e esquerda dos rios Corrente, Verde e Claro, em linguagem corrente, *não há um metro de terra que não esteja produzindo*. Todas as áreas são ocupadas por fazendas de gado e culturas agrícolas. São centenas de fazendas, com área média variando entre 200 e 300 alqueires, operando com um estoque anual crescente de gado, hoje com cerca de 1.500 mil cabeças de gado bovino (estoque subestimado baseado em informações oficiais do rebanho vacinado contra febre aftosa), o que equivale a um movimento financeiro de mercado da ordem de R\$ 1.200.000.000 por ano, ou seja, um movimento financeiro de cerca de R\$ 800,00 por cabeça, o que é um valor baixo, contemplando somente a compra e a venda do gado, sem considerar as receitas e os mercados relacionados a todos os demais fatores econômicos envolvidos na região: culturas agrícolas, insumos, terra, comércio, serviços de terceiros, frigoríficos, empregos, impostos etc ⁽²⁵⁴⁾.

É importante considerar que nesta visão subestimada do mercado regional, não está considerado qualquer outro tipo de negócio agrícola. Diante disso, mantendo a perspectiva subestimada, pode-se afirmar que no mercado proporcionado pela agropecuária na região deve girar anualmente algo em torno de R\$ 1.500.000.000, conforme registra a revista Conjuntura

²⁵³ RIBEIRO. 2003. p. 17 a 36.

²⁵⁴ Revista. **Economia e Desenvolvimento**. Conjuntura Socioeconômica de Goiás. Ano V Nº 14. Jan/mar de 2004. p. 11 a 13.

Socioeconômica de Goiás ⁽²⁵⁵⁾. Um valor com a mesma grandeza estimada para os investimentos propostos para construir 7 aproveitamentos hidrelétricos com capacidade instalada de 450 MW.

As economias municipais nas quais se encontram estas fazendas são amplamente beneficiadas por sua existência. Há décadas vem sendo construído um completo ciclo sócio-econômico envolvendo esses territórios municipais e o Estado de Goiás como um todo, que vai desde a aquisição de máquinas, equipamentos, insumos de variadas naturezas e serviços diversos, até a colocação dos produtos produzidos em diversos mercados, atingindo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e alguns países sul-americanos, europeus e, mais recentemente, a Ásia ⁽²⁵⁶⁾.

Empregos, tributos de diversas naturezas e estímulos a novos investimentos nestes municípios dependem fundamentalmente do mercado criado e operado pelas fazendas existentes. O desenvolvimento deste ciclo sócio-econômico, ao longo de décadas, confirma e solidifica a tendência econômica nítida da região: pecuária e agricultura.

O estado de manutenção e das facilidades operacionais na grande maioria das propriedades agrárias é interessante, demonstrando o resultado dos esforços de várias gerações, que se traduz nos beneficiamentos realizados, nas tecnologias introduzidas e na produção alcançada na agropecuária. Muito embora a política agrária do governo federal não contemple devidamente, mantendo o padrão de qualidade atingida sem aprimorar aspectos e processos relevantes para a melhoria da produtividade no campo, sobretudo, na pecuária de corte e de leite, conforme os números apresentados pela Revista Conjuntura Socioeconômica de Goiás ⁽²⁵⁷⁾. A fim de ampliar um pouco mais esta discussão, deve-se apresentar algumas características geo-espaciais da respectiva região:

O relevo plano, a qualidade dos solos e das águas, a disponibilidade de fontes diversificadas e distribuídas de água e o clima, constituem um importante substrato físico para suporte às atividades agrárias lá realizadas. Do ponto de vista biológico, verifica-se, mesmo considerando os desmatamentos ocorridos ao longo de décadas de ocupação agrária, um excelente nível de coexistência entre pastos, culturas agrícolas e matas, assim como entre o gado bovino, eqüino e caprino com os animais silvestres. Não há, por exemplo, qualquer registro de

²⁵⁵ Revista. **Economia & Desenvolvimento**. Ano V N° 15 jan/mar de 2004, p. 03 a 36.

²⁵⁶ Revista. **Economia & Desenvolvimento**. Ano V N° 15 jan/mar de 2004, p. 24 a 27.

²⁵⁷ Revista. **Economia & Desenvolvimento**. Ano V N° 15 jan/mar de 2004, p. 11 a 14.

ataque de onças ao gado, embora sejam comuns as pegadas de felinos de variados portes em áreas menos habitadas por aglomerações humanas.

Da mesma forma, embora os hábitos alimentares das comunidades de São Simão, Caçu, Itajaçu, Itarumã, Rio Verde, Jataí e outros municípios tenham o peixe de rio como ingrediente essencial no cardápio diário, a ictiofauna continua rica e próspera, tanto em diversidade quanto em abundância ⁽²⁵⁸⁾.

Do ponto de vista sócio-econômico-cultural, uma das forças da região pode residir na comunhão de esforços dos fazendeiros em garantir a sua qualidade ambiental, de sorte a permitir a evolução equilibrada de seus negócios e atividades. Constata-se que, a solidez cultural nas comunidades é expressiva, tendo em vista que grande parte das famílias residentes nestes municípios está lá instalada há muitas décadas, saboreando, ano a ano, o ato de transferir hábitos, costumes, resultados e experiências a seus descendentes.

As sedes municipais são simples, embora muito cuidadas do ponto de vista urbanístico, com número relativamente reduzido de habitantes, o que se traduz em um relacionamento interpessoal muito intenso, em apoios interfamiliares, tudo isso contribuindo para o aumento da eficiência das principais atividades econômicas desenvolvidas nesta região.

4.2.2 Espora, o primeiro projeto hidrelétrico instalado no Sudoeste Goiano



(34) Foto do canal de desvio da barragem da usina Espora no rio Corrente entre os municípios de Aporé e Serranópolis/GO. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.



(34) Foto do autor visitando o canteiro de obra da barragem da usina Espora no rio Corrente entre os municípios de Aporé e Serranópolis/GO. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.

²⁵⁸ Nota: relatos de pesquisa de campo realizada no mês de março de 2005.

Espora Energética é responsável pela construção e operação da usina hidrelétrica Espora, localizada nos municípios de Aporé e Serranópolis, em Goiás. Leiloadada pela ANEEL em 2000, a usina terá potência instalada de 32 megawatts (MW). A concessão da hidrelétrica de Espora, localizada nos municípios de Aporé e Serranópolis, em Goiás, será transferida pela Fuad Rassi Engenharia Indústria e Comércio para a Espora Energética, segundo decisão anunciada pela ANEEL em 13 de março de 2002. A Fuad Rassi também tem participação na nova exploradora. Este empreendimento tinha previsão para ficar pronto em abril de 2004, mas o cronograma foi totalmente alterado em razão da falta de investimento na ordem de R\$ 82 milhões de reais ⁽²⁵⁹⁾.

Depois de ter conseguido a Licença Prévia de instalação do canteiro de obra, por parte da Agência Ambiental do Estado de Goiás, em dezembro de 2002, o empreendedor deu início à construção do referido projeto hidrelétrico em março de 2003. Em junho do mesmo ano foi obrigado a paralisar as atividades de terraplanagem e preparação do canteiro de obra em razão da falta de recursos financeiros ⁽²⁶⁰⁾.

O processo de licenciamento ambiental desta obra não recebeu nenhum tipo de estudo sócio-ambiental por parte da Agência de Meio Ambiente do Estado de Goiás. O trâmite desse processo neste órgão ambiental foi muito controvertido e tumultuado. Intempestivamente a Licença Prévia para instalação do canteiro de obra foi obtida, sem sequer o empreendedor ter apresentado adequadamente os estudos EIA/RIMA, requisito fundamental para licenciar um

²⁵⁹ Nota: dados extraídos do seguinte sítio eletrônico: www.paranabanco.com.br, em 20 agosto de 2005.

²⁶⁰ Nota: em outubro de 2003, a empresa J. Malucelli Energia S/A foi autorizada a adquirir parte das ações ordinárias e preferenciais pertencentes à construtora Fuad Rassi Engenharia, Indústria e Comércio Ltda na Espora Energética S/A. A transferência aprovada pela ANEEL alterou o controle acionário da companhia, que passou a ter como principais sócios a J. Malucelli, com 34,985%, e a Construtora Metropolitana S/A, com participação acionária de 34,990%. Com a transferência de ações, a Fuad Rassi reduz sua participação no capital social da empresa de 34,990% para 19,995%. A Planex Engenharia Ltda continua com 9,990% e demais sócios com 0,040%. Com a recomposição do grupo acionário da Espora – o BNDES, em dezembro de 2003, apoiou com R\$ 30,8 milhões a implantação da usina hidrelétrica Espora. A partir de então, o investimento total da Espora Energética passou a ser previsto para a ordem de R\$ 98,3 milhões. Também será construída uma linha de transmissão em 138 Kw, com 35 Km de extensão, interligando as subestações de Espora e Olho d'Água. O início das operações da Espora está previsto para novembro de 2005. Braço financeiro do Grupo J. Malucelli, o Paraná Banco iniciou suas atividades como Paraná Financeira em 1979. Após 10 anos, obteve a aprovação do Banco Central do Brasil para atuar como banco múltiplo nas carteiras de crédito, financiamento, investimento e carteira comercial. Aproveitando-se do processo de privatização da indústria de energia elétrica, em 2001 foi fundada a J. Malucelli Energia. Esta empresa foi constituída para operar nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. A J. Malucelli Energia está investindo nos mais diversos tipos de empreendimentos na área de geração de energia. A usina termelétrica Parnamirim Energia S/A - Localizada na Região Metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte, com capacidade de 93 MW, a usina está operando desde junho de 2002, participando do programa da CBEE - Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial; usina termelétrica PIE-RP S/A - Produtora Independente de Energia de Ribeirão Preto - Usina Termoelétrica. Localizada no interior de São Paulo, com capacidade para 27,5 MW, gerados por quatro turbinas movidas a bagaço de cana-de-açúcar. A usina está em operação a serviço da CBEE; usina hidrelétrica Espora Energética S/A - Concessionária de energia que explorará a geração comercial da usina hidrelétrica de espora, com capacidade instalada de 32 MW em janeiro de 2006. A J. Malucelli Energia tem 43,74% de participação acionária, e os investimentos para implantação deste empreendimento totalizam R\$ 100 milhões. usina hidrelétrica Olho D'Água Energia S/A - Concessionária de energia resultante da aquisição da UHE olho d'água, no leilão da agência nacional de energia elétrica - ANEEL em julho/2002. Esta usina tem capacidade instalada de 33 MW, a J. Malucelli Energia tem 100% do controle acionário, é prevista a entrada em operação comercial em Janeiro/2007, e os investimentos para implantação desta hidrelétrica estão orçados em R\$ 110 milhões de reais; projetos hidrelétricos em andamento -, a J. Malucelli Energia S.A está desenvolvendo estudos para implantação de 15 pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, nos estados do Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso, e, uma usina eólica no Estado do Ceará. Isto equivale uma capacidade instalada de 300 MW, que resultarão em torno de R\$ 600 Milhões de reais em investimentos.

projeto dessa natureza, negligenciando totalmente um estudo de bacia, conforme exige a legislação em vigor.

Diante dessa situação, em 10 de setembro de 2004, o Promotor de Justiça do MPE abriu petição de uma Ação Civil Pública com pedido de LIMINAR e ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, alegando que a obra estava causando danos sócio-ambientais ⁽²⁶¹⁾. A argumentação central da petição centrou-se no fato de o empreendedor ter negligenciado completamente, nos EIA/RIMA, o estudo do conjunto da bacia hidrográfica, conforme exige a Legislação Ambiental em vigor. No dia 12 de novembro de 2004, o juiz Federal Euler de Almeida Silva Júnior concedeu liminar favorável e mandou suspender a construção da respectiva obra, até que o empreendedor apresentasse adequadamente os estudos EIA/RIMA.

Os representantes legais da Espora Energia S. A. recorreram da decisão em 02 de dezembro de 2004, apresentando algumas documentações exigidas, no entanto, foi negado o pedido de suspensão de liminar, em 22 de dezembro do mesmo ano, até que todos os estudos da bacia fossem apresentados. Novamente, a empresa recorreu da decisão em janeiro de 2005, alegando prejuízos financeiros e atrasos no cronograma de execução da obra. Em 13 de fevereiro de 2005, o Juiz Federal João Bosco Casto Soares da Silva mandou suspender a liminar que mantinha paralisada as atividades de construção da usina Espora, mesmo sem o empreendedor ter concluído os estudos da bacia.

Depois de superado o conflito judicial, as obras desse projeto hidrelétrico seguiram seu cronograma de execução normalmente, conforme comprovado durante visita técnica realizada em março de 2005. Na oportunidade do trabalho de campo, o engenheiro-chefe da obra disse que o início de operação da usina é previsto para novembro de 2005. A última notícia que se têm desse empreendimento é que, em maio de 2005, os representantes da Espora Energia S.A. entraram com pedido de Licença de Operação da respectiva usina junto à Agência Goiânia de Meio Ambiente do Estado de Goiás. Em visita ao sítio eletrônico da ONS – Operadora Nacional do Sistema em 15 de dezembro de 2005, constatou-se que até presente data esta usina ainda não tinha iniciado o processo de operação das turbinas para a geração de energia elétrica.

4.2.3 ANEEL sob a mira do Ministério Público

É lamentável, entretanto, que este tipo de estudos descrito no item 4.2.1 talvez não se constituirá como um objeto de interesse por parte da ANEEL, das empresas elétricas, apesar da

²⁶¹ Ministério Público Federal de Goiás. Ação Civil Pública 2004.0031080-4. Espora Energia S. A. 10 de setembro de 2004. p. 05 a 59.

sua importância crucial justamente na avaliação das alterações que poderiam ser trazidas pela construção de hidrelétricas.

É comparativamente a esta situação regional que devem ser avaliados os sete projetos nos três rios. Para instalar algo como 470 Megawatts, seriam inundados 346 km² de terras férteis pelas represas, e, considerando-se também as áreas que seriam utilizadas para os canteiros de obras, subestações e remanejamento de estradas, poderia haver uma perda adicional da ordem de 40 mil hectares de terras (Ver o quadro a seguir, com mais detalhes dos projetos).

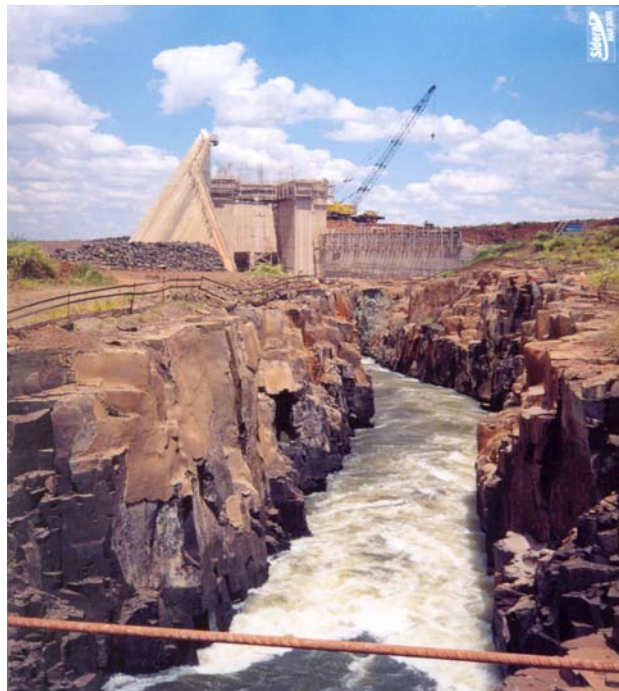
Quadro 06 – Projetos hidrelétricos licitados e contratados pela ANEEL nos rios do Sudoeste de Goiás, entre junho de 2000 e novembro de 2002

Denominação Número geral	represa e da	Municípios atingidos	represa (km)	Potência (MW)	Outorga	
Itumirim 33	Corrente 680/584	Aporé e Serranópolis	58,0	50	09/06/2000	Cia. Energética Itumirim
Espora 34	Corrente 584/531	Aporé e Serranópolis	31,0	32	19/02/2001	Fuad Rassi Eng., Ind. e J. Malucelli Const. de Obras
Caçú 25	Claro 477/449	Caçú	14,0	65	08/11/2002	Alcan Alumínio do Brasil.
Barra dos Coqueiros 26	Claro 448/412	Caçú e Cachoeira Alta	35,0	90	08/11/2002	Alcan Alumínio do Brasil Ltda
Salto 30	Verde 447/400	Itarumã e Caçú	72,0	108	08/11/2002	Rio Verdinho Energia S/A
Salto do Verdinho 32			74,0	93	08/11/2002	Rio Verdinho Energia S/A
Olho d'ág	Corrente 490/439	Itajá e Itarumã	62,0	33	08/11/2002	J. Malucelli Const. de Obras Ltda
Somatório das áreas inundadas em (Km²)			346	471	Somatório das potências e instaladas (MW)	

Fonte: tabela organizada pelo autor, a partir do **Diagrama topológico dos aproveitamentos hidrelétricos**, [CCPE – Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB – Grupo de Trabalho de Informações Básicas para o desenvolvimento da oferta] DOMINGUES, CATHARINO (Coordenador), ELETROBRÁS E ELETRONORTE, 2003. Dados também coletados no sítio eletrônico da ANEEL – Programa Indicativo de Licitação de Concessões, 1999 – 2004. ANEEL – Superintendência de Gestão dos Potenciais Hidráulicos/SPH – Relatório de Acompanhamento de Estudos e Projetos de Usinas Hidrelétricas de 31 de janeiro de 2001. ANEEL – Banco de Informações de Gestão, 2004. Além, é claro, dos dados fornecidos por empresas públicas e privadas do respectivo setor. Alcoa Alumínio S.A.; Companhia Brasileira de Alumínio; DME Energética Ltda.; Votorantim Cimentos Ltda.; Companhia de Cimento Itambé (Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão). (b) Rede Couto Magalhães Energia S.A. e Enercouth S.A. (Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães). Elaboração do próprio autor, a partir de dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.aneel.gov.br, em junho de 2005.



(35) Foto do Parque Nacional das Emas, local onde se pretende instalar o aproveitamento hidrelétrico Itumiri no rio Itumiri entre os municípios de Serranópolis/Aporé em /Goiás. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.



(36) Foto do canal de desvio onde está sendo instalado o aproveitamento hidrelétrico Esposa no rio Corrente entre os municípios de Aporé/Serranópolis em Goiás. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.



(37) Foto das proximidades onde se pretende instalar o aproveitamento hidrelétrico Caçú no rio Claro no município de Caçú em Goiás. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.



(38) Foto do local onde se pretende instalar o aproveitamento hidrelétrico Barra dos Coqueiros no rio Claro entre os municípios de Caçú e Cachoeira Alta em Goiás. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.



(39) Foto da cachoeira Salto do Verdinho, as proximidades onde se pretende instalar o aproveitamento hidrelétrico Salto do Verdinho no rio Verde entre os municípios de Itarumã e Caçú em Goiás. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.



(40) Foto do local onde se pretende instalar o aproveitamento hidrelétrico Olho d'água no rio Corrente entre os municípios de Itajá e Itarumã e em Goiás. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.

Merece ser destacado o fato de que represas como essas ficariam sujeitas a processos de evaporação intensos, fazendo com que, em períodos mais secos, suas oscilações de nível sejam mais expressivas e sua capacidade de operação seja rápida e negativamente afetada. Esta é uma propriedade de barragens em terras de relevo mais suave, como é o caso da grande maioria dessas unidades hidrelétricas a serem instaladas nestes rios.

Considerando o conjunto dos aproveitamentos, segundo informações obtidas em sítio eletrônico da ANEEL, o investimento total previsto será da ordem de aproximadamente R\$1.585.000.000,00. A julgar pelas variações que historicamente costumam ocorrer entre o custo previsto e o realizado de obras brasileiras, não seria abuso admitir que o custo mínimo desses empreendimentos hidrelétricos deverá chegar praticamente ao dobro desta cifra, ou seja, algo próximo à casa dos R\$ 3 bilhões de reais, levando apenas em consideração os investimentos diretos efetuados pelos empreendedores. Ao abrir a petição de uma Ação Civil Pública destinada a cancelar os contratos de concessão, o Procurador do Ministério Público Federal, Carlos Vilhena, em conjunto com o Promotor de Justiça, Juliano Barros de Araújo, assim se expressam:

A presente ação tem por finalidade demonstrar a atuação irregular e ilegal da ANEEL, na condição de Agência Reguladora do setor elétrico, autarquia especial federal, no gerenciamento para a concessão da exploração de geração de energia elétrica na região

sudoeste do Estado de Goiás, bem como a nulidade de Edital e do conseqüente leilão agendado ⁽²⁶²⁾ (Negrito é do texto original).

Ao longo dos últimos anos, sobremaneira a partir do anúncio, em 1999, feito pela própria ANEEL, deflagrando o início do processo de outorga de concessões dos aproveitamentos hidrelétricos nos rios Corrente, Verde e Claro, em território goiano, acumularam-se múltiplas ameaças de prejuízo para o ambiente e de adversidades para os moradores, razão pela qual os representantes do Ministério Público saíram em defesa desses interesses difusos:

Acontece que, conforme as certidões em anexo (docs. II e III), dos Aproveitamentos Hidrelétricos – AHE previstos para o Estado de Goiás e acima transcritos, todos se encontram sem a apresentação da Licença Ambiental Prévia, correspondente ao ato administrativo imprescindível, como indicativo da viabilidade ambiental do empreendimento, estando alguns dos procedimentos em trâmite na Agência Goiana do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (AGMRN), sendo objeto de ação judicial, por inexistência de procedimento de licenciamento válido (docs. IV, V, VI e VII) ⁽²⁶³⁾. O requisito necessário à realização do Leilão, qual seja, a aprovação pelo órgão ambiental compete da viabilidade do empreendimento que se busca licitar simplesmente não existe. Da mesma forma simplória, afirma a ANEEL que não tem interesse em verificar se existe possibilidade de a exploração do empreendimento ocorrer, deixando tal fato sob risco e responsabilidade do empreendedor. Este, na verdade, acaba por adquirir uma verdadeira caixa de Pandora ⁽²⁶⁴⁾ (Negrito é do texto original).

Cabe registrar, contudo, que os prejuízos imediatos recaíram sobre os ribeirinhos que ali sobrevivem há décadas. Destes prejuízos, o primeiro deles refere-se ao problema da queda do preço das terras evidentemente a serem pagas em função da desapropriação. Tal problema é confirmado pelo depoimento colhido de um dos proprietários atingidos:

Estas terras estavam avalizadas, antes do anúncio destes empreendimentos, em aproximadamente R\$ 12 mil reais o alqueire, hoje só consigo vende-la por R\$ 1.000 reais

²⁶² Ministério Público Federal de Goiás. Ação Civil Pública 2002.007980-5. Exploração de geração de energia elétrica na região do sudoeste goiano. 04 de julho de 2002. p. 05.

²⁶³ Ministério Público Federal de Goiás. Ação Civil Pública 2002.007980-5. 04 de julho de 2002. p. 06.

²⁶⁴ Ministério Público Federal de Goiás. Ação Civil Pública 2002.007980-5. 04 de julho de 2002. p. 06.

o alqueire, oferta que recebi pela empresa que pretende construir a respectiva usina hidrelétrica⁽²⁶⁵⁾.

O segundo, também imediato, refere-se à inibição dos novos investimentos previstos pelos fazendeiros e também a redução dos investimentos para a manutenção da capacidade produtiva já instalada na região. Evidentemente, nenhum proprietário deseja mobilizar seus recursos para ver seus resultados afogados por uma usina hidrelétrica. A insegurança instalada pela falta de informação e pela desinformação impede que o ritmo de negócios na região afogável seja mantido.

Pode-se afirmar, sem risco de errar, que a economia regional (desde 1999, quando foram anunciados tais projetos) já sofre os efeitos negativos provenientes destes projetos verdadeiramente fantasmas que, mesmo quando estavam apenas no papel já eram vistos como graves ameaças e entraves ao bom desempenho produtivo e comercial da região, conforme depoimento colhido durante pesquisa de campo:

Desde junho de 1999, quando começou a surgir os boatos por aqui de que estava prevista a construção de uma usina hidrelétrica nas minhas terras, passei a não mais investir um centavo na fazenda em razão de um dia quando amanhecer ver toda minha propriedade debaixo da água⁽²⁶⁶⁾.

Desta forma, é em face da defesa do Estado de Direito que o Ministério Público Federal se pronunciou:

Apresento, de forma clara, todos os fatos asseverados nesta petição, restando, como de fato é, a imperiosa necessidade de se buscar, nos termos do art. 5^o, inciso XXXV, combinando com art. 225, ambas da CF/88, a prestação jurisdicional para suspender o Leilão a ser realizado no Rio de Janeiro, por conta da nulidade do Edital de Leilão n^o

²⁶⁵ Nota: durante trabalho de campo realizado em março de 2005, foi colhido depoimento de um dos proprietários que revelou estava tomando enorme prejuízo em face do anúncio da construção do projeto hidrelétrico Caçú, localizado no rio Claro, no município de Caçú/GO. Sem identificar-se, um sitiante proprietário de 16 alqueires de terra, herança que recebeu dos seus antepassados 50 anos atrás, nas margens do rio Claro, exatamente onde está previsto passar o paredão da barragem para a formação do reservatório da referida hidrelétrica.

²⁶⁶ Nota: durante trabalho de campo realizado em março de 2005, foi colhido depoimento de uma das proprietárias que também revelou estar tomando enorme prejuízo em face do anúncio da construção do projeto hidrelétrico Barra dos Coqueiros localizado no rio Claro, no município de Cachoeira Alta/GO. Maria da Conceição da Silva, proprietária de 32 alqueires de terras, herança que recebeu dos pais há 30 anos, nas margens do rio Claro. Infelizmente, esta propriedade localiza-se exatamente no eixo onde deve ser erguido o paredão da barragem para a formação do reservatório da respectiva usina hidrelétrica.

001/2002, tanto por desrespeito às Leis nº 8666/93, 8987/94, 9427/96, 6938/81, quanto por ofensa à própria Constituição Federal ⁽²⁶⁷⁾ (Negrito é do texto original).

4.3 Resistência regional aos grandes grupos econômicos no projeto Serra do Facão



(41) Foto das proximidades onde o grupo VBC e associados pretendem instalar o aproveitamento hidrelétrico Serra do Facão no rio São Marcos entre os municípios de Catalão/GO e Davinópolis/MG. Fonte: acervo do Departamento de Geográfica do CAC/UFG.



(42) Foto da manifestação popular em Catalão, comemorando o dia internacional de ação contra construção de Barragens, 14 de março 2003. Ao mesmo tempo, manifesta-se contra a construção da usina Serra do Facão. Fonte: acervo do Departamento de Geográfica do CAC/UFG.

O projeto hidrelétrico de Serra do Facão, concessão outorgada em 16 de outubro de 2001, prevê a formação de represa com 214 km² no rio São Marcos, afluente do Paranaíba, que neste trecho faz a divisa GO com MG, para instalar a capacidade elétrica de 210 MW. Se concretizada, essa seria uma das mais importantes usinas do Estado, comparável à usina Corumbá I (FURNAS) e maior do que os demais projetos licitados na era da privatização ⁽²⁶⁸⁾.

A concessão para construção e operação da hidrelétrica foi outorgada ao Consórcio (Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão) GEFAC, vencedor do leilão realizado pela ANEEL, em 2001. A usina possivelmente será implantada nos municípios de Catalão e Davinópolis, em Goiás, e caso for

²⁶⁷ Ministério Público Federal de Goiás. Ação Civil Pública 2002.007980-5. 04 de julho de 2002. p. 08.

²⁶⁸ Nota: o processo de licitação sob o nº 48500.000933/01-56 e contrato de concessão sob o nº 129/2001 entre ANEEL e a AHE Serra do Facão regula a exploração, pelas **Concessionárias**, do potencial de energia hidráulica localizado no rio São Marcos, Municípios de Catalão em Goiás e Davinópolis Minas Gerais, nas coordenadas 18°04' de latitude Sul e 47°40' de longitude Oeste, denominado **Usina Hidrelétrica Serra do Facão**, com potência instalada mínima de 210 MW, bem como das respectivas **Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central Geradora**, que compreendem uma linha de transmissão, em 138 kV, com cerca de 40 km de extensão, circuito duplo, conectando-se à subestação de Catalão, doravante denominadas neste Contrato como **Aproveitamento Hidrelétrico**, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 16 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial de 17 de outubro de 2001.

instalada terá potência de 210 MW. Constituído inicialmente pela (Companhia Brasileira de Alumínio) CBA, que atua como autoprodutor de energia, e pelos produtores independentes Alcoa Alumínio S.A., DME Energética Ltda. e Votorantim Cimentos Ltda., o consórcio incorporou posteriormente a Companhia de Cimento Itambé, em operação aprovada pela ANEEL, em junho de 2002.

Atualmente, o consórcio formado para construir o respectivo projeto hidrelétrico tem a seguinte configuração: Companhia Brasileira de Alumínio - 16,9737%; CEFAC Energética S.A. - 83,0263%, com a seguinte participação societária: Alcoa Alumínio S.A. - 39,4737%; Companhia de Cimento Itambé - 4,5000%; Votorantim Cimentos Ltda. - 18,0000%; DME Energética Ltda. - 10,0877%; e Camargo Corrêa Cimentos S.A. - 10,9649%.

Alguns dias após ter obtido a concessão e a outorga do projeto hidrelétrico, representantes do grupo de Empresas Associadas Serra do Facão deram início ao processo de licenciamento ambiental desse empreendimento, protocolando no IBAMA, em 02/11/2001, o pedido de solicitação de Licença Prévia para instalação do canteiro de obra da UHE Serra do Facão. O Termo de Referência elaborado pelo IBAMA foi encaminhado às Empresas Associadas Serra do Facão, em 17/09/2001, e as audiências públicas foram marcadas entre os dias 24 e 25/11/2001, nos municípios de Paracatu/MG e Catalão/GO.

O IBAMA emitiu Parecer Técnico nº 020/02, referente ao EIA/RIMA, em 22/01/2002, no qual atesta a viabilidade ambiental do empreendimento, apesar de considerar que algumas questões ainda carecem de complementação. A Licença Prévia nº 117/2002 foi emitida em 02/02/2002, e sua redação retificada em 06/03/02, constando vários condicionantes técnicos para validade da Licença Prévia. Consta também nos autos que a Agência Goiânia de Meio Ambiente emitiu o Parecer Técnico Nº 593/01, em 15/11/2001, no qual se posicionou favorável à viabilidade ambiental do empreendimento. No entanto, em 08/08/2002, o mesmo órgão emitiu um novo Parecer Técnico nº 02/02, considerando imprópria a implantação do empreendimento no rio São Marcos e propôs ao IBAMA uma discussão conjunta para emissão de parecer final, uma vez que o maior impacto causado pela barragem deve recair sobre território goiano. Todavia, tal proposição não foi levada em consideração.

Em 16/08/2002, este órgão ambiental federal emitiu o Parecer Técnico nº 198/02, de análise do Projeto Básico Ambiental da UHE Serra do Facão e os condicionantes da Licença Prévia, concluindo pela necessidade de complementação dos estudos apresentados. Tais pendências foram informadas ao empreendedor, em 28/09/2002, por meio de ofício. Em 27/09/2002, através do Parecer nº 239/2002, o IBAMA autorizou a liberação da Licença de Instalação do canteiro de obra, que foi emitida em 30/09/2002, sob o nº 190/2002.

O Ministério Público Federal iniciou a contestação da Licença Prévia por meio da Ação Civil Pública, instaurada a partir do Inquérito Civil Público. Este ICP resultou de representação feita pelas seguintes instituições: MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, CPT – Comissão Pastoral da

Terra/GO, Diocese de Ipameri/GO, Sindicato dos Trabalhadores Rurais-Catalão/GO, CAC/UFG – Campus Avançado de Catalão/Universidade Federal de Goiás e a Associação dos Geógrafos Brasileiros/Sessão de Catalão/GO ⁽²⁶⁹⁾.

Contra a instalação desse projeto hidrelétrico, a comunidade local vem resistindo ao longo dos últimos quatro anos. A liderança desse grupo é formada pelos professores do Departamento de Geografia do CAC/UFG e líderes do MAB na região. Em artigo publicado recentemente, eles argumentam que o agravamento da falta de energia elétrica no mercado e a conseqüente ameaça de *apagões*, cortes de energia, racionamento e blecautes, condicionou a ANEEL a pôr o referido projeto em leilão.

Os pesquisadores afirmam que com a construção dessa obra, a região do Sudeste de Goiás não terá benefícios importantes, principalmente os municípios de Catalão e Davinópolis, onde é prevista a construção da barragem e a instalação da casa de máquinas. Os empregos gerados serão temporários. Mesmo assim, e se de um lado são gerados tais empregos de outro serão fechados centenas de postos de trabalhos permanentes de ribeirinhos que vivem plantando milho, arroz, feijão, mandioca e outros produtos no vale do rio São Marcos.

Se o projeto for instalado, o modo de vida no vale do Rio São Marcos, será transformado, ou melhor, destruído. A maior ameaça de destruição deve recair sobre as matas, as pastagens, as roças domésticas que garantem o sustento de várias famílias, as casas, os currais, os quintais, as veredas e os caminhos, ou seja, toda uma história e um espaço de vida serão modificados para garantir exclusivamente a reprodução ampliada do capital.

Os estudiosos do tema em discussão relatam em seus materiais (produzidos em forma de panfletos, jornais, artigos, reportagem, filmagem e painéis apresentados em congressos) que a área possivelmente atingida por este projeto, além de pequenos proprietários, também apresenta uma zona de propriedades que utilizam a força de trabalho assalariado, ou mesmo parcerias para a realização dos serviços da terra, e estes trabalhadores não estão na lista dos atingidos, apresentada pelo GEFAC.

É consenso no grupo de pesquisadores a idéia de que não se pode falar em construção de barragens sem destacar o Movimento dos Atingidos por Barragens, na sua luta pela construção de um projeto de eletrificação popular para o Brasil, que leve em consideração o interesse mais amplo da sociedade local e regional. Os atingidos lutam para ficar nas suas terras, é de onde tiram os seus sustentos

²⁶⁹ Nota: a propósito do tema em discussão, a Prof. Helena Angélica de Mesquita, do Campus Avançado de Catalão/Universidade Federal de Goiás, produziu o seguinte documentário em fita cassete: **A luta dos camponeses do vale do rio São Marcos contra a barragem Serra do Facão**. Catalão: junho de 2004. No mesmo sentido, também foi produzido o seguinte artigo: BOREGES, R. P. DINIZ, J. S. & MESQUITA, H. A. **A territorialização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Vale do rio São Marcos – sudeste goiano**. I Encontro de Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: 08 a 10 de junho de 2005. MENDONÇA, M. R. **Movimentos sociais cerradeiros: a territorialização do MAB em Goiás**. I Encontro de Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: 08 a 10 de junho de 2005. NASCIMENTO, A. C. & MESQUITA, H. A. **As transformações e perspectivas do trabalho no vale do rio São Marcos (Serra do Facão) – sudeste goiano**. I Encontro de Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: 08 a 10 de junho de 2005.

e de toda a sua família. O movimento se opõe aos planos que impõem a construção de grandes barragens, sejam elas estatais ou privadas.

Além disso, o grupo de pesquisadores considera que, dada à importância da energia elétrica como instrumento da organização do território e como vetor do desenvolvimento, a política do setor elétrico deveria ocupar um lugar de destaque entre os temas debatidos pela sociedade civil. As bases de sustentação do setor não deveriam ser entregues apenas às forças do mercado nem a uma visão autoritária e centralizadora. Deveria ter um caráter participativo, a fim de incorporar contribuições dos diversos segmentos dessa sociedade.

A resistência da comunidade local frente a este problema também se estende aos projetos de extensão do CAC/UFG produzido pelos pesquisadores. Como exemplo, cita-se o projeto de extensão do programa de rádio diário (que vai ao ar através da emissora Cultura AM, de Catalão) que tem discutido com a sociedade catalana e região a questão de construção de barragens para a geração de energia elétrica, procurando focar os impactos sociais, ambientais e econômicos destes empreendimentos, especialmente nas áreas de cerrado enfocando a UHE Serra do Facão no Rio São Marcos, mostrando a realidade da população ameaçada por aquela barragem, ou seja, o programa discute com a sociedade as questões que são omitidas pelos empreendedores, governos e autoridades locais.

Os professores de geografia do CAC/UFG afirmam que a sociedade precisa tomar conhecimento do outro lado da moeda, ouvindo os atingidos que são tratados como objetos por empresa e governos e considerados como obstáculos ao desenvolvimento, ao progresso e ao emprego, portanto, precisam ser removidos do caminho dos projetos hidrelétricos, mesmo que custe a vida, a cultura, a dignidade e a terra de trabalho de milhares de pessoas.

Para cumprir sua proposta o referido projeto de extensão conta com o apoio de segmentos organizados na sociedade, tais como: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB – Seção Catalão), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SRT), Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do ferro e dos metais básicos e de minerais não metálicos de Catalão - Ouvidor METABASE, Associação dos Docentes dos Cursos Avançados de Catalão (ADCAC) e Igreja Católica. Mesmo com toda essa movimentação, os professores afirmam que estão na iminência de assistir a um desastre social, econômico e ambiental sem precedentes nos municípios possivelmente atingidos por este projeto hidrelétrico, no entanto, dizem que esta é uma forma de alertar a sociedade enquanto ainda há tempo para se fazer algo para impedir tal desastre sócio-ambiental.

Na data de 09/10/2003, a Associação dos Pescadores Esportivos do Estado de Goiás – APEGO, ajuizou uma Ação Civil Pública, em razão dos danos sócio-ambientais que a construção da UHE Serra do Facão causará à biodiversidade do rio São Marcos e à população dos municípios atingidos pela construção da barragem.

A Ação foi proposta em desfavor das entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, IBAMA, ALCOA Alumínio S. A, Companhia Brasileira de Alumínio, DEM Energética Ltda, Votorantin Cimentos Ltda e GEFAC – Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão. Cabe ainda informar que até o presente momento, em 30/04/2005, data final do trabalho de campo em Goiás, esta Ação Civil Pública não tinha ainda sido julgada pela instância competente.

Em 06/11/2002, foi emitida, por parte do IBAMA, a Autorização de Supressão de Vegetação, sob o nº 28/02, para a área do canteiro de obras. Posteriormente (em 15/02/04) o empreendedor, por meio do ofício GEFAC, nº 016/04, solicitou a prorrogação da validade da mesma em razão de demorados estudos da constituição acionária do projeto e de novas negociações para a obtenção de financiamento para o respectivo empreendimento junto ao BNDES e a outros bancos credores.

Neste mesmo ofício, o grupo GEFAC atesta que até essa data não havia sido realizada qualquer atividade no local do referido empreendimento. Em 28 de outubro de 2004, depois de uma longa e precisa análise do EIA/RIMA do projeto hidrelétrico Serra do Facão, por parte do Ministério Público Federal, através da Assessora Técnica Sandra Cureau, Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, obteve-se a seguinte conclusão:

Os aspectos levantados e discutidos nesta Informação Técnica, em especial a conspicuidade da biodiversidade ictofaunística da bacia do rio São Marcos, o desaparecimento de espécies endêmicas e desconhecidas da ciência decorrentes do barramento, a dificuldade na manutenção ou formação de corredores de fuga e dispersão da fauna, a forte tendência de estratificação e eutrofização da água do reservatório, o alagamento de terras agriculturáveis e a retirada de famílias que mantêm estrita relação com o meio ambiente natural, nos forçam a concluir que o Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, tal como projetado e colocado, ocasionará grave e irreversível dano sócio-ambiental ⁽²⁷⁰⁾.

Para a estruturação da Informação Técnica, o MPF considerou os seguintes documentos: o RIMA (vol. único), o EIA (volumes I e II), os programas integrantes do Projeto Básico Ambiental – PBA (volumes I ao III), o procedimento administrativo instaurado na Procuradoria da República em Goiás, no qual constam os pareceres técnicos emitidos pelo IBAMA, e a Agência Goiânia do Meio Ambiente de Goiás acerca do empreendimento e trabalhos publicados pelo Curso de Geografia do Campus Avançado de Catalão – Universidade Federal de Goiás – UFG.

²⁷⁰ Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Goiás. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. Análise Técnica Nº 185/2004 - 4ª CCR/MPF. Análise do EIA/RIMA do empreendimento AUH Serra do Facão, no rio São Marcos (GO/MG) submetido ao licenciamento ambiental no IBAMA. 28 de outubro de 2004.

O projeto da usina hidrelétrica da Serra do Facão poderá ser mais um dentre outros que já foram instalados no território goiano a certamente ampliar o grau de risco à biodiversidade do cerrado goiano. A usina está projetada para ser instalada em pleno Planalto Central Goiano, exatamente no rio São Marcos, um importante afluente da bacia do rio Paranaíba, portanto, com interferência imediata sobre o bioma do cerrado goiano.

O local previsto para a instalação da barragem situa-se em terras da Fazenda Travessão, no município de Catalão/GO, à margem direita, e em terras da Fazenda Porto do Engenho, no município de Davinópolis/GO, à margem esquerda. O reservatório abrangeria áreas dos municípios de Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Cristalina, em Goiás, e de Paracatu, em Minas Gerais, estando situado aproximadamente a 70 Km a montante da usina de Emborcação, esta já no rio Paranaíba. A usina Serra do Facão teria 210 MW de potência elétrica instalada, inundaria uma área de 214 Km², o reservatório teria a capacidade de armazenar aproximadamente 5.3 bilhões de m³ d'água e a população atingida diretamente poderia alcançar algo próximo a 414 famílias, em função de 302 propriedades que teriam de ser desapropriadas ⁽²⁷¹⁾.

O cerrado, com cerca de dois milhões de km², é o segundo maior bioma brasileiro e, para o ecologista CÂMARA, pode ser definido como *um conjunto de formações florestais abertas, com árvores baixas e retorcidas, entre as quais medram pequenos arbustos e gramíneas* ⁽²⁷²⁾. O sol ultrapassa com facilidade as folhas e aquece os materiais orgânicos, destruindo os detritos, em um processo inverso à grande humificação do solo que acontece nas florestas tropicais. Os solos do cerrado são bastante profundos. De maio a setembro de cada ano ocorre uma estação seca pronunciada; o estrato herbáceo se torna árido e muitas árvores perdem as folhas, dando à paisagem um aspecto desolador, embora nas profundezas do solo a água seja sempre abundante.

Por essa razão, muitas plantas do cerrado mostram um desenvolvimento extraordinário de caules e raízes subterrâneos, que lhes permitem rápida regeneração das partes aéreas, quando cortadas ou queimadas. A esse respeito, o escritor goiano BERNARDES escreveu dizendo que o cerrado *é uma floresta de cabeça para baixo, ou seja, há muito mais biomassa debaixo da terra do que em cima dela* ⁽²⁷³⁾. E a capacidade de recuperação desse bioma é extraordinária.

De acordo com o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho, passada a estação das queimadas, é sobre um solo cinzento, pontilhado de animais mortos, que a vegetação busca reconstituir-se e retomar o vigor perdido. Surgem, em profusão, brotações de um colorido vermelho, vinácio ou verde-claro luminoso. O passo seguinte é a entrada em floração. Os cerrados, pródigos em espécies floríferas, nesse

²⁷¹ Nota: estes dados foram coletados nos EIA/RIMA do projeto hidrelétrico Serra do Facão.

²⁷² Ibsen de Gusmão Câmara é professor da Universidade Nacional de Brasília. Esta frase foi resgatada de uma das suas falas no Seminário Interno em Brasília sobre o Cerrado Goiano. Brasília: 2002.

²⁷³ Nota: Carmo Bernardes é um importante escritor da literatura goiana falecido em 30 de novembro de 1997.

período se convertem em jardins floridos, onde a vida animal é representada pelo vôo de miríades de insetos e pela acrobacia dos colibris em busca do néctar, garantindo assim a fecundação e continuidade da vida. Enfim, é o espetáculo da vida que se renova sobre as cinzas ⁽²⁷⁴⁾.

Por causa de suas próprias características físicas, o cerrado no Planalto Central Goiano sempre resistiu pouco à presença e ao trânsito dos invasores. Segundo Luiz Emygdio, índios do cerrado foram escravizados e até mesmo mortos; suas terras, divididas em latifúndios e, esgotado o ciclo do ouro no século XIX, passaram a suportar a pecuária extensiva, praticada ainda hoje, embora sob produtividade decrescente.

O adensamento populacional da região depois da construção de Goiânia e Brasília, ainda segundo Luiz Emygdio, foi acompanhado de um surto agroindustrial e mineral, com a modernização de antigas agroindústrias de pequeno e grande porte, a instalação de grandes complexos de mineração, sobretudo, o níquel, o amianto, cimento, ouro, nióbio, fosfatos, calcário e, enfim, a instalação de grandes projetos hidrelétricos, a exemplo de Corumbá I.

Recentemente, o eco sistema sócio-ambiental nesta micro-região passou a sofrer ainda mais com a instalação da usina UHE de Corumbá IV. É a sociedade de consumo que contrai os problemas sócio-ambientais (tais como a poluição do ar e dos rios, a derrubada de vastas áreas para a produção de carvão) agravando ainda mais a situação dos núcleos urbanos próximos, já abalados pela desorganização das estruturas sociais tradicionais. A vegetação resistente do cerrado vem sendo arrancada, a fim de dar lugar às plantações de soja e outras grandes monoculturas. Tudo isso pode trazer conseqüências ainda não avaliadas e os defensores do generoso cerrado apontam, pelo menos, uma injustiça histórica. Enquanto outros biomas como a Amazônia e a Mata Atlântica são protegidos pela Constituição de 1988 e considerados patrimônio natural do Brasil, o cerrado ainda não conta com nenhuma proteção legal da sua biomassa até o presente momento.

Estudiosos do Núcleo de Pesquisa do Cerrado da Universidade Católica de Goiás afirmam que restam hoje apenas 20% da cobertura vegetal original do cerrado goiano. Este desaparecimento acelerado também afeta outros ecossistemas, pois boa parte dos rios brasileiros como os rios Tocantins, Paranaíba e Araguaia e seus afluentes nasce nas áreas elevadas do Planalto Central Goiano e depois seguem para as bacias dos rios da Prata, do São Francisco e da Amazônia. Além do mais, o desaparecimento das matas ciliares desses rios contribuiu para a diminuição da vazão e passou a provocar assoreamento, redução da profundidade do seu leito e mortandade de peixes etc.

Além disso, o uso indiscriminado de fertilizantes e pesticidas tanto em grandes como em pequenas plantações comprometeram a qualidade das águas consumidas pelas populações humanas e pelos animais que dependem desses rios para sobreviverem. Não se recupera o que foi destruído. É sobre

²⁷⁴ Nota: descrição da micro-bacia do rio São Marcos, durante visita realizada em março de 2005.

esta área já degradada que se planeja instalar mais uma usina hidrelétrica, inundando área que ultrapassa os vinte mil hectares. E isso para satisfazer apenas os interesses estratégicos dos grupos ALCOA e VOTORANTIM. Em junho de 2005, o consórcio Serra do Facão informou oficialmente ao IBAMA que estava aguardando financiamento por parte do BID e do BNDES para dar início a construção da referida obra.

Pelo modo como os licenciamentos foram sendo manobrados pelos empreendedores e, em alguns casos, com a facilitação da Agência Ambiental de Goiás, do IBAMA e depois com a intermediação dos MPE e MPF, pode-se fazer as seguintes considerações ⁽²⁷⁵⁾:

Pelas peculiaridades da construção dessas hidrelétricas e pelo momento de transição que se vive, no qual a ética, a economia, as leis, o poder público e a sociedade devem privilegiar a implantação da justiça ambiental. Certamente, os atores que trabalham, de alguma forma, para a concretização desse crime ambiental terão marcado em suas carreiras a contribuição para a perpetuação de um modelo econômico que ultraja o sentimento nutrido pela maioria dos brasileiros, em meio às mazelas que suportam no dia a dia: o de ter seus direitos fundamentais efetivamente assegurados.

Os casos analisados até o presente momento ainda tramitam nos corredores do IBAMA, dos Ministérios Públicos, tanto o Federal quanto o Estadual, e nos escritórios dos grupos econômicos interessados. Talvez se enxergue a necessidade da preservação do meio ambiente a tempo, antes do desmatamento de mais uma parte do cerrado goiano para a instalação desses novos projetos hidrelétricos, pois, se isso ocorrer, como aconteceu com o caso de Corumbá IV, estar-se-á diante da inundação não só de mais alguns milhares de hectares de flora e fauna, mas também do legítimo interesse público submetido às vontades dos grupos econômicos completamente ensandecidos pela disputa de capitais no território goiano, conforme segue a análise.

²⁷⁵ SEVÁ, Arsênio Oswaldo Filho. **Desfiguração do licenciamento ambiental de grandes investimentos**. Encontro da ANPPAS maio 2004 Comunicação apresentada ao GT História, Sociedade e Meio Ambiente no Brasil, do 20 Encontro nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP, maio de 2004. p. 1 a 20.

CAPÍTULO 5

Composição e conflito de interesses no pós-privatização: resultados de pesquisa de campo da usina Corumbá IV

Introdução

A bacia do rio Corumbá é a única alternativa de abastecimento público para quase toda a região do Distrito Federal, do seu entorno e da própria capital da República. Para evitar o comprometimento da qualidade da água e a probabilíssima inviabilização do abastecimento público, sobretudo pelo lançamento de efluentes domésticos, oriundos do Distrito Federal (Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Gama e Santa Maria, etc.) em corpos d'água contribuintes da bacia do rio Corumbá, a montante do futuro reservatório da usina hidrelétrica de Corumbá IV, exige-se da CAESB e da SANEAGO, dentre outros órgãos, uma reavaliação das situações propostas para o esgotamento sanitário das áreas urbanas do Distrito Federal e do entorno.

Avançando um pouco mais sobre a temática geral deste trabalho, neste Capítulo tem-se uma maior preocupação de observar e identificar os problemas políticos e sociais da indústria de energia elétrica no pós-privatização. Além do mais, Corumbá IV, é um exemplo como os recentes empreendimentos hidrelétricos têm sido usados para promover as especulações imobiliárias, em detrimento dos interesses mais amplo da sociedade. Dessa forma, a construção da usina hidrelétrica de Corumbá IV trouxe graves problemas, para serem resolvidos pelos governos de Goiás e do Distrito Federal. A seguir, apresenta-se a estrutura deste Capítulo.

Sumário do Capítulo

- 5.1 Empresas estatais de GO e do DF iniciam construção da usina hidrelétrica Corumbá IV, apesar das contestações na Justiça
- 5.2 Suprimento de água para o DF justifica a instalação da usina Corumbá IV
- 5.3 Reuniões de entidades, audiências públicas
- 5.4 MPF contrariado, a Justiça favorece empreendedor e o mercado fica satisfeito
- 5.5 Formação da represa às pressas, em marcha forçada
- 5.6 Prejuízos sociais e especulação na área da represa

5.1 Empresas estatais de GO e do DF iniciam construção da usina hidrelétrica Corumbá IV, apesar das contestações na Justiça



(43) Foto da entrada do canteiro de obra da usina hidrelétrica de Corumbá IV. Fonte: pesquisa de campo, em fevereiro de 2005.



(44) Foto das proximidades do canteiro de obra da usina hidrelétrica de Corumbá IV. Fonte: pesquisa de campo, em fevereiro de 2005.

O contrato com a ANEEL sob o nº. 93/2000, outorgado em 14/11/2000, regula a exploração, pela Concessionária Corumbá Concessões, do potencial de energia hidráulica localizado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, denominada Central

Geradora Corumbá IV, com potência instalada mínima de 127 MW, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 14 de novembro de 2000, publicado no Diário Oficial de 16 de novembro de 2000. Em concomitância, as licenças ambientais concedidas pela Agência Goiana de Meio Ambiente deram-se da seguinte forma: a licença prévia, foi concedida em 28 de dezembro de 1999, a licença de instalação, em 08 de agosto de 2000, e a licença de operação, em 12 de janeiro de 2001.

Dois dias antes da solenidade para marcar o começo do trabalho no canteiro de obra para construção da usina de Corumbá IV, em 30 de agosto de 2001, o Ministério Público de Goiás – MP/GO encaminhou ofício para questionar a Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Hídricos a respeito do processo de licenciamento ambiental das obras da usina hidrelétrica de Corumbá IV, em Luziânia. Essa providência ameaçava o andamento da obra que estava atrasada há mais de dois meses em relação ao cronograma contratual inicial.

O prazo para manifestação da agência, com resposta sobre o atendimento à recomendação dos promotores de cancelamento do licenciamento para a instalação do canteiro de obras, terminou em 09 de setembro de 2001. Independentemente do questionamento do Ministério Público, o consórcio que assumiu a construção e a exploração do referido aproveitamento hidrelétrico, formado pela Companhia Energética de Brasília (CEB), a *Serveng Civilsan* e a C&M Construtora, fez festa no canteiro de obra para marcar o começo dos trabalhos. Na manhã do dia 02 de setembro de 2001, os governadores do Distrito Federal e de Goiás, Joaquim Roriz e Marconi Perillo participaram da solenidade, a 33 quilômetros de Luziânia, para marcar os primeiros trabalhos de engenharia no local da construção da referida hidrelétrica. Por volta das 13 horas, ambos acionaram o botão que fez soar a sirene de alerta sobre explosões.

As dezenas de quilos de dinamite que foram detonadas deixaram um clarão na vegetação da encosta do Morro Canastra. Imediatamente, máquinas começaram a fazer a escavação inicial do túnel com 760 metros que serviu para o desvio do rio durante os próximos meses que iria durar a construção da barragem. Na ocasião, adiantou o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, Juliano de Barros Araújo:

Caso a agência não se manifeste no prazo estipulado (quarta-feira do dia 09/09/2001) ou se a recomendação ainda não tiver sido cumprida, vamos propor uma ação civil pública

pedindo a suspensão do empreendimento até a regularização de sua situação ambiental
(276),

Dentre os afluentes do rio Paranaíba, os mais caudalosos e com maior desnível são: o Araguari, no Triângulo Mineiro, cujas nascentes ficam na Serra da Canastra em MG, a mais de 1.100 metros de altitude, e o Corumbá, que se forma na Serra dos Pirineus, em altitude semelhante, e percorre a metade Sul do Estado de Goiás.

A nova capital federal, e quase todo o Distrito Federal se encontram em terras da bacia do Corumbá e de seus afluentes, a saber: a) rio São Bartolomeu (em cuja bacia ficam o lago da hidrelétrica de Paranoá e a represa Santa Maria, a primeira grande reserva de água pública na região) e b) rio Descoberto (em cuja bacia fica a represa de Santo Antônio, a mais recente reserva para abastecimento público de água na região).

O potencial hidrelétrico da bacia do rio Corumbá foi inventariado nos anos de 1960, e era prevista pela CELG a construção de algumas usinas no curso principal e em alguns afluentes. A maior delas, no trecho mais baixo do rio, usina hidrelétrica de Corumbá I, entre os municípios de Ipameri e Caldas Novas, teve concluída a sua construção em 1996 por FURNAS Centrais Elétricas e é por ela operada. Outros três projetos de porte médio dividiam a queda do rio, subindo a partir daquele ponto: Corumbá II, Corumbá III e Corumbá IV. A represa desta última alagaria terras dos municípios de Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia e Silvânia, cujas sedes urbanas se localizam no eixo da BR-040, entre Anápolis e o DF.

Esse projeto hidrelétrico sempre se caracterizou pela importância política estratégica para ambos os governos do DF e de Goiás. Sua concretização recente resultou de uma aliança entre empresas estatais como as de águas e saneamento dos dois Estados (SANEAGO e CAESB) – tendo em vista o abastecimento público da região metropolitana de Brasília, que extrapola os limites do DF e incluem também cidades goianas – e a empresa elétrica do DF (CEB) ⁽²⁷⁷⁾. Apresentam-se a seguir duas imagens do local onde está sendo instalado esse empreendimento. A primeira é reproduzida de *folder* do empreendedor; a segunda é desenhada por SEVÁ, em seu

²⁷⁶ Nota: trecho extraído da página do seguinte sítio eletrônico: www.mpe.gov.br, em 12 de maio de 2005.

²⁷⁷ Nota: o contrato com a ANEEL nº. 93/2000, outorgado em 14/11/2000, regula a exploração, pela Concessionária, do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, denominada Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada mínima de 127 MW, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 14 de novembro de 2000, publicado no Diário Oficial de 16 de novembro de 2000, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central Geradora, que compreende uma subestação seccionadora e uma linha de transmissão, circuito Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL / AHE CORUMBÁ IV - Fl. 2 simples, em 345 kV, que interligará a Central Geradora à LT Corumbá I/Brasília Sul, doravantes denominadas neste Contrato como Aproveitamento Hidrelétrico.

projeto de pesquisa *Aguanistão. As caixas d'água da chuva brasileira*, texto mimeografado em 2004.

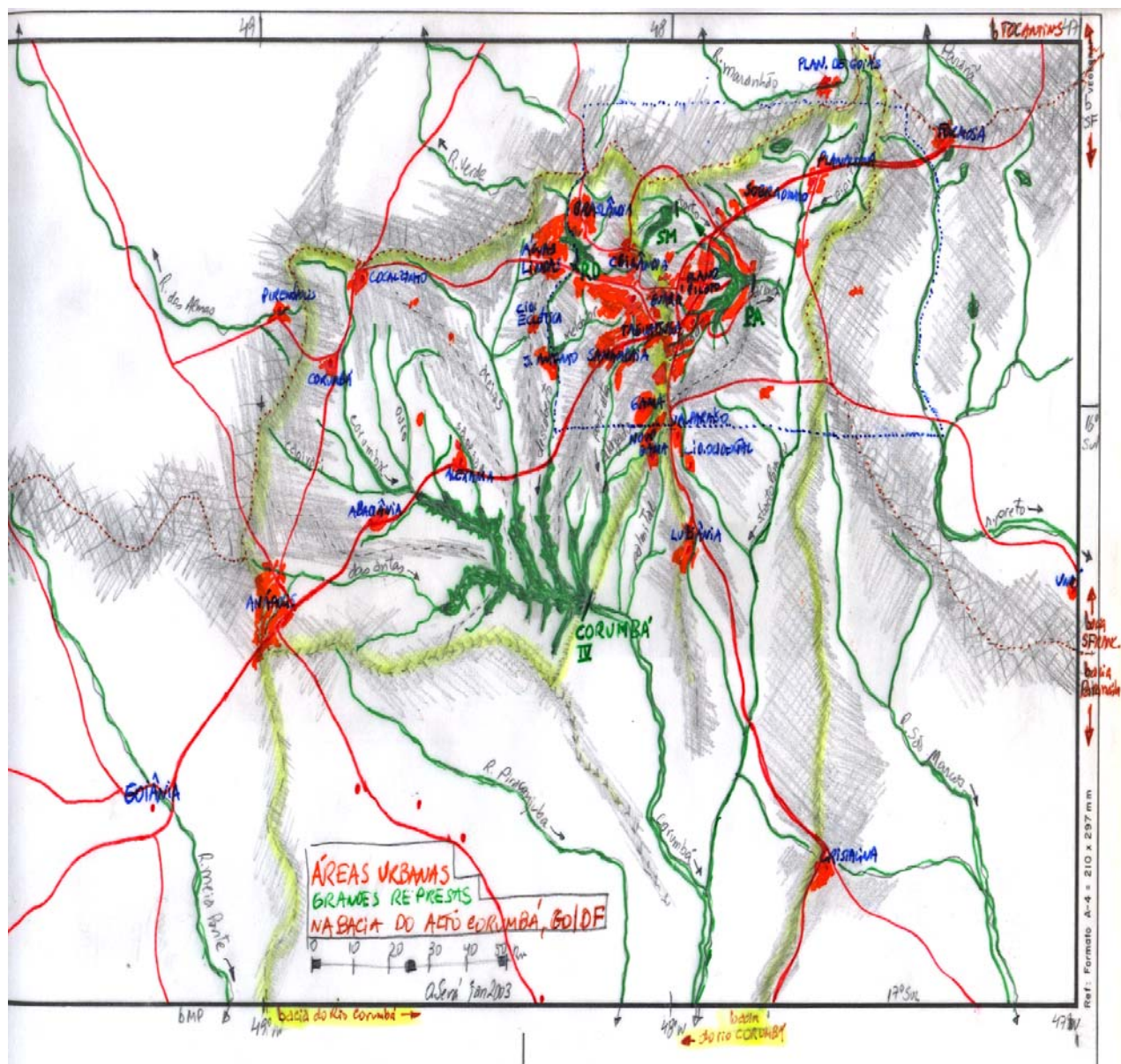
Quadro 07 – Ficha-resumo do aproveitamento hidrelétrico Corumbá IV

Rio / cotas da represa e da saída a jusante	Municípios atingidos em km2	Potência (MW)	Contrato de Concessão	Empreendedores
15 Corumbá IV 842/771 metros	Luziânia, S. Antônio do Descoberto, Alexânia, Silvânia, Abadiânia	127	Outorgada em 14/11/2000, contrato com a ANEEL no. 93/2000	Concessionário: Corumbá Concessões S/A – sociedade formada por empresas estaduais de saneamento e de eletricidade (GO e DF)
	173	127		

Fonte: tabela organizada pelo autor, a partir das informações extraídas do seguinte contrato: ANEEL sob o n°. 93/2000, outorgado em 14/11/2000.

Figura 09 – Mapas de localização da represa Corumbá IV (folder do empreendimento e croquis temático regional)





Fonte: SEVÁ, 2003. Texto mimeografado, edição do autor.

No sítio eletrônico da empresa Corumbá Concessões encontra-se o discurso oficial a respeito da construção da usina hidrelétrica Corumbá IV. O governador goiano Marconi Perillo afirmou que a obra era necessária, uma vez que o fantasma da falta d'água já rondava os moradores do Distrito Federal e do entorno. Além do mais, ele reconheceu a bravura do governador Joaquim Roriz pelo fato de ele enfrentou todas as críticas de ambientalistas e também batalhas judiciais em função da construção da referida usina. E, com o apoio do governador Distrital, garantiu que a represa Corumbá

IV abasteceria com água potável por 100 anos a cidade da capital da República ⁽²⁷⁸⁾. Ainda segundo Joaquim Roriz, essa foi uma promessa da campanha política de 2002, no sentido de solucionar definitivamente o problema de abastecimento de água potável e de energia elétrica na capital federal. A usina, depois de pronta, deverá custar aos cofres públicos algo próximo a R\$ 450 milhões e abastecerá também as cidades do entorno do DF. Roriz afirmou ainda que a obra é cara porque, simultaneamente à construção da usina, o governo do Distrito Federal está fazendo o saneamento em todos os mananciais de sua jurisdição, os quais são poluídos:

Não devemos olhar a obra pelo valor econômico, mas pela importância na melhoria da qualidade de vida da população goiana e brasiliense ⁽²⁷⁹⁾.

Mais uma vez, um projeto hidrelétrico manteve o velho discurso oficial da indústria de eletricidade, ou seja, foi justificado em função do *bem-estar comum*, dos benefícios dirigidos para a comunidade local. Quem pode demonstrar, hoje, o verdadeiro significado econômico e político desta grande obra – nas dimensões atuais da economia brasiliense e goiana, para os grupos que se articulam com os governadores Perillo e Roriz?

Mesmo estando fora de seu alcance, esta pesquisa tem a intenção de apresentar, ao longo do capítulo, a compilação de fatos marcantes da obra de Corumbá IV e do seu processo também conflitivo, e em certa medida, extremado – a ponto de encherem a represa de modo intempestivo, antes mesmo que o próprio paredão ou a barragem feita de enrocamento terra e pedra estivesse completa até a altura projetada da crista.

O contrato de concessão para a construção da usina hidrelétrica de Corumbá IV foi assinado no dia 8 de dezembro de 2000, no local da obra (a 33 Km da rodovia GO-010). Houve a participação do então Ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, dos governadores de Goiás, Marconi Perillo e do Distrito Federal, Joaquim Roriz, o diretor da ANEEL, José Mário Miranda Abdo, e do presidente da CELG, Clovis de Oliveira.

O grupo Consórcio Corumbá IV foi vencedor do lance no valor total de R\$ 415 mil reais por ano, a serem pagos ao governo federal pela outorga de uso desse bem público. O consórcio terá que pagar R\$ 12,865 milhões reais ao Tesouro Nacional pela exploração da usina durante 31 anos, conforme determina o contrato de concessão outorgado em 14 de novembro de 2000. A

²⁷⁸ Dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.saesb.gov.br, em janeiro de 2005

²⁷⁹ Dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.corumbaconcessoes.com.br, em janeiro de 2005.

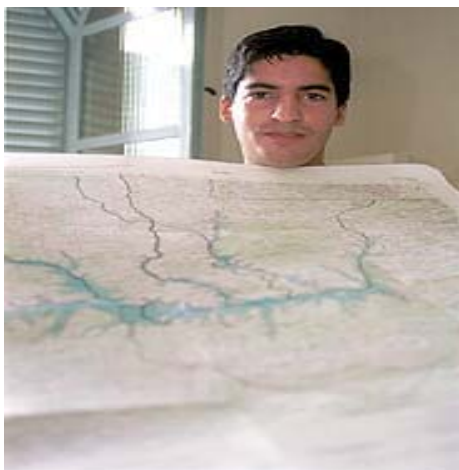
construção dessa usina, segundo Joaquim Roriz, só está sendo possível por causa do consórcio Corumbá Concessões. Ele foi formado pela Companhia Energética de Brasília e pelas empreiteiras *SERVENG-CIVILSAN e C&M*, que foram organizadas com a finalidade de construir e operar a referida usina. Além disso, houve também a participação direta dos governos de Goiás e do Distrito Federal.

A previsão de investimentos da obra, em 2000, era orçada em R\$ 250 milhões. No entanto, segundo dados coletados no balanço contábil de verificação de conta de 30/11/2004, da Corumbá Concessões, encaminhada à Procuradoria da República, em Goiás, a referida obra já tinha consumido quase o dobro do citado orçamento estimado para conclusão deste empreendimento ⁽²⁸⁰⁾. A central terá 127 MW de potência instalada, com dois grupos turbo-geradores. O paredão da barragem tem 70 metros de altura e 1,2 quilômetro de comprimento. A represa inundou uma área de 173,3 Km³, podendo acumular 4.4 bilhões m³ de água.

Resta ainda interrogar por aquilo que ficou acordado entre as partes, governo e concessionário. Parece que jamais será revelado inteiramente para a opinião pública, nem mesmo aos interessados diretamente, ou seja, os moradores da área que será alagada e destruída por esta obra. Prossegue-se com a apresentação dos resultados dessa pesquisa, acreditando que, apesar de tudo, a memória dos fatos e a persistência dos conflitos insistem em revelar aquilo que os governos e capitalistas tentam, de todas as formas, manter em segredo: informações desconstruídas, procedimentos suspeitos, perguntas sem respostas. Enfim, um rol imenso de dúvidas e questionamentos persistem por parte de muitas pessoas, moradores, estudiosos e promotores públicos sobre a construção da usina hidrelétrica de Corumbá IV.

²⁸⁰ Nota: maiores detalhes sobre o balanço de verificação de contas da Corumbá Concessões podem ser encontrados no MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2. p. 366. 02 de outubro de 2002.

5.2 Suprimento de água para o DF justifica a instalação da usina Corumbá IV



(45) Foto de Ricardo de Andrade Rangel, Promotor Público em Goiás, mostrando no mapa a localização do rio Corumbá onde está sendo construída a usina hidrelétrica de Corumbá VI. Ele afirma que a água desse lago será imprópria para a prática de atividades turísticas e muito menos poderá ser utilizada para abastecimento humano. Fonte: acervo do Ministério Público de Goiás em 2002.

Especialistas das áreas ambientais afirmam que Corumbá IV não abastecerá Brasília e seu entorno. No entanto, o anúncio feito pelo governo do Distrito Federal, de que a hidrelétrica de Corumbá IV garantirá o abastecimento de água do Distrito Federal por 100 anos, não é verdadeiro. O projeto foi contestado pelo professor de engenharia ambiental da UnB, Sérgio Koide, durante palestra no seminário sob o seguinte tema: Movimento em Defesa das Águas, realizado no dia 26 de junho de 2000, no auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB. O professor explicou que a construção da usina de Corumbá IV estabelecerá uma vazão regular do reservatório de 70 metros cúbicos por segundo e não $100 \text{ m}^3/\text{s}$, como anuncia o próprio governo Distrito Federal. Com a vazão de $70 \text{ m}^3/\text{s}$, Koide estima que será possível destinar ao abastecimento público apenas $5 \text{ m}^3/\text{s}$, pois quanto mais água for destinada ao abastecimento, sobrarão menos para a geração elétrica ⁽²⁸¹⁾.

Ele explicou ainda que: *Esta vazão é menor do que a da barragem de Santa Maria. Por isso, não se pode falar em Corumbá IV como solução de longo prazo para o abastecimento de água.* Ele considera outro problema grave: a grande quantidade de esgoto que será lançada cotidianamente pela bacia do rio Descoberto, acima da barragem de Corumbá IV. Cabe também registrar que esta mesma posição foi adotada pelo parecer técnico do Ministério Público Federal e Estadual de Goiás perante a Ação Civil Pública sob o N^o 2002.35.00.011863-2, movido em

²⁸¹ Nota: dados extraídos do seguinte processo: MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2.

desfavor de Corumbá Concessões S/A e a Agência Goiânia de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 02 de outubro de 2002.

Isso porque, na área de drenagem de UHE Corumbá IV, estão presentes aproximadamente 14 (quatorze) núcleos urbanos, quais sejam, no Estado de Goiás: Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Luziânia e Santo Antônio do Descoberto; no Distrito Federal: Águas Claras, Ceilândia, Gama, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas e Taguatinga ⁽²⁸²⁾.

Além do mais, os núcleos pertencentes ao Distrito Federal representam 54% do total atual da sua população (algo próximo a 2.1 milhões de habitantes), sendo que 70% dos seus esgotos coletados são lançados diretamente sem tratamento nos afluentes que formam o rio Corumbá na porção do Distrito Federal e entorno. Este rio, por sua vez, apresenta reduzida e baixa capacidade de alta depuração, e os 30% restantes dos esgotos são tratados em nível secundário e precário. Neste sentido, o Ministério Público Federal faz a seguinte observação:

Além das razões já expostas, ainda podemos antever a ocorrência de impactos diretos, para além da Área de Entorno definida no EIA, pelo fato do futuro reservatório ter como uma de suas finalidades o abastecimento de água, não só para os municípios goianos próximos a Corumbá IV, mas também para o Distrito Federal. Curioso observar que esta informação não é apresentada no EIA, estudo eminentemente técnico, mas consta explicitamente do RIMA, documento que dá publicidade, no sentido legal, ao EIA e ao próprio empreendimento. Neste Relatório (p. 52). Os autores relacionam como impacto positivo do AHE Corumbá a reservação e suplementação ao abastecimento de água para o Distrito Federal e cidades do Entorno (grifamos). Ainda acrescentaram que para o Distrito Federal a estimativa da CAESB é de que até o ano de 2015 sejam necessários mais de 10 m³/s ⁽²⁸³⁾ (Grifo é do texto original).

Tendo em vista que a bacia do rio Corumbá drena parte dos territórios de Goiás e do Distrito Federal, e que a divisa entre ambos é estritamente político-administrativa e não física, entende-se que, como Área de Entorno, sobre a qual incidirão os riscos sócio-ambientais diretos,

²⁸² MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2. p. 10

²⁸³ MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2. p. 15. 02 de outubro de 2002.

deveria ter sido incluída a porção leste do Distrito Federal nos mapas apresentados pelo EIA/RIMA, por parte da Corumbá Concessões. Além do mais, a maior parte dos esgotos lançados nesta bacia tem origem no Distrito Federal e pode por em risco a qualidade da água desse reservatório, caso não seja tratado adequadamente. No município de Santo Antônio do Descoberto, na região conhecida como Mandiocal, está localizada uma obra de captação de água, feita pela Companhia de Saneamento de Goiás – SANEAGO que será destruída por este novo empreendimento. O investimento chegou a R\$ 80 milhões que em parte serão comprometidos quando o lago de Corumbá IV se formar. O que foi exposto até aqui motivou o Ministério Público Federal a se manifestar:

Verifica-se que a Licença de Instalação N^o 483/2001 emitida, em 09 de novembro de 2001, pela Agência de Meio Ambiente apresentou-se o seguinte condicionante: Somente poderá ser deliberado quanto ao uso do reservatório para abastecimento público após o tratamento dos esgotos despejados na bacia hidrográfica do rio Corumbá a montante da barragem. Com tal restrição, a Agência procurou minimizar a sua responsabilidade em ter liberado o licenciamento de um empreendimento em que o próprio EIA afirma que ocorrerá a deterioração da qualidade das águas do reservatório, se não forem adotadas alternativas para diminuir o aporte de nutrientes na bacia. Na verdade, com a emissão da licença, a Agência autorizou a instalação do empreendimento, passando o carro na frente dos bois, conforme o ditado popular. Esta restrição da Agência Goiânia está impondo condicionantes que extrapolam a territorialidade de sua atuação e sobre a qual, aparentemente, não tem qualquer ingerência legal. Dessa forma, infere-se a necessidade de participação de órgão ambiental com poderes de atuação no Estado de Goiás e no Distrito Federal, ou seja, o órgão ambiental (IBAMA) (ênfase acrescida) ⁽²⁸⁴⁾.

Outro aspecto grave, apontado por João Arnolfo Carvalho, do fórum das ONGs do DF, foi a falta de apresentação de um sistema de tratamento sanitário no Distrito Federal e entorno, uma vez que, os dejetos domésticos e industriais representam uma ameaça à qualidade da água dessa represa, podendo ser contaminada com mais de 6.500 mil litros de esgoto por segundo, trazidos pelos afluentes do rio Corumbá ⁽²⁸⁵⁾.

²⁸⁴ MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2. p. 49. 02 de outubro de 2002.

²⁸⁵ Dado coletado no seguinte sítio eletrônico: www.caesb.com.br, em janeiro de 2005.

5.3 Reuniões de entidades, audiências públicas

Deve-se registrar que, a partir das leituras dos autos do processo da ACP, houve uma reunião organizada pelo Fórum das ONG's Ambientalistas do Distrito Federal e entorno, em 20 de março de 2001. Neste encontro, que ocorreu na comunidade agrícola de Mandiocall, município de Luziânia (GO), compareceram agricultores, deputados distritais e representantes do IBAMA e da Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal. O objetivo do encontro foi denunciar a falta de transparência no licenciamento para o início das obras e a promessa de que a represa será destinada ao abastecimento público de água do Distrito Federal e entorno.

Segundo organizadores do Fórum das ONGs, os estudos EIA/RIMA apresentam várias irregularidades, uma delas é que estes estudos deveriam ter sido feitos por empresas especializadas no assunto de problemas sócio-ambientais. No entanto, eles foram elaborados pela própria Via Engenharia, empresa vencedora do leilão de concessão de Corumbá IV, em parceria com a Companhia Energética de Brasília (CEB) ⁽²⁸⁶⁾.

Uma das maiores preocupações dos participantes do Fórum voltava-se para a situação futura da comunidade, estimada em mais de 450 famílias que seriam atingidas pela área alagada e, até aquele instante, não tinham recebido qualquer orientação por parte da Corumbá Concessões sobre como seria a desocupação e o respectivo processo indenizatório. A propósito, um dos atingidos concedeu o seguinte testemunho: *Veio gente aqui para começar a instalar o canteiro de obras, mas não falaram nada com a gente*, afirmou o presidente da Associação de Produtores de Mandiocall, Abner Meireles, de 55 anos ⁽²⁸⁷⁾. Ele, três irmãos e um primo que nasceram e se criaram nas terras herdadas pelo pai, há mais de setenta anos, disseram também que não foram convocados para participar de uma reunião realizada em setembro de 1999, em Luziânia, para tratar desse assunto. Exclamou Arnolfo:

Não somos contra a usina, mas exigimos transparência, acesso livre às informações sobretudo o que está sendo feito. Mesmo num momento de crise energética tão grave é fundamental cumprir as exigências legais ⁽²⁸⁸⁾.

²⁸⁶Nota: dados coletados no Dossiê da Ação Civil Público sob Nº 2002.35.00.011863-2 movida em desfavor de Corumbá Concessões S/A e a Agência Goiânia de Meio Ambiente e Recursos Naturais. p. 06. 02 de outubro de 2002.

²⁸⁷ Ata de reunião da Audiência Pública, em 20 de março de 2001, na comunidade agrícola de Mandiocall, município de Luziânia/GO. p. 02.

²⁸⁸ Ata de reunião da Audiência Pública, em 20 de março de 2001, na comunidade agrícola de Mandiocall, município de Luziânia/GO. p. 02.

Enquanto isso, a especulação imobiliária cresceu no local: foram colocadas placas de venda nas fazendas, correu a notícia que políticos locais lideraram grupos de especuladores imobiliários para a compra de mais de dois mil alqueires no local onde iria ser construída a barragem, com o objetivo de lucrar com a indenização futura. ⁽²⁸⁹⁾.

Para discutir estes e outros problemas, apesar de terem sido convidados, não compareceram às reuniões os representantes da Agência Ambiental de Goiás e muito menos da ANEEL. Mas, participaram os deputados distritais Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Chico Floresta e Maria José Maninha (ambos do PT/DF) e o subsecretário de Recursos Hídricos da Semarh do Distrito Federal.

Mesmo com toda a pressão dos governos de Goiás e do Distrito Federal, a obra de Corumbá IV ficou paralisada por vários meses seguidos. Isto aconteceu, por um lado, porque os moradores passaram a resistir contra a construção, por outro lado, devido às constantes reprovações que o licenciamento ambiental dessa obra recebeu por parte do IBAMA/GO. Aliás, este foi o objeto central da Ação Civil Pública movida em desfavor da Corumbá Concessões pelo Ministério Público Federal e Estadual de Goiás ⁽²⁹⁰⁾.

Mobilizou-se a opinião pública, transfeitos abaixo-assinados contra a construção da hidrelétrica de Corumbá IV: este foi o resultado, inesperado para o empreendedor, de uma audiência pública realizada no dia 29 de setembro de 2001 no Distrito de Santa Rosa, município de Luziânia (GO).

Inicialmente, a audiência pública foi destinada a promover o esclarecimento dos moradores sobre os procedimentos para a desapropriação de suas terras por parte do Consórcio Corumbá IV. No entanto, essa audiência tomou um outro rumo, quando a comissão encarregada de informar à população deu a palavra aos líderes das comunidades que teriam suas terras inundadas. Um após o outro, todos protestaram contra a construção e prometeram lutar na Justiça para não perderem as suas terras onde têm raízes há mais de 150 anos, englobando sete municípios entre Distrito Federal e Goiás. Vera Moura, da Associação de Produtores de Pontezinha, foi a primeira a contestar a forma como o presidente da comissão vinha conduzindo a audiência, sem dar a palavra aos presentes. Ela afirmou:

²⁸⁹ Nota: informações obtidas através de conversas informais com moradores da circunvizinhança da barragem da UHE Corumbá IV, durante pesquisa de campo realizada em 26 de maio de 2005.

²⁹⁰ MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2, 02 de outubro de 2002.

Leio um manifesto aprovado na noite anterior por cerca de 60 pequenos produtores que repudiavam a construção da barragem e prometiam entrar com ação junto com o Ministério Público, para manter paralisadas as obras que já tiveram um atraso de oito meses por conta da resistência da população local, com a ajuda de igrejas evangélicas, deputados distritais, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Fórum das ONG's Ambientalistas do Distrito Federal e Entorno ⁽²⁹¹⁾.

Nesta audiência pública, também estava presente o deputado distrital Chico Floresta (PT). Ele foi aplaudido quando pediu aos moradores para que não se deixassem enganar pelas falsas promessas das indenizações, já que não tinha dinheiro que pudesse pagar a retirada de famílias inteiras de uma região em que vivem há várias gerações. Assim ele exclamou:

Eu mesmo saí do Ceará para Brasília porque minha família não tinha como sobreviver lá, mas quando a gente tem condições não quer abandonar a terra onde temos raízes ⁽²⁹²⁾.

Estavam presentes lideranças e moradores não apenas de Santa Rosa e Pontezinha, mas também dos povoados de Santa Marta, Lagoinha, Alagados e Mandiocal, e das cidades de Santo Antônio do Descoberto, Abadiânia e Luziânia. Naum Pereira Braga, da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, engrossou o coro dos descontentes com as explicações dadas pela Corumbá Concessões, dizendo que os membros de sua igreja, os quais compõem a maioria das quase mil famílias com pequenas propriedades na região, não aceitariam assinar os papéis apresentados pela empresa que propunham a desapropriação das terras: *Só vamos assinar em conjunto e assim mesmo se não tiver outro recurso*. Após esta afirmação, ele exigia que o presidente da comissão, João Batista Silva, lhe desse a palavra, uma vez que audiência pública é para ouvir o que o povo tem a dizer.

O diretor da CEB e o representante no Consórcio Corumbá Concessões – Bartolomeu Montoril – acabaram quase sozinhos, acompanhados de um geólogo que se apresentou como gerente de meio ambiente da empresa, ao lado do presidente da comissão e de políticos de Santo Antônio do Descoberto, aparentemente, interessados na construção da barragem devido à perspectiva de exploração de atividades turísticas e valorização das terras em torno do reservatório.

²⁹¹ Nota: ata de reunião da audiência pública realizada no dia 29 de setembro de 2001, no distrito de Santa Rosa, município de Luziânia/GO.

²⁹² Nota: ata de reunião da audiência pública realizada no dia 29 de setembro de 2001, no distrito de Santa Rosa, município de Luziânia/GO.

As explicações dos representantes da Corumbá Concessões não foram convincentes e os moradores, cerca de 300 pessoas, exaltados, retiraram-se do salão comunitário após duas horas transcorridas ⁽²⁹³⁾. Mesmo assim, depois de todos estes problemas apresentados, a construção da respectiva usina hidrelétrica seguiu normalmente seu cronograma de execução.

5.3 MPF contrariado, a Justiça favorece empreendedor e o mercado fica satisfeito



(46) Foto do canteiro de obra, construção das comportas da barragem de Corumbá IV, março de 2003. Fonte: Ministério Público de Goiás.



(47) Foto do canteiro de obra, construção do paredão da barragem de Corumbá IV, em março de 2003. Fonte: Ministério Público de Goiás.

A decisão favorável arbitrária da Agência Goiânia de Meio Ambiente provocou indignação sobretudo entre os atingidos por este empreendimento, que encaminharam petições ao MPF contra a Corumbá Concessões. Conforme relata o Ministério Público Federal de Goiás:

Por força de representação apresentada à Procuradoria da República no Distrito Federal pelo Fórum das ONGs Ambientais do DF e Entorno, relatando uma série de irregularidades e danos socioambientais e patrimoniais, instaurou-se ali o Inquérito Civil Público 1.16.000.000210/2002-52, em 8 de março deste ano ⁽²⁹⁴⁾ (Grifo do texto original).

²⁹³ Compilação do resumo da ata da audiência pública realizada no dia 29 de setembro de 2001, no distrito de Santa Rosa, município de Luziânia (GO). Documentação cedida pelo Ministério Público Federal do Estado de Goiás.

²⁹⁴ MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2, p. 06.

O Ministério Público Federal e Estadual de Goiás, em conjunto, instauraram o Inquérito para questionar a competência da referida Agência e para conceder a licença ambiental à Corumbá Concessões, uma vez que, a referida obra deveria afetar diretamente e ao mesmo tempo os territórios do Distrito Federal e o de Goiás. Neste sentido, o Ministério Público Federal de Goiás, faz a seguinte ressalva:

Entendemos que, nesta situação, há a necessidade de um ente federal, no caso o IBAMA, atuando no âmbito dos dois limites territoriais (Goiás e Distrito Federal), para propiciar o melhor equacionamento da questão junto às partes ⁽²⁹⁵⁾.

Igualmente, entende-se que o respectivo empreendimento acarreta riscos ambientais em ambos os territórios (Goiás e Distrito Federal), conforme definido pela Resolução CONAMA N^o 237/97: *todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (áreas de influência direta de projetos), no todo ou em parte do território de dois ou mais Estados: cabe ao IBAMA, portanto, a responsabilidade pelo respectivo licenciamento ambiental* ⁽²⁹⁶⁾. Contudo, na forma da legislação em vigor, a competência para o licenciamento deste empreendimento é do IBAMA e não da Agência Goiânia do Meio Ambiente, como ocorreu equivocadamente.

Além do mais, o Ministério Público Federal apresentou outras irregularidades da licença ambiental e das deficiências do EIA/RIMA analisados pela Agência Goiânia de Meio Ambiente, por exemplo, a ausência de uma avaliação dos efeitos sinérgicos e os riscos advindos da operação de quatro usinas hidrelétricas ao longo do curso do rio Corumbá. (Corumbá I, possibilitando a instalação dos aproveitamentos hidrelétricos de Corumbá II, III e IV).

É crucial, do ponto de vista do Direito Administrativo, que o ato administrativo é nulo se tiver sido praticado por agente incompetente. Ora, o licenciamento deveria ser federal, mas foi conduzido – até que se detectasse este rosário de equívocos – por autoridade estadual: evidente, daí, sua nulidade ⁽²⁹⁷⁾.

²⁹⁵ MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2, p. 16. 02 de outubro de 2002.

²⁹⁶ Nota: citação extraída da página do seguinte sítio eletrônico: www.ibama.gov.br, em 15 de abril de 2005.

²⁹⁷ MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2, p. 49. 02 de outubro de 2002.

Por conseguinte, ao revelar um erro material, está claro que o EIA/RIMA do Corumbá IV é *inutilizável* e, se houvesse sido apreciado por parte da Agência Goiana de Meio Ambiente com o mínimo de rigor e seriedade, esta não teria emitido de forma imoral as respectivas licenças referente a este empreendimento. Ainda que a Agência estadual detivesse a competência para o licenciamento, deveria ter sido mais criteriosa na leitura do documento que fundamentou sua decisão no ato de licenciar a respectiva obra.

O EIA da Corumbá IV também não apresentou um estudo que possa levar em consideração os diversos usos das águas da respectiva bacia, conforme preconizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos que estabelece as áreas de atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Por outro lado, o RIMA omitiu dados e informações relevantes do EIA que são fundamentais para o conhecimento dos riscos sócio-ambientais. Neste sentido, não informa adequadamente como e quando a fauna será resgatada das áreas que ficarão submersas com a formação da barragem, ou mesmo um estudo apurado que classifique as espécies de animais e insetos que habitam aquelas áreas que serão afetadas pelo empreendimento. Acrescenta-se ainda, que o referido relatório não identificou, e provavelmente não tomou conhecimento das pesquisas já realizadas por outros especialistas em relação à área a ser alagada pela barragem e seu entorno. O Ministério Público Federal também faz a seguinte afirmação:

Devemos mencionar que o EIA não apresentou dados de empreendimentos hidrelétricos na mesma bacia hidrográfica, como a AHE Corumbá I, e que poderiam ser utilizados numa análise comparativa desejável, até mesmo para que se evidencie a possibilidade de impactos cumulativos e sinérgicos. É preciso registrar, inclusive, que na parte do Estado dedicada ao meio biótico não se fez menção ao futuro AHE Corumbá III, o qual será instalado no mesmo curso d'água (rio Corumbá) e no mesmo município de Luziânia/GO, a jusante do AHE Corumbá IV⁽²⁹⁸⁾.

Quanto à análise chamada de impactos sobre *o meio antrópico*, a população que ficará exposta diretamente aos riscos deveria ter sido objeto de pesquisa com maior nível de profundidade e detalhamento. No entanto, também não está contemplada no EIA/RIMA. Nestes

²⁹⁸ MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2, p. 39. 02 de outubro de 2002.

estudos há apenas a indicação que aproximadamente 480 pessoas deveriam ser desalojadas, quantidade que certamente não reflete a realidade da micro-região afetada. Mesmo assim, sobre esta questão da desapropriação, não há nada esclarecido no EIA/RIMA. Sublinha-se também que, em nenhum momento das fases do estudo ambiental desse empreendimento, a sociedade civil teve participação. O fato é que o EIA/RIMA demonstra, por parte dos autores de tais estudos, uma completa falta de conhecimento da realidade sócio-econômica local:

Em termos conclusivos, o Ministério Público Federal de Goiás também afirmou que em função dos esgotos lançados diretamente no rio Corumbá, provenientes do Distrito Federal e seu entorno, o reservatório a ser formado pela usina Corumbá IV não atenderá aos usos de abastecimento humano, motivo maior alegado pelo empreendedor no momento da solicitação da Licença Prévia à Agência Goiânia de Meio Ambiente.

Pelo contrário, estará criando um sério problema de saúde pública em um futuro bem próximo para homens e animais que habitam as proximidades dessa barragem. Neste sentido, vale ressaltar que há o perigo de proliferação de algas tóxicas no reservatório que são danosas à saúde dos homens e animais. Algo semelhante ao que ocorreu no lago Paranoá em Brasília, cujas águas sofreram processo de eutrofização em razão do aporte de cargas orgânicas brutas ou inadequadamente tratadas.

Os Procuradores da República, Alexandre Campos de Assis e Carlos Vilhena, e os Promotores de Justiça, Ricardo Rangel de Andrade e Juliano de Barros Araújo, em 30 de setembro de 2002, assim formularam a petição, nos termos da Ação Civil Pública proposta:

** a intimação do IBAMA para compor a lide;*

** concessão initio da LIMINAR;*

** a procedência in totum dos pedidos liminares e da ação proposta, com o julgamento definitivo de modo a satisfazer:*

nulidade das licenças ambientais prévia e de instalação N^o 013/2000 e N^o 483/2001, respectivamente;

- obrigar a Ré Corumbá Concessões S/A a não prosseguir nas obras do enchimento UHE Corumbá IV, até que haja o devido licenciamento ambiental por parte do IBAMA, bem como apresente novo EIA/RIMA;

- que seja a Ré Agência Goiânia a abster-se de autorizar, permitir e licenciar qualquer obra de instalação ou atividade do empreendimento UHE – Corumbá IV, e, por

consequente, seja determinada a encaminhar o procedimento administrativo de licenciamento em curso ao IBAMA ⁽²⁹⁹⁾.

Em face do respectivo pedido, em 30 de setembro de 2003, a Juíza Marcule Gomes de Sá, proferiu a seguinte sentença:

Assim, não é o caso de se paralisar, ao menos imediatamente, o andamento das obras de implantação da UHE Corumbá IV. Tal implicaria, inevitavelmente, periculum in mora inverso, haja vista os prejuízos irreparáveis que sobreviriam às etapas já concluídas do empreendimento, sobre aquelas em andamento. Prejuízos ainda maiores pela quebra de cronogramas, dado ser notória a situação de alerta, no que tange aos recursos energéticos, ainda vivida por um país que, há pouco, submeteu-se a racionamento de eletricidade ⁽³⁰⁰⁾.

Apesar da fundamentação dada à sua decisão, a juíza defere, em parte, aquilo que foi o pedido de liminar dos Procuradores da República e de Justiça, da seguinte forma:

- a) manter em caráter precário, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a validade das licenças ambientais em vigor;*
- b) determinar à Corumbá Concessões Ltda que providencie, no prazo da alínea a, os estudos complementares ao EIA/RIMA, utilizados na obtenção das licenças ambientais obtidas perante a Agência Goiânia do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Agência Ambiental de Goiás), de forma a suprir as lacunas e falhas apontadas pelos autores na peça inicial, justificando as omissões;*
- c) determinar a Corumbá Concessões Ltda que providencie, no prazo da alínea a: instauração de procedimento para obtenção do devido licenciamento perante o IBAMA;*
- d) determinar à Agência Goiânia do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Agência Ambiental de Goiás) que cesse a expedição de novas licenças ambientais à primeira requerida, Corumbá Concessões Ltda, relativamente às obras da UHE Corumbá IV;*

²⁹⁹ MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2, p. 86. 02 de outubro de 2002.

³⁰⁰ MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2, p. 56. 02 de outubro de 2002.

e) determinar a automática suspensão das licenças ambientais e a paralisação da obra de implantação da UHE Corumbá IV, caso excedido referido lapso sem as providências determinadas nas alíneas b e c supra;

f) fixar multa diária no importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por dia, a fluxo pós-transcorrido o prazo da alínea a, caso infringidas as determinações contidas nas alíneas b, c e d, devendo a multa ser calculada por infração, sendo imposta contra o infrator respectivo (Corumbá Concessões Ltda – b e c, ou a Agência Goiânia do Meio Ambiente e Recursos Naturais, d) ⁽³⁰¹⁾.

As obras de construção da usina Corumbá IV ficaram paralisadas entre novembro de 2003 e abril de 2004, não por força judicial, mas por razão da falta de liberação de novas parcelas dos recursos financeiros por parte das instituições financiadoras da obra tais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o BNDES.

Chama-se a atenção para o seguinte aspecto: talvez a explicação, em parte, para os sucessivos atropelamentos no cronograma de execução desta referida obra, esteja correlacionada também ao contrato de compra e venda de eletricidade. Vários termos aditivos foram realizados entre a Corumbá Concessões S. A e a Companhia de Energética de Brasília – CEB.

Neste sentido, em 04 de março de 2002, foi firmado o primeiro contrato, no qual a Concessões Corumbá compromete-se a vender toda eletricidade produzida à Companhia Energética de Brasília CEB. O início dessa operação de venda comercial da eletricidade produzida pela usina Corumbá IV, relativamente à primeira unidade geradora, ocorreria no dia 30 de abril de 2004 e à segunda unidade, no dia 31 de agosto de 2004. O total de energia elétrica contratada em MWh/a era para a primeira unidade de 498.444 MWh/a e, para a segunda, de 665.760 MWh/a, com preço de R\$ 78,77 (setenta e oito reais e setenta e sete centavos) por MWh/a ⁽³⁰²⁾.

Em face da previsão do descumprimento deste primeiro contrato, ambas foram obrigadas a realizar o primeiro termo aditivo, em 01 de dezembro de 2003, prorrogando o início da operação comercial da respectiva usina, para o dia 08 de dezembro de 2004, relativamente à primeira unidade geradora e a segunda, para 08 de março de 2005 ⁽³⁰³⁾. Cabe ressaltar que, no segundo

³⁰¹ MPF de Goiás, sob o processo de N^o 2002.35.00.011863-2. p. 560 a 561. 02 de outubro de 2002

³⁰² Justiça Federal de Goiás Processo de N^o 002399 de 17 de janeiro de 2005. p. 314 a 335

³⁰³ Justiça Federal de Goiás Processo de N^o 002399 de 17 de janeiro de 2005. p. 336 a 343.

termo aditivo, em 31 de maio de 2004, ficou excluída a Cláusula 7^a que determinava a exclusividade da venda da totalidade de energia elétrica gerada para a compradora ⁽³⁰⁴⁾.

Em 08 de dezembro de 2004, foi celebrado um terceiro termo aditivo prorrogando mais uma vez o início da operação comercial da referida usina, relativamente à primeira unidade geradora, para o dia 30 de setembro de 2005, e a segunda, para 31 de dezembro de 2005. Neste mesmo termo, ficou também acordado que as variações, aquém do montante de 665.760 MWh/a contratado, serão de responsabilidade da compradora, porém, caso o montante fornecido à compradora seja menor do que estipulado, a vendedora não sofrerá nenhum prejuízo financeiro.

Nesse meio tempo, o IBAMA, por decisão judicial, passou a acompanhar e avaliar diretamente a continuidade das obras de Corumbá IV. Depois de percorridas as batalhas judiciais, Corumbá Concessões, IBAMA e Ministério Público Federal assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta, em agosto de 2004. O diretor de Licenciamento e Qualidade do IBAMA, Nilvo Luiz Alves da Silva ressaltou ainda que a emissão da licença de instalação de Corumbá IV foi resultado de um trabalho técnico conjunto entre IBAMA e o Ministério Público Federal:

Isso permitirá a conclusão das obras da hidrelétrica, respeitadas a legislação e as questões técnicas fundamentais, garantindo a geração de energia com menor impacto ambiental ⁽³⁰⁵⁾.

Em 14 de setembro de 2004, o IBAMA acabou regularizando a situação da obra de Corumbá IV, concedendo, nesta data, licença de instalação para o empreendimento. Porém, impôs uma série de exigências para a empresa Corumbá Concessões S.A. ⁽³⁰⁶⁾.

O empreendedor ficou obrigado a preparar o diagnóstico da qualidade da água, transferir infra-estruturas (linhas de transmissão, rodovias, dutos da Petrobrás, ponto de captação de água da SANEAGO) atingida pela obra e apresentar programa de reassentamento de famílias desalojadas, dentre outras obrigações.

³⁰⁴ Justiça Federal de Goiás Processo de N^o 002399 de 17 de janeiro de 2005. p. 344 a 346.

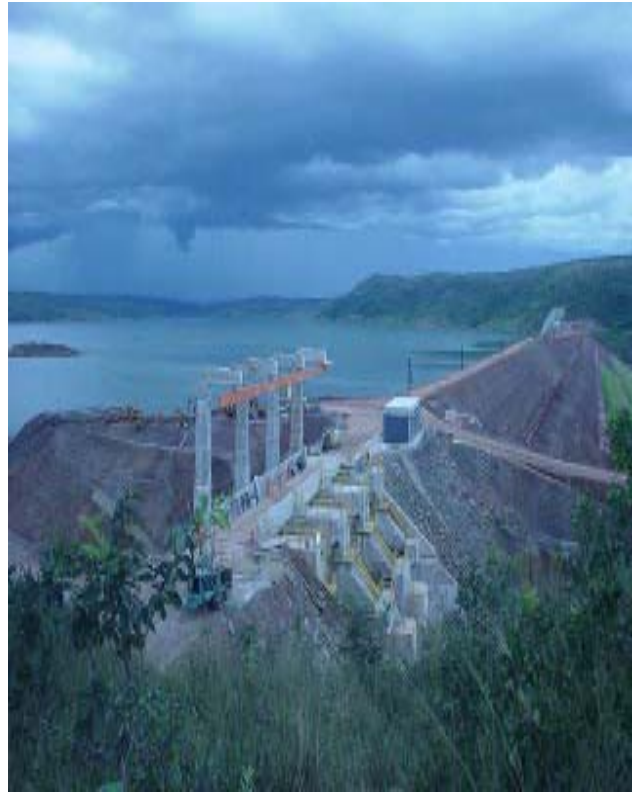
³⁰⁵ Citação retirada da seguinte sítio eletrônico: www.ibama.gov.br, em janeiro de 2005.

³⁰⁶ Dados coletados no seguinte sítio eletrônico: www.ibama.gov.br, em janeiro de 2005.

5.5 Formação da represa às pressas, em marcha forçada



(48) Foto do canteiro de obra da usina hidrelétrica Corumbá IV (vertedor de cheias). Fonte: pesquisa de campo em fevereiro de 2005.



(49a) Foto do canteiro de obra da usina hidrelétrica de Corumbá IV (vertedor de cheias). Fonte: pesquisa de campo em fevereiro de 2005.

Sem atender às exigências, afirmou o diretor do IBAMA, a empresa não poderia solicitar autorização para encher o lago e iniciar a operação da hidrelétrica, que é a etapa final do licenciamento. No entanto, sem cumprir tais exigências, em 17 de janeiro de 2005, os representantes da Corumbá Concessões S. A entraram com ação na Justiça Federal, em Goiás, sob o processo de N^o 002399, solicitando autorização judicial para o fechamento das comportas da barragem. O objetivo era iniciar rapidamente os procedimentos do seu enchimento e começar a operação dessa usina hidrelétrica. Para justificar tal ação, dentre muitos argumentos, utilizou-se o que se segue:

A requerente ainda não deu início ao enchimento porque, decorridas longas etapas de um conturbado processo de licenciamento ambiental (cujos insólitos desdobramentos serão

esclarecidos adiante), o IBAMA – por ora – indeferiu o pedido de expedição da Licença de Operação (LO), o que impede a Requerente de promover esse enchimento ⁽³⁰⁷⁾.

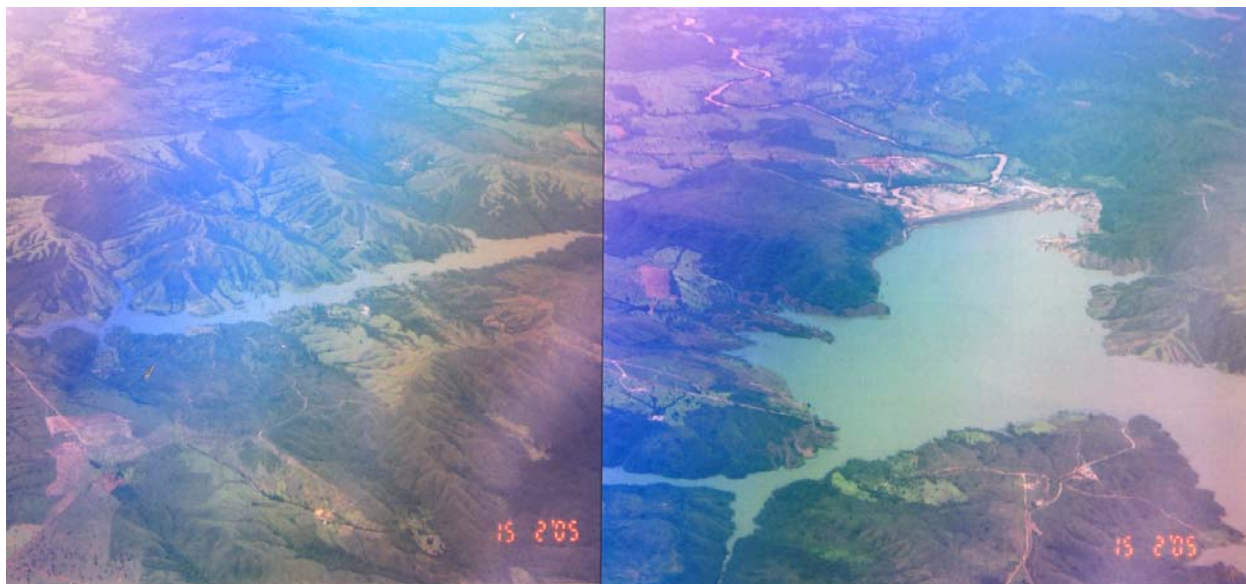
Os diretores da Corumbá Concessões S. A, afirmaram então que se a barragem não fosse enchida naquele momento, haveria a possibilidade não só da quebra da Requerente, mas também, e principalmente, da ocorrência de danos graves, irreversíveis – de cunho social, ambiental e econômico:

... O período de outubro a março é o mais adequado ao fechamento, entretanto, os meses de dezembro a março apresentam o risco de que o acesso às comportas do túnel de desvio seja inundado novamente, como ocorreu no verão de 2004, impossibilitando o acesso a esta estrutura e inviabilizando a operação de fechamento. Assim, o período mais indicado para o fechamento é o mês de outubro, que apresenta o menor tempo total de enchimento ⁽³⁰⁸⁾.

Inicialmente, o planejamento construtivo das obras previa o fechamento do túnel de desvio em 10/10/2003, tendo sido posteriormente adiado para o final do período seco entre outubro e novembro de 2004. No entanto, o rio encontrava-se desviado do seu leito natural, correndo através do túnel escavado para esta finalidade, desde junho de 2003, portanto, já enfrentado um período de cheias, de dezembro de 2003 a abril de 2004.

³⁰⁷ Justiça Federal de Goiás Processo de N^o 002399 de 17 de janeiro de 2005. Corumbá Concessões S. A solicita enchimento da barragem da UHE Corumbá IV. p. 02.

³⁰⁸ Justiça Federal de Goiás Processo de N^o 002399 de 17 de janeiro de 2005. p. 08.



(49b) Foto aérea do lago da usina Corumbá IV em formação, em 15/02/2005. Portanto, algumas semanas depois da Justiça Federal conceder autorização ao Consorcio Corumbá Concessões para fechar as comportas da barragem para enchimento do reservatório.

Fonte: acervo do Prof. Seva.

Conforme relatório de 07/12/2004, realizado por Corumbá Concessões S. A, mesmo sem autorização do IBAMA ou da Justiça, o represamento d'água à montante vinha sendo feito gradativamente. Ele podia atingir, num curto intervalo de tempo, o nível limite para a operação de fechamento do túnel considerado pela obra. Neste sentido, deve-se observar o que os advogados da Corumbá Concessões argumentaram:

Uma nova exposição do túnel de desvio a um período de cheias, com a passagem de vazões e velocidades elevadas, maiores até que as admitidas em projetos, aumentará significativamente o risco de ocorrência de um acidente no túnel de desvio, com consequências imprevisíveis e que poderão ser catastróficas, como por exemplo, a ocorrência de um colapso parcial ou total do túnel, hipótese que causaria o enchimento forçado e sem controle do reservatório⁽³⁰⁹⁾. (Grifo do texto original)

Além dessa forma de pressão, baseada em argumentos exclusivamente técnicos, os advogados da empresa, a fim de convencer o juiz a autorizar o fechamento do túnel para o enchimento do reservatório, por várias vezes, também utilizaram-se de argumentos econômicos,

³⁰⁹ Justiça Federal de Goiás Processo de N° 002399 de 17 de janeiro de 2005. p. 10.

tais como: *a Corumbá Concessões atingiu o limite de suas forças financeiras e vê-se ante a possibilidade concreta e incontornável de quebra*. Utilizando-se deste discurso interpela a justiça, pois caso não consiga encher o reservatório, a empresa corre sérios riscos de não poder continuar a atuar no mercado de energia elétrica. E esta é circunstância matemática, objetiva, inafastável ⁽³¹⁰⁾. Em face do pedido de licença de operação, formulado em 06/10/2004, pela requerente, o IBAMA manifestou-se, em 03/12/2004, da seguinte forma:

Tendo em vista o estágio atual do processo de licenciamento do empreendimento do UHE Corumbá IV, onde se verificam pendências construtivas, pendências no processo de supressão vegetal, pendências em relação aos processos de desapropriações, pendências na relocação de infra-estrutura, e demais questões sócio-ambientais verificadas durante a vistoria técnica realizada entre os dias 29 de novembro e 1 de dezembro, bem como o não cumprimento de todas as condicionantes da LI N^o 281/2004, este IBAMA entende ser inviável a concessão de Licença de Operação neste momento, conforme requerido em 6 de outubro de 2004. Desta forma, ficam indeferidos os pedidos de licença de operação e também de enchimento do reservatório requeridos por sua empresa até que estejam resolvidas as questões citadas acima ⁽³¹¹⁾.

A propósito da decisão do IBAMA, a requerente argumentou que em 03/12/2004, data da reunião do IBAMA com o MP, a barragem de terra que continha e formaria o reservatório estava na cota de 832 metros. Na data do ajuizamento desta ação em 12/01/2005, na qual a Corumbá Concessões pediu ao juiz autorização para o fechamento das comportas, a referida barragem já tinha atingido a cota de 837, ou seja, limite para o enchimento do reservatório com segurança. Na data deste ajuizamento, a requerente admitiu que do total de 18 mil hectares de vegetação a serem suprimidos, apenas 4.5 mil hectares tinham sido desmatados. Ele alegou que durante o processo de enchimento o problema seria totalmente resolvido.

Quanto às pendências na relocação de infra-estrutura, a requerente também informou que ainda não tinha solucionado o problema. Em relação ao passivo sócio-ambiental, definitivamente, ainda não havia também iniciado o processo de realocamento de famílias atingidas ou o resgate

³¹⁰ Justiça Federal de Goiás Processo de N^o 002399 de 17 de janeiro de 2005. p. 12.

³¹¹ Justiça Federal de Goiás Processo de N^o 002399 de 17 de janeiro de 2005. p. 13.

da fauna e flora e o problema da qualidade da água. Quanto à questão da água, a requerente fez a seguinte afirmação:

Adicionalmente, a Companhia de Abastecimento e Esgoto de Brasília – CAESB já praticamente concluiu as obras de saneamento na área de influência do Empreendimento, com recuperação muito positiva para a qualidade da água do reservatório. A seu turno, a Empresa de Saneamento de Goiás – SANEAGO também vem realizando obras de saneamento na área de entorno do Empreendimento, sendo esses fatos públicos e notórios ⁽³¹²⁾.

Mesmo admitindo que ainda não havia resolvido estes problemas, conforme ressaltou o IBAMA, a Corumbá Concessões passou a requerer da justiça a autorização para o enchimento do reservatório da usina Corumbá IV. No entanto, apesar de todas as irregularidades cometidas pela Corumbá Concessões durante a execução da referida usina, em 21 de janeiro de 2005, o Juiz Federal, Alderico Rocha Santos, em substituição na 6ª Vara da seção Judiciária do Estado de Goiás, autorizou o fechamento das comportas para o enchimento do lago da barragem de Corumbá IV até a quota 834 m. ⁽³¹³⁾.

Mesmo depois de obter essa decisão judicial, a Corumbá Concessões, consórcio responsável pela hidrelétrica, não demonstrou interesse em cumprir na íntegra aquilo que havia determinado a liminar. Indignados com a decisão, em 04 de março de 2005, o MP Federal e o do Estado de Goiás recorreram ao Tribunal Regional Federal de Brasília, pediram a imediata revogação daquela liminar, sob pena de danos irreversíveis ao ecossistema sócio-ambiental nos territórios de Goiás e do Distrito Federal.

No entanto, em 30 de março de 2005, em sua decisão, a desembargadora do Tribunal Regional Federal de Brasília, Selene Maria de Almeida, manteve a liminar que autorizou o enchimento parcial da barragem. Além do mais, esta nova decisão estipulava outros prazos, até o enchimento da barragem, para que Corumbá Concessões resolvesse os passivos sócio-ambientais ainda pendentes como, por exemplo: o resgate da fauna em uma área de 15 mil hectares, a remoção de 12.5 mil hectares de vegetação nativa, a remoção de infra-estruturas tais como: um

³¹² Justiça Federal de Goiás Processo de N° 002399 de 17 de janeiro de 2005. p. 17.

³¹³ Justiça Federal de Goiás Processo de N° 002399 de 17 de janeiro de 2005. p. 873.

poliduto da Petrobrás, uma base de captação d'água da SANEAGO e a remoção de pontes e estradas.

Além de resolver os problemas anteriormente citados, teria que solucionar a situação das famílias dos atingidos, que ainda não tinham sequer sido recebidos pelo representante da Corumbá Concessões. Comprometendo-se em resolver tais problemas, afirmou Manuel Faustino Marques, presidente da Corumbá Concessões:

A decisão reforça a responsabilidade do consórcio de cumprir as condicionantes do licenciamento. Tudo deverá ser feito, paralelamente, ao enchimento do reservatório ⁽³¹⁴⁾.

Ele explicou ainda que o enchimento do reservatório deveria tardar seis meses até a cota autorizada pela Justiça, na marca da cota dos 834 metros, quando o nível do lago poderá ser controlado pelo vertedouro da barragem. Faustino garantiu também que, nos 60 dias seguintes, a remoção do oleoduto da Petrobrás e de uma estação de captação de água da empresa de Saneamento de Goiás – SANEAGO S.A. estariam feitas. A remoção dos 12.5 mil hectares de mata nativa, feita para evitar a proliferação de algas e microorganismos no lago deveria ser concluída dentro de cinco meses.

O Ministério Público Federal, em abril de 2005, propôs um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, no qual a Corumbá Concessões ficou obrigada a fazer tudo aquilo que estava previsto quanto às obrigações perante o IBAMA para se obter o licenciamento de operação da usina de Corumbá IV. Segundo garantiu o presidente da Corumbá Concessões, Manuel Faustino Marques, dentro de oito meses, exatamente, em agosto de 2005, a usina hidrelétrica de Corumbá IV estaria em pleno funcionamento.

³¹⁴ Esta frase foi copiada do sítio eletrônica da respectiva empresa empreendedora da usina hidrelétrica de Corumbá IV. www.corumbaconcessoes.com.br, em março de 2005

5.6 Prejuízos sociais e especulação na área da represa



(50) Foto do cerrado às margens do rio Corumbá no município de Luziânia/GO, antes da formação da barragem da usina Corumbá IV, em setembro de 2004. Fonte: Ministério Público de Goiás.



(51) Foto do cerrado às margens do rio Corumbá no município de Luziânia/GO, depois do início da formação da barragem da usina Corumbá IV, em abril de 2005. Fonte: Ministério Público de Goiás.

O movimento dos atingidos pela barragem de Corumbá IV realizou nova manifestação em 11 de maio de 2005, a partir das 13 horas, no povoado Igrejinha, no município de Santo Antônio Descoberto. A manifestação foi organizada pela Associação dos Proprietários dos Atingidos pela usina de Corumbá IV e pelo Instituto Bethel, da Igreja Presbiteriana Independente. Houve a participação de representantes do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, seção de Goiás.

Os organizadores informaram que a manifestação reuniu cerca de 300 pessoas. Foi convidado a participar do evento Alexandre Camanho, procurador da República no Distrito Federal, para explicar as questões de Meio Ambiente. A expectativa dos organizadores era a de que, nesse dia, o procurador anunciasse as novas ações judiciais que seriam impetradas contra o Consórcio Corumbá Concessões. Para o MAB, era necessário sustar a continuidade das obras enquanto apurassem as irregularidades que não foram sanadas satisfatoriamente até aquele momento, sobretudo, os problemas das pessoas atingidas diretamente por este empreendimento. O procurador declarou que estava aguardando a emissão de licença ambiental, por parte do IBAMA, para este empreendimento. Além do mais, o procurador acreditava que o IBAMA não

iria conceder esta Licença de Operação sem levar em consideração os passivos sócio-ambientais que ainda estavam em pendência por parte de Corumbá Concessões.

O EIA/RIMA dessa referida obra fez um levantamento incompleto de pessoas, flora e fauna que seriam atingidas pela barragem; aspectos arqueológicos e culturais foram completamente desprezados. Diversos objetos de interesse arqueológico estão sendo encontrados pelos moradores dentro da área a ser inundada. São utensílios cerâmicos e ferramentas que podem ter sido produzidos durante as eras da Pedra Lascada e Pedra Polida. No que se refere ao levantamento sócio-econômico, o EIA/RIMA identificou 480 pessoas que foram atingidas, quando o MAB estimou que existem mais de 5 mil habitantes residentes em 784 propriedades e posses rurais dentro do perímetro a ser inundado pelo lago de Corumbá IV ⁽³¹⁵⁾.

Medidas que garantam a qualidade da água precisam ser adotadas para deixá-la em condições adequadas ao consumo. Na lista de prioridades, está o tratamento dos esgotos despejados nos afluentes do rio Corumbá, acima da represa.

A CAESB terá de investir alguns milhões de reais em sistemas de tratamento de dejetos no Distrito Federal caso queira reaproveitar a água de Corumbá IV para abastecimento da população. Em Goiás, de acordo com o superintendente executivo da Secretaria do Meio Ambiente de Goiás, Marcelo Oliveira, o investimento necessário pode ultrapassar a casa dos R\$ 200 milhões: *Somente com uma intervenção da União há chances de um investimento tão alto. Se isso for feito, é possível que se escape de uma escassez completa de água no Entorno e DF* ⁽³¹⁶⁾.

Para garantir o tratamento dos esgotos, a CAESB terá também de investir pesadamente em estação de tratamento de esgoto em praticamente todas as cidades do Distrito Federal, tais como Santa Maria, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. A empresa terá ainda que transferir o esgoto despejado no Alagado para o ribeirão Palmital, que deságua no Corumbá, abaixo da represa. Se o lago não ficar livre de todos os dejetos das cidades próximas, sua água ficará impréstável ao consumo e o reservatório se transformará num risco sanitário.

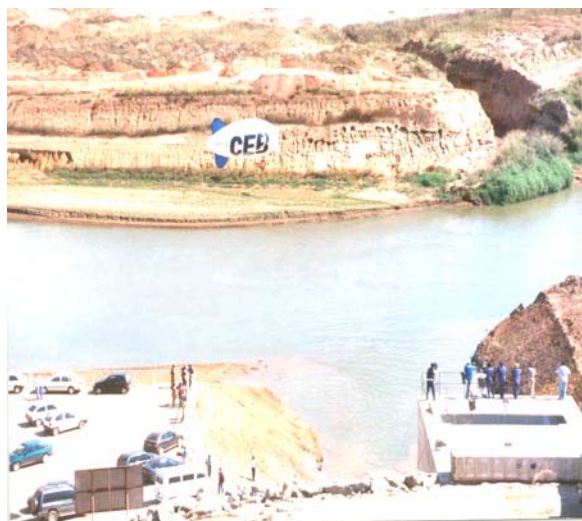
É consenso entre os engenheiros da Corumbá Concessões que a água do reservatório da usina hidrelétrica da Corumbá IV só iria servir para o abastecimento do Distrito Federal e seu entorno, caso se faça altos investimentos em saneamento básico: *Sem saneamento em todos os municípios do Entorno, teremos a água da barragem contaminada em poucos anos* ⁽³¹⁷⁾, garantiu

³¹⁵ Nota: dados extraídos da página do seguinte sítio eletrônico: www.mab.com.br, em junho de 2005.

³¹⁶ Nota: citação extraída da página do seguinte sítio eletrônico: www.saneago.com.br, em 20 de julho de 2005.

³¹⁷ Nota: citação extraída da página do seguinte sítio eletrônico: www.caesb.com.br, em junho de 2005.

o superintendente da Corumbá Concessões, Marco Antônio. O professor Carlos Vaz de Campos, dos Departamentos de Arquitetura e Engenharia Ambiental da Universidade Católica do Goiás, faz o seguinte alerta: *Se contaminar a barragem, o tratamento será muito mais caro que sanear todas as cidades do Entorno* ⁽³¹⁸⁾.



(52) Foto da CEB promovendo a especulação imobiliária às margens da barragem de Corumbá IV, através da atração turística, em fevereiro de 2005. Fonte: pesquisa de campo em fevereiro 2005



(53) Foto de homens trabalhando na construção da barragem de Corumbá IV, ao mesmo tempo em que visitantes especulam a compra de lotes. Fonte: pesquisa de campo, em fevereiro de 2005.

Durante esta pesquisa de campo, noticiou-se que, grupos de empresários especializados em negócios imobiliários estavam desenvolvendo uma intensa especulação fundiária com terrenos e propriedades em entorno da represa.

Segundo dados do próprio Governo do Distrito Federal, a represa Corumbá IV, cinco vezes maior que o Lago Paranoá, localizado a 20 km da cidade-satélite Gama – seria a garantia de água potável por mais 100 anos no DF e entorno. Os fatos relatados indicam que o governo do DF Joaquim Roriz e o seu grupo político não revelaram que o projeto hidrelétrico lhes permitiria a continuidade e expansão do processo especulativo imobiliário no Distrito Federal e entorno.

Em sua dissertação *A relação entre a política de desenvolvimento e ambiental no DF: a expansão urbana na forma de condomínios*, Carlos Vieira dos Santos afirma que os rios que deságuam no Corumbá estão poluídos, desqualificando a água para o consumo humano ⁽³¹⁹⁾. O rio

³¹⁸ Nota: citação extraída da página do Departamento de Arquitetura e Engenharia do seguinte sítio eletrônico: www.ucg.com.br, em 20 de julho de 2005.

³¹⁹ Nota: referência extraída da página do Departamento de Urbanismo da UnB no seguinte sítio eletrônico: www.unb.com.br, em 17 de agosto de 2005.

Melchior, por exemplo, recebe os esgotos das cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia antes de encontrar com o Descoberto e desembocar no Corumbá.

Proporcionalmente à sua extensão, o Distrito Federal é uma das unidades da Federação com maior número de áreas protegidas ambientalmente. Mais de 90% do território do DF são unidades de conservação. A criação das áreas protegidas, no entanto, não impediu que o crescimento desordenado, principalmente pelo surgimento de parcelamentos irregulares de terra nas franjas do território do DF e na faixa fronteiriças de Goiás.

Estudos coordenados pela WWF-Brasil e executados por outras organizações não-governamentais (ONGs), desde 1997 já constatavam o comprometimento dos rios e afluentes que banham o DF e o entorno. Os condomínios que crescem na direção oposta ao eixo preferencial de expansão urbana no DF, atingindo áreas impróprias para urbanização como as cabeceiras do São Bartolomeu e do Cafuringa, agravam ainda mais essa situação, contaminando nascentes e mananciais ⁽³²⁰⁾.

No caso dessas áreas, o problema ambiental decorre da ocupação irregular das terras para loteamento, ou seja, há a devastação da vegetação nativa - com destaque para o cerrado. Segundo os dados analisados pelo professor Fernando Fonseca, até 1998, aproximadamente 57,5% da vegetação original do DF e entorno já havia sido destruída ⁽³²¹⁾.

Um dos dois rios que nascem dentro do DF, o São Bartolomeu deveria ter sido, pelos projetos originais de Brasília, represado a alguns quilômetros acima desta área, para a construção de um segundo lago de Brasília que viria amenizar o clima e garantir o abastecimento d'água. Devido aos condomínios e chácaras que ocuparam suas cabeceiras e boa parte das áreas que seriam inundadas, o projeto foi deixado de lado, e agora o Governo do Distrito Federal e grupos imobiliários investem todo seu poder político e econômico no projeto de Corumbá IV.

Basta ver os números: o reservatório vai formar um lago de 220 km² de extensão. Serão 4,4 bilhões de metros cúbicos de água, alagando parte de cinco municípios goianos: Luziânia, Alexânia, Abadiânia, Santo Antônio do Descoberto e Silvânia.

Primeiramente, a Corumbá Concessões entrou com processo de desapropriação de quatro propriedades de terras que ficam na margem direita do rio Corumbá, local do canteiro de obra, no município de Luziânia (GO). Para conseguir a posse dos terrenos, o consórcio (que reúne a Serveng Civisan, C&M Construtora e a Companhia Energética de Brasília) teve que desembolsar cerca de R\$ 250 milhões, conforme anunciaram seus representantes.

³²⁰ Nota: dados extraídos da página do seguinte sítio eletrônico: www.wwfbrasil.com.br, em 12 de julho de 2005.

³²¹ Nota: dados extraídos da página do Departamento de Engenharia Florestal no seguinte sítio eletrônico: www.unb.com.br, em 28 de julho de 2005.

A área compreende cerca de 708 mil hectares de terras que atualmente estão distribuídas em 581 propriedades. Desse total, segundo afirmam os engenheiros da Corumbá Concessões, 62 ficarão totalmente inundadas. As negociações para a aquisição de todas as propriedades que seriam afetadas pelo reservatório da Corumbá IV começaram em 1999 e ainda hoje, meados de 2005, existem pendências, sobretudo com os ribeirinhos. Cabe registrar que a empresa não enfrentou problemas para convencer os grandes proprietários a venderem suas terras. Segundo informou o presidente da Corumbá Concessões, o problema foi convencer os ribeirinhos e sitiantes. Até o final de 2000, a empresa tinha comprado apenas duas propriedades que ficam na margem esquerda do rio Corumbá.

Nas vésperas de iniciar a obra, Edmir Madeira Cardoso, diretor-presidente da Corumbá Concessões, informou: *Temos só mais 30 dias para conseguir os terrenos e não atrasar o cronograma*. Segundo ele, a maior parte dos terrenos que serão inundados para comportar o reservatório da usina tem um prazo maior para estarem em posse da empresa: *Só vamos começar a encher o reservatório em junho de 2003. Até lá acreditamos que conseguiremos negociar com os donos das terras* ⁽³²²⁾.

Desencadeado o processo de especulação imobiliária em função da instalação do canteiro de obra e visando à formação da represa, outros grupos intermediários locais também passaram a lucrar com o negócio. Deve-se observar o seguinte exemplo, que denuncia o fato:

Ceilândia – DF Vendo fazenda com 72,8 Hectares, fundo com o Rio Descoberto (futura barragem de Corumbá IV), ficará cercada de água por 03 lados e tornando-se um excelente Balneário. Pastagem Branqueara formada, Pomar, Casa Sede com 05 Suítes, Sala, Cozinha, Banheiro, Área de Serviço, Churrasqueira e Fogão à lenha, toda cercada (postes de sucupira com arame farpado - 04 fios, em bom estado), apenas 06 Km do Asfalto, BR 060 ⁽³²³⁾.

O mercado imobiliário do DF e do entorno incentivou as movimentações de compra e venda de propriedades que ficariam submersas ou às margens da futura barragem da usina Corumbá IV. Então, houve a valorização artificial de muitas glebas, em geral vinculadas a políticos e fazendeiros locais e regionais. Sendo assim, em decorrência da desvalorização patrimonial de alguns lotes e casas, o cidadão poderia vir a ser lesado, uma vez que, o valor base dos impostos cobrados pode começar a ficar acima do valor dos imóveis.

O Juiz Federal Alderico Rocha Santos, da 6ª Vara da Justiça Federal em Goiás, concedeu liminar na Ação Cautelar interposta pela empresa Corumbá Concessões S/A, autorizando o

³²² Nota: citações extraídas da página do seguinte sítio eletrônico: www.ceb.com.br, em 23 de maio de 2005.

³²³ Nota: o referido anúncio foi extraído da página do seguinte sítio eletrônico: www.correiobrsiliense.com.br, em 22 de agosto de 2005.

fechamento das comportas para o enchimento do lago da barragem da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV até a quota 834m. Tal entendimento, entretanto, não é compartilhado pelo MPF, pois a Concessionária Corumbá Concessões vem constantemente postergando o cumprimento de suas obrigações sócio-ambientais por meio de sucessivas liminares concedidas pelo poder judiciário, objetivando a postergação efetiva da resolução dos problemas sócio-ambientais por ela causados.

Inconformados com a decisão, o MPF de Goiás e do DF, e ainda o IBAMA, recorreram ao Tribunal Regional Federal em Brasília para cassar a liminar, por entenderem que as alegações da empresa são injustificáveis e, principalmente, porque a Corumbá Concessões S/A não cumpriu com todas as suas obrigações ambientais, desmerecendo a autorização judicial para o enchimento do reservatório.

Entretanto, a Desembargadora Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, deferiu apenas parcialmente a liminar requerida e, apesar de manter a autorização do fechamento das comportas para o enchimento do lago, atendeu ao pedido de redução dos prazos para a apresentação de relatórios e adoção de providências em relação à conclusão de desmatamento, resgate de animais e remoção do oleoduto da Petrobrás, concluindo que a situação não permite a concessão de prazos tão extensos. Além disso, foi fixada uma multa no valor de três milhões de reais para o caso do descumprimento das referidas determinações.

O fechamento das comportas da usina hidrelétrica de Corumbá IV para o enchimento do reservatório por força judicial, resultou da correlação de forças entre a direção da Corumbá Concessões, o MME, a ANEEL, o MMA, o MPE, o MPF, a PGR, o IBAMA, a agência ambiental de Goiás, o poder Judiciário e as populações atingidas.

Após as intensas campanhas promovidas pelo próprio governo e grandes investidores da indústria de energia elétrica contra os *entraves burocráticos*, que, segundo eles, impedem a instalação de novos projetos hidrelétricos, o Ministério do Meio ambiente (MMA) nos últimos anos não se ocupou de outra coisa senão de medidas para qualificar melhor o processo de licenciamento dos aproveitamentos hidrelétricos. Atualmente, vê-se então diante do dilema entre compatibilizar as enormes pressões por acelerar e flexibilizar o processo de licenciamento desses empreendimentos (a exemplo de Serra da Mesa, Cana Brava e Corumbá IV) tornando-o mais apazível aos grupos financeiros transnacionais e associados, e garantir o estabelecimento de regras claras e seu cumprimento, a fim de obrigar a essa indústria a apresentar projetos viáveis sob o ponto de vista político e social e a entregar estudos EIA/RIMA mais qualificados. Dessa forma, segue inevitável que a era da privatização dessa indústria continue a gerar conflitos políticos e sociais, conforme analisado no próximo Capítulo.

CAPÍTULO 6

Capitais nacionais e estrangeiros na disputa do patrimônio elétrico e diante do passivo social das usinas. Uma análise crítica das usinas Cachoeira Dourada, Serra da Mesa e Cana Brava

Introdução

Neste Capítulo, desenvolver-se-á, com maiores detalhes, a tese de que a disputa pelo patrimônio já instalado e pelo mercado de eletricidade em Goiás e no Distrito Federal, está correlacionada aos interesses dos grupos industriais de tipo eletrointensivo e aos dos grupos que atuam internacionalmente na eletricidade – alguns dentre os quais desembarcaram com toda a força no Brasil na era da privatização. Em Goiás, isto se verificou especialmente no caso da usina de Serra da Mesa, no rio Tocantins, um dos objetos pesquisados e aqui relatados. A proximidade geográfica da usina com os depósitos de minério de níquel e de amianto, na região central de Goiás, (Minaçu, Niquelândia, hoje próximo da divisa norte com o Estado do Tocantins) se completa com a participação do grupo VBC – Votorantin - Bradesco - Correia Camargo na sociedade com a estatal FURNAS, após 1995.

Demonstrar-se-á também que, no desenrolar desta disputa, os capitalistas não assumem o passivo social das usinas em três distintas situações, a saber: a) o passivo acumulado de uma usina já pronta, estadual, que foi adquirida por empresa privada (caso de Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba); b) o passivo que já estava se formando, de uma obra de empresa federal, e que estava em andamento no momento em que assumiu a participação um novo importante sócio privado (caso de Serra da Mesa, rio Tocantins); c) o passivo previsível de um projeto cuja

outorga foi concedida a um grupo privado (caso da usina Cana Brava, rio abaixo de Serra de Mesa).

Constata-se que as situações distintas indicam prejuízos econômicos das atividades pré-existentes às obras; prejuízos dos contribuintes e cidadãos por causa de desvalorização do patrimônio público; prejuízos fundiários patrimoniais e de benfeitorias de moradores nas regiões afetadas.

Sumário do Capítulo

6.1 Privatização do maior patrimônio da CELG: usina de Cachoeira Dourada adquirida pelo grupo europeu ENDESA

6.2 Privatização frustrada da CELG – Distribuição

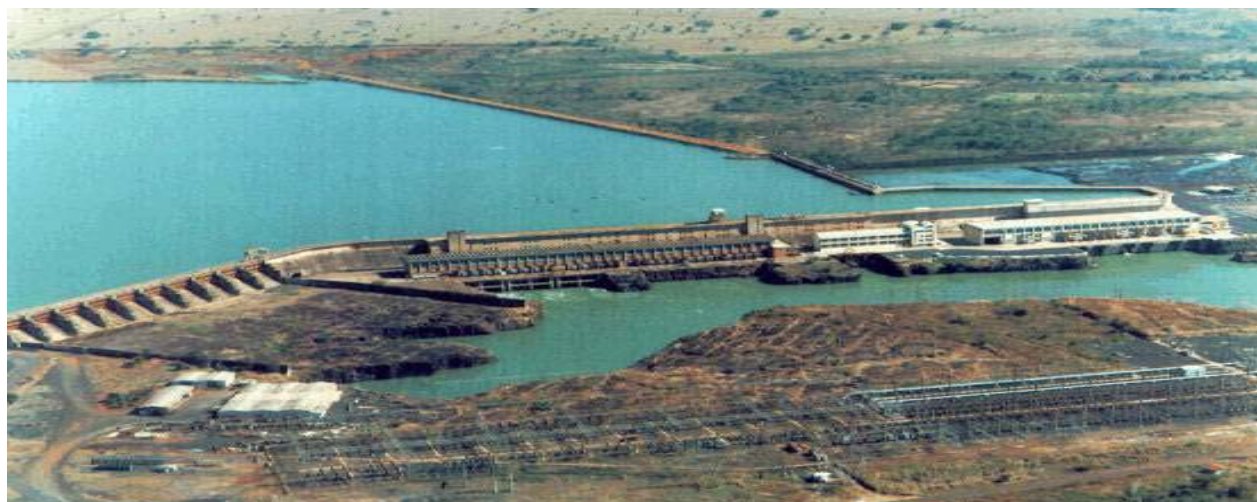
6.3 Origem do projeto Serra da Mesa, a paralisação do canteiro de obras e a entrada forçada de um grande sócio privado

6.4 Usina de Serra da Mesa e a situação regional preocupante

6.5 Projeto Cana Brava, a licitação e a entrada do grupo TRACTEBEL

6.6 TRACTEBEL e o capital transnacional diante dos atingidos

6.1 Privatização do maior patrimônio da CELG: usina de Cachoeira Dourada adquirida pelo grupo europeu ENDESA



(54) Foto da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada em 1994. Fonte: acervo fotográfico da CELG

De acordo com as características de Goiás e a evolução da sua indústria de eletricidade descrita em capítulos anteriores, pode-se situar o leitor no processo que resultou na privatização da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada – CELG. A história da empresa CELG funde-se com a da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Esta também teve um importante papel nas fases mais adiantadas da construção de Goiânia, a partir da década de 1960. A usina foi idealizada segundo os empreendedores da época, para fornecer a energia necessária para a construção e o desenvolvimento de Brasília. Isso se comprova, pois a primeira etapa foi concluída em 1959, quando foram instaladas duas unidades geradoras de 17 MW cada. Nos anos subsequentes, outros grupos geradores foram sendo instalados, conforme segue resumo:

Ano	potência instalada por etapa	Total acumulado
1959	2x17 MW = 34 MW	34 MW
1967	3x54 MW = 162 MW	186 MW
1977	3x84 MW = 252 MW	448 MW
1994	3x 105 MW = 210 MW	658 MW

A exemplo de suas congêneres, a CELG vinha atravessando uma situação delicada desde do início da década de 1990. Nesta época, a Companhia começou a enfrentar sua crise financeira mais grave, atribuída por seus funcionários à manutenção das tarifas de eletricidade no governo de Itamar Franco. Levanta-se como hipótese, que o objetivo do governo na época era promover alguma forma de desvalorização dos ativos da empresa em função do processo de privatização que estava por se iniciar.

Em 1995, iniciou-se o processo de privatização da referida usina durante o governo federal FHC e estadual Maguito Vilella do PMDB. Em 1996, a CELG passou a ficar sob intervenção do BNDES e foi dividida em duas empresas: CELG geração e a CELG distribuição. Esta manobra intempestiva, do ponto de vista administrativo e financeiro da respectiva empresa, foi realizada pelo BNDES com o objetivo de facilitar a rapidez do processo de privatização da parte lucrativa da CELG, uma vez que se tratava de uma usina hidrelétrica, cujos investimentos de construção estavam totalmente amortizados.

A usina de Cachoeira Dourada foi vendida em leilão da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro no dia 5 de setembro de 1997. Sete dias depois do leilão da usina Cachoeira Dourada, o diretor da Câmara de Liquidação e Custódia, João Batista Fraga, comunicava ao então secretário

do Planejamento, Ovídio de Ângelis, que estava sendo realizada a liquidação financeira do leilão. Anexo a esse comunicado, foi enviado a Goiás, aos cuidados do secretário do Planejamento, o cheque nº 0000361, da agência 237 do Bradesco, no valor de R\$ 670.884.682,13 reais. Mas esse cheque nem precisou chegar a Goiânia, pois o gasto dele já havia começado antes, no início de agosto de 1997, quando o governador Maguito Vilela começou a distribuir os 100 milhões de reais que havia antecipado a título de empréstimo. No total, foram desperdiçados 932 milhões de reais, já que os 779 milhões obtidos no leilão renderam mais 141 milhões de juros e se somaram a outros 7 milhões de reais apurados com a venda de ações para os servidores ⁽³²⁴⁾.

No dia 26 de junho de 2003, em depoimento à CPI instaurada pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, que apurou as irregularidades do processo de privatização da Cachoeira Dourada, José Paulo Loureiro afirmou que tanto a venda da usina de Cachoeira Dourada quanto o contrato de compra de energia, foram lesivas à CELG e a Goiás. *A CELG ficou refém desse contrato, e acrescentou, tanto foi que gerou um prejuízo, de setembro de 1997 a fevereiro deste ano de R\$ 715 milhões* ⁽³²⁵⁾.

Em 2005 a energia de Cachoeira Dourada está custando à distribuidora goiana – CELG US\$ 59,00 por MWh. A difícil situação financeira que atravessa hoje a CELG, pode ser consequência de um contrato firmado pelo governo de Maguito Vilella com o controlador privado de Cachoeira Dourada-ENDESA. ⁽³²⁶⁾ Refere-se à garantia de compra, pela CELG, da totalidade da energia produzida por Cachoeira Dourada nos primeiros cinco anos após a venda do controle da companhia, prevista no edital de privatização. Demonstra-se alguns antecedentes.

Em 1992, o grupo econômico do setor elétrico espanhol ENDESA ingressou na América Latina, primeiramente no Chile e Argentina e, em 1996, chegou ao Brasil com a aquisição da distribuidora AMPLA (antiga CERJ). No Brasil, os investimentos do Grupo ENDESA incluem a COELCE, distribuidora de energia do Ceará; a CAM, prestadora de serviços, e a *Synapsis*, empresa de informática. Conforme o sítio eletrônico da empresa:

³²⁴ Nota: dados extraídos da página do seguinte sítio eletrônico: www.elebrotras.gov.br, em 12 de maio de 2005.

³²⁵ Nota: citação extraída da página do seguinte sítio eletrônico: www.noticias.gov.br, em 21 de agosto de 2005. A usina de Cachoeira Dourada foi vendida por R\$ 726 milhões, para um único grupo de capital espanhol e chileno (ENDESA) que se apresentou ao leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro no dia 05 de setembro de 1997, com ágio de 43,49%. Na mesma ocasião, o então governador Maguito Vilela (PMDB) assinou com essa empresa um contrato exclusivo de compra, pela CELG, da energia elétrica gerada pela referida usina. Encerrado esse período, a Companhia poderia oferecer, a cada ano, 10% da energia para outros compradores. Foi estabelecida, na época da privatização, a tarifa de US\$ 37,80 por (MWh), corrigida pelo IGP-M.

³²⁶ Nota: conforme seu sítio eletrônico, o grupo ENDESA está presente em 11 países, três continentes e atende a 20,9 milhões de clientes. A ENDESA opera em todas as etapas da cadeia produtiva elétrica – geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Possui negócios nas áreas de eletricidade, gás e novas fontes de energia. A companhia foi fundada em 18 de novembro de 1944 e deu início ao processo de expansão com a construção de várias usinas na Espanha. Em 1983, foi criado o Grupo ENDESA e cinco anos depois, em 1988, foi iniciada a abertura do capital da empresa com a primeira Oferta Pública de Ações da ENDESA. Neste mesmo ano, a ENDESA estreou na Bolsa de Nova York. Ao longo dos anos seguintes, o Grupo ENDESA prosseguiu em expansão. Em 1988, a empresa tornou-se inteiramente privada.

A linha de negócios Geração Brasil começou a formar-se no ano seguinte, com a compra da hidrelétrica Centrais Elétricas Cachoeira Dourada, localizada no Estado de Goiás. A ENDESA Geração Brasil é a linha de negócios do grupo no Brasil que responde pelas áreas de geração e comercialização através das empresas Centrais Elétricas Cachoeira Dourada – CDSA, Companhia de Interconexão Energética – CIEN, no Rio Grande do Sul, para fazer a conexão elétrica com a Argentina, operacional a partir de 2002, a Central Termelétrica ENDESA Fortaleza, em Caucaia, Ceará, inaugurada em 2003 ⁽³²⁷⁾.

Embora o crescimento médio do mercado nos seis anos anteriores à privatização tenha sido de 10%, a CELG enfrentava dificuldades de acordo com que afirmam os relatórios anuais da diretoria dessa instituição, assim como outras companhias estaduais do setor elétrico. Basta dizer que as perdas de cerca de R\$ 100 milhões em 1995 e R\$ 265 milhões em 1996, foram financiadas com o não-pagamento da energia adquirida de FURNAS (nesse momento, a CELG gerava 28% da energia que distribuía ao consumidor final) ⁽³²⁸⁾.

Dentre os fatores determinantes da sua crise aponta-se: a) a unificação tarifária pré - 1993 que não cobria os elevados custos operacionais da Companhia em função da dimensão territorial de Goiás e de sua baixa densidade populacional; b) perdas técnicas e gerenciais devido à pouca manutenção dos equipamentos e sua sobrecarga; c) custos operacionais elevados em função do excesso de funcionários e salários acima da média do mercado. A CELG não conseguia, portanto, acompanhar o crescimento da economia estadual, além de impedir a sua continuidade por falta de investimento em alguns setores e ameaçar a população com o espectro do desabastecimento de eletricidade.

Conforme análise dos relatórios anuais da diretoria da CELG, pode-se deduzir que essa Companhia já estava sendo preparada para a privatização há muito tempo. Segundo a Direção dessa estatal, esta decisão foi determinada por seus maus indicadores operacionais e financeiros, por sua maior concentração na atividade de distribuição (não exigia uma reestruturação muito complexa), pela frágil situação financeira, orçamentária e patrimonial do Estado de Goiás no

³²⁷ Nota: citação extraída da página do seguinte sítio eletrônico: www.endesa.com.br, 12 de agosto de 2005.

³²⁸ CELG. **Relatório Anual da Diretoria**. Goiânia: Dezembro de 1997. p. 12-17.

contexto da renegociação da dívida descrita e pela posição governo federal frente à indústria de energia elétrica a partir de 1995, conforme descreve SANTOS ⁽³²⁹⁾.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), encarregado pelo governo federal de preparar as estatais para o processo de privatização no Brasil desde o início de 1990, e cujo papel foi fortalecido pelo Programa Nacional de Desestatização, assumiu uma posição de destaque também em relação ao Estado de Goiás. O envolvimento foi possibilitado pela decisão 316 da sua diretoria de 15/08/1996, que disciplinou os procedimentos de antecipação de recursos lastreados nas receitas das futuras privatizações. Estes recursos compõem um fundo rotativo para financiar o Programa de Estímulo às Privatizações Estaduais (PEPE).

O primeiro Estado a ser beneficiado com este procedimento foi Minas Gerais, em dezembro de 1995, iniciando, então, a privatização da CEMIG. Em Goiás, tal alternativa foi trocada por mudança na composição acionária da companhia para incluir um sócio estrangeiro. O BNDES passou a exigir que o Estado obtivesse aprovação desse ato junto à sua Assembléia Legislativa para a alienação das ações da CELG geração, ou seja, a usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Em 1995, o governo de Maguito Vilela, do PMDB, celebrou contrato de gestão compartilhada com o BNDES e a ELETROBRÁS. A nova equipe designada tinha como objetivo conduzir ações de demissão de funcionários – através da aposentadoria que se iniciou em 1995 – e dos empregados que detinham os salários mais altos. Tais ações eram para reduzir as perdas operacionais, investimentos emergenciais para prevenir blecautes, renegociação dos débitos federais e resolução de disputas legais. Conforme orientação do próprio BNDES, os principais resultados, a partir de 1995, foram os seguintes ⁽³³⁰⁾:

- foram rebaixados os salários dos funcionários em média de R\$ 2.636, em dezembro de 1995, para R\$ 2.129 a partir de janeiro de 1996; os serviços terceirizados (na sua maioria manutenção de equipamentos) não existiam antes da privatização, porém, depois do respectivo processo, alcançou o número de 1.098 pessoas, em grande parte ex-funcionários da CELG que abriram empresas ou cooperativas de serviço com os recursos recebidos por conta da demissão. Isso é importante para compreender a formação da coalizão que viabilizou a privatização da usina de Cachoeira Dourada;

³²⁹ SANTOS, Gilton Carneiro dos. **A dívida dos Estados: composição, evolução e concentração**. Menção honrosa no tópico da dívida pública no III prêmio de monografias do Tesouro Nacional – STN. Brasília, 1999. p. 22 – 29.

³³⁰ Nota: dados extraídos da página do seguinte sítio eletrônico: www.eletrobras.gov.br, em 13 de maio de 2005.

- a folha de pagamento, antes da privatização, chegava a algo próximo a R\$ 60 milhões. Após o respectivo processo caiu para R\$ 40 milhões. Antes da privatização, o salário médio era de R\$ 3.895,45 e, depois do referido processo, reduziu a R\$ 1.819,40. O custo-benefício anual estimado com esta redução está na faixa de R\$ 15,6 milhões;

- o número de consumidores cresceu 6% e a relação consumidor/funcionário cresceu de 220, em 1996, para 324, em 1997;

- os investimentos de emergência foram implementados com capitalização do BNDES e da ELETROBRÁS, que receberam debêntures conversíveis em ação como caução;

- as perdas totais foram reduzidas de 26,8% em 1996 para um nível ainda alto de 25,1% em 1997 (na maior parte por problemas com medidores defasados);

Nesse contexto de facilitação do processo privatizante, os débitos trabalhistas e previdenciários (FGTS, INSS) e os impostos perante a Receita Federal foram sendo renegociados, e as compras de energia da ELETRONORTE/FURNAS/ELETROBRÁS foram capitalizadas ⁽³³¹⁾.

Enfim, pode-se resumir o processo de privatização da CELG – Cachoeira Dourada nos seguintes passos:

- um consórcio de empresas liderado pela COOPERS & LYBRAND foi contratado pelo Ministério de Minas e Energia (nos moldes de outras privatizações realizadas pelo BNDES) para preparar a privatização da CELG e de outras estatais. A consultoria começou em 1996 e, a despeito de alguns atrasos iniciais, a privatização ocorreu na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 1997;

- foi feita a opção por venda em bloco único sem desmembramento das atividades de geração de eletricidade (com exceção das PCH's) nos termos do modelo proposto pela COOPERS & LYBRAND (embora os contratos de concessão apontassem a necessidade de criação de mais uma Companhia independente de distribuição de energia elétrica em três anos). O modelo de privatização, em geral, responde às coalizões que os formuladores pretendem montar para viabilizar a política de privatização dessa indústria.

O processo de privatização, no Brasil, optou pelos leilões que poderiam maximizar o valor das Companhias vendidas ao invés de vendas a preço fixo com base na pulverização de ações ao público. Esta opção pode ser controversa para alguns, pois induz a um aumento tarifário

³³¹ SINTUEGO. *Relatório Anual da Diretoria*. Goiânia: Série Anual. 2001. p. 02 a 11.

a fim de que o recurso empregado na privatização possa ser recuperado, imediatamente, de forma lesiva à população.

No âmbito do PND, entre 1990-1995, as privatizações seguiram, conforme explica VELASCO em sua exposição sobre o tema ⁽³³²⁾. Porém, o autor observa que o comprador não definia, antecipadamente, quantidades mínimas a serem adquiridas tampouco se exigiam pré-qualificações das empresas para o seu credenciamento perante o processo de compra das empresas estatais. Tal modelo, certamente, proporcionou aos cartéis multinacionais e associados a assumirem parte do controle do mercado de energia elétrica em Goiás e no Distrito Federal.

Do montante arrecadado com a venda da usina de Cachoeira Dourada, parece que não sobrou um centavo. Maguito Vilela (1995-1998), o governador que sonhava com a presidência da Confederação Brasileira de Futebol, investiu recursos públicos em ginásios de esportes, paisagismo de rodovias e até pagamento de diárias. Além disso, armou uma espécie de bomba-relógio para o seu sucessor: não se limitou a gastar todo o dinheiro, também deixou licitadas ou inacabadas centenas de obras que perfazem praticamente o dobro do montante que foi obtido com a privatização de Cachoeira Dourada. Como resultado, o governo de Marconi Perillo (1999-2002) foi obrigado a concluir, com recursos do tesouro, centenas de obras supérfluas em todo o Estado ⁽³³³⁾.

A quantia efetivamente gasta na construção de ginásios de esportes daria para construir as seis subestações que hoje fazem extrema falta à CELG e que, na época, em março de 1998, já eram emergenciais, segundo os técnicos da empresa, e foram orçadas em R\$ 26 milhões. Isso sem considerar que o dinheiro da usina poderia ter saneado o Banco do Estado de Goiás, com folga, evitando sua federalização ⁽³³⁴⁾.

³³² VELASCO JR., Licínio. **A economia política das políticas públicas: as privatizações e a reforma do Estado**. Texto para Discussão 54. Rio de Janeiro: BNDES, 1997. p. 12-17.

³³³ Nota: os ginásios de esporte são um bom exemplo da imprevidência do ex-governador Maguito Vilela. Além dos R\$ 23,5 milhões que gastou em praças esportivas, o ex-governador contratou outros R\$ 73,2 milhões em ginásios e quadras de esporte, sem ter mais dinheiro em caixa para concluí-los. Informações obtidas por meio de depoimentos tomados de técnicos de planejamento do Governo do Estado de Goiás, em 25 de abril de 2005.

³³⁴ Nota: O metrô de Goiânia, orçado em R\$ 90 milhões em quatro anos (a parte que toca a Goiás), também poderia ter sido feito com o dinheiro. Entretanto, o governo passado preferiu investir numa reforma da Avenida Anhanguera que cortou a cidade no sentido Leste-Oeste, provocando o aumento do número de atropelamentos, conforme dados apresentados pela própria Secretaria Municipal de Transito – SMT. Como se não bastasse, Maguito Vilela enterrou R\$ 2,7 milhões na iluminação da BR-153, entre o Postão Aparecida e o viaduto do Jardim Guanabara. Esse montante supera o investimento individual que o governo de Maguito Vilella fez no saneamento básico de 26 cidades goianas. Informações obtidas por meio de depoimentos tomados de técnicos de planejamento do Governo do Estado de Goiás, em 25 de abril de 2005.

6.2 Privatização frustrada da CELG – Distribuição

Desde que assumiu o governo de Goiás, em primeiro de janeiro de 1999, Marconi Ferreira Perillo Júnior (do PSDB) intensificou o processo de privatizações das estatais. A primeira medida a ser tomada foi dar continuidade ao processo de privatização da CELG. Através da publicação pelo BNDES, do edital Ano 3 N°. 194 - Edição 010905 – Brasília setembro de 2001, Marconi Perillo deu por iniciada a segunda etapa do processo de privatização da CELG – Distribuição ⁽³³⁵⁾. O preço mínimo de venda da Companhia Energética de Goiás S/A (CELG) foi fixado pelo governo do Estado de Goiás em R\$ 1,417 bilhão, conforme determina o referido edital ⁽³³⁶⁾.

Na oportunidade, o secretário estadual de Planejamento, Giuseppe Vecchi afirmou também que os grupos PSEG e AES (dos Estados Unidos) e TRACTEBEL (franco-belga) estavam interessados no negócio. O grupo nacional REDE, que já operava em MT, TO e PA, segundo fontes do mercado, também chegou a analisar a possibilidade de participar do leilão de venda da empresa goiana, que estava previsto para ser leiloada no dia 22 de novembro de 2001, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Caso o respectivo leilão ocorresse, o vencedor teria que desembolsar 50% do preço ofertado à vista e a outra parcela em três meses após a assinatura do contrato, conforme determinava o referido edital. As dívidas de CELG, naquele momento, chegavam a R\$ 478 milhões de reais, segundo afirmou Giuseppe Vecchi. Mas o grupo que viesse a assumir o comando da CELG distribuidora teria crédito de R\$ 360 milhões junto ao governo estadual, conforme anunciou o próprio governador. A metade desse dinheiro poderia ser deduzida da parcela a ser paga pelos compradores; e a outra parte deveria ser negociada com o governo local, de acordo com as determinações do referido leilão desta Companhia.

A privatização da CELG estava prevista para acontecer na mesma época em que o leilão da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) sofreu um atraso, devido aos protestos mais acirrados de setores contrários ao leilão da estatal do Paraná. Mas o secretário Vecchi disse que havia um grupo de advogados de prontidão para enfrentar uma possível batalha jurídica que pudesse impedir a realização desse leilão.

³³⁵ Ano 3 N° 194 – edição 010905 de setembro de 2001. CMN: ELETROBRÁS. Edital de privatização da Companhia Energética de Goiás.

³³⁶ Nota: cópia do edital de leilão da CELG obtido na página do seguinte sítio eletrônico: www.bndes.gov.br, em 21 de maio de 2005.

A ameaça das ausências dos potenciais candidatos compradores da CELG, no dia previsto para a realização do respectivo leilão, determinou que o secretário de Planejamento de Goiás e o presidente do Conselho Estadual de Desestatização (CED), Giuseppe Vecchi, anunciassem em 12 de setembro de 2001, a decisão do governo de suspender o leilão da CELG, marcado para o dia 22 de novembro de 2001. Além do mais, iniciou-se, a partir desse momento, uma disputa judicial intensa até o dia previsto para o leilão.

Em 18 de setembro de 2001, o juiz Carlos Eduardo Castro Martins, da 5ª Vara do Distrito Federal em Brasília, suspendeu o processo de privatização da CELG. A decisão foi em razão do entrave no processo de venda dessa estatal que estava sendo conduzido pelo governo goiano, com o auxílio do BNDES. A venda ainda estava em fase de pré-qualificação de interessados e não tinha data marcada para a realização do leilão, tampouco foi divulgado o preço mínimo da estatal. O juiz acatou o pedido de tutela antecipada feito pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Goiás para suspender o processo ⁽³³⁷⁾.

Para o juiz, o BNDES estava exorbitando de sua competência. *O BNDES não está apenas supervisionando, pois é o referido banco que está executando a privatização da Celg*, decidiu Castro Martins ⁽³³⁸⁾.

Nesse ínterim, um outro cronograma para a efetivação do leilão da CELG fixou a entrega dos documentos para a pré-identificação dos interessados para 05 de dezembro de 2001. Os nomes dos investidores pré-identificados, após a aprovação da ANEEL, seriam conhecidos no dia 12 de dezembro de 2001. Estes teriam até às 18 horas do dia 17 de dezembro de 2001 para depositar as garantias financeiras e os contratos com as corretoras na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia.

O valor das garantias deveria corresponder a 50% do preço mínimo das ações levadas a leilão, num montante de R\$ 1,320 bilhões de reais. O novo texto deixou explícito que o comprador deveria manifestar-se a respeito de sua decisão de fechar o capital – da oferta pública de compra das ações dos minoritários – da CELG no ato de registro na CVM. O leilão de privatização da CELG foi remarcado para o dia 18 de dezembro de 2001, na Bolsa do Rio ⁽³³⁹⁾. Com um novo adiamento do leilão da CELG, devido à processo na Justiça, o presidente da CELG, José Walter Vázquez, explicou que:

³³⁷ Ministério Público Federal. Processo 2001.34.00.316601-1. Ação Civil Publica com pedido de tutela antecipada proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Goiás para suspender o processo de privatização da CELG.

³³⁸ Ministério Público Federal. Processo 2001.34.00.316601-1. p. 234.

³³⁹ Ano 3 N° 194 – edição 010905 de setembro de 2001. CMN: ELETROBRÁS. Edital de privatização da Companhia Energética de Goiás.

Pensamos em realizar o leilão entre 15 e 20 de dezembro, já que, caso o plenário do TRF mantenha sua suspensão, a causa vai para a instância superior, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que poderia examiná-la na primeira semana de dezembro ⁽³⁴⁰⁾.

O governo de Goiás faria todo o possível para destravar a venda da CELG e, assim, dar continuidade ao respectivo processo. Caso contrário, o Estado teria graves prejuízos financeiros, segundo afirmou Vázquez.

O leilão de privatização da CELG voltou a ser contestado em ação popular que foi proposta à Justiça Federal, por partidos de oposição ao governo estadual e sindicatos. Um grupo de vereadores e deputados estaduais do PT, PDT, PC do B, PSTU e PCB, além de representantes sindicais, reuniram-se dia 14 de outubro de 2001, na sede da Justiça Federal, em Goiânia e protocolaram a referida ACP. Políticos e sindicalistas questionavam na justiça o preço mínimo de venda estabelecido pela consultoria *NM Rothschild & Sons* que avaliou a distribuidora estadual.

Como resultado dessa ACP, o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, Tourinho Neto, manteve, no dia 21 de outubro de 2001, a decisão de continuar suspenso o processo de privatização da CELG, que estava paralisado desde 18 de setembro de 2001, concedida pelo juiz substituto Carlos Eduardo Castro Martins, da 5ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal. Esta Ação Civil Pública foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Goiás (STIUEG) contra o edital de concorrência para contratação das consultorias que fizeram a avaliação e modelagem da venda da estatal ⁽³⁴¹⁾.

Retomando o processo de leilão, este seguiu seu ritmo contraditório. No dia 17 de novembro de 2001, o governo de Goiás anunciou pela imprensa as empresas pré-qualificadas para o leilão de privatização da CELG, previsto para acontecer no dia 22 de novembro de 2001, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ). Com preço mínimo de R\$ 1,3 bilhões de reais, três empresas demonstraram interesse em comprar a estatal: a norte-americana PSEG, a belga TRATECBEL e a estatal CEB.

Porém, nas vésperas do referido leilão, em 19 de novembro de 2001, o presidente do grupo *Public Service Enterprise Group* – PSEG, grupo de maior interesse na compra desta estatal, anunciou que não iria participar do leilão de privatização da CELG. O grupo americano,

³⁴⁰ Nota: citação extraída da página do seguinte sítio eletrônico: www.celg.com.br, em 11 de agosto de 2005.

³⁴¹ Ministério Público Federal. Processo 2001.34.00.316601-1. O processo de privatização da CELG. p. 278.

representado no Brasil por meio da subsidiária PSEG Américas, condicionou sua participação, em contato com o secretário de Planejamento, Giuseppe Vecchi, a uma melhoria não previsível, ao menos a curto prazo, na conjuntura econômica nacional e internacional. *Uma conjuntura de riscos elevados exigiria uma taxa de retorno igualmente mais alta, o que o preço mínimo estabelecido para a estatal (R\$ 1,32 bi) não permite*, afirmou o diretor William Budney, responsável pela operação da PSEG no Brasil ⁽³⁴²⁾. Budney afirmou ainda que, apesar de a empresa não poder participar do leilão neste momento, considerava que os ativos da CELG apresentavam excelente potencial. Esta decisão, certamente, provocou a desistência dos outros grupos em continuar a participar do processo de concorrência da compra da CELG – Distribuidora.

Em 15 de dezembro de 2001, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite, cassou a liminar que impedia a realização do leilão de privatização da CELG. Para convencer o presidente do STJ, o procurador-geral de Goiás, Diógenes Mortoza da Cunha, disse que a disputa judicial poderia desestimular a participação de interessados devido ao clima de insegurança em relação ao processo. Além desse fator, o Governo relatou a situação de inadimplência da estatal que teria se agravado com o adiamento da privatização ⁽³⁴³⁾. Como já era de se esperar, o leilão da referida estatal foi aberto no dia 18 de dezembro de 2001, às 10 horas da manhã, pelo presidente da Bolsa de Valor do Rio de Janeiro, mas os compradores não compareceram. Minutos depois, o pregão foi encerrado sob a alegação de que o governo tinha desistido de privatizar a CELG – Distribuição.

Em 04 de abril de 2002, o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), informou da decisão de não privatizar a CELG. Esta informação veio a público durante a inauguração do Centro de Memória da empresa, instalado na subestação Goiânia-Leste. Segundo Perillo, o futuro da companhia *muito provavelmente será o da federalização*. O governador adiantou que essa *não é uma decisão para este ano*. Enquanto avaliava as melhores possibilidades para a companhia, o governo procuraria alternativas para ampliar a geração de energia, além de tentar conquistar novos investimentos para diminuir as dívidas da empresa. O déficit mensal da empresa, nesse momento, era de cerca de R\$ 1 milhão de reais, conforme afirmou o governador ⁽³⁴⁴⁾.

³⁴² Nota: ofício do diretor William Budney, responsável pela operação da PSEG no Brasil, encaminhado ao presidente da CELG, em 20 de setembro de 2001.

³⁴³ Ministério Público Federal. Processo 2001.34.00.316601-1. O processo de privatização da CELG. p. 312.

³⁴⁴ Nota: dados extraídos do Relatório Anual da CELG. Goiânia: dezembro de 2002. p. 02 a 03.

Diante de tais fatos, o futuro da CELG – Distribuidora continuou indefinido. De acordo com assessoria de imprensa da estatal, o governo do Estado de Goiás estava estudando três hipóteses para decidir o destino da empresa. A intenção era de que, com a entrada de investimentos, a CELG – Distribuidora conseguisse saldar parte de suas dívidas que, em 14 de março de 2002, já ultrapassava os R\$ 245 milhões de reais ⁽³⁴⁵⁾.

Depois do fracasso no leilão de privatização da CELG (GO), a estatal começou a ser preparada para a federalização. Mesmo o governo afirmando que a prioridade continuava sendo a venda da companhia, o governador Marconi Perillo começou a discutir um programa de federalização em reunião com o governo federal, a partir de 20 de março de 2002. Em fevereiro daquele ano, as propostas foram discutidas com os técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional e apresentadas aos ministros Pedro Parente (Casa Civil) e Pedro Malan (Fazenda).

O governo não desistiu da venda. A privatização é uma questão de mercado e continua sendo avaliada. A federalização ainda é encarada como uma espécie de plano B, afirmou o presidente da CELG, José Walter Vazquez Filho em 30 de janeiro de 2002 ⁽³⁴⁶⁾. De acordo com Vazquez, nos próximos encontros com representantes do governo federal seriam definidos os critérios e o modelo da federalização.

Falta resolver o montante de ações da companhia que o Estado vai repassar à União, o volume de investimentos federais na empresa, o compartilhamento na gestão e a possibilidade de injeção de recursos da União como antecipação pela venda futura da companhia ⁽³⁴⁷⁾.

A partir de então, o governo de Goiás passou a não acreditar mais que conseguiria privatizar a Companhia Energética de Goiás (CELG) e, por esse motivo, apresentou ao governo federal uma proposta que envolveu um acerto de contas com a União, o que viria a resultar numa transferência do controle acionário do sistema de distribuição da Companhia para a ELETROBRÁS.

³⁴⁵ Nota: uma delas foi a federalização da dívida da companhia. Outra saída seria marcar uma nova data para privatizar a estatal. O governo tentou, por duas vezes, leiloar a CELG, porém, sem sucesso. No entanto, segundo o próprio governo, a crise energética e o preço mínimo, considerado muito alto pelos investidores (R\$ 1,32 bi), dificultaram a venda. Segundo a assessoria, a expectativa era de que, com o fim do racionamento, o governo goiano pudesse atrair investidores para privatizar a companhia. Ainda de acordo com a assessoria, também existiu uma terceira hipótese que estava sendo estudada pelo governo, que era buscar novos parceiros para tornar a companhia mais competitiva no mercado. Dados extraídos do relatório anual da CELG. Goiânia: dezembro de 2002.

³⁴⁶ Nota: citação extraída do projeto de proposta de federalização da CELG, apresentado ao governo federal no dia 24 de janeiro de 2002. p. 12.

³⁴⁷ Nota: citação extraída do projeto de proposta de federalização da CELG apresentado ao governo federal no dia 24 de janeiro de 2002. p. 16.

O projeto entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelo presidente da CELG, José Walter Vazquez Filho, no dia 24 de janeiro de 2002, envolveu um total de R\$ 506,81 milhões de reais devidos pela CELG a FURNAS e ELETROBRÁS. Desse total, integralmente vencido e não honrado pela estatal goiana, R\$ 218,33 milhões de reais eram devidos à ELETROBRÁS e os restantes R\$ 288,48 milhões de reais representam o passivo acumulado pela CELG frente à FURNAS. O acerto foi submetido aos ministros Pedro Parente e Pedro Malan com o objetivo de permitir à CELG solucionar 37% de seu endividamento total, na época próximo a R\$ 1,365 bilhões de reais. De acordo com a mesma proposta, os recursos da primeira parcela do empréstimo que a distribuidora receberia do BNDES, no valor aproximado de R\$ 127 milhões de reais, seriam usados para abater a dívida com FURNAS ⁽³⁴⁸⁾.

Em face de tal proposta, a Centrais Elétricas de Goiás (CELG) foi incluída em 7 de agosto de 2002, no Programa Nacional de Desestatização (PND), através da Medida Provisória (MP) nº 57, publicada no Diário Oficial ⁽³⁴⁹⁾. A referida MP autorizou a ELETROBRÁS a adquirir o controle acionário da CELG, ampliando a sua participação no capital social da empresa, mediante aquisição de ações preferenciais e ordinárias com direito a voto pertencente na diretoria da referida estatal. Para aquisição dessas ações, a estatal utilizou os recursos do Fundo da Reserva Global de Reversão (RGR), bem como efetuou compensações financeiras porventura existentes. Uma vez efetivado o controle acionário, a CELG foi incluída no PND, cabendo à ELETROBRÁS fazer as medidas de saneamento econômico-financeiro e administrativo que se fizessem necessárias para privatização da empresa no momento oportuno.

Até que se realizasse essa privatização, as ações representativas da participação acionária da ELETROBRÁS no capital da empresa ficariam depositadas no Fundo Nacional de Desestatização (FND). Os recursos obtidos com a alienação da participação acionária da ELETROBRÁS passaram a ser depositados no Fundo da Reserva Global de Reversão, até o montante utilizado para aquisição autorizada pelo decreto presidencial. A federalização da CELG permitiria o saneamento financeiro da elétrica goiana, afirmou o secretário de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás, Giuseppe Vecchi, em entrevista, em abril de 2002, concedida ao jornal Anhanguera, canal de televisão filiada da Rede Globo em Goiás. Vecchi confirmou as bases acertadas para a federalização da CELG. Segundo o

³⁴⁸ Nota: dados extraídos do projeto de proposta de federalização da CELG apresentado ao governo federal no dia 24 de janeiro de 2002. p. 02 a 20.

³⁴⁹ Nota: Medida Provisória nº 57 de 7 de agosto de 2002. Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Goiás - CELG para efeito de inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND, e dá outras providências.

secretário, a ELETROBRÁS adquiriu cerca de 50% das ações da elétrica goiana, por R\$ 400 milhões, o que, somado a cerca de 1% que a estatal federal já possuía, lhe conferiria o controle da companhia.

A expectativa do secretário era de que fossem antecipados pela ELETROBRÁS cerca de R\$ 200 milhões. *Mas esse valor ainda não está fechado.* Vecchi afirmou que o governo goiano estava estudando com a ELETROBRÁS os termos de um contrato de acionistas. O contrato, segundo ele, deveria definir, por exemplo, como seria a distribuição dos recursos a serem obtidos com a privatização da companhia entre o governo de Goiás e a ELETROBRÁS. O secretário afirmou ainda que a expectativa era a de que os acionistas recebessem, com a privatização, o valor equivalente ao das participações.

Nessa entrevista, ele acrescentou que deveria ser definida ainda a distribuição do lucro que viria a ser obtido em um leilão de privatização. *Foi um negócio bom para todos,* afirmou. Segundo o Secretário de Estado, o quadro de endividamento da companhia vinha impedindo a realização dos investimentos. Somente com o Grupo ELETROBRÁS, a CELG mantém dívidas de cerca de R\$ 700 milhões. O secretário considerou que a federalização facilitou o equacionamento dos débitos:

A CELG é uma companhia economicamente viável, que vinha atravessando uma séria crise financeira, disse o secretário. Vecchi ressaltou também que a CELG tem registrado um faturamento médio mensal de R\$ 110 milhões e que registrou, nos últimos balanços, pequeno lucro operacional. *O que vem inviabilizando a economia é o endividamento* ⁽³⁵⁰⁾.

Desde 2002, o processo de privatização das estatais do setor elétrico está paralisado. Empresas estaduais de distribuição como a CEAL, CEPISA, CELG, CERON, CELESC e ELETROACRE, algumas que já foram levadas à leilão sem que fossem encontrados interessados e continuam em compasso de espera para serem submetidas novamente ao processo de venda.

³⁵⁰ Nora: citação extraída da página do seguinte sítio eletrônico: www.celg.com.br, em 22 de maio de 2005.

6.3 Origem do projeto Serra da Mesa, a paralização do canteiro de obras e a entrada forçada de um grande sócio privado



(54) Foto do lago e da barragem da usina hidrelétrica de Serra da Mesa em 2002. Fonte: acervo de FURNAS. Foto doada pelo engenheiro operador da referida usina, Marcos Castanheira, em 18 de março 2005, na época da visita técnica a esta obra.

O projeto de construção de uma grande usina neste trecho do Tocantins pela estatal FURNAS nos anos de 1980, remonta a iniciativa da CELG de instalar naquele mesmo local o Complexo de São Félix em 1970. Em 1981, FURNAS obteve a concessão para a exploração do potencial hidrelétrico do Rio Tocantins. Cinco anos depois ela apresentou como prioritário o projeto de construção da usina. As obras foram iniciadas mediante um contrato entre FURNAS e o Grupo Camargo Corrêa. A construção foi paralisada no governo Collor e retomada no início da década de 1990, dessa vez com a VBC Energia S.A. encarregada de concluir as obras.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) financiou parte do empreendimento, repassando US\$ 1,7 bilhão, provenientes do Banco Mundial. Posteriormente, em novembro de 2000, a CPFL Geradora (Companhia Paulista de Força e Luz) comprou da VBC a parte que lhe cabia da usina. Porém, a VBC continuou a fazer parte da CPFL Energia.

A barragem da usina hidrelétrica de Serra da Mesa é exemplo de como as empresas de energia elétrica vêm avançando no processo de privatização da água em Goiás e Distrito Federal.

Por exemplo, qualquer pessoa que queira pescar no lago da barragem precisa pagar uma taxa de R\$ 64,00/ano ou R\$ 12,00/mês na agência do banco Itaú no município de Uruaçu/GO.

Recentemente, foi aprovada a Medida Provisória 144 que define como empresa vencedora da licitação aquela que oferecer a energia elétrica por menor preço⁽³⁵¹⁾. Dessa forma, os investidores da indústria de energia elétrica no Brasil tenderão a cortar gastos destinados para revolver os passivos sócio-ambientais, a fim de alcançar os objetivos desta Medida Provisória.

O MME pretende ficar de fora das negociações entre o empreendedor e as famílias afetadas pela instalação de seus projetos hidrelétricos. A tendência das empresas, para oferecer menor preço de energia elétrica, é conter todos tipos de gastos em questões sociais e ambientais, ou seja, quem vai pagar a conta são as famílias atingidas. Deve-se dar atenção a este exemplo: os custos das questões sociais e ambientais, previstos nos orçamentos das obras hidrelétricas, giram em torno de 0,5 a 3,0% do total do orçamento da obra, mas, em diversas barragens, onde a população se organizou para cobrar seus direitos, os gastos com as questões sociais e ambientais saltaram para, aproximadamente, 25 a 30% desse total⁽³⁵²⁾.

Em síntese, nem o MME e muito menos as empresas privadas têm interesse em resolver o problema do passivo social, pois isso pode colocar em risco a aliança existente entre os dois, ou seja, governo e iniciativa privada. Isso justifica também porque o MME não quer intermediar e nem assumir a responsabilidade social, principalmente nas barragens de controle privado, o que é a grande maioria. Deve-se observar, a seguir, o grupo que privatizou a usina hidrelétrica de Serra da Mesa:

- CAMARGO CORREA, BRADESCO, VOTORANTIN compõem o grupo VBC. Durante o período da ditadura militar no Brasil, Camargo Correa e Votorantin eram empresas associadas na construção de barragens e forneciam cimento e outros materiais para a construção

³⁵¹ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 144, DE 10 DE DEZEMBRO 2003 - Convertida - L-010.848-2004 - Comercialização de Energia Elétrica - Alterações.** Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. No art. 1º A comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados de serviços e instalações de energia elétrica, bem como destes com seus consumidores, no Sistema Interligado Nacional - SIN, dar-se-á mediante contratação regulada ou livre, nos termos desta Medida Provisória e do seu regulamento, o qual, dentre outras matérias, deverá dispor sobre.

³⁵² Nota: o MAB realiza manifestações para agilizar negociações com FURNAS/VBC - Protestos em defesa de reassentamento de famílias ocorrem na instalação da hidrelétrica Serra da Mesa, em Goiás. Fábio Couto, da Agência Canal Energia, Recursos Humanos 24/5/2005. O Movimento de Atingidos por Barragens promove desde o dia 23 de maio de 2005, mobilizações na usina hidrelétrica de Serra da Mesa (CPFL Geração/FURNAS, 1.275 MW), em Goiás, para defender o reassentamento de quase duas mil famílias. O gerente de operação de FURNAS confirmou a invasão e agendou reunião com os representantes do movimento para o dia 25 de maio 2005, em Brasília. De acordo com o coordenador nacional do MAB, Gilberto Cervinsky, a direção do grupo VBC estaria se negando a negociar com 946 famílias que habitavam a região. Diversos problemas sócio-ambientais, acrescentou o coordenador, teriam sido detectados durante o processo de remoção dos habitantes, em 2001, quando a barragem foi fechada. Ele salientou também que o MAB está aberto a quaisquer negociações. Secretaria do MAB. Goiânia: 20 de março de 2005.

desses projetos. Atualmente, formou-se um consórcio chamado grupo VBC, que obteve por meio de leilão o controle de estatais distribuidora de energia elétrica como a CPFL no interior de São Paulo e que também passou a ser dono de várias barragens no Brasil. Ora atuam como o grupo VBC, ora como grupos independentes.

Por exemplo, a CPFL Geração de Energia S/A, criada a partir da cisão da CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz, vem, desde o final do século XIX, investindo e participando da geração de energia elétrica. A história da construção do parque gerador da CPFL é o resultado de aquisições e fusões de várias empresas de energia elétrica do interior do Estado de São Paulo. Conhecer a CPFL Geração é conhecer a história da disputa entre capitalistas pela energia elétrica no Brasil. A seguir, uma breve cronologia sobre a constituição da CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A:

- em 1996, com a implementação do RESEB pela COOPERS LYBRAND houve reestruturação da indústria de eletricidade desverticalizando a geração, a transmissão e a distribuição e comercialização, além da criação da ANEEL, da ONS e do MAE;

- em novembro de 1997, a CPFL foi privatizada. Contrato de Concessão determina separação dos ativos de geração e de distribuição ⁽³⁵³⁾;

- em novembro de 2000, é criada a CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A, com a cisão das atividades de geração e de distribuição na Companhia Paulista da Força e Luz, atendendo aos contratos de concessão assinados junto ao Ministério de Minas e Energia; até então, o parque de geração de energia da nova empresa era composto por 1 usina termelétrica e 19 hidrelétricas, com potência nominal de 143,46 MW;

- em novembro de 2000, venceu a licitação, junto com empresas parceiras, da construção e exploração do projeto CERAN - Complexo Energético do Rio das Antas, no interior do Rio Grande do Sul, formado por três hidrelétricas com potência total de 360 MW. A participação da CPFL Geração neste empreendimento é de 65%;

- em dezembro de 2001, foi adquirida da VBC a SEMASA. Esta detém 51,54% da participação na usina de Serra da Mesa, com capacidade total instalada de 1.275 MW;

³⁵³ Nota: em 11 de novembro de 1997 a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) foi vendida por R\$ 3,014 bilhões e o Senado aprovou o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), para garantir o equilíbrio das contas públicas. O ágio pago pela CPFL superou em 70,1% o preço mínimo, de R\$ 1,78 bilhão. O vencedor foi o consórcio VBC Energia, liderado por Votorantim, Bradesco, Camargo Corrêa e fundos de pensão do Banco do Brasil e da Cesp. *A força da união* - O leilão de privatização da Companhia Paulista de Força e Luz, na Bolsa de Valores de São Paulo, mostrou enorme capacidade de articulação entre grandes grupos empresariais nacionais, fundos de pensão, estatais e Governo, por intermédio do BNDES, que aumentou de 30% para 50% do preço mínimo o valor do financiamento ao comprador.

- em março de 2002, foi adquirida as participações detidas pela VBC nos Empreendimentos: Foz do Chapecó (40% de 880 MW), Campos Novos (74,72% de 855 MW), e Barra Grande (50,01% de 690 MW);

- em janeiro de 2003, em cumprimento à determinação da ANEEL, a CPFL Geração transfere as 19 PCH's, a UTE Carioba, e todos os ativos e passivos relacionados à atividade de geração de energia elétrica, para a sua controlada Nova I Participações S.A. (*Nova I*), operação que foi aprovada pela Resolução ANEEL nº 782, de 23 de dezembro de 2002;

- em março de 2003, a Resolução ANEEL nº 111/ANEEL/2003 aprova a venda de participação acionária em Barra Grande;

- em outubro de 2003, a Resolução ANEEL 421/2003 aprova a venda de participação acionária em Campos Novos;

- em dezembro de 2003, foi alterada a razão social da empresa *Nova I Participações S/A para CPFL Centrais Elétricas S/A*, conforme Ata da AGE de Acionistas realizada em 05 de dezembro de 2003 ⁽³⁵⁴⁾.

A CPFL tornou-se uma companhia controlada pelos grupos VBC Energia S.A., 521 Participações S.A. (fundo de pensões - Previ) e Bonaire Participações S.A. (Funcesp, Sistel, Petros e Sabesp). Hoje, a CPFL detém todas as ações da SEMESA, sócia de FURNAS, no controle da usina Serra da Mesa.

³⁵⁴ Nota: **Companhia Paulista de Força e Luz**, denominada CPFL, é uma sociedade brasileira, pertencente ao Grupo CPFL. A CPFL é concessionária de serviço público de energia elétrica, atuante no mercado de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado de São Paulo. Seus principais acionistas são as empresas Serra da Mesa Energia S.A. (35,48%), 521 Participações S.A. (27,14%), Bonaire Participações S.A. (11,91%) e Draft II Participações (20,89%). Em 2004 o faturamento do Grupo CPFL no Brasil foi aproximadamente na ordem de R\$ 7.2 bilhões de reais ⁽³⁵⁴⁾. **Serra da Mesa Energia S.A.**, denominada Serra da Mesa, é uma sociedade de ações brasileira, que tem seu capital social dividido entre a VBC Energia S.A., empresa pertencente ao Consórcio VBC (Votorantin, Bradesco e Camargo Corrêa), e à 521 Participações S.A., que detém, respectivamente, 92,93% e 7,07% do seu capital social. Atua na exploração do potencial hidrelétrico da Serra da Mesa, situada no rio Tocantins, Estado de Goiás, em parceria com FURNAS Centrais Elétricas S.A., detentora da concessão. O Consórcio VBC atua na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil. O faturamento da empresa no Brasil, em 2004, foi aproximadamente na ordem de R\$ 2.1 milhões de reais. **521 Participações S.A.**, denominada 521, é uma sociedade por ações brasileira, pertencente ao Fundo Mútuo de Investimento em Ações Carteira Livre – BB Carteira Livre I (81,51%) e ao Fundo de Investimento Financeiro – BB Renda Fixa IV (18,49%). A 521 Participações S.A. não atua diretamente no mercado, mas detém participação em sociedades atuantes principalmente no setor de energia elétrica. Em 2004 o faturamento da empresa no Brasil foi aproximadamente na ordem de R\$ 1.6 milhões de reais. **Bonaire Participações S.A.**, denominada Bonaire, é uma sociedade brasileira inteiramente detida pela Mellon Energia São Paulo, e se constitui numa carteira de investimentos. **Draft II Participações**, denominada Draft II, é uma holding de investimentos do Grupo VBC, com aplicações em empresas do setor de energia elétrica. Seu capital social está dividido entre a VBC Energia S.A. (45,31%), a 521 Participações (37,99%) e a Bonaire Participações (16,68%). **Rio Grande Energia S.A.**, denominada RGE, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, atuante no mercado de distribuição de energia elétrica do sistema Sul/Sudeste/Centro-oeste, onde atende, em regime cativo, 243 municípios na região norte-nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Seus principais acionistas são a 521 Participações S.A. (26%), a Ipê Energia S.A. (32,6%) e a Serra da Mesa Energia S.A. (40,9%). Nota: dados extraídos dos seguintes sítios eletrônicos: www.eletrobras.gov.br e www.aneel.gov.br, em 03 de junho de 2005.

6.4 Usina de Serra da Mesa e a situação regional preocupante



(55) Foto da fachada do prédio de controle e operação da usina de Serra da Mesa. Fonte: pesquisa de campo em abril de 2005.

Construída em parceria entre FURNAS e a empresa privada Serra da Mesa Energia S.A. (dominada pelo grupo VBC), a entrada em operação de suas três unidades geradoras, totalizando 1.275 MW em 1998, significou o reforço da transmissão entre o Centro-Oeste e o Norte e Nordeste do país (sistema Tucuruí e sistema CHESF) e também o atendimento de interesses eletrointensivos localizados nos territórios de Goiás, do Tocantins, do Distrito Federal e, mais recentemente, na Bahia, com a entrada em operação de uma LT ligando Serra da Mesa com o Recôncavo Baiano ⁽³⁵⁵⁾.

O problema começou no final dos anos noventa do Século XX, quando se deu o represamento dos rios Maranhão, Tocantinzinho e Almas para formar o que em pouco tempo seria o lago Serra da Mesa, um dos maiores lagos artificiais do mundo. O empreendimento, a princípio, trouxe esperança para a população dos 13 municípios envolvidos, mas o que deveria trazer riqueza, em apenas sete anos, acabou acumulando pobreza. O grande sonho do turismo nunca se concretizou. Os ribeirinhos perderam suas terras e tiveram de ir morar nas periferias das cidades. Os comerciantes que investiram na ampliação de seus estabelecimentos ficaram com as dívidas, depois que os turistas praticamente desapareceram. Nos primeiros anos, Minaçu, cidade mais próxima da barragem, chegou a receber 30 mil turistas nos fins de semana e nos feriados prolongados ⁽³⁵⁶⁾.

³⁵⁵ Nota: na dissertação de ARAÚJO de 2003, encontra-se em relevância os importantes eletrointensivos localizados no sistema ELETRONORTE/CHESF.

³⁵⁶ Nota: dados obtidos através de depoimento de Paulo Henrique Melo secretário de Lazer e Turismo do município de Minaçu, durante visita técnica realizada em 25 de março de 2005.



(56) Foto da residência da família de Antônio Alves da Silva, que vivia a mais de 30 anos nas margens do rio Tocantins em um pedaço de terra de 5 alqueires, localizado no município de Minaçu/GO, cuja terra era por ele considerada boa qualidade, porém, infra-estrutura tais como educação, saúde, moradia e saneamento básico inexistente, ou seja, uma vida muito difícil. Depois de perder as terras para o grupo VBC, este ribeirão partiu para a periferia da cidade de Minaçu onde hoje vive com a família em um barraco alugado pagando por ele a quantia de R\$ 70,00. Fonte: pesquisa de campo em março de 2005.

Acusada de ignorar os problemas sócio-ambientais, a direção da CPFL afirmou em março de 2005 que, quanto ao pagamento de indenizações aos proprietários de terras que tiveram suas áreas alagadas, só se pronunciará a respeito quando o processo estiver concluído. Segundo o diretor de operações de Serra da Mesa, José Ferreira Abdal Neto, as indenizações foram pagas por FURNAS antes mesmo de a CPFL entrar no negócio. Ela acrescentou ainda que os atuais pedidos não serão analisados, apresentando o seguinte argumento:

Sempre aparece um ou outro querendo indenização. Mas estas pessoas não faziam parte do recenseamento realizado na época com o Ibama e a Secretaria de Meio Ambiente. Temos plena convicção de que todos que estavam envolvidos foram indenizados. É um dado reconhecido pelo Estado de Goiás ⁽³⁵⁷⁾.

De resto, a CPFL destaca que só libera recursos quando órgãos ambientais apresentarem projetos. Abdal Neto garante que a empresa *não está se furtando de aportar dinheiro* para os projetos de monitoramento sanitário e ambiental:

O que emperra a liberação de verbas é a apresentação dos projetos por parte dos órgãos e instituições responsáveis. Tanto a CPFL como Furnas são financiadoras, não executoras. É muito comum a gente aportar dinheiro e ele ficar dormindo num órgão

³⁵⁷ Nota: citação extraída da página do seguinte sítio eletrônico: www.cpfl.com.br, no dia 03 de agosto de 2005.

estatal qualquer. Como empreendedores privados, não gostamos disso, completa. Entre as instituições e entidades responsáveis pelos programas, ele cita a Fundação Osvaldo Cruz (Fio-cruz), a Agência Ambiental e o Ibama. Na medida em que esse pessoal disser que tem um plano, um projeto, nós liberamos dinheiro. Tanto nós como Furnas ⁽³⁵⁸⁾.

Depois da Ação Civil Pública promovida pela Associação dos Pescadores do Estado de Goiás – APEGO, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado de Serra da Mesa, a Prefeitura de Uruaçu e a Secretaria Especial da Pesca, órgão do governo federal, assinaram um convênio para que seja montado no local o primeiro projeto de criação de peixes em água doce do país ⁽³⁵⁹⁾. Foi formada uma cooperativa envolvendo os pirangueiros e pessoas atingidas pela barragem. Ao invés de apresentarem um projeto adequado, a agência responsável preferiu empurrar a tradicionalmente rejeitada criação de tilápia, um predador voraz, espécie estrangeira que não permite a interação entre as demais espécies, já que não se torna caça de outro animal. Imediatamente, a agência ministrou cursos de capacitação para a produção em 40 tanques de 6 m² com capacidade de engorda de até 2,4 mil peixes em quatro meses. O primeiro passo para colocar em prática a iniciativa partiu da assinatura de um convênio entre a Prefeitura de Uruaçu e FURNAS. Mesmo assim, a peleja vem se arrastando há quase dois anos:

Vai melhorar nossa vida em 100% porque vamos entrar inicialmente somente com o trabalho. O governo vai financiar a compra dos alevinos dos tanques e a montagem aqui. Depois da primeira venda é que iremos financiar a juros baixos os nossos tanques ⁽³⁶⁰⁾.

Os peixes produzidos, numa primeira etapa, seriam vendidos ao governo para utilização na merenda escolar. Caso a experiência seja bem-sucedida, o projeto pode ser estendido aos municípios de Niquelândia, Minaçu e a todos os outros banhados pelo lago. O projeto enfrenta

³⁵⁸ Nota: citação extraída da página do seguinte sítio eletrônico: www.cpfl.com.br, no dia 03 de agosto de 2005.

³⁵⁹ Nota: Processo 020004.000295/04. **ALERTA – S.O.S SERRA DA MESA:** João Carlos Kruehl, Diretor de Meio Ambiente da (Associação dos Pescadores Esportivos de Goiás) – APEGO está fazendo o monitoramento do lago de Serra da Mesa e se deparou com relatórios estarem alarmantes que informam que o lago está contaminado com mercúrio muitas vezes acima do permitido pela OMS. Além disso, o reservatório está contaminado com algas cianobáticas em níveis insuportáveis o que compromete a saúde pública, na medida que os peixes também estão contaminados. Kruehl cita que provavelmente estamos diante de um, senão o maior, desastre ambiental já ocorrido no País e sentia-se na obrigação de alertar os companheiros do Fish Point. Diz também que já tomou todas as providências cabíveis alertando o IBAMA, Agência Ambiental e o Ministério Público federal e Estadual para que acionem o Ministério da Saúde, sem que até agora as providências não tenham sido tomadas. Segue Kruehl dizendo que provavelmente entende que o lago deverá ser IMEDIATAMENTE INTERDITADO de maneira a impedir danos irreversíveis a saúde pública. Toda a cadeia biológica e alimentar está afetada e infelizmente, ele acredita, de maneira irreversível. O pior que como é um lago a montante, o parecer técnico alerta para o comprometimento de TODA A BACIA HIDROGRÁFICA DO TOCANTINS. É com muito pesar que ele passa essa notícia e o que mais revolta além da inoperância, negligência e omissão do poder público é também constatar o grande desconhecimento técnico das pessoas responsáveis pelos órgãos de Meio Ambiente desse País. Kruehl fez uma ACP – Ação Civil Pública (Serra do Facão) e abriu a caixa preta do setor elétrico que vem escondendo uma realidade lamentável com relação aos danos ambientais das UHE. Na segunda ACP para Serra da Mesa (que está preparando) se deparou com uma realidade assustadora, tamanha a negligência com que laudos com o conteúdo gravíssimo sequer são lidos pelos órgãos ambientais.

³⁶⁰ Nota: depoimento colhido de Adevaldo Gomes da Silva, durante visita técnica ao lago da usina Serra da Mesa, em 25 de março de 2005.

ainda a resistência do procurador de Justiça Paulo Maurício Serrano Neves, totalmente contra a criação de peixes predadores no lago. Ele está movendo uma ação contra a Secretaria Nacional da Pesca, na tentativa de impedir a criação dessa espécie no lago de Serra da Mesa, devendo ser feita sua substituição por um peixe originário da região, ainda que nenhum deles tenha mercado internacional garantido, conforme aparece nos clichês que vulgarizam a economia nacional ⁽³⁶¹⁾.

Com o fechamento das comportas dessa hidrelétrica, no ano de 1998, a partir de uma permissão concedida por um juiz federal do Estado de Goiás, as populações que viviam na bacia Araguaia-Tocantins passaram a experimentar um processo acelerado de degradação da vida social e econômica. Elas perderam as únicas fontes de renda que possuíam antes da respectiva barragem inundar 12.500 Km² de terras agriculturáveis e de pastagem para animais ao longo do trecho do rio baixo Tocantins.

Esses fatos demonstram que a única coisa importante para a indústria de energia elétrica é a quantidade de dólares que cada turbina girando pode render por hora, mesmo que, para isto, tenham de ceifar milhares de vidas que persistam em ficar em suas terras, atrapalhando a instalação de seus projetos ⁽³⁶²⁾.

Não demorou muito tempo para a população do Norte de Goiás descobrir o engodo representado pela festa promovida por Fernando Henrique Cardoso. Em 24 de maio de 2002, ele visitou esta obra, em meio a grandes comemorações, o *quarto maior lago artificial do Brasil*, o reservatório de Serra da Mesa, com capacidade de armazenar 54,4 bilhões de metros cúbicos, no curso principal do Rio Tocantins, no município de Minaçu (GO), a 1.790 km de sua foz e a 640 km de Brasília.

A usina hidrelétrica de Serra da Mesa, responsável pela ligação entre o sistema elétrico Sul/Sudeste/Centro-Oeste e o Norte/Nordeste, sendo o elo da Interligação Norte-Sul no panorama elétrico brasileiro, entrava em operação em 24 de maio de 2002 com três unidades geradoras subterrâneas instaladas no município de Minaçu, para beneficiar principalmente os centros de carga do Distrito Federal e o Estado de Tocantins, a centenas de quilômetros de distância.

³⁶¹ Nota: maiores informações sobre a oposição do Dr Serrano ao respectivo projeto procure no seguinte sítio eletrônico: www.serrano.neves.nom.br, em 03 de agosto de 2005.

³⁶² Nota: o problema mais grave do atual debate sobre a água é a transformação deste bem social em mercadoria. E, é nesse sentido que se fala em *petrolização* da água, ou em *ouro azul*, passando a ser objeto de interesse desses cartéis privados, a exemplo do grupo VBC em Goiás, embora as resistências surjam de todos os lados. A classificação da água como mercadoria representaria o triunfo da lógica do mercado, e a transformação da água em objeto de lucro dessas grandes empresas capitalistas. Para alcançar esse objetivo, essas empresas transnacionais procuram imprimir na opinião pública local uma concepção restritiva de água como mercadoria de grande valor econômico, capaz de tornar-se uma fonte de renda para uma região ou país. Esse trabalho implica em retirar da água sua dimensão de direito humano, seu caráter vital, sua dimensão social, portanto, comunitária. É evidente que quem se opõe a esta ideologia, defendendo o valor social e vital da água, é facilmente rotulado como *antiquado*, *contrário ao desenvolvimento e progresso* ou até *romântico*. Mas, é nesta defesa que reside à possibilidade de resguardar e assegurar à vida das gerações futuras.

Aproximadamente duas mil famílias, segundo dados fornecidos pelo MAB, hoje recorrem em busca de reaver pelo menos parte do que perderam. Elas acreditaram nas promessas de melhores dias que foram repetidas reiteradas vezes por Fernando Henrique Cardoso, saudando Gérard Mestrallet e Murilo Bahr, os diretores dos grupos transnacionais SUEZ e TRACTEBEL.⁽³⁶³⁾ E as esperanças de ajuda externa forçaram todos a ignorar o discurso politiquês presidencial, até mesmo o cearense Siqueira Campos, então governador de Tocantins, mencionado como *filho da terra goiana*, conforme afirmou o Presidente da República.

Na festa, o Presidente da República começou dizendo que *uma das características de Goiás é ter mais senadores do que parece*, apresentando Henrique Meirelles como futuro senador, e gabando-se de que *todos sabem que, também lá, em Tocantins, eu tenho raízes*. Lembrando os tempos do apagão, ufanou-se:

Nós enfrentamos e vencemos a crise. Vencemos, mas vencemos porque o povo ajudou, em primeiro lugar, principalmente, porque entendeu o que era preciso fazer. Foi emocionante dizer às pessoas: olha, teremos que racionar, teremos que cortar. Não é fácil, apesar da incompreensão, até da torcida contrária de alguns pequenos setores que jogam mal, porque pensam que quando o governo vai mal, eles vão bem. E sapecou: Estamos vendo aqui nesse empreendimento de hoje, uma articulação inteligente entre os vários setores. E que se deve à Lei de Concessões, a primeira pedra que se moveu na direção de permitir que houvesse o concurso de muitas forças para fazer um Brasil novo. Essa lei, recordou, levou cinco anos para ser aprovada. Foi preciso que eu fosse ministro da Fazenda e presidente da República para poder lograr as articulações necessárias dentro do Congresso Nacional, para que uma lei óbvia fosse aprovada. Mas o Brasil hoje, está ficando melhor⁽³⁶⁴⁾.

Pode-se perceber que a inserção de Goiás e do Distrito Federal no contexto da reestruturação da indústria de eletricidade, no final do século XX, territórios localizados na

³⁶³ Em 23 de maio de 2005, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) organizou uma mobilização de cerca de 300 pessoas no município de Minaçu e outras 300 no município de Colina do Sul. Ambos municípios estão localizados na Bacia do Rio Tocantins, entre os Estados de Goiás e Tocantins. A ação desenvolvida pelo movimento visa pressionar o Governo Brasileiro e a Empresa TRACTEBEL, responsável pela UHE de Cana Brava, e a FURNAS/Consórcio VBC, responsável pela UHE Serra da Mesa, a cumprirem com os acordos de indenização às famílias atingidas nas duas barragens. Ao todo são 986 famílias atingidas pelas UHE de Cana Brava e 925 na UHE de Serra da Mesa, que tiveram seus direitos violados. Dentre as principais reivindicações do MAB estão: à empresa, manter repasse de recursos sob rubrica *Verba Manutenção* para as famílias atingidas pelas UHE de Cana Brava e Serra da Mesa até o momento que as empresas TRACTEBEL e FURNAS/Consórcio VBC viabilizem as condições para as famílias atingidas garantirem seu próprio sustento; aquisição de terra para reassentamento de 580 famílias na UHE de Cana Brava e 630 famílias atingidas pela UHE de Serra da Mesa. Ao Governo federal: suspensão da Licença de Operação destas Barragens por parte do Órgão Ambiental por descumprimento das exigências legais; manutenção por parte do Governo Federal o repasse de Cestas Básicas para 986 famílias em Cana Brava e 925 famílias em Serra de Mesa; enquadramento das 1.911 famílias na *Linha de Crédito Especial Para os Atingidos Por Barragens*. Fonte: secretaria do MAB. Goiânia: 17 de julho de 2005.

³⁶⁴ Nota: transcrições extraídas do discurso proferido pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 24 de maio de 2002, durante festa de inauguração do lago da usina de Serra da Mesa.

periferia das grandes potências econômicas mundiais, expressa, hoje, as mazelas de uma política econômica de submissão ao sistema capitalista central e às relações de classe nele vigentes;

- no Brasil, o processo de privatização da indústria de eletricidade intensificado no final da década de noventa do século XX, jogou essa indústria na selva da competição internacional;

- desta forma, a indústria de energia elétrica contribuiu para dificultar a organização social, a estruturação mais favorável do mercado de trabalho urbano regional, bem como uma distribuição de renda de forma democrática, evidenciando-se na era da privatização, conforme os dados apresentados, o acirramento da concentração de renda em Goiás e no Distrito Federal;

- enfim, a mercantilização dos serviços públicos tem sobre a energia elétrica os seus efeitos. A continuidade desta lógica apenas se manterá sob o aumento cada vez maior da destruição do meio ambiente, destruição e esterilização do trabalho e o aumento da expropriação dos trabalhadores.

Atualmente, Hermínio Carlos de Oliveira, 65 anos, lamenta desesperado a falta dos 37 alqueires que possuía no município de Uruaçu e que se viu obrigado a vender por um preço seis vezes menor do que o real, favorecendo os maiores interessados no lucro das obras de abertura do lago da referida usina ⁽³⁶⁵⁾. Vivendo de serviços eventuais, entrou na Justiça contra a administração desse empreendimento, ao mesmo tempo em que prefeitos protestam por jamais terem recebido as verbas prometidas e reclamam da falta de projetos de desenvolvimento na região, onde só o que avança é a malária, a raiva e a leishmaniose.

³⁶⁵ Nota: depoimento de ribeirinho, na oportunidade de visita técnica realizada nas usinas de Serra da Mesa e Cana Brava, em 25 de março de 2005.



(57) Foto de Maria Conceição da Silva, buscando água para ser usada nas necessidades domésticas em uma das lagoas formada pelo reservatório da usina Serra da Mesa no município de Minaçu/GO. Fonte: pesquisa de campo realizada em março de 2005.

Segundo informação obtida através da Secretaria Municipal de Saúde de Minaçu, apenas nos três primeiros meses de 2004, foram registrados 19 focos e 21 casos de raiva bovina naquele município ³⁶⁶. Conforme dados confirmados pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Goiás, o número é superior ao registrado durante todo o ano 2003 e reflete o aumento significativo de notificações da doença nas regiões vizinhas às alagadas para a instalação das hidrelétricas de Serra da Mesa e de Cana Brava.

O diretor técnico da Agência, Hygino Felipe de Carvalho, confirma que a situação é grave e acredita que o número de casos pode ser ainda maior que o registrado: *Temos uma preocupação com a subnotificação. Nós acreditamos que a incidência é maior.* A região deve passar a ser considerada de alto risco.

Carvalho explica também que a situação tem relação direta com o alagamento da região, que provocou uma mudança no ecossistema local, e responsabiliza as empresas que controlam as usinas Serra da Mesa e Cana Brava pela situação. Há mais de um ano, segundo ele, a Agência tenta renovar um convênio firmado entre as empresas e os municípios para o financiamento de políticas de controle e correção dos possíveis danos. No entanto, ele afirma que essas empresas estão ignorando os problemas, enquanto se agrava a situação de saúde pública nos 13 municípios atingidos.

O problema é agravado porque a criação da Agência de Defesa Agro-pecuária, responsável pelo caso, é recente, não dispõe de uma equipe para o combate à doença e, ainda, o trabalho implica alto custo. Entre outras coisas, é necessário capturar o morcego hematófago,

³⁶⁶ Nota: em depoimento colhido em 12 de março de 2005, os especialistas da área de vigilância sanitária do Estado de Goiás afirmam que estes problemas estão diretamente correlacionados ao perímetro de influência da barragem de Serra da Mesa.

agente transmissor da doença, que se refugia nas cavernas e, dentro delas, nos locais de mais difícil acesso. Também por esse motivo, o combate diminuiu em períodos chuvosos, devido ao risco de desmorrão. O controle se estende à vacinação intensiva dos rebanhos e por uma difícil campanha de esclarecimento junto aos fazendeiros e latifundiários que exploram o ramo da pecuária, refratários a qualquer despesa.

6.5 Projeto Cana Brava, a licitação e a entrada do grupo TRACTEBEL

O projeto da usina hidrelétrica de Cana Brava consistiu-se na construção e operação de uma usina hidrelétrica de 450 MW de potência instalada, utilizando três unidades geradoras de 150 MW, e na construção de uma linha de transmissão de 230 kV e 59 km de extensão ligando a Cana Brava com a de Serra da Mesa, através da qual a energia é inserida no sistema nacional interligado. A usina está localizada no Rio Tocantins entre os municípios de Minaçu e Cavalcante, no território goiano, aproximadamente 250 km ao norte de Brasília e na ordem de 380 Km ao norte de Goiânia na região Centro-Oeste do Brasil.

A Cana Brava é uma usina que opera em conjunto com o reservatório da usina de Serra da Mesa. O lago cobre uma área de 139 km², correspondente às várzeas do rio Tocantins e de alguns de seus afluentes, como o rio Bonito e o córrego Vargeão, e a foz dos rios do Carmo, Santo Antonio, São Feliz e Preto. O nome Cana Brava é emprestado de um pequeno afluente do rio Tocantins localizado próximo à sua barragem. A barragem da Cana Brava localiza-se aproximadamente a 1 km da confluência do rio Tocantins com o rio Carmo e, aproximadamente, a 50 km abaixo da usina Serra da Mesa. Nesse mesmo rio, existem ainda duas outras usinas hidrelétricas localizadas abaixo da Cana Brava, Lajeado e a Tucuruí. A realização do projeto da linha de transmissão resultou na interconexão da usina de Cana Brava com a de Serra da Mesa (367).

As condições de vazão da Cana Brava são reguladas pelo reservatório da barragem da Serra da Mesa, permitindo que seja operada em condições de baixa vazão, pequena área alagada e alta capacidade de geração (368). A usina de Cana Brava garante ao sistema elétrico 273 MW, em energia firme, o equivalente a 2.000 GWh/ano. A princípio, essa energia foi direcionada para

³⁶⁷ IDB: Brazil Cana Brava Hydroelectric Power Plant: BR-0304 “Environmental and Social Impact Report”. May. 2000. Sítio eletrônico visitado - IDB: www.iadb.org, em dezembro de 2004.

³⁶⁸ IDB: Brazil Cana Brava Hydroelectric Power Plant. 2004.

os estados das regiões Centro-Oeste e Nordeste do País, mas pode também ser com a energia despachada de Serra da Mesa comercializada parte dessa energia no MAE – Mercado Atacadista de Energia.

De acordo com o relatório da usina de Cana Brava, o esquema adotado no projeto da Cana Brava proporcionou a obtenção, pelo menor custo, do máximo ganho em energia firme no sistema nacional interligado. As alterações técnicas feitas no projeto básico pela empresa empreendedora otimizaram, de forma significativa, a construção e a obra física da usina. Entre as principais, e que possibilitaram a conclusão da obra em menor tempo, está o deslocamento das estruturas e adufas de desvio do rio.

Isso permitiu o ajuste das ensecadeiras e a reformulação do programa de construção, implicando, diretamente, em ganhos de prazo, porém, aumento dos riscos ambientais em decorrência da grande rapidez com que foi instalado o canteiro de obras ⁽³⁶⁹⁾. A água do reservatório tem uma rápida renovação devido ao fluxo de entrada e saída. No entanto, a vegetação passou a sofrer com a variação do nível da água e a erosão das margens também está presente.

O projeto da usina de Cana Brava foi concedido ao consórcio TRACTEBEL Brasil Ltda como resultado de uma licitação internacional promovida pela ANEEL, em março de 1998, a qual, até agosto do mesmo ano, atualizou as informações sócio-econômicas do EIA/RIMA e preparou o Plano Básico Ambiental (PBA). Em maio de 1999, o canteiro de obras já estava instalado. A TRACTEBEL, através da sua subsidiária TRACTEBEL ENERGIA S.A. (antiga Gerasul - Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.), criou uma SPE, Companhia Energética Meridional (CEM) para implementar esse projeto.

Com a participação do Banco Intermundial de Desenvolvimento (BID) no financiamento do projeto, a partir de dezembro de 2000, todos os programas sócio-ambientais foram reavaliados. As exigências internacionais foram incorporadas ao PBA, o que resultou no *Environmental and Social Management Plan* – ESMP, programa aplicado integralmente a um custo de aproximadamente de US\$ 45 milhões ⁽³⁷⁰⁾. O Contrato de Concessão nº 185/1998, de 7 de agosto de 1998, entre a ANEEL e a CEM, passou a regular os direitos de uso do potencial hidráulico no rio Tocantins pela Cana Brava por um período de 35 anos ⁽³⁷¹⁾. O contrato requereu

³⁶⁹ Relatório UHE Cana Brava (TRACTEBEL e IDB). 2002. www.tractebel.com.br, sítio eletrônico visitado em dezembro de 2004.

³⁷⁰ www.iadb.org.br, sítio eletrônico visitado em dezembro de 2004.

³⁷¹ www.aneel.gov.br, sítio eletrônico visitado em dezembro de 2004.

da Concessionária o cumprimento das exigências da legislação ambiental e que ela assumisse a responsabilidade pelos acidentes ambientais que poderiam ocorrer pela expropriação e reassentamento das famílias das áreas afetadas pelo lago da barragem.

A usina Cana Brava foi construída através de um contrato de EPC ⁽³⁷²⁾, por um consórcio formado por quatro empresas: duas empresas de construção civil, Construtora Norberto Odebrecht S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S. A. Além de dois fornecedores de equipamentos, Voith Máquinas e Equipamentos S.A. e Siemens Ltda, a TRACTEBEL ENERGIA ficou também responsável pela operação e manutenção da usina de acordo com o contrato de concessão.

A usina Cana Brava é um dos primeiros projetos privados desenvolvidos após o novo marco regulatório e institucional estabelecido a partir de 1995, sendo o primeiro projeto de PIE - Produção Independente de Energia IPP *Independent Power Producer* – IPP financiado, via *project finance*, no Brasil. O projeto envolve um produtor e um *offtaker* ⁽³⁷³⁾ privado, sendo que tarifas de energia elétrica foram fixadas livremente entre as partes. A produção que exceder a energia contratada poderá ser vendida livremente no mercado. Deve-se perceber, no quadro 08, que segue, a organização empresarial montada para realizar este projeto.

Quadro 08 – Organização empresarial do projeto hidrelétrico Cana Brava

Financiador		Patrocinador	Poder Concedente	Operador - TRACTEBEL ENERGIA S. A.
TRACTEBEL	30%	TRACTEBEL ENERGIA S. A.	ANEEL	OPC
				Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e a Voith-Siemens
				Seguradoras
BNDES	35%	Debt 70%		Principal Offtaker
IDB				
FORTIS BARK				
ANZ				
DrKW		CEM	TRACTEBEL ENERGIA S. A.	

Fonte: elaboração do próprio autor. Estrutura do *Project Finance* da UHE Cana Brava.

A CEM ⁽³⁷⁴⁾, anteriormente denominada Companhia Energética Mercosul, foi criada para desenvolver, projetar, financiar, segurar, construir, operar e manter a usina Cana Brava constituída em 22/10/1997 pela TRACTEBEL, com a finalidade de construir a usina e o sistema

³⁷² EPC Contract: Turnkey fixed-price Engineering, Procurement and Construction.

³⁷³ Nota: entenda-se *Offtaker*, neste caso, como comprador de energia elétrica. Na visão do IDB, a configuração desse projeto representava um passo importante para a criação de um mercado competitivo de eletricidade no Brasil e sua participação representaria o apoio necessário a sua implementação. A construção da usina foi viabilizada num prazo recorde de 36 meses quando foi inaugurada a primeira unidade de geração, em 24 de maio de 2002, disponibilizando 150 MW ao sistema elétrico brasileiro para comercialização.

³⁷⁴ A CEM é uma Sociedade Anônima (S.A.) fechada, constituída e regida pelas leis brasileiras.

de transmissão a ela associada. Em 30/04/1999, o controle acionário passou para a Gerasul S.A., atual TRACTEBEL ENERGIA S.A. a titularidade, o desenvolvimento, o projeto, o financiamento, o seguro, o construção, a operação e a manutenção da usina hidrelétrica pela CEM estão sujeitos, *inter alia*, aos termos e condições do Contrato de Concessão, datado de 07/08/1998, firmado entre o Governo Federal do Brasil, agindo por meio da ANEEL, e a CEM, conforme alterado pela Resolução ANEEL nº 409, de 11/12/1998. A concessão inicial da CEM é de 35 anos ⁽³⁷⁵⁾.

A TRACTEBEL possui, atualmente, 78,32% do controle acionário da TRACTEBEL ENERGIA S. A, cabendo ao grupo, como acionista majoritário, a responsabilidade pela administração e pela expansão da empresa. A GERASUL teve seu nome alterado, em 22 de fevereiro de 2002, para TRACTEBEL ENERGIA S. A. A nova denominação deve-se à expansão das atividades da empresa, cuja atuação passou de regional a nacional, e à consolidação da marca do acionista controlador, a TRACTEBEL S.A., que é responsável pelo setor de energia da SUEZ ⁽³⁷⁶⁾.

A TRACTEBEL ENERGIA S. A. é uma sociedade anônima de capital aberto que a partir das privatizações, passou a participar do mercado de eletricidade no Brasil. Está sediada em Florianópolis (SC) e suas áreas de atuação são principalmente nos Estados da região Sul do país (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná) e o Estado de Mato Grosso do Sul. Atende a uma área de 25 milhões de habitantes, responsável por 19% do PIB do Brasil. Ela é a maior geradora privada do país, com aproximadamente 4.966 MW, o que representa 8,2% da capacidade instalada no país, sendo 77,55% proveniente de geração hidrelétrica, 22,45% de geração termelétrica (carvão, óleo combustível e gás natural), além de importar da Argentina mais de 350 MW ³⁷⁷.

O BNDES, fundado em 1952 é o único provedor nacional de financiamentos a longo prazo para o setor privado, por isso, vem desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento *do project finance no Brasil* ⁽³⁷⁸⁾. Desde 1994, vem participando de inúmeros

³⁷⁵ www.aneel.gov.br, sítio eletrônico visitado em dezembro de 2004.

³⁷⁶ www.tractebel.com.br, sítio eletrônico visitado em dezembro de 2004. Atua em todo o território nacional, por meio de grandes empresas geradoras, das quais detém o controle acionário, suprindo distribuidoras e alguns grandes consumidores industriais, com as seguintes controladas: ELETRONORTE (Região Norte), CHESF (Região Nordeste), FURNAS e ELETRONUCLEAR (Região Sudeste) e ELETROSUL (Região Sul). Detém ainda 50% do capital acionário da Itaipu Binacional e participa do capital de algumas distribuidoras estaduais e privadas como, por exemplo, a ENERSUL de Mato Grosso do Sul. Para maior aprofundamento a respeito do assunto leia também BONOMI, C. A., MALVESSI, 2002.

³⁷⁷ www.tractebel.com.br, sítio eletrônico visitado em dezembro de 2004.

³⁷⁸ Para maiores aprofundamentos sobre o tema leia a seguinte obra: Claudio Augusto Bonomi e Oscar Malvessi. **Project Finance no Brasil: Fundamentos e estudo de casos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV-EAESP: 2000. O livro destina-se àqueles que pretendem conhecer as características e

financiamentos nessa modalidade nos setores de transportes, energia elétrica, telecomunicações, petróleo e gás natural. Assim, este banco constituiu-se o principal financiador do projeto hidrelétrico Cana Brava. A participação do BID no projeto de Cana Brava significou não só apoio para mitigar o risco econômico associado à possibilidade de racionamento, mas o seu papel mais importante foi validar e dar a credibilidade necessária ao processo de desregulamentação do Sistema Elétrico Brasileiro.⁽³⁷⁹⁾

6.6 TRACTEBEL e o capital transnacional frente aos atingidos

As populações de Goiás e do Distrito Federal começam a vivenciar problemas, os quais atingem não só os locais onde estes projetos hidrelétricos estão sendo instalados, como também alcançam a circunvizinhança, na medida em que essas obras vão se espalhando e os vales dos rios e sítios hidrográficos vão sendo degradados e ribeirinhos vão sendo expulsos de suas terras:

- na instalação desses projetos hidrelétricos é a empresa quem define os conceitos pelos quais se baseia o levantamento do número de famílias atingidas, estabelecendo dessa forma, uma luta de classe absolutamente desigual entre os empreendedores e os atingidos por estes empreendimentos;

- a autoprodução e a produção independente de eletricidade se faz em detrimento do interesse mais amplo da sociedade;

- contrário do que afirmam o governo e os empresários da indústria de energia elétrica, a construção de barragens não melhoram o nível de vida das pessoas que vivem na circunvizinhança;

limitações dessas complexas estruturas, usadas para financiar os maiores e mais recentes empreendimentos no Brasil. Seu público é composto por maiores e mais recentes empreendimentos no Brasil. Seu público é composto por executivos financeiros, consultores, advogados, banqueiros, securitários, investidores e estudiosos da matéria. O Project Finance, ao segmentar e compartimentar o risco de um empreendimento, cria condições para que ele venha a ser financiado de maneira que os diversos participantes: - empreendedores, bancos, seguradores, agências multilaterais, fornecedores e investidores; - escolham a parcela de risco que lhes é mais efeito e recebam o retorno proporcional a este; - não é apenas uma evolução na forma de financiar; é um novo instrumento do novo capitalismo. Nos capítulos iniciais, os autores dedicam-se aos fundamentos dessa nova técnica recém-chegada ao Brasil conceituando e comparando-a com o que vem sendo feito nos Estados Unidos e Inglaterra. Destacam onde e como ela pode ser aplicada no Brasil, a importância do fluxo de caixa e a relevância da *Criação de Valor ao acionista* como instrumento de decisão. Analisam, também as limitações e adaptações que o sistema jurídico brasileiro impõe a essas estruturas financeiras. Os 13 casos analisados foram selecionados pelo seu pioneirismo e pelas contribuições que trouxeram a essa técnica, demonstrando onde está sendo aplicado o Project Finance no Brasil: financiando usinas hidrelétricas, como as de Itá, Machadinho, Serra de Mesa e Porto Primavera; concessões rodoviárias, como as da Ponte Rio-Niterói, Nova Dutra, Lagoas, Rodonorte e AutoBan; Campos Petrolíferos, como o de Marlim, e vários empreendimentos imobiliários.

³⁷⁹ Relatório Anual do IDB 2000. www.iadb.org.br, sítio eletrônico visitado em dezembro de 2004.

- o aparelho burocrático do Estado e os empresários da indústria de energia elétrica desrespeitam e até mesmo chegam a violar constantemente a Legislação Ambiental em pleno vigor;

- o novo rearranjo institucional da indústria de eletricidade vem provocando, nos territórios de Goiás e do Distrito Federal, alterações significativas nas relações de poder regional;

- o reassentamento populacional em consequência de construção de barragens contribui, inegavelmente, para um redesenhar do quadro político local, evidenciando-se, desse modo, uma renovação da correlação de forças sociais e políticas;



(58) Foto do Bairro Santa Terezinha localizado às margens do reservatório da usina Cana Brava em Minaçu/GO. Estas fotos foram feitas em novembro de 2001. A referida usina entrou em operação em maio de 2002. Fonte: secretaria do MAB em Goiás.



(59) Foto do referido bairro alagado em função do enchimento do reservatório da usina Cana Brava em novembro de 2001. Fonte: secretaria do MAB em Goiás.



(60) Foto de moradores ilhados em razão do enchimento do reservatório da usina Cana Brava em novembro de 2001. Fonte: secretaria do MAB em Goiás.



(61) Foto das famílias em frente ao portão principal de acesso à usina Cana Brava, manifestando contra os problemas que o enchimento do reservatório desse empreendimento causou em novembro de 2001. Fonte: secretaria do MAB em Goiás.

Conforme disse o coordenador nacional do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem, em 18 de abril de 2005, Gilberto Cervinsky, no caso de Cana Brava, a TRACTEBEL estaria se negando a negociar com 946 famílias que habitavam a região e foram atingidas diretamente pela instalação do projeto hidrelétrico de Cana Brava. Diversos problemas sócio-ambientais, acrescentou o coordenador, teriam sido detectados durante o processo de remoção dos habitantes, em 2001, antes das comportas da barragem serem fechadas. Tais problemas foram reconhecidos, inclusive, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Segundo ele, o próprio BID, que financiou a obra, reconhece que existem problemas. Cervinsky disse estranhar a postura da TRACTEBEL, tendo em vista que esses mesmos problemas percebidos em Cana Brava já haviam ocorridos durante a construção da usina hidrelétrica de Serra da Mesa. Ele salientou que o MAB está aberto a quaisquer negociações.

O MAB pleiteia o reassentamento das famílias em propriedades rurais semelhantes às que ocupavam, além de condições de vida e trabalho. O coordenador nacional do MAB ressaltou que uma simples indenização em dinheiro não atende às necessidades das famílias:

As propostas em questão apontam para uma indenização de R\$ 5,3 mil por família, o que não é suficiente para adquirir uma propriedade rural e estruturar a vida de uma família, com casa, energia elétrica, entre outras coisas ⁽³⁸⁰⁾.

Observou ainda, acrescentando que o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra) determinou a área de 50 hectares como mínima para aquisição rural, por parte da TRACTEBEL para o reassentamento das famílias atingidas por aquela hidrelétrica. Além disso, Cervinsky lembrou que muitas famílias podem fazer uso equivocado de uma possível indenização. A TRACTEBEL disse, por meio de nota, que realizou cadastro sócio-econômico de 252 propriedades e de mais 128 famílias não-proprietárias, além de implementar uma série de melhorias na região da usina, como a construção da Estação de Tratamento de Esgotos de Minaçu, pontes, estradas, o abatedouro de Minaçu, entre outras. A empresa destacou ainda que tem colaborado com a comunidade local:

³⁸⁰ Nota: citação extraída do seguinte sítio eletrônico: www.mab.com.br, em 20 de janeiro de 2005.

Através de ações como a realização de cursos de alfabetização e capacitação profissional, doações para escolas, formação e fomento de associações de produtores, doações para entidades de apoio a menores e à terceira idade ⁽³⁸¹⁾.

A nota prossegue afirmando que a TRACTEBEL está construindo duas escolas na região. Ainda sobre as compensações, a empresa informou que cumpriu todas as suas obrigações relativas à implantação da usina Cana Brava, através da subsidiária Companhia Energética Meridional. Alguns pleitos analisados e considerados improcedentes pela TRACTEBEL Energia estão sendo discutidos judicialmente, disse a empresa na nota. Com relação ao BID, a TRACTEBEL contestou a informação de que a instituição teria desaprovado o processo de indenizações e reassentamentos.

O BID, como um dos financiadores da construção da hidrelétrica, acompanhou todo o processo (...) não tendo em nenhum momento desaprovado a atuação da empresa. Em 2003, por decisão própria, o BID realizou uma auditoria social, tendo apresentado relatório onde recomendou a análise de 123 casos – análise realizada pela CEM que não encontrou procedência em nenhuma das reivindicações. Apesar disso, a empresa prontificou-se a colaborar em ações que o BID se dispusesse a coordenar, com a participação de outras empresas e instituições da região, contribuindo assim para o desenvolvimento regional ⁽³⁸²⁾.

As empresas de energia elétrica utilizam a forma de tratamento diferenciado para as populações atingidas por barragens. É o tratamento caso a caso, explorando sempre a fragilidade de cada família. No caso de Cana Brava as famílias nem sequer receberam terra. Além do mais, é comum estas empresas criarem falsas organizações e representantes, chamados às vezes de comissões negociadoras. Delas participam empresários, delegados, políticos (prefeitos), mas poucas pessoas que realmente foram atingidas.

³⁸¹ Nota: citação extraída do seguinte sítio eletrônico: www.tractebelenergia.com.br, em 22 de janeiro de 2005.

³⁸² Nota: citação extraída do seguinte sítio eletrônico: www.tractebelenergia.com.br, em 22 de janeiro de 2005.



(62) Foto do modelo de um dos conjuntos habitacionais construídos pelos grupos VBC e TRACTEBEL nos municípios de Minaçu e Cavalcante em Goiás, para o assentamento dos atingidos pelo reservatório das usinas de Serra da Mesa e Cana Brava. Fonte: pesquisa de campo em abril de 2005.

Cada empresa define o que é atingido conforme seu interesse e também define qual é o tratamento a ser dado. Na maioria das vezes a decisão é unilateral; em alguns casos, através da persuasão, os atingidos têm, no máximo, conseguido colocar lideranças para acompanhar a análise dos casos de cada família.

Cabe ainda ressaltar que, onde estas empresas conseguem instalar-se, imediatamente tornam-se donas dos rios e sítios hidrográficos. Por exemplo, a TRACTEBEL é dona de várias barragens no Brasil (Cana Brava/GO; Ita e Machadinho/RS-SC). Conforme demonstram os dados do MAB, na era da privatização, é uma das empresas privadas que concentra o maior índice de conflitos com as populações atingidas pelos seus empreendimentos.

No entanto, nos últimos anos, é o grupo instalado no Brasil que mais recebeu financiamentos dos bancos BID e BNDES. Com a privatização da indústria de energia elétrica brasileira, este conglomerado de capital transnacional conseguiu ficar entre as quatro maiores empresas na área de geração de energia no país com 6.503 MW de capacidade instalada. Mesmo assim, a TRACTEBEL se recusa a reunir-se com o MAB para discutir a situação de centenas de famílias atingidas por suas barragens.



(63) Foto das famílias atingidas pela barragem de Cana Brava que ocuparam a sede do BID em Brasília. Fonte: www.mab.com.br, em 31 de maio de 2005.



(64) Foto dos protestos promovidos pelo MAB em frente à sede do BID em Brasília, contra o grupo VBC e TRACTEBEL em razão das vítimas das usinas Serra da Mesa e Cana Brava em Goiás. Este movimento foi organizado pelo MAB na tarde do dia 31 de maio de 2005. Fonte: www.mab.com.br, em 31 de maio de 2005.

Recentemente, na tarde do dia 31 de maio de 2005, mais de 300 agricultores atingidos pelas barragens de Cana Brava e Serra da Mesa ocuparam a sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Brasília. Eles reivindicaram que o BID pressione a empresa belga TRACTEBEL Energia pelo pagamento da dívida para com os atingidos pela barragem de Cana Brava, no norte de Goiás ⁽³⁸³⁾. Os agricultores mobilizados em frente ao BID exigiram que o Banco cobre providências imediatas da TRACTEBEL. Eles querem a indenização das famílias para reparar as perdas sociais, econômicas e culturais causadas pela construção da barragem.

Em virtude de pressões da sociedade civil organizada, o Banco fez algumas verificações na região para avaliar se as diretrizes de responsabilidade social haviam sido cumpridas pela TRACTEBEL. Três relatórios já foram elaborados por comissões independentes contratadas pela instituição; todos eles constataram as arbitrariedades e o descaso da TRACTEBEL no trato com as famílias atingidas.

Nos últimos dias, a TRACTEBEL anunciou a captação de R\$ 200 milhões junto a instituições financeiras, para pagar antecipadamente o empréstimo tomado junto ao BID para a construção da barragem. Uma tentativa clara de desfazer-se dos compromissos com a população e das pressões do Banco. Os moradores consideraram esta atitude uma desconsideração para com as populações atingidas por parte da empresa:

Essa multinacional que veio trazer a desgraça para nosso povo deverá pagar pelo que fez. Agora está querendo se livrar de se suas responsabilidades, mas nós estamos

³⁸³ Nota: até hoje, os ribeirinhos cobram na justiça os pagamentos de indenizações que ainda não foram quitados pelo grupo TRACTEBEL, conforme afirma o Coordenador do MAB de Goiás.

organizados para cobrar tudo o que é de nosso direito, diz Nazareth Pereira de Almeida, coordenadora do MAB, que continua: Nós estamos aqui no BID para exigir que o financiador também se responsabilize pelos danos causados, cobrando da empresa resultados imediatos a nosso favor. Há muito tempo a Tractebel lucra com esta barragem e o povo ficou à mingua, finaliza ⁽³⁸⁴⁾.

Os manifestantes estiveram mobilizados durante os meses de abril a julho deste ano, ocupando o pátio da usina Serra da Mesa e acampados em frente ao portão de acesso à barragem da usina de Cana Brava. Em Serra da Mesa as negociações avançaram entre o MAB e FURNAS/VBC, responsável pela respectiva barragem. Já a empresa TRACTEBEL se negou a receber o Movimento. Os manifestantes tiveram que se retirar da área para não acirrar o confronto iniciado, quando ocorreu a prisão de uma liderança do MAB. Desde o último dia 01 de julho, os atingidos pelas barragens de Cana Brava e Serra da Mesa desmontaram o acampamento e desocuparam a sede do BID, em Brasília. Acampados desde o dia 31 de maio de 2005, eles aguardavam uma posição do governo federal, do BID, da TRACTEBEL, responsável por Cana Brava e de FURNAS e grupo VBC (Votorantin, Bradesco e Camargo Corrêa), responsáveis pela barragem de Serra da Mesa.

A nossa definição de sair foi um acordo, principalmente entre o MAB, o BID e o governo. Foram feitos acordos de reposição das nossas perdas com a construção das duas barragens e acreditamos na palavra deles, por isso desmontamos acampamento, diz Patrícia José de Souza, liderança na região de Serra da Mesa ⁽³⁸⁵⁾.

Os pontos da pauta de reivindicação de Serra da Mesa foram acertados quase na sua integralidade com FURNAS. No entanto, o acampamento no Município de Minaçu, junto à barragem de Cana Brava no norte de Goiás, foi reforçado a partir de abril de 2005. Os atingidos até presente momento ainda aguardam que a empresa belga TRACTEBEL os receba. *Deixaremos Brasília, mas não deixaremos em paz a Tractebel até que seus diretores não recebam nossas reivindicações* ⁽³⁸⁶⁾. Isso é o que afirmou Agenor da Costa, liderança do MAB em Cana Brava. Por fim, segue a análise dos resultados de pesquisa de campo.

³⁸⁴ Nota: citação extraída do seguinte sítio eletrônico: www.mab.com.br, em 02 de junho de 2005.

³⁸⁵ Nota: citação extraída do seguinte sítio eletrônico: www.mab.com.br, em 14 de agosto de 2005.

³⁸⁶ Nota: citação extraída do seguinte sítio eletrônico: www.mab.com.br, em 20 de setembro de 2005.

Análise dos resultados de pesquisa de campo: as incongruências das obras, as relações de poder e a condição humana

Atualmente, nas três principais bacias fluviais de Goiás e do Distrito Federal (Paranaíba, Tocantins e Araguaia) encontra-se instalado um conjunto de hidrelétricas inundando área de mais de **4.000 Km²**. As maiores são: no rio Paranaíba, as usinas de Emborcação, Itumbiara, Cachoeira Dourada e São Simão; no rio Corumbá, a Corumbá I e a Corumbá IV; no rio Tocantins, as de Serra da Mesa e Cana Brava. Juntas, somam uma potência hidrelétrica efetivamente instalada na ordem de **7.800 MW**. Somam-se a esta potência elétrica mais **54 MW** provenientes das PCHs, inundando mais **42 Km²**, e também os **264 MW** instalados em termelétricas que, na maioria, queimam o bagaço da cana-de-açúcar para produzir vapor e eletricidade. Portanto, no total, este subsistema de oferta de eletricidade instalado em Goiás apresenta uma capacidade instalada na ordem de **8.200 MW**.

As considerações finais deste trabalho se fazem no sentido de chamar a atenção para o sonho em geral falacioso, ilusório, de um processo de eletrificação *limpo*, prometidos pelos empresários da indústria de energia elétrica, e em geral, pelos defensores do *progresso* e do *desenvolvimento* a qualquer custo. Destaca-se sim os problemas políticos e sociais provenientes da instalação de projetos hidrelétricos que usualmente são deixados de lado na análise acadêmica e em especial no campo profissional do Planejamento Energético.

A privatização e a desregulamentação da indústria de energia elétrica no Brasil tem todos os elementos de um abuso de confiança bem sucedida por parte do governo federal e dos investidores dessa indústria. O engano ou a fraude consistiu em persuadir o público que uma alteração dramática nas regras e no controle do sistema elétrico seria do interesse mais amplo da sociedade. Por conseguinte, o rearranjo institucional, iniciado em 1995, da indústria de energia elétrica permitiu que:

- a autoprodução e a produção independente de eletricidade se fizeram em detrimento dos interesses majoritários da sociedade;

- os novos projetos hidrelétricos alcançaram outros interesses econômicos, além de gerar, transmitir, distribuir e comercializar energia elétrica; um deles, certamente a especulação fundiária que se deu no entorno das represas e dos canteiros de obras visitados;

- a mercantilização dos serviços públicos de eletricidade faz de muitos grupos sociais a sua vítima e não sua beneficiária.

As populações dos territórios de Goiás e do Distrito Federal vivenciam há tempos tais problemas, sobretudo os prejuízos econômicos de suas atividades interrompidas ou inviabilizadas por causa das obras. Problemas que atingem não só os locais onde cada projeto hidrelétrico esteja sendo instalado, como também várias outras partes, na medida em que esses anúncios de obras vão se espalhando, em que linhas de transmissão e distribuição vão sendo construídas, em que os vales dos rios e os sítios hidrográficos mais *favoráveis* vão sendo degradados.

Analisa-se, neste trecho final da tese as principais incongruências na implantação de tais investimentos de expansão de oferta de eletricidade, as alterações visíveis e prováveis nas relações de poder lá onde as obras são anunciadas e feitas, e comenta-se a linha geral de descaso por parte de agências, governos e grupos empresariais, alguns dos mais poderosos do atual capitalismo financeiro-industrial, para com a condição humana de moradores das áreas afetadas pelas obras.

1. Sobre as incongruências das obras

Os engenheiros e empresários da indústria de energia elétrica, ao longo dos últimos cinquenta anos, conseguiram dominar a técnica de represar enormes volumes cúbicos de água e instalar poderosas turbinas para gerar eletricidade. No entanto, os fatos coletados durante as pesquisas de campo demonstram que tais engenheiros e empresários não foram capazes de produzir efeitos comparativamente poderosos e sérios, a fim de resolver os problemas políticos e sociais que eles mesmos criam há várias décadas no Brasil, em uma escala que poucos países do mundo criam até hoje.

No bojo do processo de privatização da indústria de energia elétrica, em 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, contrariando até mesmo a posição de técnicos e estudiosos no assunto, autorizou a ANEEL a realizar, de forma intempestiva e indiscriminada, a licitação de aproveitamentos hidrelétricos cujos inventários podem ser bem antigos. Muitos são projetos

inventariados ainda pela Missão CANAMBRA entre 1955 a 1960 e foram utilizados pela ELETROBRÁS a partir de 1965 até o presente. Dentre os aproveitamentos hidrelétricos licitados pela ANEEL, desde o primeiro *leilão* de energia nova, em 1998 até o mais recente, em dezembro de 2005, estão alguns projetos provenientes desta *era*.

Quando um certo grupo investidor da indústria de energia elétrica pretende instalar um determinado aproveitamento hidrelétrico, ele procura dados entre os estudos do potencial elétrico feitos no âmbito da ELETROBRÁS, especificamente os que já estão disponíveis no SIPOT- Sistema de Informações do potencial hidrelétrico no Brasil. Os estudos de viabilidade são realizados ou contratados pelas empresas interessadas na construção ou na operação da barragem, seus resultados e decisões de projeto serão utilizados posteriormente no processo licitatório promovido pela ANEEL e na elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental necessários para obtenção das Licenças de Previa, de Instalação e de Operação.

O que ocorre na prática é que a própria empresa interessada (ou uma outra empresa por ela contratada) na construção da barragem faz o levantamento, por exemplo, de quantas famílias serão atingidas, quais tipos de propriedades serão indenizadas, já se inicia aí um processo de negociação desigual.

Outro problema comum na instalação desses projetos hidrelétricos é que a empresa é quem define os conceitos empregados no cadastramento das famílias moradoras na área e que seriam passíveis de indenização. Tais conceitos variam de empresa para empresa conforme seu interesse. Por exemplo, diferentes modos de tratamento por parte da estatal FURNAS e por parte do grupo privado VBC, frente aos atingidos pelas obras e pela represa Serra da Mesa.

No processo de licenciamento, estes dados tornam-se legalizados e as empresas passam a ter responsabilidades frente ao Governo Federal, à ANEEL, e à Justiça com base nestas informações. Assim, os atingidos não cadastrados, por conseguinte, são considerados como *ilegais*. No caso de a empresa ser chamada nos MPE e/ou MPF, ela apresenta o contrato de licitação justificando sua responsabilidade perante um determinado número de pessoas.

No processo indenizatório, às famílias reconhecidas pelas empresas são oferecidas tradicionalmente três opções: Carta de crédito, indenização em dinheiro ou reassentamento em novas áreas (estas opções são aplicadas pela empresa quando ela reconhece que uma determinada família ou grupo tem as suas atividades de sobrevivência relacionadas com a agropecuária ou com a piscicultura).

Quem opta pelo dinheiro, geralmente, deixa a região e se encaminha em direção às periferias das médias e grandes cidades, conforme foi constatado nas regiões onde se localizam as usinas de Serra da Mesa, Cana Brava e Corumbá IV. No caso da carta de crédito, proposta do Banco Mundial (Banco da Terra), a gravidade também é semelhante, pois, além de as imobiliárias tomarem grande parte de seu dinheiro, as famílias são jogadas em regiões isoladas, sem acompanhamento técnico e social, motivo que leva as famílias a abandonarem essas terras em pouco tempo, provocando a migração para as periferias das sedes municipais de origem ou para grandes centros urbanos.

Estas duas opções, indenização ou carta de crédito, representam um custo extremamente baixo para a indústria de energia elétrica. O fato é que o problema social recai sobre os governos, que terão que alocar mais recursos financeiros para atender as demandas sociais provocadas por estas famílias desalojadas das suas propriedades de origem.

Inevitavelmente, a construção de barragens de médio e grande porte provoca o deslocamento de famílias que terão suas terras alagadas e obrigatoriamente necessitarão de ser remanejadas e portanto, irão para outras terras onde por sua vez, já havia gente morando e trabalhando, num processo inexorável de aumento de densidade demográfica.

Nos casos aqui analisados, observou-se que os empresários da indústria de energia elétrica utilizam-se de métodos truculentos para intimidar parte das famílias atingidas por seus empreendimentos hidrelétricos. A exemplo das famílias atingidas pelo reservatório da usina Corumbá IV e que, até fins de 2005, não tinham sido indenizadas na sua totalidade.

Nos casos de Serra da Mesa e Cana Brava, concluídas em 1998 e em 2002, as questões sociais ainda não foram resolvidas na sua totalidade. Segundo dados do MAB (março de 2005), foram 5.600 famílias que perderam sua fonte de renda, além da moradia. Muitas tiveram que sair às pressas das suas terras e se abrigaram provisoriamente em casas de vizinhos, amigos ou órgãos públicos, isso em função do enchimento do reservatório feito de modo intempestivo.

Os responsáveis pela estatal FURNAS e pelo grupo privado VBC culpam a chuva que caiu na região de forma imprevisível. Durante pesquisa de campo, chegou-se a ouvir por parte de autoridade pública, argumento falacioso tal como: *Ninguém esperava que chovesse tanto na região*. Além do mais, verificou-se que os empresários da indústria e energia elétrica utilizaram-se do poder judiciário através do mandato de desapropriação contra os pequenos proprietários.

Para evitar o retorno dessas famílias, é comum o empresário da indústria de eletricidade ordenar que as casas sejam queimadas, quando são de madeira, ou derrubadas, quando de alvenaria.

As famílias que permanecem morando em suas terras têm suas comunidades desestruturadas (por exemplo no caso Corumbá IV, o deslocamento inteiro de duas comunidades, a Mandiocal e a Santa Terezinha, no Município de Luziânia, Goiás). Neste caso, o problema é que o número de famílias às vezes é superior ao conjunto das famílias deslocadas, o que significa que a estatística oficial indicando o deslocamento de 450 famílias atingidas certamente está abaixo da realidade.

É fato comum as empresas criarem falsas organizações e também representantes, chamadas às vezes de *comissões negociadoras*, nas quais participam empresários, políticos, secretários de governo estadual e municipal e muito pouco o atingido, a exemplo do caso que aconteceu durante o processo de privatização da usina Cachoeira Dourada, em 1997. Neste caso, nem mesmo o sindicato da categoria dos eletricitários, o SINTUEGO – Sindicato dos Trabalhadores Urbano do Estado de Goiás, teve acesso ao processo de privatização.

Juntamente com tais privatizações, eis que surgiram na cena os grupos privados autoprodutores e os produtores independentes de eletricidade. Muitas das obras são construídas, até hoje, com dinheiro público, p.ex., do BNDES, com a argumentação de que estão financiando obras de *Utilidade Pública*, a serviço do desenvolvimento, do progresso, da geração de emprego. Infelizmente, em vários locais de canteiros de obras, piora o atendimento nos serviços públicos e aumentam a violência, o tráfico de drogas e a prostituição.

Para encobrir estes passivos sociais provocados por barragens, é comum as empresas recorrerem à propaganda em horário nobre da TV e a espaços privilegiados em jornais, revistas e até mesmo em eventos científicos e técnicos profissionais e em publicações de tipo acadêmico.

Estes instrumentos são utilizados para formar a opinião pública a favor dos seus empreendimentos, a exemplo do que está acontecendo em Catalão em relação ao processo de instalação do aproveitamento hidrelétrico Serra do Facão, por parte de poderosos grupos internacionais e nacionais.

Além do mais, é sabido que os empresários dessa indústria cooptam prefeitos, vereadores, sindicalistas, que fazem doações sutis a algumas entidades inclusive centros de pesquisas, fornecem materiais didáticos para serem utilizados em escolas e universidades. Todo trabalho

propagandístico se faz em função de evitar que a população do local e da região perceba as verdadeiras consequências e os interesses realmente beneficiados pelas obras.

A partir dos casos estudados neste trabalho é possível arriscar uma generalização: em todo processo de instalação de barragem ficam para trás, se arrastam problemas sócio-ambientais graves, a exemplo de Corumbá IV. E, mesmo assim, os órgãos ambientais responsáveis em não permitir que isso ocorra – acabam liberando as licenças ambientais para outros aproveitamentos hidrelétricos.

Na prática, existem algumas *fábricas* de EIAs operando no Brasil, inclusive envolvendo grupos de pesquisadores em reconhecidos centros de pesquisas e universidades. Um EIA é cópia da estrutura e de partes do conteúdo de outro EIA. Foram mencionados, na estadia em campo, os casos dos aproveitamentos hidrelétricos dos rios Claro, Verde e Corrente no extremo Sudoeste Goiano, nos quais os EIAs apresentados à Agência Goiânia de Meio Ambiente de Goiás para serem analisados são praticamente idênticos.

Na mesma lógica especulativa da indústria de energia elétrica, um dos enigmas que ainda ficou por ser esclarecido, que essa pesquisa não conseguiu maior fundamentação para resolver é porque tal e tal *eixo* de rios e afluentes são incluídos nesse ou nesse lote que vai ser *leiloado*?

Pode-se considerar que o primeiro ato enviesado e intempestivo nesse processo foi o praticado pela ANEEL, leiloando em pouco tempo (2000 - 2002) nove empreendimentos em uma pequena região geográfica, sem que houvesse razão suficiente para isso. Não havia uma demanda específica a ser atendida pelos projetos, apenas a possibilidade legal da energia ser comercializada no mercado por novos produtores independentes. Além do mais, o Poder Judiciário, desconhecendo os fatos e as circunstâncias informadas pelo Ministério Público Federal, acabou negando a medida liminar pedida por este Ministério e autorizando a ANEEL a realizar os leilões destes aproveitamentos hidrelétricos.

Por exemplo, cerca de 30 Km do local previsto para ser instalada a usina Couto Magalhães – projeto de meio século de existência! - passa a LT vinda da usina de Itumbiara, que despacha eletricidade para os centros de carga de Cuiabá e circunvizinhança. Nesse mesmo local também passa uma linha de transmissão ligando a usina de Cachoeira Dourada às cidades de Rondonópolis e Cuiabá. Então, qual seria a necessidade que pudesse justificar a instalação desse e de outros projetos hidrelétricos no rio Araguaia? Esse aliás, é um dos mistérios para ser elucidado: dentre as inventariadas pela ELETROBRÁS, porque a ANEEL escolheu esta e não

outras para leiloar? E, se não se explica por tais necessidades, como se justifica? Como se mistifica? Como se argumenta publicamente? E, se não é isto, então, o que é?

Com todas estas incongruências, cabe registrar algumas perguntas fundamentais: Quem está pagando esta conta? O Estado? A ANEEL? Os empreendedores? Ou a sociedade, quais grupos dentro dela?

A presença destes aproveitamentos hidrelétricos transtornará os vales desses rios e sítios hidrográficos de diversas formas. Com a inundação de milhares de hectares agriculturáveis a cada nova represa que se faça, com as desapropriações que se seguirão para realocação de infraestrutura, passagem de linhas de transmissão, subestações e outros equipamentos, - as terras produtivas sofrerão três tipos de conseqüências diretas, a saber:

- (1) - parte das terras serão totalmente afogadas;
- (2) - parte das terras serão parcialmente afogadas, mas sempre perdendo as melhores em termos de qualidade do solo e dos beneficiamentos nelas já realizados;
- (3) - outras tantas terras serão segmentadas por força da re-locação de infra-estrutura e do lançamento das linhas de transmissão e subestações.

Por outro lado, sob o ponto de vista físico, esta região passará a conviver diariamente com outros riscos ambientais. Dentre tantos, três deles são extremamente, relevantes, a saber:

A1 - a perda da qualidade da água dos reservatórios, com o consumo da fitomassa inundada pelos reservatórios e efeitos também graves ocorrendo a jusante dos mesmos;

A2 - a indução de assoreamento no rio acima e de processos erosivos no rio abaixo decorrentes dos desmatamentos necessários;

A3 - e, o assoreamento acelerado dos próprios reservatórios, pela redução da hidrodinâmica dos mesmos e de mudança;

Do ponto de vista biológico, os riscos são também bastante relevantes, considerando as vulnerabilidades dos ecossistemas existentes:

B1 - a queda da diversidade e da abundância da flora, face aos desmatamentos e perda de grande parte das matas primitivas;

B2 - a queda da diversidade e da abundância da fauna, decorrente da destruição ou afogamento de seus habitats preferenciais, ocorrendo a conseqüente perda de algumas espécies ameaçadas, como a onça pintada;

B3 - a mortandade de peixes e desaparecimento de espécies da ictiofauna de interesse comercial;

B4 - a formação de criadouros de vetores, pelas oscilações do nível d'água dos lagos, induzindo à ocorrência de doenças, endemias e zoonoses;

B5 - a ruptura de ciclos tróficos, com consequências imprevisíveis sobre o comportamento da fauna, sobretudo os carnívoros remanescentes;

Por fim, para a sociedade, a economia regional os riscos são ainda outros:

S1 - a grande perda de terras produtivas de pecuária de corte e de leite;

S2 - a desvalorização das terras produtivas remanescentes;

S3 - a especulação imobiliária para aquisição de porções remanescentes de terras improdutivas ou pouco produtivas, não raro com envolvimento de intermediários arregimentados para realizar processos não legalmente corretos e aceitos;

S4 - a insegurança para futuros investidores e investimentos na região;

Resta ainda fazer uma última pergunta a estes tomadores de decisões: com todos os rios e afluentes degradados, de quê e como viverão as próximas gerações no território goiano?

Mesmo depois de meio século de intensas explorações desses potenciais hidráulicos para fins elétricos em Goiás e no Distrito Federal, parece que não se chegou ainda a um consenso quanto a uma solução satisfatória. Caso todos os projetos planejados para serem instalados nos rios e sítios hidrográficos goianos fossem concretizados, conforme desejam os produtores independentes e autoprodutores da indústria de energia elétrica, certamente os sistemas sócio-econômico e ambiental dessa região ficariam bastante comprometidos frente às necessidades de subsistência das futuras gerações.

Neste sentido, este trabalho de pesquisa cumpre a finalidade de apresentar alguns elementos que, entende-se, merecem análise bem mais cuidadosa por parte do IBAMA e da Agência Goiânia de Meio Ambiente, envolvidos neste processo, visando não só a compreensão dos equívocos que vêm sendo cometidos, mas, sobretudo, descobrir os reais motivos que justificam a instalação destes projetos e a amplitude de suas consequências, a fim de esclarecê-lo junto à opinião pública.

2. Sobre as alterações nas relações de poder local e regional

O processo de privatização dos rios e sítios hidráulicos em Goiás está em ritmo acelerado. Obras feitas em nome do *desenvolvimento e do progresso*, mas que criam problemas; a solução das questões sociais começa também a se complicar de forma proporcional. Os governos estaduais e o federal retiram-se dos seus compromissos sociais para com a população e passam toda a responsabilidade para as associações privadas de energia elétrica. São grupos gigantes, alguns controlados pelos capitais financeiros internacionais, que passaram a assumir o controle das águas, eletricidade, telefone e rodovias no Brasil.

A abordagem dos problemas sociais nos locais de construção de projetos hidrelétricos tem contribuído para se evidenciar peculiaridades ainda não pesquisadas com a devida atenção pela área de Planejamento de Sistemas Energéticos. O novo rearranjo institucional da indústria de eletricidade vem provocando nos territórios onde ocorre, alterações significativas nas relações de poder. Nestas regiões, as ações institucionais e de grupos economicamente constituídos para tais fins, adquiriram especial relevância na capacidade de organização empresarial e de mobilização de suas forças políticas para disputarem o patrimônio elétrico, mesmo que para isto os pequenos agricultores fossem desalojados de suas propriedades.

A partir da temática assinalada, busca-se organizar os dados coletados em momentos distintos junto às populações rurais moradoras das áreas inundadas pelas barragens das hidrelétricas de Serra da Mesa, Cana Brava e Corumbá IV.

Verificou-se que as formas de organização do poder local estavam em estreita articulação com as grandes propriedades fundiárias que foram indenizadas para instalação de um determinado projeto hidrelétrico; sob a influência de fatores vinculados ao próprio processo de formação social da região, desenvolvem-se práticas típicas das relações de patronagem e de clientelismo, usualmente envolvendo os latifundiários.

O debate em torno dos problemas de reassentamento populacional em consequência de construção de barragens contribui, inegavelmente, para redesenhar o quadro político local e regional, evidenciando-se, desse modo, uma renovação da correlação de forças sociais e políticas. As novas relações de poder local são fortalecidas através da ação deletéria do Estado que legitima e favorece as iniciativas dos capitais nacional e estrangeiro na disputa de rios, de sítios hidrográficos e de patrimônio elétrico, a exemplo da usina de Cachoeira Dourada. Embora as

empresas com algum verniz moderno, queiram se apresentar como democráticas e respeitadoras dos direitos humanos, exercem uma forte pressão social e política sobre os seus atingidos.

Os atingidos por barragens apresentam sentimento de perda – material e afetiva –, sobremaneira, por causa do receio do desconhecido e do incerto. Revelava-se igualmente forte a imagem, em grande parte idealizada, de uma *autonomia camponesa*, que estaria sendo ameaçada pela necessidade de mudar para outros locais, para outras situações, para outros problemas.

O anúncio do rompimento de laços tradicionais, com a terra e com costumes e práticas já arraigadas no cotidiano das famílias, parece sinalizar, entre os atingidos por um projeto hidrelétrico, para um quadro bastante negativo.

O medo da *sujeição* está presente no discurso de alguns ribeirinhos e sitiante. As expressões de sentimentos de solidariedade provenientes de trabalhos, tais como da pastoral de setores da Igreja Católica, dos movimentos sociais, como o MAB, ONGs dentre outros, são as únicas forças que os atingidos contam para enfrentar o poderio do Estado e dos grupos capitalistas organizados exclusivamente para lhes tirar a tão sonhada *autonomia camponesa* do seu território. A construção de uma identidade social, unificadora de interesses heterogêneos e, conseqüentemente, de lutas coletivas em face das ações deletérias do Estado e de grupos economicamente organizados, constitui-se, na verdade, o maior desafio a ser enfrentado pelos atingidos por projetos hidrelétricos.

Sob o enfoque das classes dominantes locais, observa-se que as ações de reassentamento repercutem no sentido de uma diminuição da oferta de mão-de-obra para trabalhar nas suas grandes fazendas. Ademais, provoca ruptura de relações econômicas e, inclusive, pessoal, que o ribeirinho e sitiante sofrem em função do seu desalojamento.

Os atingidos por empreendimentos hidrelétricos perdem, ainda, parte do poder de influenciar que tinham na política partidária local, na medida em que são obrigados a se deslocarem para outras áreas. Nas novas áreas terão que lidar com as novas situações de relação de poder, sobretudo, com os grandes fazendeiros e os meios de produção, além de precisarem estabelecer novos vínculos com as entidades sindicais e associações de produtores. O problema torna-se maior e mais grave quando os atingidos são transferidos para as periferias de centros urbanos, sobretudo, para municípios distintos daqueles de sua origem.

No ambiente de mudanças assinaladas, eis que aparece um *sujeito*, nem trabalhador do campo e muito menos urbano. Ele é descaracterizado e desfigurado da sua condição social,

incapaz de reconquistar espaços importantes para a redefinição das relações de poder e, dessa forma, voltar a participar no encaminhamento e legitimação de decisões concernentes à política local onde está vivendo. Nestes novos locais, os atingidos por projetos hidrelétricos raramente conseguem alargar a abrangência de suas ações no que se poderia definir como espaço da luta econômica: pagamento de indenizações, ampliação do número de beneficiários, resolução de questões específicas de cada reassentado.

No caso goiano, a participação do MAB, das ONGs, da Pastoral da Terra, dos professores do Departamento de Geografia do CAC/UFG, (caso de Serra do Facão, perto de Catalão) exerce um papel importante no cenário político nos municípios direta e indiretamente atingidos pelos efeitos da construção de uma determinada barragem, em razão de fatores como:

- a constatação da capacidade de mobilização de relevantes contingentes populacionais em função da defesa da causa dos atingidos;
- o trabalho de informação técnica mais detalhada e de conscientização (formação de uma identidade social e política unindo os pequenos agricultores da área atingida);
- as articulações com outros segmentos sociais (entidades sindicais, organizações não-governamentais, agências de financiamento do exterior e consultorias nacionais).

Por essas vias dentre outras, estes movimentos sociais, representando os interesses dos atingidos por projetos hidrelétricos podem vir a substituir expoentes das elites políticas locais e regionais nas tarefas de mediação entre os interesses destes atingidos frente a atitude deletéria do Estado e dos grupos economicamente organizados para lesar o patrimônio individual e o público. Neste sentido, estes movimentos se qualificam perante a opinião da sociedade como interlocutores nas questões relativas ao reassentamento, chegando mesmo a ampliar sua esfera de atuação, enquanto entidades sociais, se obtiveram o *status* de legítimos representantes dos interesses públicos desta ou dessas comunidades.

Recentemente o governo Lula transformou a Medida Provisória 144 em Lei, promulgada em 28 de dezembro de 2004. Esta Lei define como empresa vencedora da licitação aquela que oferecer a energia por menor preço. Na prática, esta Lei trará como resultado o agravamento dos problemas sócio-ambientais. Como o MME pretende ficar fora do tratamento da solução proposta às famílias, a tendência das empresas para oferecer menor preço de energia é conter todos os tipos de gastos em questões sociais e ambientais, ou seja, quem vai pagar a conta são as famílias atingidas e o meio ambiente. Em síntese, nem o MME e nem as empresas têm interesse em

resolver o problema do passivo social, pois isso pode colocar em risco a aliança existente entre governo e a indústria de eletricidade. Isso justifica por que o MME não quer intermediar e nem assumir a responsabilidade social, principalmente nas barragens de poder privado.

3. Sobre o descaso para com a condição humana

Durante os *anos dourados* da indústria de eletricidade no Brasil, esta foi capaz de assegurar taxas de crescimento econômico mais elevadas e apresentar condições de gerar mais empregos que a maioria dos países do mundo no pós-Segunda Guerra mundial. Porém, isto não resultou em melhoria obrigatória e geral do padrão de vida no país, sobretudo em Goiás.

Pelo contrário, é possível apontar quatro fatores que podem demonstrar o processo de degradação das condições humanas, os quais são resultantes de uma sólida aliança conservadora entre os novos ricos da eletrificação e da industrialização do campo e da cidade e os velhos ricos da grande propriedade fundiária, a saber:

- em um primeiro momento compreende-se que, a partir dos anos 60, a combinação da ausência de reforma agrária com um processo de modernização agrícola levou à reprodução da pobreza, de baixos salários e à desintegração econômica e social dos pequenos produtores. Mesmo com o intenso processo de migração para as cidades, sobretudo durante os processos de eletrificação e industrialização, o imigrante rural encontrou espaços de inserção econômica nos grandes centros urbanos, inicialmente na construção civil e posteriormente na indústria e nas prestações de serviços. Porém, intensificou-se o *inchaço* das cidades, de forma precária, devido à intensa concorrência entre trabalhadores, em sua maioria pouco qualificados, resultante das pressões oriundas de um processo rápido de urbanização e de acentuados movimentos migratórios;

- um segundo aspecto apontado, ressalta o lento processo de organização dos trabalhadores, bem como o de maior pressão social em prol da democratização das condições e relações de trabalho e por uma melhor distribuição de renda, o que teria sido bloqueado pela repressão político-militar, após ter parecido se ampliar com as reformas de base propugnadas no

final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Esta conjuntura demonstrava que os mesmos setores conservadores, que historicamente impediram a transformação da estrutura agrária no país, buscaram o apoio militar para impedir que uma organização sindicalista e social pudesse impulsionar a distribuição da renda e a constituição de uma sociedade mais justa;

- o terceiro fator responsável pela degradação das relações sociais no Brasil nesta virada de milênio, pode ser percebido no fato de que as políticas sociais também foram tardiamente desenvolvidas em formas poucas universalizantes e cidadãs, favorecendo assim a desigualdade no acesso às necessidades básicas de bem estar como a educação, saúde e a previdência ou até mesmo a assistência social;

- em quarto lugar, afetando diretamente a classe trabalhadora, o salário mínimo sofreu um rebaixamento bastante significativo desde os anos 60, promovendo assim uma acentuada diferenciação entre os salários dos trabalhadores e colocando o Brasil como vencedor de mais um dos índices indicadores da desigualdade social. Assim, o país se caracteriza hoje por ter um dos mais altos diferenciais entre os salários mais altos e os salários de base, demonstrando serem comuns diferenças salariais superiores a 1 para 100 no interior de uma mesma empresa. Com isso, esta maior desigualdade entre os assalariados apenas veio somar-se à já intensa desigualdade entre rendimentos e lucros ou entre proprietários e não-proprietários.

Enfim, a mercantilização dos serviços públicos tem sobre a energia elétrica os seus efeitos sociais negativos: após fortes investimentos estatais os serviços de energia foram sendo privatizados. Portanto, foram comprimidos os gastos sociais de montantes equivalentes a esses investimentos *para os empresários*. Já os novos proprietários e operadores de mercado de eletricidade concentraram-se no lucro máximo em desfavor da qualidade de serviço, a exemplo da CELG - Distribuição. Como consequência, em Goiás, por exemplo, a qualidade do fornecimento de energia elétrica tornou-se para o consumidor difuso, mais precária, e os técnicos do setor alegam que não se respeitam padrões de segurança, que os sistemas de proteção não foram atualizados.

Além do mais, segundo dados da própria CELG, 100 mil pessoas ainda estavam desassistidas pelo sistema elétrico, *fora do mercado de energia elétrica*. A desregulamentação no

Brasil teve ainda um outro efeito concentrador de renda, que foi o aumento sensível e continuado dos preços da energia elétrica em índices acima da inflação.

A título de proposição

É necessário aprofundar a idéia da energia elétrica como serviço público, que o conceito de processo social da eletrificação deve levar em conta. Isto é, deve-se precisar o caráter político da energia elétrica. Desde o primeiro momento, ela é um serviço público e, portanto, objeto de um poder concedente e de uma decisão de Estado em concedê-la. É fato que o Estado só tem peso mais decisivo no processo e nos destinos da eletricidade brasileira a partir da promulgação do Código de Água, de 1934; no entanto, desde o primeiro minuto, o Estado está presente como poder concedente.

Decorre daí a necessária politização das ações das empresas produtoras de energia elétrica que persiste até os dias atuais.

Nesse sentido, é urgente uma revisão crítica do mapeamento do potencial hidroelétrico no Brasil, alterando-se radicalmente as próprias noções de inventário e de potencial, levando agora em consideração os problemas econômicos, sociais e ambientais decorrentes. E trabalhando sem falseamentos na construção de alternativas tecnológicas a serem implementadas para a expansão da oferta, e para o atendimento da demanda - antes de se resolver abrir para a contratação esse ou aquele novo aproveitamento hidrelétrico.

A propósito, é preciso urgentemente que as entidades sociais, órgãos governamentais e investidores da indústria de energia elétrica promovam em conjunto uma instância de ampla e irrestrita discussão e negociação, lastreando e compartilhando se possível a tomada de decisões sobre novos empreendimentos hidrelétricos.

Na dúvida, que prevaleça a valorização da condição humana de quem já mora e trabalha na região *escolhida* para hospedar a hidrelétrica.

O desafio maior se constitui na passagem do esforço acadêmico para um instrumento de informação e de transformação rumo a outro tipo de equilíbrio político e social. No qual a ética da justiça, do respeito à lei, e a responsabilidade comum pelo futuro devem se sobrepôr à estratégia monotônica e exclusivista dos investidores da indústria de energia elétrica.

Referências Bibliográficas

I – Publicações de livro ou capítulo

- AFFONSO, Rui B. A. **Descentralização e reforma do Estado: a Federalização brasileira na encruzilhada**. São Paulo: Ed. Sociedade e Economia, 2000.
- BACHA, Edmar. **Os mitos de uma década**. - (ensaios de economia). São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1976. p. 31 e 33. In: IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura**. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1986.
- BANONI, Claudio Augusto e MALVESSI, Oscari. **Project Finance no Brasil: Fundamentos e estudo de casos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV-EAESP, 2000.
- BECKER, Bertha & MACHADO, Lia O. **Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia Brasileira: uma contribuição**. Rio de Janeiro: Ed. AGB, 1982.
- BECKER. **Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico**. In: CASTRO, Iná Elias de et alii (Orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1996.
- BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para quê? para quem? Crise e Alternativa para um país sustentável**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2001.
- BERMANN, Célio. **Exportando a Natureza. Produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático. FASE, 2004.
- BOA NOVA, A. C. **Energia e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1985.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 9ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1988.

- CAMPOS, Francisco Itami. **Mudanças de Capital: uma estratégia de poder**. Goiânia: Ed. UFG, 1980.
- CATAIA, M. **Território Nacional e Fronteiras Internas – a fragmentação do território brasileiro**. São Paulo. DG. – FFLCH/USP. 2001. Tese de doutoramento.
- Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. **Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Moderna, 1988.
- CHAUL, Nasr N. Fayad. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Coleção Documentos Goianos n. 17. Goiânia: Ed. UFG, 1988.
- COSTA, Castro. **Goiânia a Metrópoles do Oeste**. São Paulo: Ed. Tribunais, 1949.
- CUNHA, José Marcos. **Migração no centro oeste brasileiro: as tendências e características do período 1986/96**. Campinas: NEPO/Unicamp, 1999.
- CUNHA, L. L. **Entre cimos nublados uma solidão selvagem. Uma coreografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros**. Brasília: Ed. Thesaurus, 2001.
- DAHER, Tânia. **Goiânia, uma utopia européia no Brasil**. Goiânia: Ed. Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.
- DAURELL, Eliana Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás; Análise de uma Política de Colonização na Expansão para o Oeste**. Goiânia: Ed. UFG, 1974.
- DEBIER, J. C. DELÉAGE, J. P. HÉMERY, D. **Uma História da Energia**. Tradução. Sérgio de Salvo Brito. Brasília: Ed. UnB, 1993.
- DIAS, Renato F. (Coord) **“Panorama do setor de energia elétrica no Brasil”**, Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1988.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. (Org). **Povos e águas: inventário das áreas úmidas**. 2ª ed. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas úmidas Brasileiras; São Paulo: Ed. USP, 2002.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização 1930-1960**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985. Coleção Estudos brasileiros; Vol. 84.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A CONQUISTA DO ESTADO. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 2ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- FERNANDES. Florestan. **Sociedade de classe e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1968.

- FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes. **“Investimentos, Fontes de Financiamento e Evolução da infra-estrutura no Brasil, 1950-1996”**. Rio Janeiro: FGV/IPGE, 1999.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)**. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: Ed. Difel, 1983.
- JOFFILY, Geraldo Irenêo. **Brasília e sua Ideologia**. Brasília: Ed. Thesaurus, 1972.
- KUBITSCHER, Juscelino. **A Marcha do Amanhecer**. São Paulo: Ed. Importadora de Livros S. A., 1962.
- LESSA, Carlos e DAIN, Sulamis. **Capitalismo Associado: Algumas Referenciais para o Tema Estado e Desenvolvimento**. In: Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise. 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1984. Vol. 1.
- LESSA, Carlos Francisco. **Os Limites da Intervenção do Estado**. São Paulo: Ed. FUNCEP, 1992.
- LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas; os anos críticos – 1934/1938**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- LIMA, Atílio Correia. **Goiânia; a nova capital de Goiás – Resumo de um estudo**. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira. 1968
- LIMA, José Luiz. **Políticas de Governo e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica: do Código de Águas à Crise dos Anos 80**. Memória da Eletricidade no Brasil. São Paulo: Eletrobrás, 1995.
- LIMA, Lourenço Moreira. **“A Coluna Prestes”**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1945.
- MAGALHÃES, José Couto 1837-1898. **O selvagem**. São Paulo: Ed. Editora USP, 1975.
- MARTINE, George (Org). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas/SP: Ed. Editora da UNICAMP, 1996.
- MARTINS, Luciano. **Estudo capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.
- MAYRON Regis, ALMEIDA Rogério, ESWITKES Glenn & RIXEN Bento. **Escritos sobre a água**. São Luís/MA: Ed. Etnia Design, 2003.
- MIELNIK, O. e NEVES, C. **“Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil”**. In: ROSA, Luiz Pinguelli et al (org.). Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. São Paulo: Ed. AIE/COPE, 1988.

- MIROW, Kurt Rudolf. **A Ditadura dos Cartéis. Anatomia de um Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. civilização brasileira, 1978.
- MONTEIRO, Maurício. **Usos de Recursos Hídricos no Cerrado**. Brasília: Ed. UnB, 1999.
- PESSOA, Jadir de Moraes. **A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas/SP: Ed. Alínea. 1990.
- PINA, Lea Araújo. “**Meu Pai, Bernardo Sayão**”. Goiânia: Ed. Universidade de Goiás, 1963.
- ROSA, Luiz Pinguelli. **Parcerias privadas na expansão do setor elétrico ou venda de empresas públicas?** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- SANTOS, Gilton Carneiro dos. **A dívida dos Estados: composição, evolução e concentração**. Brasília: Ed. Record, 1999.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- SAWYER, Donald. **Justificativa para a proteção dos ecossistemas do Cerrado: plano de ação para os ecossistemas do cerrado**. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- SENA, Clóvis. **Frenteira do Centro-Oeste**. Goiânia: Ed. Kelps, 1999.
- SEVÁ, A. O. Filho. TANOTÂ-MÔ (Org.) **Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. Comissão Pró-Índio de São Paulo. São Paulo: I.R.N. 2005.
- SEVÁ, A. O., in SANTOS, L. A. O, e ANDRADE, L.M.M. (Orgs.). “**As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**”. Comissão Pró-Índio de São Paulo. São Paulo: 1998.
- SOUZA, Marcelo J. L. **O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro (Org). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1995.
- TAVARES, H. M. **Inovações Tecnológicas e suas Implicações Territoriais**. In PIQUET, R. & RIBEIRO, A. C. T. Brasil Território da Desigualdade: Descaminhos da Modernização. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1991.
- TAVARES, Maria Conceição. **A acumulação do Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986. Tese de livre docência.
- TAVARES, Maria Conceição. **Império, Território e Dinheiro**. In: FIORI, J. L. (org.). Estado e moeda no desenvolvimento das nações. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1999.
- TEIXEIRA, S. M. (Coord.). **Análise sócio-econômica da agricultura em Goiás**. Goiânia: Ed. Kelps, 1999.

VAINER, C. B., ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Ed. CEDI, 1992.

VAINER, Carlos. **População, meio ambiente e conflito social na construção de hidroelétricas**. In: MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

II – Trabalhos acadêmicos (dissertação, tese, artigos e periódicos)

ARAÚJO, Rubens Milagre. **Uma Retrospectiva da Expansão do Sistema Elétrico na Bacia do rio Tocantins, com Estudo de Caso na Região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional, (TO), 1996/2003**. Campinas/SP: FEM/Unicamp, 2003. Dissertação de Mestrado.

ARTIAGA. Zoroastro. **História de Goiás**. Relatório de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946. Segundo Tomo. Goiânia: 1961.

BARGHINI e GRAÇA. **Uso da Energia Elétrica no Cotidiano Residencial**. Anais do 1º Seminário de História e Energia. São Paulo: 1986. Vol. 2.

BERMANN, Célio. **Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil**. Campinas/SP: FEM/UNICAMP. 1991. Tese de Doutorado.

BOA NOVA, Antônio Carlos. **Energia e Classes Sociais no Brasil**. Anais do Primeiro Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: 1986.

BORGES, R. P. DINIZ, J. S. & MESQUITA, H. A. A territorialização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Vale do rio São Marcos – sudeste goiano. **I Encontro de Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: 2005.**

BORGES, Barsanufio Gomides. **EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA EM GOIÁS**. Revista de Estudos Especializados. Goiânia, 22 (3/4): jul/dez. 1995.

BORGES, L. F. X. **Project Finance e Infra-Estrutura: Descrição e Críticas**. Rio Janeiro: Revista do BNDES, jun/1998. Nº 9. Vol. 5.

BRANDÃO, Carlos A. **Economia Política e Dimensão Territorial do Desenvolvimento**. Anais do IV Encontro Nacional de Economia Política. Fortaleza: 2000.

- BRODER, Albert. **Multinacionais e Controle da Indústria de Energia Elétrica na Primeira Metade do Século XX**. Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: 1986. Vol. 2.
- BRODER, Albert. **Os Bancos e o Desenvolvimento da Indústria de Energia Elétrica Européia**. Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: 1986. Vol. 2.
- CARVALHO, Wanderlino T. **Política Mineral Goiana (1960-1986)**. IG/UNICAMP. Campinas-SP, 1988. Dissertação de Mestrado.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás**. Revista do Departamento de Geografia da UCG. Goiânia: 1999.
- Coletânea Organizada por Oscar Sabino Junior. **GOIÂNIA DOCUMENTADA**. Serviço de Documentação do Estado de Goiás. Goiânia: 1958.
- DAYRELL, Eliana Garcindo. **O PCB-GO; 1936-1948**. São Paulo. USP/Departamento de Sociologia. 1984. Tese de Doutorado.
- FAUSTO, Boris. **Pequenos Ensaios de História da República**. Cadernos CEBRAP, nº 10. São Paulo: 1972.
- FURTADO, André. **Política Energética no Brasil**. Anais do Primeiro Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: 1986.
- Helena Angélica de Mesquita, do Campus Avançado de Catalão/Universidade Federal de Goiás, produziu o seguinte documentário em fita VHS: **A luta dos camponeses do vale do rio São Marcos contra a barragem Serra do Facão**. Catalão: 2004.
- MAGNANO, Angélica A. **A estrutura do espaço regional**. In: IBGE. Geografia do Brasil: região norte. V. 3. Rio de Janeiro: 1989
- MARANHÃO, Ricardo. **Para um Conceito de Eletrificação no Brasil como Processo Social**. Anais do Primeiro Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: 1986.
- MARTA, J. M., “**Imperialismo, globalização e energia: o caso do MT**”. Campinas/SP, FEM/Unicamp, 2002. Tese de Doutorado.
- MARTINE, George. **Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectiva para o fim do século**. Campinas: *Revista da ABEP*, 11(1), 1994, p.41-59.
- MARTINS, José de S. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo: maio, 1996. v. 8, n.1, p. 25-70.

- MARTINS, Luciano. **Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: uma visão geral.** (*cadernos ENAP* nº 8), Brasília: Ed. ENAP, 1995.
- MENDONÇA, M. R. **Movimentos sociais cerradeiros: a territorialização do MAB em Goiás.** I Encontro de Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: 2005.
- MIELNIK, Otávio. **Influência das Estruturas Empresariais no Desenvolvimento Energético.** Anais do Primeiro Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: 1986.
- MORET, A. S. “**Biomassa florestal, Petróleo e processo de eletrificação em Rondônia. Análise das possibilidades de Geração descentralizada de Eletricidade**”. Campinas/SP, FEM/Unicamp. 2000. Tese de Doutorado.
- NASCIMENTO, A. C. & MESQUITA, H. A. **As transformações e perspectivas do trabalho no vale do rio São Marcos (Serra do Facão) – sudeste goiano.** I Encontro de Ciências Sociais e Barragens. Rio de Janeiro: 2005.
- NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Algumas questões sobre a Amazônia como "fronteira". Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, n. 1, v.77, p. 39-55, abr. 2001.**
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência.** São Paulo: FFLCH. USP/Dep. de Geografia, 1997. Tese de Livre Docência.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Território e Migração: Uma Discussão Conceitual na Geografia.** São Paulo: USP/Dep. de Geografia, 1999. Tese de doutorado.
- PALACIN, Luis. **A Construção de Goiânia e o Desenvolvimento de Goiás.** Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitário de História. Belo Horizonte: 1973.
- PINTO JUNIOR, H. Q. “**As novas diretrizes do Banco Mundial para o setor de energia**”. Revista Brasileira de Energia, vol. 4, nº 1, 1995.
- PIRES, Mauro. **Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).** Brasília: UnB/ Departamento de Sociologia, 1996. Dissertação de Mestrado.
- Revista Reportagem. PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Em busca dos contratos imorais.** Nº 59, agosto de 2004.
- RIBEIRO, D.D. **Modernização da agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí-GO.** Presidente Prudente/SP: FCT/Unesp, 2003. Dissertação Mestrado.

- ROTHMAN, Franklin D. e LOPES, Maria de Fátima (coord.) **Estado, setor privado e populações locais: interação nos projetos de construção de barragens do alto do Rio Doce de Minas Gerais**. Relatório de Pesquisa – FAPEMIG/SHA. UFV/CCA/DER. Viçosa: 1999.
- SADER, Maria Regina da Cunha Toledo. **Espaço e luta no bico do papagaio**. Revista do Departamento de Geografia. UCG. Goiânia: 2004.
- SAUER, I. L. **Novo modelo para o Setor Elétrico Brasileiro**. USP/IEE. São Paulo: 2002.
- SEVÁ, A. Oswaldo Filho. **Conhecimento Crítico da mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais**. 2º Encontro Nacional da ANPPAS. Indaiatuba. São Paulo: 2004.
- SEVÁ, A. Oswaldo Filho. **Processo de eletrificação: a guerra econômica e os interesses sociais**. Minuta para Projeto FASE-Amazônia. Campinas – SP: Agosto de 2004.
- SEVÁ, ALVES & ARAÚJO. **Correlação entre as expansões da mineração e da agro-indústria no Planalto Central Goiano – e o processo de eletrificação**. Anais do IX Congresso Brasileiro de Energia. Rio de Janeiro: 2004.
- SEVÁ, Arsênio Oswaldo Filho. **Aguanistão: as caixas d'água da chuva brasileira**. Campinas: 2003. Texto mimeografado.
- SEVÁ, Arsênio Oswaldo Filho. **Desfiguração do licenciamento ambiental de grandes investimentos**. 2º Encontro nacional da ANPPAS. Indaiatuba, SP. 2004.
- SEVÁ. Oswaldo. **O Sonho da Energia Limpa e a sua Ressaca – Ou as Dívidas dos Governos e dos Cientistas para com a Sociedade**. 1º Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: 1986. Vol 2.
- SINGER. Paul. **O Monopólio de Energia Elétrica: O Conflito de Interesses entre Curto e Longo Prazo**. Anais do Primeiro Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: 1986. Vol. 2.
- SOUZA, M. A. A. **Espaço e sociedade – um paradoxo: a cidade**. In: FUNCEP, Revista do Serviço Público, ano 40, vol. 111, n.1, jan/mar, Brasília: 1983.
- SOUZA, M. A. A. **Relatório Técnico Científico Final. Projeto – Território Lugar e Poder – Formação do Território Brasileiro**. Campinas: FAPESP, 2000.
- TAVARES, Silvio Romero Ribeiro. **O Papel da ANEEL no setor elétrico brasileiro**. Campinas/São Paulo: FEM/UNICAMP, 2003. Dissertação de Mestrado.

VAINER, Carlos. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** IX Encontro Nacional da ANPUR. Anais. Rio de Janeiro: 2002.

VELASCO JR., Licínio. **A economia política das políticas públicas: as privatizações e a reforma do Estado.** Texto para Discussão 54. Rio de Janeiro: BNDES, 1997

III – Fontes primárias de informação

ANEEL. **Relatório Anual da Diretoria.** Brasília. 1997 a 2004.

BNDES. **Plano Nacional de Desestatização – PND.** 1995.

CEB. **Relatório Anual da Diretoria.** Séries Anuais. Brasília: 1975 a 1985.

CELG. NTD – 07. **Critérios de Projetos de Redes de Distribuição Rural.** Goiânia: CELG, dezembro. 1997.

CELG. **Plano de Eletrificação do Estado de Goiás.** Goiânia: 1975/85.

CEMIG. **Relatório Anual da Diretoria.** Sereis Anuais. Belo Horizonte (vários anos).

CNEC/GEFAC. UHE Serra do Facão. Licenciamento Ambiental. **Projeto Básico Ambiental.** 2000.

COOPERS & LYBRAND. **Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro.** Brasília: 1997.

Diagrama topológico dos aproveitamentos hidrelétricos, [CCPE – **Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos sistemas elétricos e GTIB – Grupo de Trabalho de Informações Básicas para o desenvolvimento da oferta**] DOMINGUES, CATHARINO (Coordenador), ELETRONORTE e Eletrobrás, 2003.

ELETROBRÁS. **Relatório Anual da Diretoria.** Sereis Anuais. Rio de Janeiro. 1965 a 2005.

ELETRONORTE. **Relatório Anual da Diretoria.** Sereis Anuais. Belém. 1975 a 2005.

FURNAS. **Relatório Anual da Diretoria.** Sereis Anuais. Belo Horizonte. 1960 a 2005.

IBAMA: Processo sob o N^o 02001.000295/98-90. Interessado: ELETRONORTE. Assunto: Licença Prévia para o Empreendimento da UHE Couto Magalhães. Brasília. 1997. Transcrição da Audiência Pública UHE Couto Magalhães. Alto Araguaia. 12/06/1999.

IDB: Brazil Cana Brava Hydroelectric Power Plant: BR-0304 “**Environmental and Social Impact Report**”. May. 2000. Sítio eletrônico visitado - IDB: www.iadb.org.br, em dezembro de 2004.

IFC. **“Project Finance in Developing Countries: IFC’s Lessons of Experience”**. Washington, D.C.: 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional**. IBGE. V. I – Primeira Série Anual. Rio de Janeiro: 1912.

Justiça Federal de Goiás Processo de nº 002399 de 17 de janeiro de 2005. Corumbá Concessões S. A solicita enchimento da barragem da UHE Corumbá IV.

Ministério de Minas e Energia. **Balanço Energético Nacional. Brasília**. 2003.

Ministério Público Federal. Dossiê da Ação Civil Público sob Nº 2002.35.00.011863-2, movida em desfavor de Corumbá Concessões S/A e a Agência Goiânia de Meio Ambiente e Recursos Naturais. 02 de outubro de 2002.

Ministério Público Federal. Processo 2001.34.00.316601-1. Ação Civil Publica com pedido de tutela antecipada proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Goiás para suspender o processo de privatização da CELG.

Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Goiás. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. Análise Técnica Nº 185/2004 - 4ª CCR/MPF. Análise do EIA/RIMA do empreendimento AUH Serra do Facão, no rio São Marcos (GO/MG) submetido ao licenciamento ambiental no IBAMA. 28 de outubro de 2004.

NOVACAP. **Relatório Anual da Diretoria**. Distrito Federal (vários anos).

Plano de Eletrificação de Goiás. GELG. Goiânia: 1955.

PPA – Plano Plurianual 2004/2007 do governo federal. Brasília: março de 2004

Publicação. **Diário Oficial do Estado** o decreto lei de 23 de março de 1937. Goiás. 24 de março de 1937.

Relatório UHE Cana Brava (TRACTEBEL e IDB). 2002. www.tractebel.com, sítio eletrônico visitado em dezembro de 2004.

Relatório. **Estudo de Impacto Ambiental**. FEMAGO. Goiânia: 1987.

Revista Conjuntura Socioeconômica de Goiás. **Economia e Desenvolvimento**. Ano V Nº 14 Janeiro/Março de 2004.

Secretária de Infra-estrutura do Estado de Goiás. **Plano 2010: Oportunidades de Investimentos Privados na Geração de Energia Hidrelétrica no Estado de Goiás**. Goiânia: 1998.

SINTUEGO. **Relatório Anual da Diretoria**. Goiânia: Série Anual. 1998 a 2005.

IV – Sítios eletrônicos visitados

www.aag.gov.br	www.drkw.com	www.mme.gov.br
www.agenciaambiental.go.gov.br	www.chesp.com.br	www.tractebelenergia.com.br
www.andradegutierrez.com.br	www.edpbrasil.com.br	www.odebrecht.com.br
www.aneel.gov.br	www.eletronorte.gov.br	www.bndes.com.br
www.anz.com	www.ana.gov.br	www.seplan.go.gov.br
www.bid.com.br	www.furnas.gov.br	www.siemens.com.br
www.caesb.com.br	www.tratebel.com.br	www.pgr.com.br
www.camaradosdeputados.com.br	www.fortis.com	www.seinfra.go.gov.br
www.ceb.gov.br	www.vbc.com.br	www.tractebel.com
www.celg.gov.br	www.arquivonacional.com.br	www.voith.com.br
www.cemig.gov.br	www.presidencia.gov.br	www.mae.com.br
www.correiacamargo.com.br	www.eletronbras.gov.br	www.mma.gov.br
www.corumbaconcessoes.com.br	www.ibama.gov.br	www.ons.gov.br
www.drkw.com	www.ibge.gov.br	www.mpe.gov.br
www.endesa.com.br	www.chesf.com.br	www.mpf.gov.br
www.iadb.org.br	www.espora.com.br	www.cpfl.com.br
www.serrano.neves.com.br	www.mab.com.br	www.bancodoparana.com.br